

sem pauta

n. 39, v. 15 – 1º Semestre de 2017



ISSN 2238-3786 (Versão Online)

CONSERVADORISMO E RESISTÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA



em pauta

Teoria Social e Realidade Contemporânea

Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2017 – n. 39, v. 15,
ISSN 2238-3786 (Versão online)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ruy Garcia Marques

Reitor

Maria Georgina Muniz Washington

Sub-reitor

Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-reitoria de Graduação

Egberto Gaspar de Moura

Sub-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Elaine Ferreira Torres

Sub-reitoria de Extensão e Cultura

Domenico Mandarinó

Diretor do Centro de Ciências Sociais

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Renato dos Santos Veloso - **Diretor**

Guilherme Silva de Almeida - **Vice-diretor**

Silene Moraes Freire - **Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Vânia Morales Sierra - **Coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/ UERJ)**

Equipe Editorial (FSS/UERJ - Rio de Janeiro/RJ, Brasil): Isabel Cristina da Costa Cardoso; Guilherme Silva de Almeida; Marilda Villela Yamamoto; Monica de Jesus Cesar; Carla Cristina Almeida; Felipe Demier

Editora Responsável: Isabel Cristina da Costa Cardoso

Assessoria técnica e administrativa: Patrícia Trajano

Revisão de texto: Klein Editora

Tradução/revisão de inglês: Klein Editora

Tradução/revisão de espanhol: Klein Editora

Projeto gráfico, editoração e capa: Márcia Carnaval

Fotografias: Mônica Maria Torres Alencar

Agradecimentos: Marco José de Oliveira Duarte e Mônica Maria Torres Alencar

AGÊNCIA FINANCIADORA: PROEX - CAPES



Endereço para correspondência

Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea

Faculdade de Serviço Social

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Centro de Ciências Sociais

Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001

Bairro Maracanã – 20.550-013 Rio de Janeiro/RJ – Brasil

URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>

Email: revistaempauta.uerj@gmail.com

Telefones: 2334-0299; 2334-0291 – ramal 221

Fax: (21) 2334-0572 – ramal: 221

ISSN 2238-3786 (Versão online)

Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea é um periódico semestral, arbitrado, de circulação nacional e internacional, dirigido a assistentes sociais e profissionais de áreas afins, professores, pesquisadores e demais sujeitos políticos, comprometidos com os processos democráticos.

A revista pretende ser um instrumento de divulgação e de disseminação de produções atuais e relevantes do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito do Serviço Social e de áreas afins, através da publicação de artigos, ensaios teóricos, pesquisas científicas, resenhas de livro, comunicações, relatórios de pesquisas científicas e informes, visando contribuir para a formulação e a divulgação de políticas públicas e debates, no âmbito da academia e da sociedade civil.

CATALOGAÇÃO NA FONTE UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

E55

Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea.
– vol. 15, n. 39 (2017) – . – Rio de Janeiro
UERJ /Faculdade de Serviço Social, 2017 – v. : il.
Semestral.

Inclui bibliografia.
ISSN 1414 – 8609

1. Serviço social – Periódicos. 2. Ciências sociais – Periódicos 3.
Políticas públicas – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Serviço Social



ISSN 2238-3786 (Versão online)
1º Semestre de 2017 – n. 39, v. 15

Equipe Editorial

Isabel Cristina da Costa Cardoso
Carla Cristina Almeida
Felipe Demier
Guilherme Silva de Almeida
Marilda Villela Iamamoto
Monica de Jesus Cesar

Editora Responsável: Isabel Cristina da Costa Cardoso

Assessoria Técnica e Administrativa: Patrícia Trajano

Indexação: a Revista Em Pauta, Teoria Social e Realidade Contemporânea está disponível através do SEER/IBICT, no site da UERJ/Revistas Eletrônicas – <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>> –, onde se encontram as últimas edições para pesquisa e download. Está também indexada e/ou resumida em:

- DOAJ - Directory of Open Access Journals
- EBSCO
- CAPES - Portal de Periódicos
- CENGAGE Learning
- LATINDEX - Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
- OAJI - Open Academic Journals Index
- SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

Conselho Editorial Científico: composto por professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Internacionais: Atilio Borón (UBA-Argentina), Denise Freitas Soares (IMTA-México); Jaime Pastor (UNED-Espanha); Jacques Rancière (Univ. ParisVIII-França); Margarita Rozas (UNLP-Argentina); Maria Eugenia Bersezio (UARCHIS-Chile); Maria Lorena Molina (UCR-Costa Rica); Michel Husson (Institut de Recherches Economiques et Sociales-França); Norberto Alayon (UBA-Argentina); Susana Malacalza (UNLP- Argentina); Thereza Matus (UC-Chile). **Nacionais:** Alba Zaluar (UERJ); Ana Elizabete Mota (UFPE); Ana Maria Amoroso Lima (UFJF); Auta Stephan de Souza (UFJF); Berenice Rojas Couto (PUC-RS); Carlos Montañó (UFRJ); Franci Gomes Cardoso (UFMA); Francisco de Oliveira (USP); Gaudêncio Frigotto (UERJ); Ivanete Boschetti (UNB); Ivete Simionatto (UFSC); João Antonio de Paula (UFMG); José Paulo Netto (UFRJ); José Ricardo Ramalho (UFRJ); José Roberto Novaes (UFRJ); Josefa Batista Lopes (UFMA); Jussara Mendes (UFRS); Laura Tavares Soares (UFRJ); Marco Aurélio Nogueira (UNESP); Maria Beatriz da Costa Abramides (PUC-SP); Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP); Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP); Maria Rosângela Batistoni (UFJF); Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA); Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP); Marildo Menegat (UFRJ); Marina Maciel Abreu (UFMA); Paulo César Pontes Fraga (UFJF); Potyara Amazoneida P. Pereira (UNB); Raquel Raichellis (PUC-SP); Ricardo Antunes (UNICAMP); Silvia Gerschman (ENSP/FIOCRUZ); Vera Maria Nogueira (UFSC); Vicente de Paula Faleiros (UNB); Virgínia Fontes (UFF); Yolanda Guerra (UFRJ).



Sumário

9 Editorial

Dossiê “Conservadorismo e resistências na América Latina”

- 17 Crise orgânica, governos e seus impactos na América Latina
..... *Cláudia Maria Costa Gomes, Gonzalo Adrián Rojas*
- 33 Guerra y paz en Colombia: introducción al caso de las Farc
..... *Sergio Quintero Londoño*
- 51 Ideologia e política em Antônio Gramsci: aproximações teóricas
às suas principais contribuições
..... *Paulo Roberto Felix dos Santos*
- 70 Insurgência e conservadorismo: considerações sobre o paradoxo
da cidadania no Brasil *Marcelo Martins da Silva*
- 85 A experiência histórico-cultural de constituição de classe entre os
trabalhadores telefônicos do Paraná
..... *Ivana Cristina Lima de Almeida*

Tema Livre

- 106 Percepções sobre o papel das políticas públicas relacionadas ao
trabalho e responsabilidades familiares
..... *Andrea de Sousa Gama, Lia de Mattos Rocha,
Karolyne Romero de Alcantara*
- 129 HIV na terceira idade: repercussões nos domínios da vida e funcio-
nament familiar *Aline Oliveira Silva,
Maria das Dôres Saraiva de Loreto, Simone Caldas Tavares Mafra*
- 155 Assistência estudantil brasileira e a experiência da Uerj: entre a
inovação e o atraso na atenção ao estudante
..... *Simone Eliza do Carmo Lessa*

176	Notas sobre o projeto ético-político profissional: fundamentos, construção e desafios	<i>Janaína Lopes do Nascimento Duarte</i>
201	Apontamentos sobre a inserção das pessoas com transtorno mental no trabalho formal	<i>Tathiana Meyre da Silva Gomes</i>
224	De Cidade Maravilhosa à cidade mercadoria: o Rio de Janeiro como valor de troca	<i>Ana Carolina Brandão Vazquez</i>
239	Mostra Fotográfica Mãos que trabalham	<i>Mônica Maria Torres Alencar</i>
263	Entrevista Por uma "(r)existência em tempos sombrios": entrevista com o Professor Dr. Marco José de Oliveira Duarte	<i>Carla Cristina Lima de Almeida</i>
271	Resenhas A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil	<i>José Manoel Montanha da Silveira Soares</i>
276	Movimentar-se em tempos de desesperança	<i>Caroline Rodrigues da Silva</i>
283	Normas Editoriais	



Contents

13	Editorial	
	Dossiê “Conservatism and resistances in Latin America”	
17	Organic crisis, governments and their impacts in Latin America	<i>Cláudia Maria Costa Gomes, Gonzalo Adrián Rojas</i>
33	War and Peace in Colombia: introduction to the Farc Case	<i>Sergio Quintero Londoño</i>
51	Ideology and politics in Antonio Gramsci: theoretical approaches to its main contributions	<i>Paulo Roberto Felix dos Santos</i>
70	Insurgency and conservatism: considerations on the paradox of citizenship in Brazil	<i>Marcelo Martins da Silva</i>
85	The historical and cultural experience of class formation among Paraná telephone workers	<i>Ivana Cristina Lima de Almeida</i>
	Free Theme	
106	Perceptions about the role of public policies related to work and family responsibilities	<i>Andrea de Sousa Gama, Lia de Mattos Rocha, Karolyne Romero de Alcantara</i>
129	HIV in the elderly: repercussions in the domains of life and family functioning	<i>Aline Oliveira Silva, Maria das Dôres Saraiva de Loreto, Simone Caldas Tavares Mafra</i>
155	Brazilian student aid and the Uerj experience: between innovation and backwardness in student assistance	<i>Simone Eliza do Carmo Lessa</i>
176	Notes on the Professional Ethical-Political Project: fundamentals, construction, and challenges	<i>Janaína Lopes do Nascimento Duarte</i>

201	Notes on the inclusion of people with mental disorder in formal labor	<i>Tathiana Meyre da Silva Gomes</i>
224	From wonderful city to merchandise city: Rio de Janeiro as an exchange value	<i>Ana Carolina Brandão Vazquez</i>
	Photography Exhibition	
239	Hands that work	<i>Mônica Maria Torres Alencar</i>
	Interview	
263	For a “(r)existence in dark times”: interview with Professor Dr. Marco José de Oliveira Duarte	<i>Carla Cristina Lima de Almeida</i>
	Reviews	
271	The conservative wave: essays about the current dark times in Brazil	<i>José Manoel Montanha da Silveira Soares</i>
276	To mobilize in times of hopelessness	<i>Caroline Rodrigues da Silva</i>
287	Editorial Norms	

A Equipe Editorial da *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea* – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ – apresenta a edição n. 39, que abre o volume XV, do ano de 2017, com o tema *Conservadorismo e resistências na América Latina*. Quando a edição deste número da Em Pauta era fechada, iniciávamos o período letivo 2017/1 da UERJ em pleno mês de setembro de 2017, quando já deveríamos, em condições normais, ter iniciado o período letivo de 2017/2. Isso ocorreu em razão da crise que as universidades brasileiras experimentam, com destaque para o desmonte realizado na UERJ especialmente nos últimos dois anos, caracterizado pelo atraso de salários dos/as trabalhadores/as terceirizados/as, desfinanciamento do custeio da universidade, fechamento do restaurante universitário, corte de bolsas estudantis e atrasos salariais dos técnicos/as e docentes, sem precedentes na história da universidade, e pela perda de condições mínimas de trabalho dos/as servidores/as técnicos/as administrativos/as e docentes.

Além disso, em nível nacional e estadual, o suposto déficit fiscal do Estado fornece ao pensamento conservador os argumentos para a implementação da agenda neoliberal na gestão das políticas sociais, reduzindo drasticamente o financiamento destas políticas em favor dos interesses do mercado privado e do capital financeiro. Vivemos efetivamente um período de violentas contrarreformas, intensificação da repressão aos movimentos sociais e da escalada reacionária de ódio e intolerância a qualquer sinal de afirmação da diversidade da vida social. Retirada ou violação de direitos, desmantelamento do que ainda resta das políticas de Saúde e de Educação públicas, desconstrução de nossa, ainda insipiente, experiência de segurança social, ataques frontais aos direitos do trabalho, compõem nosso tempo presente e o horizonte próximo. É o que vimos na recente destruição da Consolidação das Leis Trabalhistas e na iminente aprovação de uma reforma da política de previdência social.

A UERJ destaca-se nesse cenário como campo de práticas de resistência e denúncia, reafirmadas enfaticamente nas recentes edições da revista Em Pauta. Assim como a #UERJRESISTE, a Revista Em Pauta também possui o desafio de atravessar essa conjuntura de crise institucional e política local e nacional, reafirmando seus valores e compromissos democráticos e acadêmicos com a sociedade, a profissão de Serviço Social e a produção crítica do conhecimento de forma socialmente referenciada. O comitê editorial acredita que, frente ao contexto histórico de nosso país e de nosso estado, a mobilização e a organização da classe trabalhadora são imperativos do nosso tempo, assim como a tarefa de reflexão teórico-prática crítica.

A presente edição é produto da resistência a este projeto de destruição da frágil democracia do país que encontra fortes afinidades com o que ocorre no subcontinente latino-americano como um todo. Passamos, assim, a seguir, a apresentar a presente edição. Cabe, antes, informar aos leitores que os artigos aqui reunidos possuem formatações distintas em relação às normas editoriais, pois são textos produzidos e aprovados antes e após o ano de 2017, ano em que ocorreu a última alteração nas referidas regras.

Os artigos que integram o dossiê temático *Conservadorismo e resistências na América Latina* podem ser apresentados a partir de dois blocos temáticos. Em um primeiro bloco de dois artigos, encontramos reflexões que molduram o quadro de crise e alargamento conservador na América Latina, oferecendo informações e reflexões para pensar a crise latino-americana. O artigo *Crise orgânica, governos e seus impactos na América Latina*, permite discutir que, em meio à vastidão de possibilidades e direcionamentos explicativos, estamos assistindo a um fenômeno político mais geral na América Latina que expressa o fim do ciclo de um conjunto heterogêneo de governos que se apresentavam, em maior ou menor medida, como críticos do neoliberalismo, seja em versões auto-denominadas ‘neodesenvolvimentistas’, como no Brasil e na Argentina, ou ‘nacionalistas’, como nos casos da Venezuela, Bolívia ou Equador. O segundo artigo do bloco, *Guerra e paz na Colômbia: introdução ao caso das FARC*, possibilita uma reflexão inicial acerca da experiência de uma das mais famosas guerrilhas da história latino-americana de inspiração marxista e dos efeitos mais recentes do acordo de paz firmado com o governo colombiano, bem como acerca de seus efeitos nas condições de vida atuais da classe trabalhadora.

O segundo bloco temático é formado por três artigos. Dois deles possuem em comum a revisita a ferramentas teórico-conceituais marxistas significativas para a interpretação da crise latino-americana. O artigo, *Ideologia e política em Antonio Gramsci: aproximações teóricas a suas principais contribuições*, revisita o legado gramsciano para iluminar o contexto atual de reordenamento das estratégias de hegemonia do capital no subcontinente, chamando a atenção em conformidade com o autor, para a dimensão superestrutural, especialmente para a importância das categorias ideologia e política na construção da hegemonia burguesa. O artigo, *Insurgência e conservadorismo: considerações sobre o paradoxo da cidadania no Brasil*, discute o conceito de “cidadania insurgente” de James Holston, como recurso teórico-conceitual para a compreensão da cidadania no Brasil, marcada ao longo da formação sócio-histórica por avanços, retrocessos e diferenciação no grau de participação e usufruto dos direitos. O terceiro artigo, *A experiência histórico-cultural de constituição de classe entre os trabalhadores telefônicos do Paraná*, a partir do conceito de experiência histórica do historiador E. P. Thompson, descreve uma pesquisa que adentrou no universo dos trabalhadores telefônicos do Paraná, com o objetivo de dialogar com as histórias e memórias destes sujeitos, buscando apreender a relação entre as

condições objetivas de existência dos mesmos e o modo como reelaboraram e vivenciaram esta experiência conflituosa de resposta ao conservadorismo de seu tempo histórico.

Os seus últimos artigos da presente edição integram a sessão Tema Livre. O artigo *Percepções sobre o papel das políticas públicas relacionadas ao trabalho e responsabilidades familiares*, apresenta os resultados de uma pesquisa, esta de natureza quantitativa, relacionando o papel das políticas públicas com a responsabilidade das famílias, especialmente com o cuidado (quase sempre feminino) dirigido a crianças pequenas e idosos/as dependentes, demonstrando que a ausência/insuficiência de políticas públicas contribui para a atualização dos conservadorismos no campo das relações de gênero no interior das famílias. Em direção semelhante, o artigo, *HIV na terceira idade: repercussões nos domínios da vida e funcionamento familiar*, discute os aspectos sociais da soropositividade, em especial seu efeito na organização familiar, na medida em que os/as idosos/as podem ser provedores/as e receptores/as de cuidado das famílias, em contextos em que o papel do Estado nas políticas públicas é reduzido. O terceiro artigo dessa sessão, *Assistência estudantil brasileira e a experiência da UERJ: entre a inovação e o atraso na atenção ao estudante*, discute o processo de construção e limites da assistência estudantil brasileira na relação direta com o pensamento conservador que bloqueia seus avanços, focando na especificidade da experiência uerjiana. O quarto artigo, *Notas sobre o projeto ético-político profissional: fundamentos, construção e desafios*, discorre sobre os fundamentos marxistas do projeto profissional do Serviço Social brasileiro contemporâneo, resgatando a literatura que demonstra seu processo de construção e trajetória e a urgência de seu fortalecimento coletivo. No artigo *Apontamentos sobre a inserção das pessoas com transtorno mental no trabalho formal*, mais uma vez os limites da retração conservadora das políticas públicas são explicitados, desta vez a partir dos conflitos e limites enfrentados por pessoas com transtorno mental na relação com o mercado de trabalho, diante dos efeitos deletérios da ordem capitalista, contribuindo para uma reflexão acerca da categoria trabalho e seu significado para os/as trabalhadores/as. O sexto e último artigo da sessão Tema Livre, intitulado *De cidade maravilhosa à cidade mercadoria: o Rio de Janeiro como valor de troca*, descreve e reflete acerca dos processos de reordenamento urbano promovidos na cidade do Rio de Janeiro recentemente para a realização dos grandes eventos esportivos. A partir da contribuição de Henri Lefebvre demonstra que a fragmentação do espaço urbano subordina seu valor de uso a seu valor de troca.

Na sessão Mostra Fotográfica a revista apresenta o trabalho da professora Mônica Maria Torres Alencar, da Faculdade de Serviço Social/ UERJ, intitulado, *Mãos que trabalham*. Segundo suas palavras a mostra é composta por “um conjunto de imagens fotográficas que tomam o uso direto das mãos em atividades relacionadas ao trabalho, no qual, homens e

mulheres trabalhadoras fazem de suas mãos instrumentos para a realização da atividade”. As fotografias se articulam e compõe uma linguagem imagética de entrelaçamento entre os tempos do trabalho, da vida cotidiana e da cidade.

Em profunda sintonia com o eixo temático da presente edição destaca-se a entrevista com o professor Marco José Duarte, também professor da Faculdade de Serviço Social/UERJ. Como enunciado na apresentação dessa sessão, “o entrevistado é possuidor de rica experiência na produção de conhecimento, formação profissional e militância política em torno do campo da diversidade sexual e de gênero, saúde mental e drogas, religiosidade e direitos humanos. A entrevista com o professor Marco José Duarte expressa a tenacidade das lutas e resistências que marcam nossa história recente na defesa dos direitos humanos e políticas públicas no Brasil”.

Por último, a presente edição publica duas resenhas que agregam reflexões profícuas sobre o quadro de crise e de conservadorismo no Brasil e na América Latina, abordando duas obras de fundamental importância na atualidade: *“A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil”* e *“Territórios em Resistência – Cartografia política das periferias urbanas da América Latina”*.

Equipe Editorial

DOI: 10.12957/rep.2017.30388



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Editorial

The Editorial Team of *Em Pauta: social theory and contemporary reality* – the journal of the Faculdade de Serviço Social at UERJ – presents its 39th issue, which opens volume XV, of the year 2017, with the theme *Conservatism and resistances in Latin America*. When the editorial process for this issue of *Em Pauta* was finished, we started the first term of 2017 at UERJ in the middle of September. By then we should already have started, under normal conditions, the second term of 2017. This was due to the crisis experienced by Brazilian universities, specifically the dismantling of UERJ, especially in the last two years, characterized by the backlog of salaries of outsourced workers, university funding cuts, closure of the university restaurant, student scholarship cuts, and salary arrears of technicians and teachers. This picture is unprecedented in the history of the university, and caused the loss of minimum working conditions for the technical-administrative staff and teachers.

Moreover, at national and state levels, the alleged government budget deficit provides conservative thinking with arguments for managing social policies with a neoliberal agenda, drastically reducing financing of these policies in favor of the interests of corporations and the financial markets. We are experiencing a period of violent counter-reforms, intensification of repression against social movements, and the reactionary escalation of hatred and bigotry to any affirmation sign of the diversity of social life. Withdrawal or violation of rights, dismantling of what still remains of public health and education policies, deconstruction of our still insipient experience of social security, and frontal attacks on labor rights make up our present time and the near horizon. This is what we saw in the recent destruction of the CLT (Consolidation of Labor Laws) and the imminent approval of a reform of social security policy.

UERJ stands out in this scenario as a field of resistance and denunciation practices, reaffirmed emphatically in recent issues of the journal *Em Pauta*. Just as #UERJRESISTS, the *Em Pauta* Journal also has to overcome the challenge of resisting this conjuncture of institutional and political crisis, both local and national, while reaffirming its democratic and academic values and commitments to society, the profession of social work and the critical production of knowledge in a socially referenced way. The editorial committee believes that, in view of the historical context of our country and our state, the mobilization and organization of the working class are imperatives of our time, as is the task of critical theoretical-practical reflection.

This issue is a product of resistance to the project of destruction of this country's fragile democracy that finds strong parallels with what is occurring in the Latin American subcontinent as a whole. We will now

present this issue's contents. Rather, it is important to inform readers that the articles presented here have different formatting in relation to the editorial norms, since they were produced and approved before and after 2017, the year in which the last change in said rules occurred.

The articles that integrate the thematic dossier *Conservatism and resistances in Latin America* can be presented in two thematic sets. In the first set of two articles, we can find reflections that shape the current state of crisis and expansion of conservatism in Latin America, offering data and reflections to ponder on the Latin American crisis. The article *Organic crisis, governments and their impacts in Latin America*, allows us to argue that, amidst the vastness of explanatory possibilities and directions, we are witnessing a more general political phenomenon in Latin America expressing the end of a cycle of heterogeneous governments which appeared to a greater or lesser extent as critics of neoliberalism, either in self-styled 'neodevelopmentalist' versions, as in Brazil and Argentina, or 'nationalists', as in the cases of Venezuela, Bolivia, or Ecuador. The second article of the group, *War and Peace in Colombia: introduction to the Farc Case*, provides an initial reflection on the experience of one of the most famous guerrillas of Marxist inspiration in Latin American history, the most recent effects of the peace agreement signed with the Colombian government, as well as its effects on current working class living conditions.

The second thematic group consists of three articles. Two of them revisit theoretical-conceptual Marxist tools significant for the interpretation of the Latin American crisis. The article *Ideology and politics in Antonio Gramsci: theoretical approaches to its main contributions* revisits the Gramscian legacy in order to illuminate the current context of reordering the capital's strategies of hegemony in the subcontinent. In consonance with the author, it draws attention to the superstructural dimension, especially to the importance of the categories "ideology" and "politics" in the construction of bourgeois hegemony. The article *Insurgency and conservatism: considerations on the paradox of citizenship in Brazil* discusses James Holston's concept of "insurgent citizenship" as a theoretical-conceptual resource for understanding citizenship in Brazil, which is marked throughout its socio-historical formation by advances, setbacks, and differences in the degree of participation and enjoyment of rights. The third article, *The historical and cultural experience of class formation among Paraná telephone workers*, is based on the concept of historical experience by historian E. P. Thompson, and describes a research into the universe of telephone workers in Paraná. Aiming to dialogue with the stories and memories of these subjects, the article seeks to grasp the relation between the objective conditions of their existence and the way in which they re-elaborated and experienced the conflicts with the conservatism of their historical time.

The last articles of the present issue compose the Free Theme section. The article *Perceptions about the role of public policies related to*

work and family responsibilities presents the results of a research of quantitative nature relating the role of public policies to responsibility in families, especially the caring to young children and the dependent elderly, almost always consigned to women. It demonstrates that the absence or insufficiency of public policies contributes to the maintenance of conservatism in gender relations within families. In a similar vein, the article *HIV in the elderly: repercussions in the domains of life and family functioning familiar* discusses the social aspects of seropositivity, and especially its effect on family organization, insofar as the elderly can be providers and recipients of care in their families, especially in contexts in which the role of the state in public policies is reduced. The third article of this section, *Brazilian student aid and the Uerj experience: between innovation and backwardness in student assistance*, discusses the process of construction and limits of Brazilian student assistance in their direct relationship with the conservative thinking that blocks its advances, focusing specifically on the experience of UERJ. The fourth article, *Notes on the Professional Ethical-Political Project: fundamentals, construction, and challenges*, discusses the Marxist foundations of the professional project of contemporary Brazilian social work, rescuing the literature that demonstrates its process of construction and trajectory and the urgency of its strengthening collective. In the article *Notes on the inclusion of people with mental disorder in formal labor*, once again the limits of the conservative retraction of public policies are explained, this time from the conflicts and limits faced by people with mental disorder on the labor market, in view of the deleterious effects of the capitalist regime, contributing to a reflection about the category of work and its meaning for workers. The sixth and last article of the Free Theme section, titled *From wonderful city to merchandise city: Rio de Janeiro as an exchange value*, describes and reflects on the recent processes of urban reorganization promoted in the city of Rio de Janeiro for hosting major sporting events. From the contribution of Henri Lefebvre, it shows that the fragmentation of urban space subordinates its use value to its exchange value.

In the Photography Exhibition section, the magazine presents the work of Mônica Maria Torres Alencar, from the Faculdade de Serviço Social at UERJ, entitled *Hands that Work*. In her own words, the show is composed of “a set of photographic images that take the direct use of the hands in activities related to work in which working men and women make use of their hands as instruments when performing the activity.” The photographs articulate and compose an imaginary language intertwining the different times of work, everyday life, and the city.

In deep harmony with the thematic axis of this issue, our interview with Marco José Duarte, also a teacher at the Faculdade de Serviço Social at UERJ, stands out. As stated in the introduction to this section, “the interviewee has a rich experience in the production of knowledge, professional training, and political activism around the field of sexual and gender diversity, mental

health and drugs, religiosity, and human rights. The interview with Marco José Duarte expresses the tenacity of the struggles and resistance that mark our recent history in the defense of human rights and public policies in Brazil.”

Finally, the present issue publishes two reviews that add fruitful reflections on the current condition of crisis and conservatism in Brazil and Latin America, addressing two works of fundamental importance at present: *“The conservative wave: essays on the current dark times in Brazil”* and *“Territories in Resistance – Political Cartography of the Urban Peripheries of Latin America.”*

Editorial Team

DOI: 10.12957/rep.2017.30388



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Crise orgânica, governos e seus impactos na América Latina

Organic crisis, governments and their impacts in Latin America

Cláudia Maria Costa Gomes*
Gonzalo Adrián Rojas**

Resumo – Este ensaio tem como objetivo analisar os processos recentes no cenário político da América Latina, a partir de um a partir da conjuntura de crise, com foco nas relações políticas e de alianças entre os governos pós-neoliberais e as frações de classe da burguesia, no contexto neoliberal e sob o modo de regulação governista, o qual apresenta uma configuração específica de estabilização de forças que entrecruzam o terreno da dominação e da direção do processo social, aparecendo na análise como o mote de definição histórica desse período, em um marco expressivo na aplicação de medidas de austeridade frente ao ajuste econômico, com perspectivas de agravamento que enfatiza as limitações das democracias latino-americanas para a turbulência do momento. A metodologia utilizada consiste em revisão de literatura com base em pesquisas sobre a temática.

Palavras-chave: Crise, América Latina, governos pós-neoliberais.

Abstract – This essay aims to analyze the recent processes in the political scenario of Latin America, starting from the crisis conjuncture, with a focus on political relations and alliances between post-neoliberal governments and class fractions of the bourgeoisie, in the neoliberal context and under the mode of government regulation, which presents a specific configuration of stabilization of forces that intersect the terrain of domination and the direction of the social process, appearing in the analysis as the mote of historical definition of that period, in an expressive framework in the implementation of austerity measures in the face of economic adjustment, with prospects of aggravation that emphasizes the limitations of Latin American democracies to the turbulence of the moment. The methodology used is a literature review based on research on the subject.

Keywords: Crisis, Latin America, post-neoliberal governments.

*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela UFPE e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPB. *Correspondência:* Rua Luís Moreira Gomes, 389/apt.102, Residencial Garnet – Bancários – João Pessoa – PB. CEP: 58052-295. *Email:* <claudiac_gomes@hotmail.com>.

** Cientista político. Doutor em Ciência Política pela USP e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFCG. *Correspondência:* Rua Aprígio Veloso, 882/sl. 409, bloco BA-Hall das Placas – Bodocongó – Campina Grande – PB. CEP: 58.429-900. *Email:* <gonzalorojas1969@hotmail.com>.

Introdução

O artigo tem como objetivo problematizar a partir da conjuntura de crise, os processos recentes no cenário político da América Latina, a partir de um corte analítico que privilegia no limite, as relações políticas e de alianças entre os governos pós-neoliberais e as frações de classe da burguesia para garantir o consentimento ativo de um projeto de poder, o qual é objeto desta reflexão¹.

Trata-se do significado e abrangência das recentes mudanças no subcontinente, recortada por circunstâncias políticas aonde o neoliberalismo assume dia após dia centralidade sob o modo de regulação governista, o qual apresenta uma configuração específica de estabilização de forças que entrecruzam o terreno da dominação e da direção do processo social, aparecendo na análise como o mote de definição histórica desse período, em um marco expressivo na aplicação de medidas de austeridade frente ao ajuste econômico, com perspectivas de agravamento que enfatiza as limitações das democracias latino-americanas para a turbulência do momento.

No centro da reflexão está suposto o argumento de que a caracterização do momento atual comporta elementos de um debate mais estrutural, do ponto de vista econômico o qual pressupõe uma análise sobre a crise e seus rebatimentos no âmbito da superestrutura, a partir de uma ideia-chave: a existência de um giro à direita na conjuntura da América Latina.

Nesta direção procuramos fazer uma análise sobre as alianças, os arranjos políticos e os interesses das frações de classe no poder, capturando o jogo de forças que influenciam a dinâmica governista latino-americana, com uma síntese notável para os limites de um artigo.

Salvaguardadas as polêmicas e diversas concepções entre a heteróclita tradição marxista, é possível dizer, em meio à vastidão de possibilidades e direcionamentos explicativos, que algumas questões nos parecem fundamentais para entender o momento analisado: partimos do pressuposto de que estamos assistindo a um fenômeno político mais geral na América Latina que poderíamos chamar de fim do ciclo de um conjunto heterogêneo de governos que se apresentavam com alguns elementos discursivos, em maior ou em menor medida, como críticos do neoliberalismo, sejam em versões autodenominadas “neodesenvolvimentistas”, como no Brasil e na Argentina, ou “nacionalistas”, como nos casos da Venezuela, Bolívia ou Equador. Essa é uma tendência geral, reconhecendo que cada um desses governos tem especificidades expressadas pela particular relação entre as

¹ O ensaio integra os estudos e as pesquisas desenvolvidos no âmbito do GEPET - Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política e Trabalho, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, em articulação com o PRÁXIS - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande.

alianças de classes e frações de classes no bloco no poder em suas respectivas formações econômico-sociais.

Essa caracterização nos levará a demonstrar que o avanço conservador e à direita no subcontinente, não expressam episódios isolados ou separados, mas uma unidade dialeticamente engendrada. Em razão disso, temos clareza que a tarefa de avaliar o período mais recente da América Latina, não é um desafio simples, sobretudo quando vemos que o legado das formas de reorganização da crise operadas pelas frações de classe das burguesias nacionais, pesa sobre o presente de uma forma bem mais substancial do que o fora em conjunturas anteriores. Particularmente porque agora, as disjuntivas dessa crise atualizam o caráter implacável do imperialismo e neocolonialismo, atestado pela conformação geopolítica mundial.

As disjuntivas da América Latina nos marcos da crise orgânica

América Latina se encontra num processo de “fim de ciclo” de um conjunto de governos que em sua heterogeneidade são denominados como “pós-neoliberais”, “progressistas” o de “esquerda” e um giro a direita na superestrutura política.

Nesse contexto e quando se aceleram todos os processos contraditórios da crise capitalista nos marcos do imperialismo contemporâneo e avanço da ofensiva burguesa sobre os trabalhadores, inexoravelmente abre-se um campo de problematizações de ordem teórica e política como resposta à crise no interior dos projetos classistas, contribuindo para que se aprofundem os conflitos e a luta de classes na América latina na atual conjuntura.

Nossa hipótese, em relação à crise capitalista mundial de 2008 seguindo a interpretação de Gramsci é que estamos frente a uma crise orgânica, não só uma crise conjuntural, não só frente à crise de uma forma de capitalismo – à do modelo do capitalismo neoliberal – senão frente a uma crise geral do capitalismo (ROJAS, 2016).

Ensina Gramsci, que a crise embora constituinte do modo de produção e de troca – resultante da lei da queda da taxa de lucro – reflete profundamente a esfera política, uma vez que circunstâncias imediatas produzidas por situações econômicas expressam conjunturas políticas estratégicas. Daí que no centro de suas reflexões, economia e política estabelecem um vínculo profundo.

Para o pensador Sardo, a distinção entre crise orgânica e crise conjuntural é recorrente em sua análise, pois entende que a primeira é de maior amplitude e profundidade do que a segunda. Ou seja, a crise orgânica não está exclusivamente articulada à duração de uma crise conjuntural, é resultado de um conflito mais amplo entre a classe dominante e as demais frações de classe. Um tipo de crise que atinge as instituições, fazendo romper o bloco histórico vigente.

Estamos frente a uma crise profunda econômica, política e social que vai além das crises “normais” do capitalismo, as crises cíclicas, onde depois de um período de expansão temos um período de retração que serve de impulso para um novo ciclo de expansão.

Na crise orgânica, a contradição dos vínculos causais entre estrutura e superestrutura, elevada a um patamar mais alto, provoca o conflito aberto entre frações de classes e grupos antagonísticos, em virtude da incapacidade da burguesia dirigente dar conta dos problemas políticos, econômicos e culturais que eclodem na sociedade. Há o acirramento do conflito entre as classes fundamentais, abrindo-se, portanto, um período histórico repleto de convulsões sociais, políticas e econômicas (PORTELLI, 1977).

Pois bem, a configuração da crise aberta desde os anos setenta do século XX é determinante na formação de uma recomposição no interior do loco histórico a nível mundial, para responder as disjuntivas da acumulação capitalista nessa etapa de seu desenvolvimento histórico, centralizado pelo estágio imperialista contemporâneo, que tem no capital fictício sua forma de ser. Um bloco histórico onde a hegemonia é do capital financeiro sobre as demais frações do capital e as classes subalternas.

Por isso, se faz consequente analisar as determinações na estrutura vigente da composição orgânica do capital – com suas próprias leis dialéticas e tendenciais – os quais exige da burguesia dirigente e dos governos de plantão que os sustentam, uma série de respostas e ajustes para garantir a recomposição das condições de valorização do capital e, por conseguinte, a desvalorização da força de trabalho. Respostas, que significam no âmbito da movimentação burguesa a partir de seus projetos, impactos que incidem sobre os direitos do trabalho, no marco das conquistas democráticas. Em nossa avaliação essa análise, nada tem de economicista, senão que tem relação com a possibilidade realizar uma adequada análise estrutural na perspectiva de construção de uma melhor intervenção na luta de classes.

Dessa forma é possível dizer que a reorganização do desenvolvimento das forças produtivas, como medidas de enfrentamento da crise, gerou a necessidade de recomposição e ajuste entre as forças produtivas e os aparelhos de hegemonia, demandando uma nova forma de reestruturar a produção, precarizando e flexibilizando o mundo do trabalho e a sua divisão social e técnica, implementando mecanismos sócio-políticos que assegurassem à sua reprodução, a exemplo de uma maior abertura comercial e financeira, reforma nos mercados laborais, alterações na forma de apropriação/acumulação do capital sob as bases do rentismo e acréscimo da parte do valor produzido nas economias periféricas latino-americanas.

A rigor, a virulência da crise revela um processo de profunda transformação do capitalismo desde o desenvolvimento do padrão fordista/keynesiano, o qual se caracterizou pela modalidade de hegemonia do grande capital produtivo no bloco histórico ao constituir mecanismos de contra tendência à queda da taxa de lucro.

Essa caracterização histórica comporta elementos de um debate mais estrutural do ponto de vista econômico, o qual pressupõe o conceito de crise que abrange uma variedade de significados que se pode encontrar em análises marxistas de diversas procedências e fundamentos e que nos limites de um artigo, não cabe explicitar.

Importa saber, como categoria analítica, que o conceito de crise se define nos marcos do processo de acumulação, revelando em um nível mais simples, as barreiras e os limites do capital entre a mercadoria e o dinheiro no âmbito da circulação, que se expressa no sentido mercantil, na incapacidade do capital de venda e compra de mercadorias, irrompendo, portanto, ao nível mais abstrato, a desproporcionalidade em seu processo de autovalorização. Explica Marx (2002, p. 285) “A desarmonia entre a produção imediata e a circulação, resulta a possibilidade de uma crise. Desde que as diferentes fases da circulação não se encadeiem de forma contínua, há crise”.

Os leitores dessa tradição teórica sabem, que atravancado o movimento expansivo de acumulação, o capital empreende uma batalha mundial para restaurar a rentabilidade e impulsionar as taxas de lucro e o faz sob o “triumfo ideológico” do neoliberalismo, que reafirma de maneira imperativa, o significado das instâncias políticas e econômicas que consolidam a estruturação de uma crise orgânica sem precedentes, adverso inclusive da conformação anterior, a qual compunha o bloco hegemônico do grande capital no segundo pós-guerra.

Na América Latina, a prerrogativa da crise operada pelo neoliberalismo não se restringe excepcionalmente à dificuldade de escassez de produtos de matéria prima, elevação dos preços das *commodities*, redução das transferências de recursos no mercado de crédito internacional, ou ao problema do desemprego estrutural na região, mas ao efeito do esgotamento do padrão de financiamento público da economia capitalista, conduzidas por políticas de privatização/liquidação de empresas estatais e serviços públicos.

Isso equivale a dizer, que ao longo dos anos, à medida que o círculo do financiamento público, reprodução da força de trabalho e acumulação capitalista foi se aprofundando, a estabilidade desse modelo começa a oscilar, provocando um retraimento nos investimentos e na renda que deixam de ser cada vez mais nacionais, crescendo com isto, a internacionalização que retirou parte dos ganhos fiscais do Estado, deixando aos fundos públicos nacionais, o ofício de permanecer articulando e financiando a reprodução do capital e a força de trabalho. Tal processo tem sido acentuado pela manipulação dos diversos dispositivos de política econômica nos países dependentes, através das contrarreformas.

A concretização dessas medidas apresenta-se, particularmente, como um fenômeno arcaico de retomada da extração de mais valor na contemporaneidade e que se desenvolve como uma “reprodução não ex-

pandida” ou ampliada, tal como tratada por Marx. Contraditoriamente, é marcada pela especulação monetária rentável, de que é exemplo o “capital portador de juros”, convertido na forma social dominante no plano das economias internacionais e a tendência decrescente do valor de uso, cujas consequências se expressam por meio da precarização da força de trabalho e aniquilamento dos recursos naturais, cada vez mais escassos (GOMES, 2016).

Assim, por meio de um amplo consenso social, aonde a esfera financeira torna-se determinante para as novas regras em escala mundial, o Estado desempenha cada vez mais o papel de executor dos interesses da burguesia dirigente, atuando no abastecimento da liquidez necessária (monetização do capital fictício por meio de títulos da dívida) para estabilizar os mercados financeiros. E o faz garantindo a ampliação dos recursos públicos no resgate de instituições financeiras com problemas de solvência/liquidez, criando títulos públicos adicionais para a venda nos mercados (CARCANHOLO, 2017).

Desta forma, as céleres mudanças do capital financeiro produziram uma verdadeira epopeia de articulação de interesses sob a forma de *lobbying* e especulação sem precedentes, em que negócios nas áreas de câmbio, ações, bônus, títulos das dívidas públicas e derivados em geral se desenvolveram numa rapidez muito maior que as atividades produtivas e comerciais. A produção de valor gerado nessa área tem desacelerado o investimento de empresas produtivas, que na impossibilidade de gerar lucros nas mesmas proporções que a área financeira, se vê obrigados a realocar parte de seus recursos para o setor financeiro, comprometendo a sua atividade primária.

Definitivamente, esse cenário traduz mudanças no interior do estágio imperialista, conformando uma etapa na formação de uma nova articulação entre as frações de classes no interior do bloco histórico; nela a realidade se torna mais complexa, em função da fase de expansão e concentração do capital sob o marco da internacionalização da divisão social do trabalho.

Em América Latina depois de um crescimento econômico baseado fundamentalmente na exportação de matérias primas, diante de uma extensa reprimarização das economias latino-americanas, com alta nos preços das *commodities*, os quais em grande medida financiaram tal expansão, gerou um crescimento inédito em um contexto de crise. Contudo, a queda do preço das matérias primas no mercado mundial capitalista é uma realidade que os governos latino-americanos não têm controle e o fato de nenhum deles questionar a divisão internacional do trabalho, imposta pelo imperialismo – é inexorável. Como a crise econômica tem relação com as crises políticas, impacta com força e acaba com os discursos por meio do qual se ocultava a reprimarização real das economias (ROJAS, 2016).

Assim, para os países latino-americanos, a cristalização desse quadro deletério se deu a partir da definição de um processo estrutural de reprodução da dependência e da crise, o que corresponde ao maior endividamento

dos Estados, em função das medidas aplicadas pelos países centrais, de medidas voltadas para o enfrentamento da queda da taxa geral de lucro, levando os fluxos de capitais a migrar do centro para a periferia latino-americana, tanto quanto os capitais de empréstimos, como os capitais voláteis especulativos, com redução das reservas internacionais, desaceleração dos volumes de exportação, desvalorização das taxas de câmbio e pressões inflacionárias, criando assim, uma forte instabilidade econômica, política e social e maior ajuste das reformas neoliberais no subcontinente.

Diríamos então, que as necessidades vitais do capital se renovam e as formas históricas possíveis de garantir a acumulação assumem características diversas, redefinindo a composição do polo hegemônico da burguesia nos países centrais.

Do ponto de vista estratégico, a quebra das barreiras econômicas, por via de mecanismos políticos, consiste, necessariamente, na maior liberdade para o capitalismo fixar as novas regras aos países periféricos, com destaque ao papel do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, instituições financeiras reorientadas após o declínio do *Bretton Wood*, o qual impôs inúmeras reformas e ajustes estruturais, ocasionando saldos positivos para o capital. Segundo François Chesnais,

[...] como estratégia de superar as lacunas herdadas da crise de 1929, o sistema monetário internacional Bretton Woods proporcionou o crescimento econômico do pós-guerra vinte e três anos depois da dissolução desse sistema, por decisão unilateral dos EUA em 1971 (1996, p. 248).

Portanto, a súmula política desses ajustes na América Latina implicou na padronização do receituário neoliberal que se seguiu nas últimas décadas, com cortes nas despesas com políticas sociais e investimentos, reforma da previdência, flexibilização do mercado financeiro para a presença de bancos internacionais, programa de privatizações, desregulamentação das relações trabalhistas (contrarreformas), entre outros. Trata-se de políticas que incidem em uma radical desvalorização da força de trabalho, deteriorando as condições de vida da maioria da população.

Isso revela o movimento contraditório que demarca esta quadra histórica, que numa leitura acrítica, tende a esconder a sua funcionalidade à ordem do capital, demonstrando mais do que nunca, sua capacidade transformista para efetivar a dominação, realizada *mutatis mutantis* num processo contínuo de passivização da ordem, onde o Estado se redireciona para organizar o consenso e articular as práticas classistas.

A orientação da política econômica não se dilui no terreno teórico. Decanta-se no terreno político, em que se confrontam interesses. Em primeiro lugar, na luta de classes, onde se enfrenta os interesses dos capitalistas e trabalhadores, em segundo lugar a pugna competitiva que enfrenta as distintas frações do capital e os distintos capitais individuais entre si (ARRIZABALO, 2016, p. 373, tradução nossa).

Isso reflete ao nível mais abstrato, aspectos ideológicos na conformação, produção e organização do consenso, sob o qual a hegemonia se realiza e dos quais disputam grupos antagonicamente opostos. Em diversas interpretações sobre as disputas hegemônicas que conformam certos desequilíbrios em determinados padrões de dominação no interior dos Estados latino-americanos para a formação do consenso, intriga a determinados analistas de plantão, a tendência a um maior extremismo liberal dos regimes, para a manutenção de um padrão de supremacia estabelecidos pelas burguesas nos seus respectivos Estados.

Para nós, que refletimos a América Latina, desde a perspectiva do colonialismo, semicolonialíssimo, imperialismo e outras formas de relações hierárquicas de domínio nestas nações; a formação de um projeto de poder que acaudilha a política do Estado nos países do subcontinente, desde sempre esteve às voltas com uma questão crucial: a relação subordinada que eles estabelecem com os países capitalistas centrais.

Do predomínio semicolonial à dominação imperialista, os predados de dependência na economia, na sociedade, na política e na cultura dos países latino-americanos conferem a seus processos de desenvolvimento, uma forte marca de heteronomia, herdeiras da formação sócio histórica do subcontinente.

Portanto, no momento atual, o que está em jogo é o rearranjo dos mecanismos político-institucionais a uma adequação homóloga e terminante às novas condições de acumulação do capital. Isso significa dizer, que a crise atual é apenas uma manifestação particular radicada em uma crise orgânica do capitalismo, que se apresenta, sobretudo, como uma crise de hegemonia, revelando assim, a incapacidade da burguesia dirigente em administrar as exigências da acumulação mundial do capital e os próprios fundamentos de adesão e consentimento do status quo. Mas logicamente que não são movimentos só da estrutura, senão que tem relação com as classes e as frações de classes na sua luta inter-burguesa e fundamentalmente com a luta de classes nos confrontos com a classe trabalhadora e setores subordinados da sociedade.

Nesse sentido, observamos que a conjuntura atual latino-americana é marcada pela crise orgânica, os quais deve-se analisar país por país. No caso do Brasil, foram visíveis no último decênio, diversas situações com elementos de direita com a expansão dos aparelhos coercitivos (forças armadas, polícia e judiciário) e por uma etapa de criminalização da pobreza, de militarização das expressões da questão social, com o monitoramento grevista, das leis e da própria intervenção do Estado na economia que se ampliaram, sobretudo em variáveis públicos dos juros, do orçamento e câmbio. Demonstrando com isso a capacidade que o Estado, junto com o grande capital nacional e internacional tem de expropriar a classe trabalhadora e explorá-la na extração de mais valia nas suas formas absoluta e relativa.

Isso explica muito a expansão dos aparelhos coercitivos tradicionais e o papel do judiciário nos processos da operação lava-jato no Brasil, como aperfeiçoamento e ampliação de tais aparelhos para a exploração e expropriação do Estado e seus diversos aparelhos de geração de consenso, dos quais é exemplar o discurso ideológico com elementos conservadores e um discurso fascizante, com implicações diretas em sua condição democrática.

Nestas situações, de forma um pouco mais ou menos organizada entre os países latino-americanos, as saídas políticas, mesmo entre aqueles que aspiram à continuidade destes governos, se dão por direita (ROJAS, 2016). Por exemplo, podemos mencionar o caso da Argentina, com o sucessor de Cristina Kirchner, o eleito a então Presidente desde 2015, Marcelo Macri, o qual aprofundou o modelo neoliberal. E no Brasil o golpe institucional desferido pelo PMDB contra o lulopetismo, os quais evidenciam a situação de fragilidade das formações políticas dos governos progressistas latino-americanos e as instabilidades de suas coalisões. É assim, muito esclarecedora a reflexão de Gramsci, sobre as variadas formas que podem assumir os partidos orgânicos no processo histórico:

Será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar de “partido político”? Pode-se observar que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público (2000, p. 349-350).

Dialeticamente, podemos dizer que, si por um lado tem-se elementos à direita nas conjunturas políticas, que diferenciamos hoje de uma situação reacionária, por outro, tem-se fenômenos à esquerda. No caso do Brasil, a greve do dia 28 de abril de 2017² colocou em cena a classe trabalhadora com seus métodos de luta, o que não se pode dizer o mesmo do dia 30 de junho, que só não foi maior em função da tática defensiva das centrais sindicais. No caso da Argentina, é exemplar o caso dos trabalhadores de PepsiCo³ que articula sindicalismo de base articulado com os Parlamentários Revolucionários do Partido de Trabalhadores Socialistas (PTS) conseguiram frear, por enquanto, à reforma trabalhista no país.

² Cf. *A greve geral mostrou a força de milhões de trabalhadores: nós podemos derrotar Temer*. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/A-greve-geral-mostrou-a-força-de-milhões-de-trabalhadores-nós-podemos-derrotar-Temer>. Acesso em: 27 de agosto de 2017.

³ Cf. *PepsiCo: lucros milionários e demissões em massa na Argentina*. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/PepsiCo-lucros-milionários-e-demissões-em-massa-na-Argentina>. Acesso em 28 de agosto de 2017.

O que se observa claramente, ao longo da década é que o capital político destes governos progressistas foi desfazendo-se. Como “tudo que era sólido se desmancha no ar” (MARX, 1998), o modelo extrativista, centrado na mineração e expansão da matriz petroleira, foi bloqueado, o crescimento econômico desacelerou, a corrupção veio à tona e, eventualmente, o personalismo de alguns líderes marcou uma mudança no sentido do populismo.

Enquanto os impactos da crise se manifestam de forma diferenciada em termos geográficos e temporais, é inegável que nos últimos quatro anos, a crise impactou com força na América Latina e no Brasil. Estes movimentos na estrutura abalaram as bases sociais da mencionada reprodução política (ROJAS, 2016).

Giro à direita na superestrutura da América Latina

As classes dominantes do subcontinente sempre se mostraram incapazes de implementar sequer um projeto burguês nacional autônomo. Os integrantes dessa classe estão impetuosamente interessados em manter-se em um estado de atraso, se projetando para fora das suas próprias economias à procura de mercados externos aos quais possa se subordinar.

Em definitivo, pode-se dizer, que do predomínio colonial aos países semicoloniais à dominação imperialista, os predicados de dependência na economia, na sociedade, na política e na cultura dos países latino-americanos conferem a seus processos de desenvolvimento, uma forte marca de heteronomia e “modernização conservadora”, herdeiras da formação sócio histórica do subcontinente.

Como assinalamos a configuração da crise aberta a partir de 2008, efetivamente consolida a formação de um novo bloco histórico a nível mundial que vinha se constituindo desde o ajuste neoliberal no final dos anos 1970, provocando assim uma rápida movimentação geopolítica para responder as disjuntivas da acumulação capitalista nessa etapa de seu desenvolvimento histórico, centralizado pelo estagio imperialista contemporâneo, cujos efeitos demolidores são múltiplos e conflituosos, não só do ponto de vista econômico e político, mas ao nível societário e civilizatório.

Poder-se-ia dizer, precisamente ao nível da conjuntura, na qual se mesclam políticas clássicas de ajuste, de transferência direta de ingressos aos setores mais concentrados, o avanço de um conservadorismo social e territorial através de uma “nova direita”, que cada vez mais pressiona os governos de plantão para a adoção de medidas duras como resposta à crise,

Por conseguinte, a América latina, não passaria incólume, nem mesmo ao fato de mais de uma década de governos progressistas e integração latino-americana, indicando por assim dizer, que na conjuntura atual um “espectro ronda” o subcontinente: o espectro da direita. Senão vejamos:

Em pouco menos de dois anos do escrito deste ensaio teórico, os governos de direita tem avançado: por meio da conquista das eletivas na Argentina com o triunfo de Mauricio Macri nas eleições presidenciais, a derrota de Evo Morales no referendo na Bolívia para sua re-reeleição, a destituição Dilma Rousseff da Presidência do Brasil através de um golpe institucional, a derrota de Maduro nas eleições legislativas na Venezuela. Tudo isso no marco de um avanço das medidas bonapartistas dos governos e particularidades em cada um desses países, os quais não cabem no limite de um artigo problematizar.

Ainda que se considere a heterogeneidade estrutural da América latina, podemos dizer que a conjuntura aponta processos de uma crise de regime em alguns países, acompanhando uma tendência que se internacionaliza, a exemplo da Colômbia, do Chile e do Brasil.

Na análise da realidade e para além da aparência, a pergunta seria? Podem-se conciliar políticas de ajuste e ao mesmo tempo respeitar os mandatos populares enquanto se caem os preços de petróleo e do conjunto das matérias primas no mercado internacional?

Como assinalamos, a economia condiciona claramente para explicar essa conjuntura de crise, mas abre as possibilidades de luta de classes. E assume um papel central desde um ponto de vista político para os governos de centro-esquerda, que lograram um êxito relativo e imediato em seus projetos populares, quando confrontados com o projeto neoliberal na América Latina.

Nos argumentos da bibliografia geral, afirma-se que nos discursos desses governos existe uma mudança na retórica frente ao modelo neoliberal, o que é um elemento ideológico e político significativo, mas não substantivo. No Brasil, isto está expresso na formulação da necessidade de erradicar a fome, no apelo aos pobres, inclusive na crítica as privatizações; [...] (ROJAS, 2014).

Nesse sentido, por um lado é bem verdade, que não se pode falar de um processo de direitização, sem apontar para a direção de um projeto revestido de autoritarismo de determinadas frações de classe, que agora se juntam ao bloco de poder neoliberal para travar uma batalha frente aos projetos denominados democráticos populares no subcontinente. A derrota dos governos pós-neoliberais expressam também a derrota dos governos democrático-populares, visíveis no caso brasileiro a partir das eleições de 2014. Na avaliação de Marcelo Badaró Mattos,

A manifestação mais acentuada dos efeitos da crise econômica internacional sobre o país gerou uma resposta pós-eleitoral conservadora e ortodoxa do governo reeleito, com a adoção das internacionalmente conhecidas medidas de “austeridade”. Os cortes do orçamento público nas áreas sociais – especialmente na Educação – e a retirada de direitos relativos ao seguro-desemprego e pensões de viúvas foram às primeiras indicações de que mais uma vez a conta da crise deveria se pagar pelos

trabalhadores [...] assim, não haveria por que esperar que a classe trabalhadora fosse às ruas defender ²seu governo contra as ameaças da direita golpista (2016, p. 98).

Em uma análise classista coerente, é impossível não constatar o esgotamento do projeto conhecido historicamente no Brasil, como democrático popular, de base operária e hegemônica pelas frações burguesas vinculadas ao capital financeiro nacional e internacional e às grandes burguesias internas brasileiras, que não coloca em questão a divisão internacional do trabalho construída pelo imperialismo e que se nega a assumir sua situação de semicolônia, o que permitiria sob a direção da classe trabalhadora empreender uma luta anti-imperialista e socialista consequente (ROJAS, 2014).

Por outro lado e em certa medida, a conjuntura política revela que há uma crise política, que não se resume apenas às disputas entre a direita conservadora e a esquerda supostamente possível no subcontinente, os quais se expressam no fracasso das polaridades entre projetos “democráticos” na América latina, que em termos estruturais mudaram muito pouco a estrutura de cada país com suas oposições à direita. Não estamos falando que tudo é o mais do mesmo, senão que é preciso entender que uma saída política pela esquerda tem que se basear na independência política dos dois blocos.

Pois bem, seguindo essa linha de argumentação, que parece indicar a necessidade de articulação desses elementos com o avanço da direita conservadora, que aprofundam sua aliança com o projeto neoliberal numa polarização com os projetos democráticos populares latino-americanos, os quais, em alguma medida permitiram tal avanço e agora só tem para oferecer um passado que não volta, pode-se dizer que a tentativa de uma democratização sem ruptura do Estado no marco de um programa democrático popular, se esgotou nos limites estruturais das possibilidades de ação política nos marcos do Estado burguês e da governabilidade (ROJAS, 2014b).

O avanço que se processa nessa reflexão é inequívoco, sobretudo quando se faz menção a vaga histórica deixada pelos projetos populares na América Latina, sob a qual a direita articula claramente para seu êxito, a mídia, o poder judiciário e o parlamento, cujas ideologias se apresentam como vontade geral, fazendo assim, ganhar-se tempo na superestrutura, enquanto agigantam-se a tensão social. Até porque é no terreno da moral e da cultura que a direita ganha espaço, tanto entre a classe média quanto em meio às classes subalternas. Na avaliação de Bianchi,

[...] o darwinismo social, uma ideologia que muitos consideravam confinada ao século XIX, ressurgiu com força, lado a lado com a defesa estridente da meritocracia. Junto com esses valores e essa ideologia espraíram-se desavergonhadamente, os discursos homofóbicos, machistas, racistas, autoritários e elitistas, as manifestações mais abjetas de uma

visão de mundo hierárquica e preconceituosa que expressa às profundas clivagens sociais existentes em nossa sociedade (2016, p. 122).

Ao fim e ao cabo, esse cenário traduz mutações no interior do estágio imperialista. Configura um novo momento na conformação do novo bloco histórico; nela a realidade se torna mais complexa, porque a fase de expansão e concentração do capital, levado às últimas consequências pela internacionalização da divisão social do trabalho, alterou o padrão de acumulação, condicionando a movimentação burguesa por meio de suas frações de classe, a redefinir suas estratégias em escala planetária, reabrindo um período histórico de regressão social em todos os quadrantes (ARRIZABALO, 2016).

Mais importante, todavia, é compreender que as disjuntivas da crise na América Latina, abre um espaço político-histórico para a luta de classes, o qual promete uma movimentação e aceleração nos processos sociais antagônicos, pondo fim a uma era de conciliação pelo alto e administração da ²pequena política² de alianças, conduzidas pelos governos progressistas e democrático-populares.

Neste contexto mais que nunca é preciso recuperar de forma ofensiva o marxismo em termos teóricos e políticos para realizar uma análise das crises e das estruturas para organizados politicamente poder realizar uma melhor intervenção na luta de classes de forma independente dos patões, dos governos e do Estado. Para não nos resignarmos a uma direita cada vez mais autoritária nem a miséria do possível que já vemos onde termina.

Considerações finais

Com a lucidez da complexidade dos aspectos que envolvem o tema e também a noção das limitações analíticas contidas neste artigo, arriscamos indicar que a conjuntura de crise na América Latina a partir de 2008, tem sido marcada pela dialética entre continuidades e rupturas nos marcos da quadra histórica neoliberal. Inserido num pacto essencialmente conservador, a hegemonia imperialista no subcontinente, reatualizou à ordem do dia, as raízes ideológicas da direita conservadora.

Como vimos essa caracterização do momento comporta elementos de um debate mais fundante do ponto de vista da crítica da economia política, o que significa analisar estrutura e conjuntura, sob as quais emerge e se desenvolve a crise capitalista na particularidade da América Latina, assinalando particularidades do percurso dos governos pós-neoliberais, que permitam desentranhar as contradições da vida política no subcontinente.

A rigor, pudemos verificar que o conjunto dessas mudanças, como referência ao pragmatismo político e econômico que se instalou nos países

latino-americanos, faz parte constitutiva da hegemonia neoliberal, correspondendo a uma estratégia de passivização do Estado, numa direção clara de construção de contra tendências e busca de espaço para a valorização do capital, que procura reverter à crise, sob a lógica da regressão social e do que se tem de mais atrasado e conservador em termos de projetos políticos.

Esse processo como já salientamos, se articula com tendências sociais mais amplas. O giro à direita na América Latina aparece como um momento de articulação política das forças e frações de classe burguesa, jogando um papel ofensivo na adequação tática aos problemas colocados pela ideologia da governabilidade em uma situação de crise orgânica, proporcionando continuidade ao quadro neoliberal.

Aos que apostaram que a realização das transformações necessárias à nossa sociedade, poderiam se dar sem rupturas profundas com os projetos políticos que compõem a base de sustentação do capital, acabaram por reforçar a racionalidade que alhures negavam, realizando o chamado transformismo.

Referências

ARIZABALO, X. M. *Capitalismo y Economía Mundial: Bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI*. 2. Edición, Madrid: Instituto Marxista de Economía (IME), 2016. 720p.

BIANCHI, A. A guerra que estamos perdendo. In: Felipe Demier e Rejane Hoeveler (orgs.). *A onda Conservadora: Ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

CARACANHOLO, M. D. *Dependencia, Super-explotación del trabajo y Crisis: una interpretación desde Marx*. Madrid: Maia ediciones, 2017.

CHESNAIS. F. (org). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

GOMES, C. M. C. *La pobreza y la desigualdad integradas en el modelo de desarrollo brasileño*. Anais, III Conferencia Internacional de Sociología de las Políticas Públicas y Sociales: Globalización, Desigualdad y Nuevas Insurgencias. Facultad de Economía y Empresa. Universidad Zaragoza, 1-2 jun.2017.

_____. *Em Busca do Consenso: Radicalidade democrática e afirmação de Direitos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

_____. O neodesenvolvimentismo brasileiro e o programa de reformas de combate à pobreza na era Lula. *Projeto de Pesquisa*. CNPq/MCT/UNIVERSAL 14/2014. UFPB/João Pessoa.

MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I, vol. 1, 20.ed Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. 7 edição (Tradução Maria Lúcia Como). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MATTOS, M. B. De Junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (orgs.). *A onda Conservadora: Ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

ROJAS, G. A. Fim do ciclo petista, as esquerdas no processo eleitoral e sua construção política. In: *Dossiê esquerdas, eleições e transformações estruturais da sociedade brasileira*. Setembro de 2014a. Disponível em: marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/09/Gonzalo-Rojas-dossie.pdf Acesso: 20/05/2016.

_____. *A crítica da razão populista: bonapartismo e democracia nos governos “pós-neoliberais” latino-americanos?* IX Encontro da ABCP. Brasília – DF, 04 a 07 de agosto de 2014b. Disponível em http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403749023_ARQUIVO_rojasufcgabcp2014.pdf Acesso em: 26/06/2016.

Recebido em 20 de agosto de 2017.
Aprovado para publicação em 05 de setembro de 2017.
DOI: 10.12957/rep.2017.30374



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Guerra y paz en Colombia: introducción al caso de las Farc

Guerra e paz na Colômbia: introdução ao caso das Farc

War and Peace in Colombia: introduction to the Farc Case

Sergio Quintero Londoño*

Resumen – En este artículo se presenta la génesis del último ciclo de violencia vivido en Colombia (1946-2017), producto del enfrentamiento entre las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (Farc) y el bloque hegemónico de poder, con el Estado como su mayor representante. El eje central de análisis aborda la acción coercitiva del Estado como un *modus operandi* que se presenta a lo largo de la mitad del siglo XX e inicios del XXI. El proceso de conciencia analizado a partir de la tradición marxista y algunos elementos de psicología social permiten ver las transformaciones de las Farc en el tránsito de *Autodefensas Campesinas* a una *guerrilla* orientada por una estrategia político-militar hacia la toma del poder. Finalmente, se expone de manera introductora la apertura de los diálogos de paz como síntesis de la contradicción, donde, al poner fin a la guerra, se abren posibilidades para la democratización política y económica del país.

Palabras clave: Colombia; Farc; guerrilla; Estado; Violencia.

Resumo – Neste artigo se apresenta a gênese do último ciclo de violência vivido na Colômbia (1946-2017), produto do enfrentamento entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o bloco hegemônico de poder, sendo o Estado seu maior representante. O eixo central da análise aborda a ação coercitiva do Estado como o *modus operandi* que se apresenta ao longo da segunda metade do século XX e início do XXI. O processo de tomada de consciência, analisado a partir da tradição marxista, e alguns elementos da psicologia social permitem ver as transformações das Farc de *Autodefesas Camponesas* a uma *guerrilha* orientada pela estratégia político-militar em direção à tomada de poder. Finalmente,

* Assistente Social na Universidad de Caldas – Colômbia. Doutorando em Serviço Social na Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Pesquisa *Estado, Classes Trabalhadoras e Serviço Social no Brasil* (NECLATSS). Integrante do Trabalho Social Crítico – Colômbia. *Correspondência:* Universidade do Estado de Rio de Janeiro – Faculdade de Serviço Social. Rua São Francisco Xavier, 524/ CEOL, 8º andar, Bloco D – Maracanã, Rio de Janeiro. CEP: 20550-900. *Email:* <seranquilog@hotmail.com>.

expõe-se de maneira introdutória a abertura dos diálogos de paz como síntese da contradição, em que, ao pôr fim à guerra, abrem-se possibilidades para a democratização política e econômica do país.

Palavras-Chave: Colômbia; Farc; guerrilha; Estado; Violência.

Abstract – This article presents the origins of the last cycle of violence in Colombia (1946-2017), a product of the confrontation between the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC, in Spanish) and the hegemonic bloc of power, with the State as its main representative. The central point of analysis is the State's coercive action as a *modus operandi* that appears throughout the 20th century and beginning of the 21st. The process of conscience, analyzed from the Marxist tradition's point of view and some elements of social psychology, show the transformations of the FARC from self-defense forces to a guerrilla oriented by a political-military strategy towards the seizure of power. Finally, it is presented an introduction to the opening of peace talks as the synthesis of contradiction, where the end of the war opens up possibilities for the political and economic democratization of the country.

Keywords: Colombia; Farc; guerrilla; State; violence.

Introducción

La historia de Colombia, al igual que la gran mayoría de los países latinoamericanos se inscribe en la historia del desarrollo capitalista *periférico*. Su particularidad obedece a que desde el siglo XIX, cuando se convierte en Estado-Nacional republicano, ha tenido que priorizar el uso de la violencia política para desempeñar el papel subsidiario a las economías hegemónicas del *capitalismo central*.

La tradición marxista, al indagarse sobre el modo de producción capitalista encuentra en el Estado un eje central para la comprensión del sistema, reconociendo que este puede y debe cumplir diversas funciones subsidiarias del capital. Mandel (1982) identifica tres funciones básicas del Estado (simultáneas y/o alternas), las cuales consisten en: a) ejecutar acciones represivas para el control social, b) implementar medidas legitimadoras que contribuyan en la cooptación de diversos sectores sociales y c) garantizar la reproducción ampliada del capital a partir de su intervención directa en la economía.

En el escenario político de Colombia, la forma de administración gubernamental se mantiene reducida al poder bipartidista de Liberales y Conservadores, haciendo del Estado un escenario que perfecciona su capacidad policiaca y militar para el ejercicio de la violencia (aliada a organismos internacionales), en detrimento de la garantía de derechos sociales. Durante las décadas de 1940 y 1950, la respuesta organizada de la clase trabajadora ante la violencia estatal y la negación de derechos toma diferentes formas, entre las que se destacan las autodefensas armadas y grupos guerrilleros,

siendo las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (Farc) el proceso más antiguo y conocido¹.

La interpretación de la guerra es tan variada como variados son los actores que en ella se encuentran; de igual forma, en el campo académico se han enfrentado interpretaciones subjetivistas y estructuralistas; no obstante, en el presente análisis se adopta una interpretación en la que se muestra el origen y desdoblamiento de la guerra como una relación contradictoria entre sujetos y estructuras, propias del modo de producción capitalista:

Una de ellas considera que el conflicto armado, así como todas las manifestaciones de insurgencia o resistencia tienen como referente explicativo el orden social vigente que, sin duda, responde a las características esenciales del sistema capitalista, cuya existencia es reconocida en nuestra contemporaneidad como socialmente existente, con independencia de su valoración positiva o negativa, o de los entendimientos múltiples que hoy se presentan sobre sus transformaciones y efectos. (MONCAYO, 2015, p. 15)

En este orden de ideas, se debe entender la guerra como un desdoblamiento lógico que caracteriza las contradicciones del capital, que en el caso colombiano asume una forma particular (sin dejar a responder a la tendencia general). El carácter represivo del Estado asume una doctrina militar *contrainsurgente* de combate al *enemigo interno*, sustentado en la política internacional aliada al capital monopolista, que reprime y persigue las organizaciones guerrilleras, así como el pensamiento crítico y las organizaciones sociales de oposición.

Sin ser un documento histórico-cronológico, se abordan dos contextos históricos que permitan entender el surgimiento de las Farc y su momento actual. A continuación se desarrollará la premisa fundamental de que la historia de Colombia se inscribe en las relaciones contradictorias del capitalismo, dentro de las cuales, en el campo económico ha establecido algunas particularidades que son subsumidas por el movimiento general del capital, mientras que en el campo político, se prioriza la *coerción* y la violencia, consolidando un proceso de desarrollo capitalista vía “*junker*”.

El análisis en cuestión constituye una interpretación cualitativa sobre el origen de uno de los actores de la lucha de clases en Colombia, para lo cual se recuperan documentos históricos y textos recientemente publicados en el contexto de posible fin de la guerra. A partir de la interpretación materialista de la historia, inspirada en la tradición marxista, se analiza el origen de la guerra como una expresión clara de la lucha de clases en un escenario particular del *capitalismo periférico*. Sin subvalorar los aportes

¹ Durante la segunda mitad del siglo XX, como organizaciones insurgentes en el campo militar, además de las Farc, se encuentran el Ejército de Liberación Nacional (ELN), el Ejército Popular de Liberación (EPL) y otras organizaciones extintas, como la guerrilla indígena Manuel Quintín Lame, el Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), la Corriente de Renovación Socialista y el Movimiento 19 de Abril (M-19).

de otros autores, se toman como referencias centrales para la interpretación del objeto a Nicolás Maquiavelo, Mauro Iasi y Germán Guzmán. La exposición se presenta en 3 partes, a saber: i) Violencia política y constitución del capital, ii) Violencia insurgente y lucha de clases, y iii) Acabar la guerra para democratizar el país.

Violencia política y constitución del capital

Aunque Nicolás Maquiavelo es insuficiente para analizar plenamente la violencia política del siglo XX, al tener en cuenta su exposición, se encuentran tendencias que ayudan en la comprensión del carácter coercitivo del Estado colombiano.

La condición ideal en la que se debe ubicar un príncipe para gobernar debe ser la de *amado y temido*; sin embargo, al reconocer que la unión de estas características es una combinación inusual, Maquiavelo expresa la necesidad de inclinarse para conquistar la segunda. “Se responde que se quiere ser las dos cosas; pero, como es difícil conseguir ambas a la vez, es mucho más seguro ser temido primero que amado, cuando se tiene que carecer de una de las dos cosas” (MAQUIAVELO, 1986, p. 69).

Aunque advierte la necesidad de evitar el odio, es claro que el control coercitivo hace parte del comportamiento “necesario” para mantenerse en el poder del Estado. Para el autor italiano, ante la ausencia del poder centralizado, la sociedad puede caer en una anarquía que se alimenta del odio y las contradicciones de los hombres, impidiendo un avance en el desarrollo político y económico. La garantía de “estabilidad” se encuentra en el supuesto uso adecuado de la *ley* y las *armas*.

Según Maquiavelo, las leyes permiten una orientación en la conducta de los seres humanos, posibilitando su convivencia; sin embargo, por sí solas las leyes no tienen las condiciones para hacer cumplir los mandatos, pues constantemente surgen cuestionamientos e incluso levantamientos que, no sólo discrepan de ellas, sino que las pretenden destrozarse para crear otras nuevas. “Debéis, pues, saber que hay dos maneras de combatir: una con las leyes y otra con la fuerza; la primera es propia del hombre, la segunda lo es de los animales; pero, como muchas veces la primera no basta, conviene recurrir a la segunda” (MAQUIAVELO, 1986, p. 72).

Por tanto, para garantizar la cohesión social y del Estado, quien tenga el poder debe hacer uso de la violencia, impidiendo cualquier tipo de violación a la norma que pueda vulnerar el orden establecido. Las armas deben ser el principal instrumento en la defensa del poder, y para ello se debe estar dispuesto a llegar hasta las últimas consecuencias.

La guerra es el camino necesario para mantenerse o vulnerar el poder de gobernar. Quien tenga el poder que le permita direccionar un país debe ser consciente de los peligros que corre, y debe identificarlos para po-

der generar respuestas inmediatas que impidan el crecimiento del peligro. Conocer las comunidades y estar cerca de ellas permite observar los cambios que pueda sufrir, al igual que los planes conspirativos que se estén gestando. En tal caso, el ejercicio de la violencia se debe activar aniquilando cualquier vestigio insurgente, a manera de *guerra preventiva*.

Los cuales príncipes no solamente han de tener cuidado con los desórdenes que pueden desencadenarse en el momento presente, sino que han de prever los futuros y evitarlos con destreza: porque, teniendo precaución de que no ocurra ningún contratiempo en el presente, se prevé todo contratiempo venidero y se evita; porque el prevenir a distancia admite remedio, sin embargo, si esperamos a que el peligro se nos eche encima, es ya imposible aplicar remedio, porque el mal se ha hecho crónico. (MAQUIAVELO, 1986, p. 14)

Además del análisis político de Maquiavelo, es necesario tener en cuenta el momento histórico en que el capitalismo se instala plenamente en la región latinoamericana (primera mitad del siglo XX) y las particularidades político-económicas en la configuración de la burguesía periférica; esta contextualización abre una línea interpretativa para la violencia política en el marco del capitalismo.

De acuerdo a lo anterior, se debe prestar atención sobre tres elementos centrales que permiten profundizar el análisis; en América Latina: a) la burguesía periférica se consolida cuando el capitalismo monopolista se ha tornado hegemónico en la economía mundial, b) se presenta una asociación entre capital *central* y *periférico*, controlada por parte del primero sobre el segundo; c) las burguesías *capitalistas periféricas* no rompen con las relaciones socio-políticas y económicas de grupos y clases dominantes “precapitalistas” o no capitalistas. Estas tres características estarán determinadas por el uso de la violencia política de los sectores hegemónicos en contra de las clases subalternas².

La división internacional del trabajo, y el lugar predeterminado que cumplen los países periféricos en la economía mundial, impiden que en las propiedades latifundistas se introduzca el pleno desarrollo técnico y tecnológico, al tiempo que se intensifican jornadas de trabajo sin la mediación de contratos laborales, negando los derechos más básicos como salario mínimo, salud, pensión, seguro de accidentes y prestaciones sociales. Grandes extensiones de tierra son concentradas en manos de terratenientes que, adheridos al pensamiento conservador y a la iglesia católica, se resisten a implementar formas de producción modernizadas en el campo.

La forma a través de la cual se explota la tierra y se ingresa en el mercado internacional hace que los trabajadores vendan su fuerza de trabajo

² Para un análisis detallado sobre el desarrollo del capitalismo en América Latina, ver Aricó (1980), Cueva (1977), Fernandes (2009) y Mariátegui (2010).

por debajo del *valor* necesario para su plena reproducción; tengan intensas y prolongadas jornadas de trabajo, mientras que la venta de materias primas en el mercado mundial se realiza con bajos precios, facilitando la reproducción del capital monopolista en los países centrales³.

Sobre la estructura político-económica de mediados del siglo XX, Antonio García (1972, p. 59) explica:

Desde el punto de vista de la economía empresarial, esos niveles de irracionalidad e ineficiencia se expresan en el hecho de que los grandes latifundios, acaparando un exceso de tierras, tienen una bajísima capacidad ocupacional y una exigua participación en el valor de la producción agropecuaria; y de que los minifundios, padeciendo una aguda escasez de tierra, deben soportar una elevada sobrecarga de mano de obra y tener una muy baja participación en el valor total de la producción, no obstante que su productividad por hectáreas es usualmente más elevada que en los latifundios. [...] En Colombia, las capas minifundistas, con el 5% de la tierra agrícola, debe ocupar el 58% de la mano de obra y contribuir con el 21% de la producción agropecuaria; y los grandes latifundios, con cerca de la mitad de la tierra agrícola (45%), apenas ocupa el 4% de la mano de obra y contribuye con el 15% del valor total de la producción.

La combinación de características modernas y “premodernas” no solo obedece a la capacidad o incapacidad de las clases hegemónicas, sino también a la composición plural de los trabajadores y sectores insurgentes, que no se reducen al proletariado urbano industrial. La forma dependiente de la economía y el desarrollo político, inscrito en la dinámica inmanente del capital es el resultado del enfrentamiento entre una gama diversa de sectores de clases sociales y las propias contradicciones del capital bajo una estructura de *poco desarrollo de fuerzas productivas*, que se ha especializado en la transferencia de *valor*.

En Colombia, la configuración de la producción mercantil capitalista se instala principalmente en los centros urbanos durante los años 1920 y 1930, cuando se genera un primer intento de desarrollo industrial que, aunque incipiente y sin romper las formas tradicionales de explotación rural, consigue reestructurar en gran medida la composición del campo y la ciudad⁴.

Con la ruptura de la hegemonía conservadora (1903-1930), y con el control del poder estatal por parte de la hegemonía liberal a partir de 1930, se inician reformas político-económicas que generan fuertes con-

³ La forma de reproducción capitalista en América Latina se logra a través de lo que Marini denominó “superexplotación”. Ver Marini (2012).

⁴ Se estima que durante los años 20, la población rural constituye el 70% de los habitantes del país, y la economía nacional se basa en agroexportaciones y extracción de materias primas. Según datos analizados por María Eugenia Martínez (1981), en el periodo de 1918 a 1928 Bogotá pasa de 144.000 habitantes a 235.000, Medellín de 80.000 a 120.000, Cali de 45.000 a 124.000 y Barranquilla de 64.000 a 140.000.

tradiciones en la búsqueda de consolidar el modo de producción capitalista. Si en la vida rural los impactos de la Ley nº 200 del 1936 (basada en la sentencia de la Corte Suprema de Justicia del 15 de abril de 1926) permiten parcialmente la apropiación de la tierra por parte de campesinos organizados, al tiempo que estimula el desarrollo capitalista agrario, en las ciudades, la consolidación de la industria y la nueva clase proletaria, regida con la naciente reforma laboral, tributaria y de educación, generan condiciones más avanzadas para una instauración plena del modo de producción y reproducción del capital, y con ello el enfrentamiento de clases que lo caracteriza.

El Partido Comunista, creado en 1930 e influenciado por la Tercera Internacional, intenta avanzar en la creación de Frentes Populares y procesos de unidad; como consecuencia de esta estrategia se crean las Ligas Campesinas, Sindicatos Agrarios, y procesos organizativos en la región del Sumapaz, Tequendama, Tolima, Huila y Valle. Además de la influencia comunista, algunos sectores radicales del liberalismo establecen contacto y avanzan en procesos organizativos con campesinos en diversas zonas, especialmente de la Región Andina.

La división del Partido Liberal en las elecciones presidenciales de 1946, lanzando dos candidatos (Gabriel Turbay y Jorge Eliecer Gaitán), permitió el triunfo de Mariano Ospina Pérez, quien ocupa la presidencia de la República en representación del Partido Conservador (1946-1950), ejecutando un proceso radical de contrarreforma (basado en la Ley nº 100 de 1944). A partir de 1946, el poder ejecutivo y legislativo conservador se caracteriza por estimular una oleada de violencia contra todas las organizaciones populares, especialmente contra los sectores de influencia liberal gaitanista y comunista; tarea en la que el ejército y policía desarrollan una evidente labor represiva dando inicio al periodo de “La Violencia”⁵.

El peligro que representa la alternativa política liderada por Jorge Eliecer Gaitán, con amplias posibilidades de triunfo en las elecciones presidenciales de 1949, radicaliza la reacción conservadora que, habiendo instigado la violencia desde 1946, se agudiza con el asesinato del caudillo el 9 de abril de 1948. Con los acontecimientos del Bogotazo⁶ la lucha de clases en Colombia adquiere nuevo nivel: por un lado se develan los alcances de las clases hegemónicas ancladas en los partidos políticos tradicionales con el ánimo de salvaguardar sus intereses oligárquicos; mientras que por otro lado se explicita la fuerza con la que podía reaccionar la clase trabajadora sometida a condiciones de pauperismo.

⁵ De acuerdo con el análisis de “violentología”, entre 1946 y 1953 se vivencia el periodo de “La Violencia” (con V mayúscula) estimulado por las medidas represivas de los presidentes conservadores Mariano Ospina Pérez y Laureano Gómez, que arrojan como resultado más de 240.000 víctimas mortales.

⁶ Se conoce como “Bogotazo” al levantamiento popular como forma de respuesta ante el asesinato de Jorge Eliecer Gaitán. Los enfrentamientos tuvieron como epicentro la ciudad de Bogotá, sin embargo, diversos autores, entre lo que se encuentra Jacobo Arenas (1972), argumentan su desarrollo e impacto nacional. Para muchos analistas, esta fecha es la que inaugura el ciclo de violencia que se extiende durante el resto del siglo XX.

Desde el 1946, la acción violenta “legal” se encuentra bajo el comando del ejército y la policía, mientras que “Los Pájaros” y “Chulavitas”, nombre con el que se conocían los grupos de pistoleros a sueldo, ejecutan “la violencia extra-legal”. Como respuesta a los acontecimientos del Bogotazo, el régimen conservador depura las fuerzas militares, garantizando una cohesión interna que se extiende hasta 1958 sustentada en el Decreto ley 2311 de 1953; por su parte, el cierre del Congreso decretado en 1949 consolida las políticas represivas y excluyentes⁷.

La persecución hacia las organizaciones y poblaciones de influencia liberal y comunista se da en un ambiente de sevicia, recurriendo al terror como práctica cotidiana, tanto en el campo como en la ciudad. Decenas de relatos pueden ser reproducidos para demostrar la barbarie que caracteriza la violencia de los años 1940 y 1950, no obstante, una síntesis general podría ser reconocida en una carta escrita por campesinos del departamento de Antioquia en julio de 1951:

Hijos y padres caen asesinados en la oscuridad de la noche o a la claridad del día. Unas veces dormidos; ya limpiando sus sembrados o bien transportando sus frutos hacia el pueblo... Multitud de campesinos abandonan, unos sus chozas y sus huertas; otros durante semanas y semanas duermen en el monte sujetos a las inclemencias del tiempo. [...] Cadáveres de nuestros hermanos hemos tenido que dejar a la intemperie y huir. Hijos agónicos hemos tenido que recoger en nuestros brazos. (GUZMÁN apud GUZMÁN; BORDA; UMAÑA, 2014)⁸.

Un análisis sistemático de “La Violencia” evidencia que esta es el medio para la concentración de la tierra, el desarrollo industrial capitalista, y la represión contra diferentes sectores de la clase trabajadora.

En el caso específico del sector campesino, principal víctima de la violencia, se pueden identificar tres consecuencias: a) grupos significativos de pequeños propietarios y jornaleros son asesinados (casi 300.000), b) otros son desplazados hacia las ciudades como fuerza de trabajo para la nueva industria (ubicando a casi el 70% de la población en la zona urbana), y c) otros se desplazan hacia el interior de la selva colonizando nuevas regiones, asumiendo medidas de *autodefensa armada* y *grupos guerrilleros* para evitar futuros ataques conservadores⁹.

⁷ Vale la pena recordar que incluso en el Congreso de la República, el 9 de septiembre de 1949, un poco antes del cierre decretado por Mariano Ospina Pérez, se presentó un enfrentamiento armado entre los parlamentarios, donde murió un representante liberal y varios resultaron heridos.

⁸ Gran parte de las modalidades de tortura, desaparición, desplazamiento y asesinato fueron narradas por campesinos víctimas de la violencia, por guerrilleros y algunos funcionarios del Estado, ante la Comisión Nacional Investigadora de las Causas Actuales de la Violencia conformada mediante decreto n° 0942 del 27 de mayo de 1958.

⁹ Aunque en sus planteamientos públicos la Iglesia Católica aparentemente había sustentado un distanciamiento de la política, gran parte de su estructura institucional fue aliada fundamental en las acciones de represión adelantadas por los militares y conservadores. Tal posición en el marco de “La Violencia” corresponde tanto a las orientaciones del Papa Pío XII (reconocido anticomunista que estuvo al frente de la Iglesia católica desde 1939 hasta 1958), como a las opciones tomadas por la jerarquía eclesiástica nacional.

Las acciones represivas del bloque hegemónico conservador desplaza a los campesinos hacia las ciudades creando no solo un hecho sociopolítico, sino también, y fundamentalmente, un hecho económico.

El proceso de mecanización y tecnificación del agro, junto con el monopolio de la tierra efectuados durante este periodo, generan un cambio en la estructura agraria del país no solo en cuanto a su tenencia de la tierra se refiere, sino en cuanto a la introducción de nuevas formas y relaciones de producción, que le permiten ingresarse al desarrollo capitalista bajo formas moderna y cada vez superiores de acumulación. (MARTÍNEZ et al., 1981, p. 75-76).

Con la expulsión de campesinos, la burguesía terrateniente se apropia de la tierra y desplaza la fuerza de trabajo hacia la ciudad. Según datos retomados por Guzmán (2014) presentados por la Oficina Nacional de Rehabilitación y Socorro, se calcula que entre el periodo de 1946 a 1953 miles de familias son desplazadas de sus territorios, alcanzando los 60.000 exiliados en Bogotá, 40.000 en Norte de Santander, 20.000 en Venezuela y 5.000 en Panamá. Si por un lado los latifundistas se benefician con la apropiación de las tierras abandonadas o adquiridas a muy bajo costo, por su parte, la nueva burguesía urbana dispone de fuerza de trabajo suficiente y a bajo costo para intentar fortalecer la economía industrial.

Reconociendo un peligro común en la amenaza del desplazamiento o la muerte a manos del ejército, la policía, “Los pájaros” y “Chulavitas”, los campesinos y aparceros fortalecen y/o crean organizaciones de *Autodefensa y guerrilleras*.

Violencia insurgente y lucha de clases

La política de “tierra libre” implementada en Europa para la instauración de la *llamada acumulación originaria*, proceso histórico analizado por Karl Marx en *El Capital* (1976), puede ser equiparable a la estrategia de “tierra arrasada” utilizada por la oligarquía colombiana a finales de los años 1940. Si en Europa la combinación de acciones legales e ilegales permitió la apropiación capitalista de la tierra y desplazó hacia la ciudad a los campesinos, conformando así la nueva clase proletaria, en Colombia tal proceso de expropiación y desplazamiento no se daría sin importantes expresiones de resistencia armada.

A continuación podemos estudiar el caso de las *Autodefensas Campesinas* como expresiones del proceso de conciencia de un sector de la clase trabajadora, surgido de las condiciones materiales de existencia.

Según Iasi (2011; 2012), el proceso de conciencia tiene un estado inicial en el que la realidad se asume como ahistórica, individual; donde lo particular se hace universal y los individuos dominados asumen como

propias las ideas que a través de la ideología les son impuestas por las clases dominantes. La ruptura con la dominación ideológica (que se da en la medida que avanzan las contradicciones materiales) representa la posibilidad de consolidar el proceso de conciencia, que permite reconocer el carácter histórico de la realidad, y por tanto, la posibilidad de ser transformada.

En el transcurso de construir una conciencia de clase, queda claro que la transformación social solo es posible a partir de las acciones colectivas.

O sentimento de pertença em relação a um grupo produz no indivíduo uma mudança qualitativa, se bem que ainda embrionária; o ser social subsumido pela forma individualizante se vê como parte de uma coletividade que lhe dá identidade e no interior da qual experimenta uma força que fora dele desconhecia. (IASI, 2012, p. 261-262).

Iasi reconoce el miedo como fundamental para la constitución de colectividades y organizaciones, en una primera forma de conciencia. La agrupación de individuos que comparten la vulnerabilidad frente a una fuerza externa permite que entre sí garanticen su propia defensa. En esta misma línea argumentativa, al intentar explicar la conformación de grupos de *Autodefensa*, Germán Guzmán dice:

Por simple impulso de conservación el campesino perseguido integra un grupo que ciertamente desconoce: el de la lucha. En él se refugia, lo respalda, lo ayuda, hasta lo ama aunque trágicamente, como algo que colma el vacío de seguridad social que ha perdido. (GUZMÁN apud GUZMÁN; BORDA; UMAÑA, 2014).

Estos tipos de organización pueden ser temporales, mientras es eliminada la fuerza que provoca el miedo, o por el contrario, pueden dar un salto cualitativo y organizarse de manera permanente, pasando de una conciencia *en sí* a una conciencia *para sí*.

A consciência em si representa ainda a consciência que se baseia na vivência das relações imediatas, não mais do ponto de vista do indivíduo, agora do grupo, da categoria, e pode evoluir até a consciência de classe. Ela é parte fundamental da superação da primeira forma da consciência, por tanto, da alienação; no entanto, seu pleno desenvolvimento ainda evidencia traços da antiga forma ainda não superados. (IASI, 2011, p. 30).

El proceso de desarrollo de conciencia es un tránsito que conserva viejas características, pero que al mismo tiempo demuestra construcciones inéditas; situación equivalente puede ser evidenciada en el momento en que las *Autodefensas Campesinas* reivindican sus derechos, y se disponen a la defensa armada de los mismos.

Surge como secuela natural el grupo armado ofensivo-defensivo para un empeño de muchos días, que se cohesionan en razón directa de los móviles vitales. Es este momento en que el campesino precisa nítidamente su ideal: lucha por el hogar, el honor, la vida, lo suyo entrañable, su mundo, su partido, su querencia. Él no desató la guerra, pero acepta el reto y es bárbaro en vindicta. (GUZMÁN apud GUZMÁN; BORDA; UMANA, 2014).

Con armas rudimentarias, los campesinos organizados en las *Auto-defensas* se enfrentan a los ataques conservadores liderados por el poder latifundista que reproduce un desarrollo capitalista oligárquico; sin embargo, la acción militar campesina es de carácter defensivo. Las comunidades más avanzadas en su proceso de conciencia construyen formas de organización que, tanto en la producción como en las relaciones políticas y de la vida cotidiana, fortalecen la protección y el antagonismo con los verdugos.

El relato de un campesino (que con el tiempo se torna guerrillero) evidencia los motivos articuladores de la organización:

[...] siendo que por ese entonces pasábamos del trabajo y de la paz a la violencia y persecución por el único pecado de ser liberales. Y como entonces ni siquiera se hablaba de guerrilla, no sabíamos defendernos ni dónde meternos para alejarnos de tanta ferocidad, y entonces como siguieron llegando pobres familias a quienes habían matado a personas queridas para ellas, o los habían maltratado, o les habían robado lo que tenían o incendiado sus pequeñas propiedades; y entonces ya en compañía del amigo Borja, se empezó a organizar la manera de defender esas pobres familias y a los que no teníamos más amparo que el de ellos, y a ver la manera de estar protegidos y lejos de tanto mal y fue así como por pura necesidad y con grandes sacrificios lograron reunir unas escopéticas todas remendadas e inseguras. [...] éramos muchos los que nos habíamos reunido en busca de refugio y protección, muy especialmente para los niños, para los ancianos, para las mujeres y, en general, todos los que habíamos tenido que huir a la persecución sectaria de los Policías, del Ejército, de los godos, y pájaros, que eran los mismo godos pero más malos, y hasta de los curas que habían convertido la religión en persecución política. (GUZMÁN apud GUZMÁN; BORDA; UMANA, 2014).

Su carácter defensivo es uno de los principales elementos que confirman los avances y límites de ese tipo de conciencia. Por un lado, ya es una forma de organización que abandona la idea de individuo auto-suficiente y que reconoce en sus pares una población copartidaria de penurias; la misma población acompañante que en determinadas circunstancias puede ser garante de protección. La identificación de intereses antagónicos contra otros grupos sociales (en este caso, sectores latifundistas, el Estado y sus fuerzas represivas) fortalecen convicciones políticas en los campesinos, proporcionándoles una forma más definida y consciente de las contradicciones vividas.

En el momento decisivo del transcurso de la conciencia *en sí*, hacia la conciencia *para sí*, algunas *Autodefensas* desaparecen y otras avanzan. Así entonces, al desaparecer el elemento articulador (el miedo), el proceso organizativo se puede disolver, o por el contrario, puede constituir un grado más elevado de cohesión, en el que se establecen nuevos intereses colectivos encaminados a una posible conciencia de clase.

Un caso típico de la estructura de una región de *Autodefensas* es la región del Pato. En ella se daban poderes ejecutivos a un dirigente de la comunidad, a otro se le asignaba el cargo de parcelador de tierras (quienes debían además dirimir los conflictos de linderos) y a un tercero el rol de secretario, con funciones de publicidad e información. Existía además un Consejo con representantes veredales y con una participación adicional de la organización partidista, la de los jóvenes y la de las mujeres. Estas aún hoy, debían además animar las organizaciones cooperativas, las escuelas y adquirir máquinas de coser. Otras formas de acción comunitaria se desarrollaban en torno a una biblioteca pública, cursos de educación política obligatoria, cursos de alfabetización y finalmente, una maquinaria para procesar la caña de azúcar. (GILHODES apud PIZARRO, 1989, p. 26).

Los procesos que continúan el desarrollo organizativo evidencian la superación del elemento inicial de articulación que era el miedo, encontrando otras características que cohesionan aún más el grupo, profundizando su acción y perspectiva política. Al reconocer los intereses de las clases dominantes que actúan contra campesinos y jornaleros, las *Autodefensas* acuerdan proyecciones políticas orientadas hacia la transformación social y la toma del poder del Estado, superando el carácter defensivo sobre el cual surgen; es así que aparece la guerrilla como actor relevante en la lucha de clases, ahora con una estrategia de ofensiva y ataque¹⁰.

Ante la incapacidad de eliminación física de las *Autodefensas* a través de la violencia, el Estado opta por una aparente solución pacífica y concertada al enfrentamiento político-militar; así, desde el Gobierno del General Rojas Pinilla (1953-1957) se realizan acuerdos con diferentes grupos de *Autodefensas* y guerrillas liberales, las cuales, en poco tiempo serían traicionadas y reprimidas. El caso icónico de esta situación para los años 50 fue el de las guerrillas liberales de los Llanos Orientales, lideradas por Guadalupe Salcedo.

En apariencia, el régimen militar de Gustavo Rojas Pinilla pondría fin al enfrentamiento, levantando la consigna de “No más sangre, no más depredación; paz, justicia y libertad para todos”; sin embargo, y pese a la amnistía y las respectivas desmovilizaciones de guerrillas liberales, la acción coercitiva continúa cumpliendo su papel preponderante.

¹⁰ Una película, considerada un clásico, que muestra parte del proceso de transición de *Autodefensas* a *Guerrillas* es “Río Chiquito” producida por Jean Pierre Serget y Bruno Muel (1964).

En este periodo el papel de las fuerzas militares pasó a cobrar mayor relevancia debido al crecimiento y cualificación de movimientos y organizaciones sociales, partidos políticos de oposición, movimientos de *Autodefensa* y *guerrilleros*; todos ellos combatidos bajo el ideario de *enemigo interno* y la doctrina *contrainsurgente*.

A partir de la Dictadura de Rojas Pinilla, las Fuerzas Armadas dejan de tener un papel subsidiario dentro de la política nacional y pasan a convertirse en uno de sus elementos esenciales. En esta transformación inciden tres factores que están relacionados entre sí: la transición del bipartidismo hacia un régimen de coalición, el conflicto que enfrenta a los principales actores de las clases dominantes con el movimiento popular y la izquierda, y la evolución de las relaciones entre las Fuerzas Armadas y los Estados Unidos. (MUNERA, 1998, p. 145)

Con recursos y asesoría militar norteamericana (tanto a Rojas Pinilla como al Frente Nacional) se hacen cada vez más recurrentes los ataques hacia *Autodefensas* como “Rio Chiquito” y “Marquetalia”, denominadas por el gobierno conservador como “Repúblicas Independientes”, que debían ser eliminadas en tanto que en estas se encontraba “el germen comunista”.

Sin embargo, el proceso de conciencia de clase de los trabajadores se encuentra en un punto de no retorno, pues los grupos de *Autodefensa* que consiguen sobrevivir ante de la intensificación de la violencia Estatal, transitan por un proceso de articulación entre sí, que va desde finales de los años 1950 hasta la mitad de la década de 1960. *Autodefensas* influenciadas o articuladas al Partido Comunista buscan los elementos comunes de identidad; Marquetalia, Villarica, Riochiquito, El Pato, Guayabero, se reúnen en el sur del Tolima y plantean una plataforma y estrategia para combatir la dominación de liberales y conservadores, conformando así el Bloque de las Guerrillas del Sur, protoforma de las Farc¹¹.

Con el lanzamiento del “Programa Agrario de los Guerrilleros” el 20 de julio de 1964, plataforma de lucha de las Farc, queda claro el tránsito por los diferentes momentos del proceso de conciencia, partiendo de la articulación de individuos que buscan garantizar su propia defensa, pasando por el posterior reconocimiento de intereses políticos y económicos que antagonizan con otras fuerzas, hasta elevar su perspectiva política a un nivel de clase, donde se tiene como principal objetivo la transformación estructural de las relaciones sociales de producción, fundamentalmente aquellas establecidas en el campo.

El ciclo se cierra y toma una forma definida; en síntesis, con el abordaje histórico es posible observar que algunos grupos de *Autodefensa* dan el salto cualitativo hacia organizaciones guerrilleras, abandonan el

¹¹ Ver Arenas (1972), Marulanta (s.f.), Guaracas (2015). A partir de la VIII Conferencia Guerrillera, realizada en 1982, a las siglas Farc se agregan Ejército del Pueblo (EP).

interés particular de enfrentar el enemigo generador de miedo, para pasar a proyectar la defensa de los intereses de los campesinos pauperizados en el territorio nacional; es decir que la metamorfosis Autodefensa-Guerrilla constituye un proceso de conciencia de clase que se manifiesta en el uso de las armas contra la clase antagonica, y al Estado como su principal representante.

Desde 1958, se gesta el Frente Nacional como acuerdo bipartidista (Liberal-Conservador) para retomar el poder que de forma coordinada había sido delegado al general Rojas Pinilla. El supuesto retorno a la democracia será la bandera con la que los partidos tradicionales retoman la administración del Estado.

El acuerdo de elites del Frente Nacional sintoniza la política y la economía colombiana con las medidas orientadas por el capital monopolista, orientadas para la región latinoamericana a través de la “Alianza para el Progreso”, en un intento de modernización continental. La modernización institucional del Estado y la producción se implementan para garantizar el ingreso de Colombia a la economía de los monopolios en la etapa del capitalismo tardío¹². Ahora bien, además las medidas de orden económico, propias de las transformaciones del modo de producción capitalista, también se intensifican las medidas político-represivas manifiestas en la Doctrina de Seguridad Nacional correspondiente a la polarización de la Guerra Fría. Con preponderancia, en Colombia se destacan las acciones inscritas en el *Plan LASSO (Latin American Security Operation)* a través del cual se combaten diferentes formas de organización de las clases subalternas, y no solo las estructuras guerrilleras.

En adelante y hasta el siglo XXI, el enfrentamiento político se desarrolla fundamentalmente a través de la guerra y el ejercicio coercitivo por parte del Estado. A pesar de diversos procesos de paz con las Farc-EP, el incumplimiento del Estado y el fortalecimiento de sectores oligárquicos, ahora aliados al narcotráfico y al paramilitarismo, impidieron la salida negociada al enfrentamiento militar, y por el contrario radicalizaron aún más la doctrina *contrainsurgente*.¹³

Acabar la guerra para democratizar el país

El carácter contradictorio de la guerra para los sectores hegemónicos divididos en fracciones más reaccionarias y moderadas, sumado a la

¹² El caso del café y petróleo incorporados a la dinámica del capital monopolista se puede consultar en Jorge Villegas (1976) y Luis Eduardo Nieto A. (1992).

¹³ Tal vez el caso más conocido fue el de la Unión Patriótica (UP), partido político que surge como resultado de los diálogos de paz de la Uribe-Meta, donde las Farc-EP empiezan el tránsito a la vida política legal para disputar el poder del Estado. Una vez iniciado el tránsito hacia la política legal en alianza con amplios sectores sociales, el paramilitarismo y las fuerzas estatales desatan un plan de exterminio conocido como “El Baile Rojo” a través del cual asesinaron más de 4000 militantes de la UP. El caso del exterminio puede ser visto en “*El Baile Rojo. Memoria de los silenciados*” de Yesid Campos.

capacidad militar de la insurgencia y a las exigencias de las clases subalternas por la democratización de la vida nacional, abrió los diálogos de paz como alternativa de participación política para los sectores históricamente excluidos¹⁴. Durante los últimos 6 años (2012-2017) se adelantaron Diálogos en La Habana entre las Farc-EP y el gobierno de Juan Manuel Santos, al tiempo que se inició un proceso de paz con el ELN.

Si bien en la mayoría de los casos los diálogos de paz han sido utilizados por las clases hegemónicas para rediseñar su política económica y militar en beneficio del gran capital, la apertura de un debate político y la búsqueda de salidas concertadas a las causas que originaron la guerra abren un campo contradictorio que posibilita y exige la reestructuración del Estado, poniendo en primer plano la lucha política y no militar, disminuyendo intensidad en el ejercicio *coercitivo*. Las clases y fracciones de clases enfrentadas en el campo militar, ahora generan las condiciones para enfrentarse en los escenarios legales de la institucionalidad y la lucha de masas.

Según el “Acuerdo general para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera” suscrito en 2012 entre las Farc-EP y el gobierno de Juan Manuel Santos, al igual que el Acuerdo Final alcanzado en 2016, el orden político, militar y económico se encuentra con evidentes posibilidades de reestructuración, lo que implica transformaciones al interior del Estado, y un nuevo contexto en la lucha de clases.

Dos posiciones diametralmente opuestas se enfrentaron en la mesa de La Habana (Farc-EP y Estado) y ahora se trasladan al campo político legal, donde las Farc lanzan la propuesta de nuevo partido político; sin embargo, la contradicción fundante de la lucha hegemónica y contrahegemónica no se resuelve entre estos dos actores, sino que comprende otros sectores que van desde el reaccionarismo oligárquico, pasando por proyectos modernizantes, hasta propuestas alternativo-revolucionarias. El marco de alianzas y enfrentamientos se reconfigura en un claro enfrentamiento por ganar la hegemonía.

El enfrentamiento de estas posiciones (que implica la aproximación entre fracciones internas y la agudización de la lucha con otras), puede arrojar reformas de gran impacto en las que existan acuerdos mínimos para el desarrollo político y económico del país. El choque de *proyectos societarios* puede generar una síntesis que, para el caso colombiano se debe sustentar en una ampliación de la democracia con reformas políticas y el redireccionamiento de la política económica, que puede conducir a un nuevo tipo de desarrollo agrario y a una revisión de la economía de mercado.

Es evidente que los resultados inmediatos de los diálogos de paz no superan el orden capitalista, sino que se limitan a reformar algunas con-

¹⁴ Desde mitad del siglo XX se presentaron varias experiencias de diálogo entre las guerrillas (liberales y comunistas) y el Estado colombiano. Los diálogos realizados con las Farc se han presentado en las décadas de 1980, 1990 y 2000.

diciones particulares propias del capitalismo *periférico* en Colombia. No obstante, las “transformaciones” que allí se pueden presentar representan grandes avances que favorecen a la clase trabajadora, dado que esta ha sido la principal víctima del orden vigente, sea por los impactos de la guerra o por la exclusión y pauperismo a la que ha sido sometida.

De esa manera, como resultado del enfrentamiento (no armado) entre las clases y fracciones de clases, las políticas sociales cobran importancia, exigiendo capacidad política y técnica de las organizaciones que se enfrentan. Esto quiere decir que la conquista de derechos (sociales, políticos, económicos, culturales y ambientales) corresponde a la correlación de fuerzas que se establezca en el nuevo escenario político donde se haya superado la guerra. Todo indica que nuevos actores ocuparán viejos espacios, al tiempo que nuevos espacios serán creados en el recorrer de la lucha política; de ello da cuenta el Estatuto de Oposición y la implementación del punto II del Acuerdo de Paz (participación política). Desde ya se avistan contradicciones inéditas en el parlamento y diversas instancias estatales, en los medios de comunicación, además de la organización y movilización popular, que cobra mayor protagonismo.

Pasados más de 50 años en el último ciclo de guerra, al parecer la lucha de clases ha llegado a un nuevo nivel en el que no solo se hace necesario poner fin al enfrentamiento militar, sino que además se debe construir un proyecto de país que reconozca intereses diferenciados de las partes enfrentadas; esto no quiere decir que se establece un acuerdo social que elimine diferencias políticas propias del modo de producción capitalista, pues la estructura fundamental del capital aún se mantiene en pie.

El fin de la guerra no constituye el fin del capitalismo *periférico* en Colombia, sin embargo, la superación del carácter *coercitivo* que ha caracterizado al Estado brinda enormes posibilidades para una nueva correlación de fuerzas; el contexto vivenciado a partir de los diálogos de paz coloca como alternativa posible la construcción de un nuevo *proyecto societario* en el que se abran caminos hacia la democratización política y económica, escenario en el cual se pueden fortalecer propuestas que proyectan la superación del modo de producción capitalista, donde ciertamente se pueda inscribir el tránsito de las Farc-EP a la vida política legal.

Referencias

ARENAS, J. *Diario de la resistencia de Marquetalia*. Colombia: Abejón Mono, 1972.

ARICÓ, J. *Marx y América Latina*. Lima: Centro de Estudios para el Desarrollo y la Participación, 1980.

CAMPOS, Y. *El Baile Rojo*. Memoria de los silenciados (documental). Colombia: JYC Comunicación, 2003.

COLOMBIA. *Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera*. Disponível em <<https://www.mesadeconversaciones.com.co/sites/default/files/24-1480106030.11-1480106030.2016nuevoacuerdofinal-1480106030.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

_____. *Acuerdo general para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera*. Disponível em: <<https://www.mesadeconversaciones.com.co/documentos-y-comunicados>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

CUEVA, A. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México: Siglo XXI, 1977.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

GARCÍA, A. *Dinámicas de las reformas agrarias en América Latina*. Bogotá: La Oveja Negra, 1972.

GUARACAS, J. *Así nacieron las Farc*. Memorias de un comandante marquetaliano. Colombia: Ocean Sur, 2015.

GUZMÁN, G.; BORDA, O.; UMAÑA, E. *La violencia en Colombia*. Bogotá: Punto de lectura, 2014.

IASI, M. *As metamorfoses da consciência de classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Os Economistas, 1982.

MAQUIAVELO, N. *El príncipe*. Bogotá: Editorial Bedout, 1986.

MARIÁTEGUI, J. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARINI, R. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2012.

MARTÍNEZ, M. et al. *Historia del trabajo social en Colombia 1900-1975*. Bogotá: Tecnilibros, 1981.

MARULANDA, M. *Cuadernos de campaña*. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/68099.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

MARX, K. *El capital*. Crítica de la economía política. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1976.

MONCAYO, V. Hacia la verdad del conflicto: insurgencia guerrillera y orden social vigente. In: *Conflicto social y rebelión armada en Colombia*. Ensayos críticos. Bogotá: Gentes del Común, 2015.

MUNERA, L. *Rupturas y continuidades*. Poder y movimiento popular en Colombia 1968-1988. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1998.

NIETO, L. *El café en la sociedad colombiana*. Bogotá: El Áncora Editores, 1992.

PIZARRO, L. Los orígenes del movimiento armado comunista en Colombia (1949-1966). *Revista Análisis Político*, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, n. 7, 1989.

SERGET, J., MUEL, B. *Rio Chiquito*. 1965. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OeMRiZgM5_M>. Acesso em: 13 abr. 2017.

VILLEGAS, J. *Petróleo colombiano, ganancia gringa*. Bogotá: Peñalosa y Cia. Ltda., 1976.

Recebido em 17 de abril de 2017.

Aprovado para publicação em 28 de agosto de 2017.

DOI 10.12957/rep.2017.30375



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Ideologia e política em Antônio Gramsci: aproximações teóricas às suas principais contribuições

Ideology and politics in Antonio Gramsci: theoretical approaches to its main contributions

Paulo Roberto Felix dos Santos*

Resumo – Diante do contexto atual de reordenamento das estratégias de hegemonia do capital, entende-se que esse processo traz consequências não só no plano estrutural, mas também na dimensão superestrutural. Assim, o presente artigo, de natureza teórica, busca problematizar, a partir da obra de Gramsci, as categorias ideologia e política, bem como a relação com os processos de constituição da hegemonia burguesa. Para essa análise, fez-se pesquisa bibliográfica, partindo de *Cadernos do cárcere*, cujos resultados apontaram para o caráter transversal que a ideologia e a política assumem na obra do autor, significando elementos fundamentais na constituição de uma nova vontade coletiva no seio da sociedade civil e sua relação com o Estado. Nesse processo, é imprescindível o papel que os aparelhos privados de hegemonia – sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos – assumem na elaboração e efetivação de programa contra-hegemônico à sociabilidade do capital.

Palavras-Chave: ideologia; política; hegemonia; Gramsci.

Abstract – In view of the current context of reordering the strategies of capital hegemony, it is understood that this process has consequences not only in the structural plane, but also in the superstructural dimension. Thus, this theoretical article seeks to problematize, based on the work of Gramsci, the categories of ideology and politics, as well as their relation to the process of constitution of the bourgeois hegemony. For this analysis, a bibliographical research was carried out, starting with *The Prison Notebooks*, whose results pointed to the transversal character that ideology and politics assume in Gramsci's work. They mean fundamental elements in the constitution of a new collective will within civil society and its relation with the State. In this process, the role assumed by the private hegemonic apparatuses – unions, social movements, and political parties – in the elaboration and implementation of a counter-hegemonic program for the sociability of capital is indispensable.

Keywords: ideology; politics; hegemony; Gramsci.

* Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor Assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas da Universidade Federal de Sergipe (Gepem-UFS). *Correspondência:* DSS/CCSA/UFS. Avenida Marechal Rondon, S/n – Jardim Rosa Elze, São Cristóvão – Sergipe. CEP: 49100-000. *Email:* <rfelix.ufs@gmail.com>.

Introdução

As transformações societárias recentes têm desafiado a empreender análise substantiva dos fundamentos que engendram o movimento da realidade. É a partir desse desafio que se entende urgente o resgate e o debate construído pela tradição marxista acerca de rigorosa análise da realidade. A despeito de se encontrarem, nessa tradição, inúmeras referências que certamente podem ajudar a empreender leitura e análise ricas acerca da realidade contemporânea, destacam-se as contribuições do italiano Antônio Gramsci (1891-1937), cuja obra, mesmo que interrompida precocemente, ainda é viva e necessária para o enfrentamento de um conjunto de desafios interpostos pela sociabilidade capitalista.

Entre os diversos temas pelos quais transita o legado do autor, são notórias suas contribuições na discussão para a relação entre Estado e sociedade civil, bem como para a cultura e o papel dos intelectuais, almejando balizar elementos que permitam a construção de uma estratégia revolucionária – e suas particularidades no “Ocidente” e “Oriente”. Percorrendo esse feixe de temas e preocupações sobre os quais se debruçou o autor, mostram-se fundamentais, para pensar os desafios do presente, as discussões empreendidas entre *ideologia e política*, sobretudo nas particularidades assumidas frente a mais uma crise do capital.

Parece inconteste que a crise a que se alude exige mudanças significativas do ponto de vista econômico, fato observado, mais recentemente, desde o fim dos anos de 1970, com os impactos da denominada “Reestruturação Produtiva” e sua conseqüente alteração nas esferas de produção e reprodução sociais (ANTUNES, 1998; HARVEY, 1998). Trata-se de uma crise sem precedentes e cujos limites de saneamento lhe impõem um caráter “crônico e estrutural” (MESZÁROS, 2009). Apesar das determinações econômico-estruturais que configuram esse processo, é fundamental compreender que ele também vem acompanhado de um reordenamento ideopolítico em escala global¹. Ante a esse contexto, não são raras as proposições de que se teria chegado ao “fim da história” (FUKUYAMA, 1992). Também nessa linha, na década de 1960, tem-se a proposição de Bell (1980) acerca do fim das ideologias, enunciada em *The end of ideology* (O fim da ideologia).

Após a derrocada da experiência do chamado “socialismo real” e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, parece conformar uma ambiência apologetica de esvaziamento de quaisquer alternativas frente ao capitalismo como sistema hegemônico. Foi em meio a esse novo contexto que ganharam maior reverberação os impactos das ideias,

¹ Conforme indica Mota (2015, p. 71): Numa conjuntura de crise, a reestruturação produtiva é uma iniciativa inerente ao estabelecimento de um novo *equilíbrio instável*, que tem como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como na das relações sociais.

postuladas até os dias atuais, de Fukuyama (1992), para quem o capitalismo e a democracia burguesa constituem o coroamento da história da humanidade, não havendo alternativas de realidade para além das determinações capitalistas.

Essas acepções infligem duro golpe nas concepções de ideologia e política como elementos fundamentais na estruturação do conjunto das lutas sociais, com consequentes desdobramentos na análise da realidade contemporânea. Nessas condições, essas categorias são retiradas – ou pelo menos vem-se buscando, em vão, retirá-las – da cena pública, por serem entendidas como discussão *démodé*. Nesses termos, falar em ideologia (ou ideologias) na contemporaneidade adquire conotação essencialmente pejorativa. Trata-se de um processo que Lukács (2011), acertadamente, denominou de “nova ideologia da desideologização”. Do mesmo modo, concorda-se com Iasi (2011, p. 87), para quem “podemos ver o quanto de hipocrisia existe na afirmação peremptória sobre o ‘fim das ideologias’. Elas não apenas não morreram como se reforçaram no disfarce que lhes cabe, ‘como não ideologias’”.

No segundo caso, a política passa a ser reduzida à melhor forma de aperfeiçoamento da ordem vigente. Ora, o raciocínio é de que se chegou ao ápice da humanidade e, portanto, ao Fim da História, não havendo possibilidades de inclinações extremadas à direita ou à esquerda, sob pena de cair nos horrores do totalitarismo; desse modo, cumpre tão somente melhorar o que está posto. Não há outra possibilidade senão a de se corrigirem as “falhas naturais” do modo de produção capitalista, tornando-o mais “humano” e “socialmente responsável”.

Essas ideias ganham força num movimento que se pauta em uma reestruturação no campo da ideologia e da política, condicionadas, em última instância, pelas determinações estruturais que configuram o atual modelo de acumulação do capital. Se a hipótese estiver correta, o contexto contemporâneo não tem apontado para o fim da ideologia e/ou da política, como aporte fundamental de capilarização de domínio e direção da burguesia sobre os demais seguimentos da sociedade. Pelo contrário, tem-se assistido a um profundo ataque ideológico travestido de *não ideologia*. Para situar os desafios do tempo presente, pode-se pensar, por exemplo, na apologia da famigerada proposta denominada “Escola Sem Partido”², isso para ficar em apenas um dos fantasmas ídeo-políticos que se têm instaurado numa conjuntura de profunda ofensiva conservadora. Nesse sentido, não só subsiste uma clara luta política e ideológica, mas estas se aprofundam num contexto de acirramento da luta de classes.

² Apesar de serem vários projetos nas instâncias federativas, remetemos a dois especificamente que tramitam no Congresso Nacional: o PL 867/2015, de autoria de Izalci Lucas (PSDB), na Câmara dos Deputados; outro, no Senado Federal, o PL 193/2016, apresentado Magno Malta (PR-ES). A grosso modo, é uma proposta de (des)ideologização do ambiente escolar com um (não menos contraditório) claro cariz ideológico conservador.

É nessa perspectiva que, neste texto, tem-se por objetivo problematizar as acepções de ideologia e de política, bem como sua importância para compreensão da realidade contemporânea, a partir dos estudos de um dos mais importantes pensadores da tradição marxista. Faz-se essa escolha por entender que se trata de um dos mais influentes teóricos e militantes que abordaram as temáticas em questão, situando-se como fundamental no renascimento do marxismo do século XX. Ademais, Gramsci (2007) problematizou de forma magistral o entrelaçamento das esferas da ideologia e da política, sobretudo, a partir do desenvolvimento de sua teoria da hegemonia.

Expressando o movimento de pesquisas³ realizadas nos últimos anos acerca da obra do autor italiano, apresentam-se, a partir de artigo de natureza teórico-bibliográfica, alguns resultados a que se chegou até aqui, de modo a explicitar a importância das categorias de ideologia e política na obra de Gramsci. Para fundamentar o presente artigo tomou-se por base, fundamentalmente, a obra de maturidade do autor, a partir das discussões desenvolvidas em *Cadernos do cárcere*. Optou-se por esse caminho por entender que lá se encontram importantes apontamentos acerca dos temas aqui problematizados. Certamente, o caráter inconcluso e pouco sistemático do material pode – e com muita frequência tem ocorrido – gerar as mais diversas interpretações. Por isso, buscou-se delinear os argumentos que apresentam determinado consenso acerca da obra do autor, para sustentar a argumentação a partir do diálogo com reconhecidos estudiosos da sua obra.

Na primeira parte deste texto, demonstra-se como Gramsci aborda a questão da ideologia, sobretudo a partir de uma concepção histórico-objetiva, enriquecendo com novas determinações a clássica definição presente na obra marxiana⁴. Ao resgatar os fundamentos da categoria ideologia, o pensador sardo oferece importantes reflexões acerca do contexto contemporâneo, expressando limites, mas também possibilidades concretas.

Em seguida, na segunda parte, apresentam-se elementos que prefiguram uma estreita relação entre as noções de ideologia e política na acepção gramsciana. Nesse esforço, tenta-se demonstrar como essas categorias se alinham tendo como eixo articulador a noção de hegemonia. Por outro lado, também se buscou apontar o caráter histórico dessas categorias, que, como tais, não estão dadas *a priori*, mas, ao contrário, requerem intencionalidades por parte dos sujeitos que as operam, sempre respondendo a um contexto sócio-histórico determinado.

³ Desde 2014, o autor deste artigo vem se dedicando a empreender estudos e pesquisas relacionadas à obra de Gramsci. A primeira iniciativa se deu num grupo de estudos sobre o pensamento de Gramsci, junto ao Programa de Educação Tutorial/Serviço Social da UFS. Depois realizou uma pesquisa de iniciação científica, que contou com o apoio da Copes/UFS, com o intuito de perquirir a discussão da ideologia na obra do autor.

⁴ Não há consenso sobre se existe uma única concepção de ideologia em Marx. Há a tese de que ideologia é sempre apresentada com uma noção pejorativa, como aponta Iasi (2014), por exemplo, e que diverge, a nosso ver, da perspectiva apontada por Mészáros (2009) e Coutinho (2008). Sem entrar nessa seara, buscou-se registrar o potencial heurístico do caráter próprio apresentado por Gramsci acerca dessa categoria.

Com isso, objetiva-se apontar elementos que podem permitir a melhor clarificação de alguns desafios hodiernos, bem como salientar a necessidade de adensar espaços de construção contra-hegemônicos. Desse modo, intenta-se possibilitar a construção de nova vontade coletiva, que se expresse verdadeiramente nas demandas pautadas pelos subalternos, e que, articulada com mudanças estruturais, possa trazer à ordem do dia a necessidade de superação da sociabilidade vigente.

Ideologia: fundamento histórico-objetivo em Gramsci

É corrente no marxismo o uso da categoria ideologia, com tendência a apreendê-la a partir de uma dimensão negativa e mecânica como “falsa consciência”, desde a aquisição de ideias falsas⁵. Entende-se que, na obra de Gramsci, ao contrário desse uso habitual, existe decidida revalorização da categoria ideologia, a partir de uma inovação no interior do paradigma marxiano. A trilha que leva o autor a desenvolver sua acepção da categoria ideologia é inspirada pela crítica à superestrutura em suas múltiplas expressões. Mas não se trata de uma crítica que cinde a dimensão superestrutural do terreno das estruturas. Ao contrário, essas esferas são pensadas enquanto determinação dialética de interações recíprocas. O conjunto dessas determinações ganha, em Gramsci (2007, p. 250), a nomenclatura de Bloco Histórico, “[...] isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas [que] é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”.

Nessa direção, para Gramsci (2007, p. 238), a definição de Bloco Histórico comporta o fato de que “[...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma”. Ainda adverte o autor que a distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, “[...] já que as formas materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 2007, p. 238). É nessa perspectiva que o filósofo italiano constrói a sua “teoria da ideologia”.

Conforme argumenta Liguori (2007, p. 78), é muito provável que Gramsci não tenha tido acesso ao conjunto de obras marxianas que nos leva hoje ao “lugar de nascimento do marxismo de ideologia na sua conotação negativa”, sobretudo o conjunto de formulações presentes em *A ideologia alemã*, que remete à noção de ideologia como falsa consciência. Segundo Konder (2002, p. 106), o próprio Gramsci, ao se referir ao caráter das ideologias no âmbito da filosofia da práxis, aponta que: “Para Marx, as ‘ideologias’ não têm nada de ilusão e aparência; são uma realidade objetiva e operante, mas não são a mola da história, eis tudo”.

⁵ Trata-se de uma concepção equivocada, da qual Gramsci não partilha. Não corresponde a um mero acúmulo de ideias falsas. Se assim o fosse, a alternativa seria bem mais simples do que parece ser. Dever-se-ia, tão somente, substituir essas “ideias falsas” por outras “ideias verdadeiras”. As ideias se colocam de forma invertida porque se vive uma realidade invertida; trata-se de uma determinação objetiva, e não de um desvio cognitivo.

É importante notar que se torna evidente, para o filósofo italiano, que as ideologias não se constituem como a última determinação do desenvolvimento da história, ou, como ele mesmo escreve, “não são a mola da história”. Isso permite apontar para os limites da própria ideologia enquanto categoria histórica, inserida, portanto, no conjunto da totalidade social. Assim, não se pode depreender da obra desse pensador uma concepção ingênua no poder que tem a ideologia de, *per si*, transformar todo o conjunto da sociedade. Qual seria, então, o limite das ideologias?

Gramsci (2013) situa essa zona limítrofe a partir de suas determinações históricas e sociais. Seu limite situa-se no terreno sócio-objetivo em que são geradas. Por isso, afirma o autor que: “Não são as ideologias que criam a realidade social, mas é a realidade social, na sua estrutura produtiva, que cria as ideologias” (GRAMSCI, 2013, p. 238). Há, nesse movimento, clara demarcação do momento predominante (*übergreifenden moment*) na dinâmica entre estrutura e superestrutura. Ainda que as ideologias tenham como *locus* de intervenção a esfera da superestrutura, seu lugar de origem e, portanto, seus fundamentos só podem ser conhecidos no conjunto da estrutura produtiva da sociedade, na forma pelas quais as classes se relacionam na produção social das suas existências.

Partindo da relação de determinações recíprocas entre objetividade e subjetividade, toda a concepção de ideologia presente nas obras de Gramsci não se reduz a uma definição subjetivista, como se essas ideias estivessem descoladas de uma dada base material. Situando essa determinação especificamente na obra de Gramsci, Liguori (2007, p. 82) aponta que o autor italiano “[...] está sempre atento à necessidade de conduzir uma luta em duas frentes, contra o ‘economicismo’ por um lado, e contra o ‘ideologismo’ por outro [...]”. Nesses termos, a inovação trazida por Gramsci em relação à ideologia demonstra a tentativa do autor de “livrar” o marxismo de sua época da tendência a uma visão determinista, como se os fenômenos ideológicos fossem constituídos como um epifenômeno da estrutura, reproduzindo imediata e mecanicamente as relações de dominação de classe.

Por outro lado, diferentemente de uma suposta interpretação subjetivista na obra do pensador sardo, tem-se a clareza de que este, ao situar a ideologia num processo de interações dialéticas entre subjetividade e objetividade, compreendendo esta última como determinação em última instância no campo das superestruturas, apresenta uma *concepção objetiva da ideologia*. Para Coutinho (2008), Gramsci “se recusa” a analisar a ideologia de um ponto de vista estritamente gnosiológico, ou seja, apenas como “falsa consciência”, em contraste com “consciência verdade” (ciência). Para o autor, em suas formulações sobre a ideologia, Gramsci a apresenta como “força real, que altera e modifica a vida humana, mesmo quando seus conteúdos cognitivos não correspondam à reprodução da realidade” (COUTINHO, 1999, p. 113-114).

No que essa aceção contribui para pensar a atualidade? A conclusão a que possivelmente teria chegado Gramsci permite compreender que mesmo ideias falsas ou verdadeiras, do ponto de vista gnosiológico, podem vir a ser ideologia, ao penetrarem nas relações sociais de modo a se pôr como se constituíssem verdade inquestionável. Nessa linha, parece que Gramsci se mantém fiel ao seu mestre, Marx (2013, p. 157), quando este aponta que: a “teoria se torna força material quando se apodera das massas”. Quando alguém diz, por exemplo, que valores como egoísmo e competição fazem parte da “natureza humana”⁶, parece ser quase impossível questionar esses postulados, dado o caráter de valor absoluto que essas ideias assumem.

Todavia, para Gramsci, não há uma noção homogênea e unívoca em torno da categoria ideologia. Ao discorrer sobre a noção de ideologia, Gramsci (2013, p. 237 – grifos nossos) adverte que: “É necessário, por conseguinte, distinguir entre *ideologias historicamente orgânicas*, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e *ideologias arbitrárias*, racionalísticas, ‘voluntaristas’”. No primeiro caso, o autor faz remissão ao conjunto de ideias agregadas e sistemáticas num determinado processo. Para ele, “Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.” (GRAMSCI, 2013, p. 237).

Ademais, cabe retomar a validade que as ideologias orgânicas têm para Gramsci (ano) ao organizarem as massas e formarem o terreno no qual, segundo ele, os homens se movimentam e adquirem consciência de sua posição e, a partir daí, lutam. Essa posição defendida pelo autor é explícita remissão ao trecho do *Prefácio à crítica da economia política*, em que Marx (2008 p. 48 – grifos nossos) argumenta que:

Quando se consideram tais transformações [da base material sobre a superestrutura] convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, *as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência do conflito e o levam até o fim*.

Em relação ao que Gramsci (2013) considera como ideologias “arbitrárias”, estas não podem criar mais do que “movimentos” individuais, polêmicas etc. Trata-se de um conhecimento assistemático e desagregado. Apesar disso, não significa que não tenham validade. Sua diferenciação das ideologias enquanto “historicamente orgânicas” e “arbitrárias” corresponde,

⁶ Como lembra Gramsci (2007, p. 56), há uma natureza humana, mas que é dinâmica, diferente da vulgata posição recorrente. Para o autor, “[...] a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites com os métodos da filologia e da crítica”.

tão somente, às suas determinações de forma e conteúdo, mas não de critério de validade.

Na acepção gramsciana, as ideologias podem-se constituir em formas e qualidades diferenciadas, sobretudo no que tange a seu nível de coesão, conseguindo se expressar nas esferas do senso comum, do folclore, da religião ou mesmo no campo da filosofia. Esta última, como forma de expressão de ideologia, tem relação conjugada, na medida em que se encarrega de alimentar uma dada concepção de mundo. Além disso, a filosofia pode se encarregar de lançar o ponto crítico dessa mesma concepção. A concepção de mundo dada pela filosofia faz refletir sobre a incidência ideológica de qualquer classe, seja ela burguesa ou proletária, conforme argumenta Gramsci (2013).

A filosofia se entrelaça com a ideologia no momento em que uma participa da história da outra. Sem a ação ideológica, não existe possibilidade de introduzir a ação filosófica nesse âmbito. De acordo com Gramsci (2013, p. 325):

A história da filosofia tal como é comumente entendida, isto é, como história das filosofias dos filósofos, é a história das tentativas e das iniciativas ideológicas de uma determinada classe de pessoas para mudar, corrigir, aperfeiçoar as concepções de mundo existentes em todas as épocas determinadas e para mudar, portanto, as normas de conduta que lhes são relativas e adequadas, ou seja, para mudar a atividade prática em seu conjunto.

Acerca da natureza da filosofia, sabiamente, Gramsci (2013, p. 93) adverte que: “É preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos”. Qual o caminho para começar a implodir esse “preconceito” acerca da noção que se tem de filosofia? Para o autor, o primeiro passo é compreender “[...] que todos os homens são ‘filósofos’, definindo os limites e as características desta ‘filosofia espontânea’” (GRAMSCI, 2013, p. 93). Portanto, todos os homens seriam filósofos porque todos partilham de uma dada visão de mundo, conscientes ou não. Essa marca do que o autor denominou de “filosofia espontânea” se expressaria na linguagem, no senso comum, no bom senso e na “religião popular”, que ele aponta como sendo todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore” (GRAMSCI, 2013).

Para Gramsci (2013, p. 94), é fundamental a crítica das formas de filosofia espontânea para situar o indivíduo com seu gênero, vez que “[...] a crítica à própria concepção do mundo, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído”. Nesse sentido, o espaço do cotidiano se expressa como campo em disputa,

terreno onde se confrontam as lutas em torno de projetos societários. É nesse espaço que os sujeitos se expressam da forma mais imediata e necessária possível e, portanto, partilham de diversas visões de mundo em contraposição. O cotidiano é, assim,

[...] o local do choque dos projetos classistas que buscam impor sua visão e controle sobre os demais, é o espaço da luta de classes. Por isso, Gramsci fala da necessidade para as classes subalternas de construir e a praticar a crítica dos discursos tendencialmente hegemônicos dos dominantes. Isto não é, contudo, suficiente. Faz-se necessário destruir as condições sociais que tornam possíveis aqueles projetos. (DIAS, 2006, p. 58).

Nesse processo de crítica à vida cotidiana, Gramsci (2013) se empenha na defesa da criação de uma nova moral e cultura. Daí a importância da filosofia como campo de construção de uma concepção de mundo coerente. Todavia, há que se ressaltar que, apesar dessa característica, nem toda filosofia se coloca numa perspectiva crítica. Como salienta o autor: “[...] não existe filosofia em geral: existem diversas filosofias ou concepções de mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas” (GRAMSCI, 2013, p. 93). Dadas as diversas filosofias, Gramsci (2013, p. 204) se empenha em demonstrar o caráter inovador trazido pelo que denomina de filosofia da práxis⁷, uma reformulação do hegelianismo, que ele define como:

[...] uma filosofia liberada (ou que busca liberar-se) de qualquer elemento ideológico unilateral e fanático, é a consciência plena das contradições, na qual o próprio filósofo, entendido individualmente ou como um grupo social global, não só compreende as contradições, mas coloca a si mesmo como elemento da contradição, eleva este elemento a princípio de conhecimento e, conseqüentemente, de ação.

Ela é a expressão mais completa das contradições históricas porque é consciente, o que também a torna ligada à necessidade e não à liberdade, a qual não existe e ainda não pode existir historicamente. Filosofia da práxis não é um pensamento puro ou um esquema gnosiológico abstrato, que cria idealmente as coisas e os fatos; é “ato impuro”, atividade concreta, histórica, fundada em relações abertas, dinâmicas e dialéticas do homem com a natureza, da vontade humana com as estruturas econômicas, dos projetos políticos com as cristalizações culturais. Dessa maneira,

[...] deduz-se daí, também, que o caráter da filosofia da práxis é sobre tudo o de ser uma concepção de massa e de massa que opera unitariamente, isso é, que tem normas de conduta não só universais em ideia, mas também ‘generalizadas’ na realidade social. (GRAMSCI, 2013, p. 340).

⁷ Trata-se de um pseudônimo utilizado por Gramsci para substituir a expressão “marxismo”, em face da censura que sofria nos anos do cárcere.

Convém destacar que a ideologia, bem como a filosofia, não são construções em abstrato; antes, são momentos atravessados pela política. Por diversas passagens, em *Cadernos do cárcere*, Gramsci (2007; 2013) apontou que a política – no seu sentido amplo em relação à dimensão restrita de “ciência política” – atravessa várias dimensões da sociabilidade. É, portanto, dessa indissociabilidade entre ideologia e política que trataremos no item a seguir.

Ideologia e política: a construção da hegemonia

De início, cumpre apresentar a diferenciação que o autor sardo faz entre o que denomina *grande política* e *pequena política*. Assim, diz ele:

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma política. (GRAMSCI, 2013, p. 21).

Comece-se pelo final. Quando Gramsci (2013) aborda o que denomina de “pequena política”, ele se refere aos conchavos de corredor, discussão sobre questões menores e de interesses particularistas, nada distante do que se tem observado no cenário político atual – no sentido de político-parlamentar – brasileiro, quando se confronta com o lamaçal de corrupção, balcão de cargos na gestão estatal e instrumentalização da barganha política. Nesses termos, quem fizer uma leitura mais apressada do trecho em que Gramsci (2013) aborda essa questão pode ter uma compreensão também apressada, donde se pode derivar uma apreensão de desqualificação ou de consideração de menor relevância da esfera da pequena política. Esquecemos, todavia, que, na linha seguinte ao trecho acima citado, o autor registra que: “[...] é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política” (GRAMSCI, 2013, p. 21).

Não há, portanto, abissal separação entre essas duas esferas. Sabe-se que a conjuntura, especialmente no que tange à realidade brasileira, tem-se pautado por profundo descrédito em torno do espaço político – especialmente no campo político-partidário –, configurando determinada “cultura da resignação”, que contribui para a formação de um caldo político-ideológico. Nesse caldo se assentam as bases do que Coutinho (2010) denominou de “hegemonia da pequena política”. Para o autor:

[...] existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos

indivíduos, como simples administração do existente. A pauta torna-se assim não só um fenômeno de massa, mas é também teorizada como um fator positivo para a conservação da ‘democracia’ pelos teóricos que condenam o ‘excesso de demandas’ como gerador de desequilíbrio fiscal e, conseqüentemente, instabilidade social. (COUTINHO, 2010, p. 32).

Deve-se entender que mesmo nessa ambiência apologética, tão bem apontada acima, faz-se necessário atentar para o risco de se cindirem os elementos que configuram a pequena e a grande política e, assim, trocarem-se os fins pelos meios. Há que se considerar que a pequena política também é expressão da grande política e, portanto, merece ser disputada com projetos contrapostos à ordem hegemônica. Não no sentido de reduzir uma profunda transformação social a um campo imediato e particularista, mas, ao contrário, de disputar o espaço da pequena política, desmascarando seus limites, problematizando-a, saturando-a de elementos da grande política.

Quando o autor faz referência à esfera da política – em seu sentido de grande política – ele a compreende como “passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político” (GRAMSCI, 2013, p. 314), ou elevação da individualidade à generidade, dos interesses particulares ao conjunto das relações sociais, que, em uma expressão, seria a *catarse*:

Pode-se empregar a expressão ‘catarse’ para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoísmo-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. A fixação do momento ‘catártico’ torna-se assim, parece-me, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético. (GRAMSCI, 2013, p. 314).

É por meio dessas generalizações que a orientação político-prática, ainda que saturada por determinações iniciais de cunho individual e por estímulos meramente emocionais, se constitui em *medium* pelo qual a práxis política pode extrapolar o interesse imediato de classe e transformar-se em movimento universal também do ponto de vista social. A tarefa da generalização político-prática parece ganhar contorno mais preciso se conectada com tema aprofundado por Gramsci, qual seja, sua teoria da hegemonia. Para discutir esse elemento, é necessário recorrer a uma contribuição de Gramsci (2013) na relação entre ideologia e política na tradição marxista, ou seja, sua concepção ampliada de Estado.

É justamente na apreensão ampliada de Estado e sua relação com a sociedade civil que Gramsci (2013) expõe a necessidade de (re)com-

preensão do Estado moderno. Este, em seu sentido ampliado, seria composto por uma sociedade civil e uma sociedade política, que formam a superestrutura, e uma sociedade econômica, que representa a estrutura. Essas três esferas, dialeticamente articuladas, constituiriam a totalidade social.

A sociedade civil se encaixaria entre o Estado e a sociedade econômica. Nessa articulação, “o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica” (GRAMSCI, 2013, p. 6). Assim, ao considerar a noção delineada por Gramsci (2007, p. 244), tem-se que “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção)”.

Cumprir salientar que é um equívoco pensar essas esferas como absolutamente autônomas. O próprio Gramsci (2013) fez essa ponderação. Para o autor, a distinção entre sociedade política e sociedade civil consiste em procedimento *metodológico* e não *orgânico*, dado que elas se identificam na realidade dos fatos (GRAMSCI, 2013, p. 21). Ainda que, do ponto de vista analítico, se opere uma distinção entre as esferas, do ponto de vista da totalidade, é impossível separá-las, e, nesse sentido, elas só podem ser apreendidas numa relação dialética de unidade-distinção.

Ao reiterar a dimensão da sociedade política no âmbito dos aparelhos coercitivos ou aparelhos de Estado, Gramsci (2013) avança ao situar, por outro lado, a sociedade civil num movimento dialético de continuidade/ruptura ou conservação/superação da teoria marxiana clássica, incorporando novos e necessários elementos à sua dimensão, a partir da captura do movimento em que se processam os “aparelhos privados de hegemonia” (COUTINHO, 1999). Entretanto, se existem diferenças entre as análises impressas por Marx e Gramsci, isso não implica distanciamento deste último em relação aos postulados marxianos, na medida em que a linha que vai costurando toda a argumentação gramsciana radica na fidelidade ao método de Marx. O que ocorre é o estudo de “um Estado e um contexto social-histórico saturado de novas determinações inexistentes plenamente no período de Marx” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 44). Nessa linha, mais que elaborar uma concepção ampliada de Estado, Gramsci captura do movimento do real essa ampliação. Trata-se da apreensão da realidade elevada à condição de categoria, e não o inverso – o que demonstra a perspicácia desse autor.

Nesse sentido, ainda que para o pensador italiano também haja correspondência entre as esferas econômicas e políticas, e que o Estado seja o espaço no qual se unificam os interesses burgueses, objetivando efetivar seu domínio, seria necessário expor as mediações que dão arquitetura a esse processo. Em Gramsci (2013), tem-se não só um Estado em que se verifica uma esfera repressiva, mas uma luta por hegemonia da burguesia na superestrutura. Essa hegemonia não equivale à mera dominação, mas a uma direção social, impressa pela burguesia, que se legitima sob o consenso dos grupos subalternos.

Interessante notar como essa formulação é absolutamente contemporânea, na medida em que a busca por esse consenso se realiza na sua forma mais encarniçada no contexto de crise do capital. Em face da brutal dissonância entre as formas de reprodução da base material e seus discursos político-ideológicos, a burguesia se vê na necessidade de lançar mão de bem articulada trama que possa sustentar as promessas inviáveis do ponto de vista das condições objetivas. Considere-se, por exemplo, todo o discurso em torno da malfadada “cultura da crise”, conforme já alertava Mota (2015). Como bem salientou a autora:

Do ponto de vista prático-operativo, emerge a ideia de que na crise, a luta pela preocupação econômica do país beneficia a todos, indistintamente, razão maior do *discurso da colaboração e do salvacionismo indiferenciado*. Do ponto de vista político, a estratégia adotada tem como consequência o solapamento de um projeto de classe, de corte anticapitalista, mediante a formação de uma vontade política universal que independe da inserção dos sujeitos sociais na estrutura social. (MOTA, 2015, p. 112 – grifos nossos).

Assim, é no campo da “hipocrisia proposital” (MARX; ENGELS, 2007) que a burguesia lança mão de intrincada rede ídeo-política de forma a consubstanciar a construção de um *consenso ativo* das classes subalternas, bem aos moldes “não fale em crise, trabalhe”⁸, como forma de unificar esforços indiferenciados de recuperação nacional. Como suporte, recorre-se a um brutal ataque aos trabalhadores, via retirada de direitos historicamente conquistados e/ou em processo de conquista. Para isso, pressupõe a estruturação de determinado “conformismo social”, a fim de que se busquem alternativas conjuntas de saída para a crise (MOTA, 2015).

Esse conformismo não seria possível sem a possibilidade de ressonância no interior da sociedade civil. Na perspectiva abordada por Gramsci (2013), a sociedade civil é representada pelo conjunto de organismos responsáveis pela elaboração/difusão de ideologias, ou aparelhos privados de hegemonia. Esta compreenderia, assim, as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos e a organização material da cultura (revistas, jornais, meios de comunicação de massa), entre outros. Citando Gramsci, Simionatto (2011, p. 68) esclarece que a sociedade civil aparece como “o conjunto de organismos ‘privados’ e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade”.

Levando-se em consideração sua ampliação da noção de Estado, é impossível dissociar as acepções de ideologia e política, de Gramsci, da sua concepção de hegemonia, sob pena de “amputação” da própria arquitetura do pensamento do autor. Para Brandão e Dias (2007, p. 85), “[...]

⁸ Conforme recomendou o Presidente do Brasil, Michel Temer, no seu discurso de posse.

o conceito de hegemonia em Gramsci é de fundamental importância para compreender o que é ideologia, pois se esta última significa uma dada visão de mundo, a primeira trata da construção desta visão”. A compreensão é a de que, se a ideologia corresponde a uma dada concepção de mundo, hegemonia corresponde à forma pela qual as classes buscam difundir essa concepção.

Como se relacionam essas duas categorias na obra de Gramsci? Segundo Gruppi (1978, p. 59), a hegemonia corresponde a “[...] tornar-se protagonista das reivindicações de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo, e desse modo, isolando o próprio capitalismo”. Obviamente que isso não significa uma relação dual de convivência de duas estruturas societárias no interior do próprio capitalismo, mas implica o fortalecimento de um projeto alternativo a essa sociabilidade, que se possa realizar para e pelo conjunto das classes subalternas e que passa a ser gestado já no interior desse modo de produção.

Por quais mecanismos se articulam ideologia, hegemonia e política na obra de Gramsci? Ao explicitar cada uma dessas categorias, o autor se preocupa, fundamentalmente, com os meios pelos quais é possível construir uma *nova vontade coletiva*, uma nova correlação de forças que se contraponha à hegemonia dominante. Daí a importância dos aparelhos privados de hegemonia. Todavia, é mister destacar que essas estruturas (aparelhos privados de hegemonia) seriam espaços vazios e abstratos se não se levasse em conta o papel desempenhado pelos sujeitos que as “operam”: os intelectuais.

Há que se perguntar: a quem cumpre a função de intelectual? Estaria Gramsci se referindo ao intelectual no sentido *stricto* da expressão, como o sujeito letrado e com profundo domínio cultural, comumente inserido no meio acadêmico? Não necessariamente. *A priori*, todos podem desempenhar esse papel, pois, para Gramsci (2014, p. 19),

[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento fritar dois ovos ou costurar um rasgão no pletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas, sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.

Assim, por intelectual deve-se entender não somente essas camadas sociais chamadas tradicionalmente de intelectuais, mas, em geral, “toda a massa social que exerce funções de organização no sentido mais amplo: seja no domínio da produção, da cultura ou da administração pú-

blica” (SIMIONATTO, 2011, p. 61-62). Isso ocorre na medida em que, para Gramsci (2014, p. 16):

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...].

Ainda segundo o autor, as camadas de intelectuais poderiam ser agrupadas em dois grandes estratos: os *intelectuais tradicionais* e os *intelectuais orgânicos*. Os primeiros corresponderiam “aos intelectuais que sobreviveram ao desaparecimento do modo de produção anterior e que não se acham atualmente ligados organicamente a nenhuma das classes fundamentais” (SIMIONATTO, 2011, p. 57-58). Exemplo desse tipo de intelectual corresponde àqueles que formam o clero. O intelectual orgânico corresponde aos estratos que surgem como demanda de difusão das classes que se estruturam como fundamentais num dado modo de produção. São segmentos que compartilham valores e aspirações ideo-políticas da classe à qual se vinculam de forma orgânica. Para ilustrar essa argumentação, Gramsci (2007, p. 315) aponta que “o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc.”.

A difusão da ideologia pelos intelectuais está em manter a direção das classes sociais, os tradicionais, ou, no caso dos orgânicos, em contribuir na manutenção do domínio ou resistência no âmbito das classes subalternas. Além de participar ativamente das relações sociais de produção, como eles são organizadores da função econômica e, simultaneamente, da hegemonia, significa que exercem todo o controle na sociedade civil.

Ademais, é fundamental destacar o papel dos intelectuais na sua dimensão coletiva, no âmbito das organizações que compõem os aparelhos privados de hegemonia. São exemplares desse segmento, sobretudo no contexto contemporâneo, os papéis desempenhados pelos movimentos sociais, sindicatos e pelo estrato mais elevado das organizações coletivas, que é o partido, ou “o moderno Príncipe”. Este corresponde à principal mediação capaz de transitar entre as demandas particulares, fincadas no nível socioeconômico corporativo, até uma dimensão ético-política de caráter universal. Em outros termos, o partido seria a organização capaz de propiciar de forma mais significativa o momento catártico. Dialogando com as formulações apresentadas por Maquiavel, Gramsci (2013, p. 16) entendia que:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo

já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.

Ainda que se entenda que o momento exige pensar as debilidades que têm limitado as potencialidades dos partidos de esquerda, que almejam uma transformação social, é preciso compreender que ele(s) ainda permanece(m) como sendo vital(is) na consubstanciação das demandas imediatas, em um amplo projeto que expresse “nova vontade coletiva nacional-popular” (GRAMSCI, 2013), pela qual se encaminhará forma superior e total de civilização moderna.

Assim como a formulação gramsciana, tem-se a clareza de que esse processo é inviável sem profunda “reforma intelectual e moral”, que se expresse em nova cultura, consubstanciada em visão social de mundo radicalmente diferente do modo de produção capitalista. Não se trata, todavia, de uma reforma no sentido abstrato, e sim, necessariamente, de uma que tenha como base as relações sociais de produção que a sustentam. Se a leitura estiver correta, parece que Gramsci (2013) tinha muita clareza acerca dessa necessidade, contrariando qualquer visão, muito em voga, politicista e subjetivista do autor. Para ele: “[...] uma *reforma intelectual e moral* não pode deixar de estar ligada a um *programa de reforma econômica*; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2013, p. 15 – grifos nossos).

Portanto, amplo panorama de alteração político-ideológica, ainda que absolutamente necessário, implica quadro de alterações na base material que lhe dê sustentação, de modo a congregar novo bloco histórico, articulando estrutura e superestrutura com vistas à construção de outra sociabilidade. Por outro lado, como não são processos isolados, mas que se imbricam, faz-se necessário investir na criação/fortalecimento de uma cultura de resistência, que consiga congregar os mais amplos setores da esquerda numa pauta comum. Além disso, que se estruture uma contraofensiva à hegemonia do grande capital, mais que apenas limitar-se às cada vez mais escassas possibilidades – mas não menos importantes – das lutas defensivas.

É nesses termos que, na obra de Antônio Gramsci, há uma relação indissociável entre as categorias de ideologia e política, tendo como eixo articulador a noção de hegemonia apresentada pelo pensador sardo. Como várias vezes ele mencionou, tudo é atravessado pela política, bem como não há sujeito que não expresse uma dada concepção de mundo. Assim, numa sociedade em que os interesses, imediatos e universais, são atravessados por clivagens de classe, não se podem negligenciar esses interesses, sobretudo se considerada a necessidade de construção de contra-hegemonia que possa elevar os subalternos à condição de classe de dirigente.

Ainda que evitando subjetivismos, entenda-se que aquelas esferas constituem complexos cuja dinâmica não resulta de uma relação direta e

mecânica das alterações das relações sociais de produção, bem como não se pode dissociar ideologia e política da base material que as funda. Por isso, é fundamental a organização política, a construção de uma consciência coletiva e o acúmulo da luta em todas as frentes, de modo a possibilitar a superação dessa forma de sociabilidade.

Considerações finais

Como se apresentou neste texto, Gramsci capturou com profunda perspicácia a natureza e funcionalidade da materialidade que dá forma à ideologia e à política. A partir de seus fundamentos, o autor demonstrou que, por serem categorias históricas, são saturadas de determinações sociais e perspectivas de classe que, por sua vez, representam interesses antagônicos. Por serem históricas, são passíveis de mudança, o que implica a construção de estratégias no âmbito de uma alternativa contra-hegemônica. Por isso, constituem categorias fundamentais para pensar os desafios e as tarefas contemporâneas.

Os processos de radicalização da empreitada capitalista têm imposto grandes desafios à organização das classes subalternas. Aceleraram-se mudanças no plano da base material que, em tempos de aguda crise, manifestam a face mais perversa dessa forma de sociabilidade. Sabe-se que são tempos difíceis; tempos em que o velho – mesmo “cambaleante” – insiste em permanecer e o novo ainda “teima” em não emergir. Mas é preciso assumir o desafio histórico de resistir à ofensiva do capital, fortalecendo as “trincheiras” erguidas na luta cotidiana pelo conjunto dos segmentos subalternos.

A obra do pensador italiano permite problematizar não só a possibilidade, mas, sobretudo, a necessidade histórica da *constituição de uma nova vontade coletiva* que, forjada nas lutas situadas na produção, espraie-se de todos os poros da reprodução social, como campos imbricados. Isso requer o fortalecimento dos espaços na sociedade civil, para que se constitua em “trincheiras” nas quais o conjunto dos trabalhadores possa imprimir uma resistência às ofensivas do capital.

A constituição dessa nova vontade coletiva deve, necessariamente, articular luta ideológica – *em sentido gramsciano* – e estratégia política na conjugação de espaços e sujeitos que possam levar à frente essa empreitada. Daí a necessidade de fortalecimento dos espaços coletivos – sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos –, para que representem proposta programática de ruptura com a ordem vigente e recolorem na pauta do dia a necessária construção de uma sociabilidade emancipada, de natureza comunista.

Referências

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.
- BELL, D. *O fim da ideologia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.
- BRANDÃO, N. A.; DIAS, E. F. *A questão da ideologia em Antônio Gramsci*. 2007. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/877/769>>. Acesso em: 28 ago. 2015.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. Lukács, a ontologia e a política. In: COUTINHO, C. N. *Marxismo e política – a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, C.; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- DIAS, E. F. *A política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sunderman, 2006.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. São Paulo: Roco, 1992.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. São Paulo: Graal, 1978.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1998.
- IASI, M. Ideologia... quer uma para viver? In: IASI, M. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais. In: *Marx e a dialética da sociedade civil*. Marília: Ofício Universitária; Capes; Cultura Acadêmica Editora, 2014.
- KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LIGUORI, G. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- LUKÁCS, G. O processo de democratização. In: *Socialismo e democratização – escritos políticos (1956-1971)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. Vol. 2. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. Prefácio. In: *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Introdução. In: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MESZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social*. São Paulo Cortez, 2015.

SIMIONATTO, I. *Gramsci – sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

Recebido em 27 de junho de 2016.

Aprovado para publicação em 07 de dezembro de 2016.

DOI 10.12957/rep.2017.30376



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Insurgência e conservadorismo: considerações sobre o paradoxo da cidadania no Brasil

Insurgency and conservatism: considerations
on the paradox of citizenship in Brazil

Marcelo Martins da Silva*

Resumo – A cidadania no Brasil sempre foi marcada por avanços, retrocessos e diferenciação no grau de participação e usufruto dos direitos que lhe são pertinentes pelas diferentes classes sociais. A cidadania insurgente, que é, segundo James Holston, trata-se de uma categoria global de análise, aparece como uma ferramenta política importante para a luta por direitos das populações mais pobres, principalmente aqueles que dizem respeito a reprodução da vida cotidiana. Dessa forma, partindo do trabalho de Holston sobre o conceito de cidadania insurgente, este artigo pretende discorrer sobre a cidadania insurgente no Brasil, reconhecendo sua potencialidade e problematizando seus limites.

Palavras-Chave: cidadania; insurgência; conservadorismo; conflito.

Abstract – Citizenship in Brazil has always been marked by advances, setbacks and differentiation in the degree of participation and usufruct of the rights that are pertinent to it by different social classes. Insurgent citizenship is, according to James Holston, a global category of analysis. It appears as an important political tool for the struggle for rights of the poorest populations, especially those that concern the reproduction of everyday life. Thus, based on Holston's work on the concept of insurgent citizenship, this article aims to discuss insurgent citizenship in Brazil, recognizing its potentiality and problematizing its limits.

Keywords: citizenship; insurgency; conservatism; conflict.

Introdução

A noção de cidadania não possui um sentido único, tampouco apenas positivo ou negativo. Na Antiguidade, cidadania dizia respeito a

* Mestre em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Sociólogo pela Prefeitura Municipal de Mauá e Pesquisador pelo grupo de pesquisa *Política, Políticas Públicas e Ação Coletiva* (3PAC), vinculado à UFABC. *Correspondência:* Rua Rodrigo Otávio, 64 – Jardim Santo Alberto - Santo André - São Paulo. CEP: 09260-300. *Email:* <marcelo-msilva@bol.com.br>.

privilégios estamentais, discriminando os estamentos considerados inferiores. “Cidadão” remetia a uma condição privilegiada, restrita a poucos. Com o advento da modernidade, do capitalismo, das classes sociais e de uma sociedade contratualista, em que o pressuposto passa ser o de que todos são iguais perante a lei (pelo menos no Ocidente), “cidadania” e “cidadão” ganharam *status* formal, legal. Contudo, na prática, a forma de objetivação da cidadania varia conforme o momento histórico, a formação social e a relação entre esses elementos e a produção e reprodução da vida material.

As variações da cidadania podem ser resumidas abstratamente em duas: uma formal, isto é, fazer parte de uma comunidade política; e outra substantiva, que significa ter acesso a direitos (civis, políticos e sociais) que devem estar disponíveis. As duas formas de cidadania não se excluem mutuamente; pelo contrário, se confundem e são objeto de disputa. A primeira, a relação entre indivíduo e Estado, remete a privilégios na medida em que normatiza e universaliza as relações sociais, encapsulando-as em um sistema de proteção que requer obediência. Neste sentido, tudo aquilo que está fora da norma, da “ordem”, deve ser repreendido e, conseqüentemente, normatizado, ainda que a situação concreta mostre o contrário. Portanto, aqueles que detêm uma situação privilegiada e possuem influência no Estado e na definição daquilo que vai ser ou não “cidadania”, agem segundo seus interesses para a manutenção de privilégios.

A cidadania substantiva relaciona-se com o concreto, o efetivo, isto é, determina o cidadão como uma pessoa dotada de direitos e que age para a objetivação desses direitos, ainda que na contramão da cidadania formal (SOARES, 2009, p. 131-132). É uma construção histórica e, a nosso ver, antítese da cidadania formal, na medida em que busca tornar em prática aquilo que é universal na teoria, por meio da participação popular, articulada ou não em grupos de afinidade (classe, gênero, grupos étnico-raciais, etc.).

Nos limites deste trabalho, pretendemos discurrir brevemente sobre as possibilidades de uma cidadania substantiva – cujos autores, como James Holston (1996, 2009, 2013) e Carlos Vainer (2011), designam como “cidadania insurgente” – nos centros urbanos brasileiros, levando em conta fatores estruturantes como o território (THERBORN, 2011, 2014), a relação entre política e economia em uma sociedade (OLIVEIRA, 2007) e o modelo de Estado e sua relação com a sociedade civil (HARVEY, 2006).

O artigo está estruturado em quatro seções: a primeira trata da potencialidade política da cidadania insurgente nos centros urbanos e sua validade como categoria de análise; a segunda problematiza a subcidadania como um dos possíveis pressupostos que faz emergir a cidadania insurgente nas classes mais pobres; a terceira aponta para seus limites estruturantes: subsunção da política pela economia e o Estado capitalista; na quarta e última seção faremos algumas considerações finais.

A cidadania insurgente: potencialidades

As democracias que hoje caracterizam vários países do Hemisfério Sul (dentre eles o Brasil) não foram suficientes para garantir à grande massa da população acesso aos direitos ou à riqueza social produzida de forma igualitária. A industrialização do Pós-Guerra e a crise do capital nos países centrais, que transferiu parte da produção para países periféricos, promoveram desenvolvimento econômico nesses países. No entanto, a questão é que essa produção não foi acompanhada por desenvolvimento social compatível. Produziu-se valor, gerou-se riqueza, mas não houve fruição desta por parte da maioria da população, já que o que caracterizou a transferência da produção foi a oferta de mão de obra barata, ou seja, um aprofundamento da exploração do trabalho.

James Holston (2009, p. 245) aponta que há um enorme alcance da urbanização e da globalização em âmbito mundial, principalmente após os anos de 1970. Porém, seus efeitos, combinados com particularidades locais, geraram condições semelhantes em todo mundo: periferias urbanas com uma população pobre e explorada em condições de residência ilegal e irregular. Foi justamente nestes espaços periféricos que surgiu aquilo que o autor denomina de “cidadanias insurgentes”, encarnadas em movimentos de contraposição e resistência às desigualdades a que estão submetidos. O elemento simbólico e espacial contra o qual e onde resistir passa a ser o centro urbano e, mesmo não sendo regra, já que não foram em todas as periferias que surgiram esses conflitos, é possível qualificar a cidadania insurgente como categoria global de conflito.

Este conflito se corporifica na contradição entre as promessas de uma sociedade mais justa e digna e a prática que aponta para desigualdades e marginalizações, tendo gerado resistência aos privilégios com formas alternativas de cidadania para além da idiosincrasia ou instrumentalidade. Ou seja, há um nexos social e moral que baliza os confrontos para além da percepção individual ou da vida imediata (diferente aqui de vida cotidiana). Esse nexos é a noção de “direitos” ou “direito à cidade”, embutida em protestos que utilizam o centro urbano como marco simbólico da esfera pública oficial (HOLSTON, 2009, p. 246).

Porém, argumenta o autor (HOLSTON, 2009, p. 247-248), não é na praça cívica (centro) que os pobres urbanos articulam essa demanda com maior força e originalidade (este seria um segundo momento), mas sim no cotidiano e na vida doméstica em torno da construção da residência. Os líderes e soldados destes movimentos são pessoas comuns que vivem uma vida precária e lutam por seus espaços residenciais e por outra forma de cidadania que não a oficial e formal. Essa “outra” cidadania tem relação particularmente com os pobres do Hemisfério Sul e visa muito mais à resistência e aos recursos básicos cotidianos do que às reivindicações da classe trabalhadora europeia no século passado. Essa concepção está apoiada em

Lefebvre (2006), em sua visão do “direito à cidade” como emergente da luta pela vida cotidiana dos pobres. Isto é, a luta transfere-se da “produção” para a “reprodução”, o que vale dizer que a tomada e o controle dos meios de produção não são mais o foco, já que este se transfere para a qualidade de vida¹.

As transformações urbanas no Brasil, especialmente a partir de 1970, quando as pessoas foram atraídas para os centros urbanos devido à industrialização acelerada, traduziram-se em precariedade habitacional. Isso porque os centros das cidades, projetados para representarem capitais modernizadoras, não poderiam, segundo a elite, alocar os trabalhadores que chegavam para trabalhar nas fábricas. Assim, sobraram regiões distantes e sem infraestrutura; além disso, devido aos baixos salários, vigorava a precariedade, a ilegalidade e a possibilidade de:

[...] construir suas próprias casas, se organizar para conseguir serviços básicos e lutar para manter suas casas em meio a diversos conflitos, frequentemente violentos, pela propriedade dos imóveis. Ainda assim, em algumas décadas eles urbanizaram esses bairros e melhoraram de forma notável suas condições de vida. (HOLSTON, 2013, p. 29).

A engenhosidade da população faz com que desses lugares flua criatividade para adaptações e estratégias que renovem a vida diária. A aglutinação dessa criatividade se corporifica em movimentos de cidadania insurgente e redefinem a cidadania urbana em termos de acesso a recursos.

Esse “desestranhamento” – em termos marxianos, reconhecimento das condições de vida –, a partir do lugar, relaciona-se com aquilo que Therborn (2011, p. 500) tratou de “*positive potencial of place*”. O lugar, segundo o autor, molda e dá significado para a ação dos atores sociais. Neste sentido, é causa e resultado da ação:

In other words, place is both a crucial explanatory or ‘independent’ variable, an ‘intermediary’ variable of setting or ‘locale’ [...] and a significant ‘dependent’ variable. Place is thus an example of the dialectics of structure and agency. (THERBORN, 2011, p. 501).

Essa dialética entre agência e estrutura faz com que o lugar a partir do qual se formam os atores da “cidadania insurgente”, as periferias urbanas autoconstruídas, seja o lócus dos conflitos e resistências. É nas periferias, principalmente, que se dão os conflitos por posse de terra, que o braço armado e repressivo do Estado (a polícia) age na manutenção da resistência reacionária (o “entrincheirado” segundo James Holston – 2013), e que a violência gera identidade, ressignificação cultural e resistência.

As periferias urbanas não foram, portanto, lugares escolhidos para serem a residência dos trabalhadores. Foi o que sobrou, o possível em deter-

¹ O capitalismo, neste sentido, como organizador das relações sociais, acaba sendo tomado como algo dado, que emerge das relações sociais, quando, a nosso ver, foi e é imposto reiteradamente.

minado momento. Neste sentido, há uma mescla cultural de diversas origens que se aglutinam e redundam num caldo cultural que é a diversidade.

Vainer (2011) afirma a relevância de se compreender a diversidade no interior da luta de classes. Essas classes – gênero, raça, origem, etc. – completam “[...] o quadro de exploração e dominação da sociedade burguesa, que não se resume nem é compreendido ou combatido apenas no nível da luta entre capital e trabalho” (VAINER, 2011, p. 17). É necessária certa precaução ao se tratar da diversidade para não cair em armadilhas reacionárias neoliberais, que se utilizam do conceito para justificar desigualdades, confundindo-as com diferenças:

Partindo disso, a diversidade é pensada não no lugar da desigualdade, mas como uma das outras tantas manifestações de desigualdade que a sociedade contemporânea impõe a grupos sociais específicos. Nessa perspectiva, queremos a legitimidade, o reconhecimento da importância da multiplicidade de formas de opressão e de resistência. O desafio é que o reconhecimento dessas múltiplas formas de resistência sejam utilizadas como instrumento de arregimentação para a luta contra as formas vigentes de dominação. (VAINER, 2011, p. 17).

A multiplicidade e a complexidade advindas da diversidade requerem um aprofundamento do debate entre os diversos atores de determinado lugar. Este debate se dá através da política, do conflito. Vainer (2011, p. 17) vê o conflito como o processo que questiona a cidade, sendo, portanto, criativo. A atribuição de “patologia social” ao conflito torna as questões sociais estéreis e suas contradições funcionais. Holston (1996, p. 248), ao fazer a crítica ao planejamento modernista, afirma que a questão fundamental não é o modernismo pressupor uma sociedade inexistente e sonhar com uma, mas, ao fazê-lo de forma funcional e normativa, não desenvolve produtivamente seus paradoxos, suas contradições:

Ao invés disso, ele tenta ser um plano sem contradição, sem conflitos [...] tal suposição tende a ser arrogante e falsa. Por um lado, ela não inclui elementos constitutivos do planejamento, o conflito, a ambiguidade e a indeterminação, característicos da vida social. Por outro, deixa de considerar o inintencional e o inesperado como partes do modelo. (HOLSTON, 1996, p. 248).

Neste sentido é que é possível afirmar a existência de uma “cidadania insurgente” nos centros urbanos brasileiros, a partir da perspectiva do conflito e da reorganização da classe trabalhadora em torno de outras demandas que não o controle dos meios de produção². Assim, Therborn (2014) questiona: “[...] existe hoje alguma força social que poderia assumir o papel

² É preciso salientar que, ainda que adormecida, a perspectiva do controle dos meios de produção por parte dos trabalhadores não definiu por completo; teleologicamente, permanece como possibilidade histórica para parte da militância anticapitalista.

da classe trabalhadora organizada ou dos movimentos anticolonialistas do século XX?”. O autor mesmo responde que, se procurarmos forças anticapitalistas, certamente não, mas se procurarmos movimentos críticos à sociedade capitalista contemporânea há importantes forças sociais se manifestando.

De fato, parece que, com a queda do muro de Berlim e a ascensão da ideologia e prática neoliberal, o mercado foi reificado como instância de referência absoluta. Dessa forma, dificulta a emergência de movimentos que tenham por finalidade uma luta anticapitalista. A militância anticapitalista perde força ante a militância por direitos ou prerrogativas no interior do capitalismo. Entretanto, apesar disso, o autor vê quatro forças sociais importantes, limitadas pelo furor e influência do capital, mas que constituem a crítica mais fecunda à sociedade capitalista contemporânea:

[...] as populações pré-capitalistas, lutando para conservar seu território e seus meios de subsistência; as massas ‘excedentes’, excluídas do emprego formal nos circuitos da produção capitalista; os trabalhadores fabris explorados em todas as zonas ex-industriais decadentes e outras zonas empobrecidas; novas e antigas classes médias, cada vez mais oneradas com o pagamento de dívidas às corporações financeiras – estas constituem as possíveis bases sociais para as críticas contemporâneas à ordem capitalista dominante. O avanço exigirá, quase com certeza, alianças entre essas bases e, portanto, a articulação de seus interesses. Para qual caminho, ou quais caminhos, vai pender a nova classe média na África, Ásia e América Latina? Esse será um fator determinante e vital. (THERBORN, 2014).

Para o autor, o fiel da balança será a classe média, que, empobrecida, pode vir a ter um papel central na definição dos interesses populares ou das elites. Além disso, se vier a ficar ao lado das classes populares, seus valores e aspirações terão de ser respeitados e adequados às demandas populares de inclusão e igualdade.

Certamente esse seria um importante limitador para a afirmação da nossa questão central, a saber, as possibilidades de uma cidadania substantiva nos centros urbanos brasileiros. As classes médias no Brasil têm histórico conservador, sempre apoiaram movimentos repressivos e reacionários, como a ditadura de 1964-1985 e a eleição de Fernando Collor em 1989. As manifestações de junho de 2013 demonstraram uma cisão de demandas quando movimentos populares e partidos de esquerda foram hostilizados, em grande parte, pela classe média que resolveu se movimentar³.

Os interesses das classes médias no Brasil mais ou menos corroboraram com os interesses das elites. Contudo, quais os processos que essa sociedade, voltada para as elites, desenvolveu como forma de manter pri-

³ Exceto por alguns daqueles inseridos na produção intelectual (professores, jornalistas, etc.), a classe média no Brasil tem sido contra as demandas populares mais radicais, como aquelas referentes à terra, às conquistas sindicais e aos direitos das populações menos abastadas.

vilégios e segregação social? E qual o papel do Estado neste processo de limitação da cidadania insurgente (mais próxima da substantiva) no Brasil?

Holston (2009, p. 255-256) argumenta que a persistência de uma cidadania diferenciada, inclusiva e desigual é o principal obstáculo para a cidadania insurgente. O autor faz uma regressão histórica para compreender o desenvolvimento desta nova forma de cidadania urbana. Observa que a cidadania no Brasil, no século XIX, era baseada nas diferenças para a gradação dos direitos, que, por sua vez, gerava desigualdade de condições e de acesso aos recursos públicos.

A estratégia de diferenciação que as elites criaram no final do século XIX foi o voto, negado aos analfabetos, perdurando por todo o século XX até 1985, quando tal restrição foi revogada. Durante todo o século XX permaneceu o paradigma da cidadania diferenciada, alimentando, sendo alimentada e sobrevivendo a cada regime político ao longo dos últimos duzentos anos. Prosperou sob a Monarquia, a Ditadura Militar e a democracia eleitoral. Sua capacidade metamórfica permitia a coexistência com a exclusão da propriedade (é possível ser cidadão e não ter seus direitos fundamentais de cidadão respeitados), a negação dos direitos políticos, a ilegalidade residencial, o servilismo, etc., e com certa igualdade jurídica, democracia eleitoral e algum nível de distribuição dos direitos sociais após a década de 1940.

Com o êxodo rural e o expediente de espaços autoconstruídos, a diferenciação gerou a contradição que alimentou a insurgência cidadã periférica. A cidadania diferenciada e as dificuldades dela advindas não domesticaram as classes populares; ao contrário, politizaram-nas (HOLSTON, 2009, p. 257).

A noção que as classes populares têm de suas demandas, parte de suas próprias experiências, e não de planos do governo ou do Estado. A participação ativa dos movimentos populares na Constituição de 1988 fez com que as pessoas se sentissem vinculadas ao documento, considerando-o um potencial para atender as suas demandas, até então sem nenhuma perspectiva teórica “oficial” que as representasse. Porém, a perspectiva desses direitos ainda tem um caráter híbrido, na medida em que imputa elementos morais a prerrogativas de direitos, ou seja, possui direito quem faz por onde, quem é honesto, etc. Ainda se mantém a noção conservadora dos direitos baseados em características individuais, e não como de alcance universal. Esse hibridismo torna a cidadania insurgente refém de práticas já arraigadas na tradição social brasileira e tendem à segmentação e à violência (HOLSTON, 2009, p. 261).

Para o autor, as desigualdades continuam no Brasil, mas a base cultural e política de sustentação dessas desigualdades estão desgastadas. De todo modo, no Brasil, a cidadania insurgente não foi o suficiente para interromper a cidadania diferenciada, mas manteve-se como elemento legítimo de inovação democrática:

I conclude that although Brazil's democratization has not been able to overcome these problems, neither has the counter-configurations of violence and injustice been able to prevent the development of significant measures of democratic innovation. Above all, it has not prevented the widespread legitimization of an insurgent democratic citizenship. For the time being in Brazil, as in so many places, neither democracy nor its counters prevails. Rooted, they remain entangled, unexpectedly surviving each other. (HOLSTON, 2009, p. 263-264).

Holston (2009), entretanto, limita suas críticas às disrupções socio-político-econômicas no interior do capitalismo e as toma como algo dado, quase natural. Capitalismo e desigualdade essencialmente caminham juntos. Apesar disso, é possível um capitalismo com menor grau de injustiça social local, mas, se olharmos para além do local, um sistema baseado na exploração do trabalho vai, inevitavelmente, desenvolver sistemas de exploração, desigualdades, diferenciações etc., no interior de nações ou entre nações. Assim, o Estado, apesar de não ser simplesmente o comitê executivo dos negócios da burguesia, na correlação de forças é apropriado com base na violência e na diferenciação, legal ou não, pela parcela economicamente dominante. Há, de fato, pequenos ganhos intermitentes para as classes populares, mas dependendo da qualidade da relação entre as classes (e das relações sociais em geral) não há desenvolvimento social. Parte da resposta está na história e no desenvolvimento particular de determinada formação social, mas outra parte está nos elementos estruturantes do sistema capitalista que, no contexto brasileiro, produziu uma subcidadania.

A subcidadania no Brasil

As características da cidadania insurgente, como apresentadas por Holston, podem ser aproximadas do tripé de direitos referidos por T. H. Marshall (apud TAVOLARO; TAVOLARO, 2010, p. 339): civil, político e social. Aproxima-se dos direitos civis ao reivindicar o respeito aos direitos constitucionais dos cidadãos dos espaços periféricos; dos direitos políticos, porque é uma luta por justiça que envolve a participação política efetiva daqueles que têm pouca representatividade; e dos direitos sociais, na medida em que o direito à moradia é o norte, segundo Holston (2009, 2013), dos pobres urbanos, artífices da cidadania insurgente. De certo modo, portanto, a cidadania insurgente transcende as cidadanias civil, política e social; neste sentido, é de fato algo novo.

Sua excepcionalidade principal, no entanto, consiste no fato de que, por meio dela, as classes pobres lutam por seus direitos, enquanto as classes abastadas contemporâneas podem se dar ao luxo de usufruir desses direitos integralmente, num contexto democrático, dado que essa garantia se deu na História, muitas vezes às custas de violência contra as classes

populares. Como essas garantias não foram estendidas a todos, o pressuposto das classes pobres é, portanto, a subcidadania, ou melhor, é na relação dialética com esta que insurge a noção de cidadania.

A subcidadania, segundo Souza (2003), decorre do fato de que as classes populares não estariam, historicamente, adaptados aos padrões políticos, jurídicos, culturais e econômicos emergentes da racionalidade ocidental moderna, esta, por si só, excludente. Essa análise da naturalização da desigualdade periférica, segundo o autor, abarca tanto países periféricos – como o Brasil – como países centrais, ainda que nestes os efeitos sejam menores. A especificidade da formação social brasileira, neste contexto, apesar de importante, não é fatal e imutável, pois é a dinâmica das classes sociais que determina o acesso, ou baixo grau de acesso, à cidadania formal por parte da população menos abastada, e não uma herança pré-moderna ou um essencialismo cultural personalista que independesse das classes.

Holston (2013) parece concordar com Souza (2003) sobre o fato de que não é o personalismo o indutor das mazelas sociais e de que a noção de cidadania insurgente (e conseqüentemente seu pressuposto: a subcidadania) pode ser definida como uma categoria global de conflito. No entanto, assim como o primeiro não problematiza a função de superexplorado do “subcidadão” no contexto da produção capitalista, remetendo à sua condição, sua inadaptação, Holston (2009) não problematiza a superexploração a que estão submetidos aqueles que fazem emergir a cidadania insurgente.

Os mecanismos da superexploração do trabalho⁴, segundo Ruy Mauro Marini (apud SANTANA, 2013, p. 23-24), podem ser resumidos em

três modalidades de apropriação do tempo de trabalho excedente por parte dos capitalistas, que podem ocorrer pela via da redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor: 1) o prolongamento da jornada de trabalho; 2) o aumento da intensidade do trabalho e 3) a conversão do fundo de consumo necessário do operário em fundo de acumulação do capital. A conjugação de uma ou mais dessas modalidades tornaria o salário (preço da força de trabalho) insuficiente para compensar o processo de trabalho que exija um desgaste físico e mental além do normal, o que implicaria a violação da lei do valor da força de trabalho e a reprodução atrofiada desta. Nesse caso, o capital, ao encurtar o tempo de vida útil e de vida total do trabalhador, apropria-se, no presente, dos anos futuros de trabalho.

O prolongamento da força de trabalho se dá não só na sobrejornada, mas também no deslocamento. Trabalhadores periféricos tendem a longos trajetos e salários que não cobrem o custo da moradia (daí a opção por longínquas férias). Desse modo, além de a proximidade com o trabalho ser dificultada, o transporte público não é satisfatório e o custo das

.....
⁴ Ver: Santana (2013).

horas do trajeto não é repassado para os salários. O trabalho intenso e a pressão sobre o trabalhador, tanto no que se refere ao cumprimento de metas, quanto à insegurança do emprego, faz com que o desgaste, físico e mental, seja exacerbado, sem as contrapartidas salariais ou dos serviços públicos necessários para a reprodução e manutenção cotidianas do trabalhador.

Nesse sentido, a reprodução atrofiada da força de trabalho influencia tanto a inadaptação aos imperativos das instituições modernas, quanto impele aos trabalhadores um grau de cidadania que impulsiona a luta diária pela subsistência. Assim, a tese de Marini (apud SANTANA, 2013) não invalida a de Holston (2009, 2013) ou de Souza (2003); pelo contrário, complementa-as e ajuda a explicá-las, na medida em que problematiza a reprodução da vida material dos trabalhadores, em sua maioria pobres.

Em países em que a superexploração do trabalho é a regra, em geral, a estrutura social é historicamente frágil. Neste contexto de fragilidade social, há um superdimensionamento da lei (como obrigação, e não como direitos) e da violência, antitéticas a uma cidadania substantiva plena. A nosso ver, dois aspectos, dentre outros, corroboram para a argumentação da relação paradoxal entre capitalismo e cidadania no Brasil, a saber, a imbricação hierárquica entre economia e política em uma sociedade; e as questões estruturais do Estado capitalista, somadas à formação social brasileira – que, mesmo partindo daquele, ressignifica-o.

Os limites à cidadania insurgente

Francisco de Oliveira (2007) argumenta que o mercado – ou a ideia de mercado – faz com que, ideologicamente, os agentes políticos se tornem secundários nas decisões que afetam o cotidiano das pessoas. Os entes jurídicos, como as empresas, dominam o cenário institucional estatal, influenciando, através de “lobbys”, a distribuição de “direitos” que institucionalmente deveriam ser garantidos e efetivados. A política partidária e os próprios governos que, dentro dos limites da representatividade, são democraticamente eleitos, estão subsumidos pela pressão econômica: “A empresa econômica, que já era o centro da concentração/centralização do capital, assume cada vez mais o centro da política” (OLIVEIRA, 2007, p. 288).

A política, nesses termos, continua viva, desde que foi inventada. Porém, institucionalmente não é o autêntico jogo das forças políticas constituintes de determinada sociedade que decide os rumos, mas é um jogo de cartas marcadas pelo interesse econômico, ou seja, o econômico anula o político. Oliveira (2007, p. 290) toma como exemplo a instituição Banco Central como um dos representantes econômicos que anulam a política:

O Banco Central praticamente não presta contas a ninguém, a nenhuma instância da representação popular ou federativa; está, na prática, auto-nomizado, pois o próprio ministério da fazenda comparece o Copom – que é a instância que decide sobre a taxa de juros básica – em igualdade de condições com os demais membros. Opera o Banco Central por meio de consultas com experts do mercado financeiro, principalmente altos executivos dos grandes bancos, e deste círculo estreito estão excluídos quaisquer outros cidadãos, individualmente ou em representação de classes.

Se decisões econômicas que determinam o rumo das vidas dos cidadãos são tomadas sem a participação política efetiva destes, com a justificativa de que são decisões “técnicas”, a cidadania se faz irrelevante ante a força do mercado. As pessoas se tornam menos importantes do que os interesses econômicos. Decisões do Banco Central brasileiro, por exemplo, influenciam o nível de desemprego do país, os investimentos em Educação, Saúde, etc., não devendo, portanto, ser decisões estritamente técnicas, como se o mundo fosse regido pela técnica e não por pessoas, pelas relações estabelecidas entre elas. Neste contexto, a exceção – ou o que deveria ser – se impõe como regra:

Todas as políticas são ditadas pela excepcionalidade [...]. O Bolsa-Família é a exceção do salário, insuficiente, que não pode ser melhorado pelo monitoramento das instituições da ‘polícia’ mundial; o mutirão é a exceção da moradia, que não pode ser mercadoria vendida porque o salário é insuficiente; o Prouni é a exceção da universidade pública, substituída por um simulacro de universidade privada para os pobres, com subsídio federal; o PCC em São Paulo e o TCC no Rio são as exceções, gângsteres como não poderia deixar de ser, da segurança pública e do desmantelamento do poder repressivo do Estado Brasileiro. A lista seria longa e enfadonha. Trata-se de um Estado de Exceção. E quem é o soberano que decide o Estado de exceção? O mercado. (OLIVEIRA, 2007, p. 294-295).

Apesar disso, Francisco de Oliveira (2007) enxerga na política o elemento fundamental para a garantia e efetivação de direitos, em um contexto no qual o capital cada vez mais se impõe como atmosfera geral, regulando as relações sociais. A dimensão econômica ganha relevância e, conseqüentemente, aqueles que têm maior poder econômico se utilizam dessa prerrogativa para “garantir” seus direitos e reivindicar outros (OLIVEIRA, 2007, p. 283). Aos que não possuem esse poder econômico, resta a política. É neste ponto que a análise de Francisco de Oliveira (2007) se aproxima da de Holston (2009, 2013), a diferença principal está no estabelecimento de limites histórico-sociais para este e histórico-socioestruturais para aquele.

Esta diferenciação tem um peso grande na emergência de uma cidadania popular, já que a noção formal de justiça é atrelada ao poder econômico, e, portanto, torna-se uma barreira a ser rompida por meio da

organização e pressão política dos movimentos sociais. Do mesmo modo, a noção mítica de cidadania política é atrelada ao sufrágio, isto é, à capacidade e possibilidade de votar e ser votado, tipo ideal de uma democracia representativa. T. H. Marshall entende que, segundo Saes (2001, p. 380)

[...] a cidadania política na sociedade industrial moderna ou contemporânea (nós diríamos, sociedade burguesa ou capitalista) designa a participação do Povo – isto é, dos indivíduos que o compõem – no exercício do poder político. Tal participação concretiza-se, segundo Marshall, como exercício efetivo, por parte do Povo, do direito de escolher os seus governantes. E o exercício efetivo desse direito implica, de um lado, a existência de um processo eleitoral autêntico, supervisionado por instituições judiciárias independentes, que garantam a correspondência entre os resultados das eleições e a vontade eleitoral da maioria social; de outro lado, a existência de governantes que de fato governem, o que supõe a presença de um Parlamento forte, efetivamente participante na tomada das grandes decisões nacionais.

O tipo ideal em questão não diz nada sobre e nem considera a dinâmica excludente do Estado capitalista, ou sequer problematiza que a influência popular é pequena nas decisões macropolíticas ou macroeconômicas. A pressão que geralmente exercem os meios de comunicação visa a tal ou tal parlamentar, no sentido de constrangê-lo para as próximas eleições. Ou seja, os interesses, quando não são escusos, são movidos pela coação.

Nesse sentido, a cidadania insurgente é, talvez, a novidade popular para responder ao Estado de direito que supõe a liberdade civil seletiva. Ora, direitos civis são conquistas dos trabalhadores (ao contrário do que costuma se aventar), assim como as liberdades políticas. Porém, dada sua distribuição desigual entre as classes sociais, os mais pobres necessariamente se insurgem; entretanto, no cômputo geral, é como se fosse uma conquista da sociedade como um todo, ou pior, benesses das classes dominantes.

Vemos, portanto, que a subsunção da política pela economia implica limites à cidadania popular vinculada ao poder econômico dos agentes, bem como ao peso desse poder no arcabouço legal. Neste sentido, a luta pela reprodução imediata da vida, desacompanhada de uma visão mais ampla e prospectiva da luta de classes, não é necessariamente uma escolha individual dos trabalhadores, mas uma imposição estrutural do sistema capitalista, que se corporifica também na natureza do Estado.

Outro aspecto importante como limite à cidadania insurgente popular, ou os limites estruturais relacionados à natureza do Estado capitalista, foi bem desenvolvido por David Harvey (2006) na sua leitura da teoria marxista do Estado, que se tornou, inclusive, título do ensaio. O argumento central é de que o Estado cumpre um papel fundamental como apoio ao modo capitalista de produção, executando tarefas básicas sem as quais este não funcionaria (HARVEY, 2006, p. 79).

O Estado surge da contradição entre interesses públicos e privados, situando-se apenas aparentemente acima (como mediador e regulador) das classes. Essa relação Estado e sociedade gera a necessidade de o primeiro, do ponto de vista ideológico, reforçar a aparência universalista com instituições que discursivamente reforçam o “interesse geral”, em detrimento do interesse de classe:

No modo capitalista de produção, as relações de troca originam, portanto, noções específicas a respeito do ‘indivíduo’, da ‘liberdade’, da ‘igualdade’, dos ‘direitos’, da ‘justiça’ e etc. Marx observou que tais conceitos normalmente proporcionam os brados ideológicos nos comícios de todas as revoluções burguesas. (HARVEY, 2006, p. 83).

O Estado tem, portanto, a função regulatória, mas age a partir do interesse da classe que impõe sua hegemonia na luta de classes, adaptando suas instituições, formais ou não, às transformações e necessidades da acumulação do capital. Na medida em que determinada forma de acumulação vem à tona, aqueles objetivos de um capitalismo mais “humano” se convertem em “[...] objetivos de eficiência e racionalidade do mercado, com toque de muito socialismo para os ricos, auxílio financeiro para empresas e instituições financeiras pouco sólidas e etc.” (HARVEY, 2006, p. 77).

No contexto das lutas por moradias, por exemplo, o Estado aparece como o ente normativo que geralmente age contra a cidadania insurgente, adequando as garantias constitucionais às prerrogativas das classes abastadas. Contudo, cabe perguntar: o que é mais importante? O direito à moradia ou o direito à propriedade? Invariavelmente a noção hierárquica entre um e outro direito se dá pelo poder econômico.

Considerações finais

Holston (2009, 2013), ao não fazer a crítica ao capitalismo, remete o “emaranhado” da cidadania insurgente com a cidadania diferenciada, ao desenvolvimento histórico no Brasil. O que está correto, porém, se esquece de problematizar a busca incessante pelos interesses privados, traço característico do capitalismo, que é potencializado em tempos de expansão do livre mercado, causando estranhamento.

O estranhamento choca-se com o reconhecimento. Como o primeiro se relaciona principalmente com o paradoxo individualismo/individualidade – em que individualismo nega individualidade, na medida em que é ensimesmado e não se apropria de forma plena da riqueza social “espiritual”, isto é, da cultura no sentido mais amplo –, ele se emaranha com o reconhecimento das potencialidades, dos direitos, etc., mas o fragmenta e o reduz ao específico: ao lugar, à comunidade, ao grupo. Desse conflito emerge tanto a cidadania substantiva, que reconhece e combate a

opressão, posicionando-se no conflito, quanto a cidadania formal, que tende a reproduzir, em outras instâncias, a opressão, negando o conflito.

Concluimos, portanto, que a cidadania insurgente é, de fato, uma inovação democrática e um lampejo de cidadania substantiva, por isso deve ser considerada, compreendida e potencializada. Contudo, para além disso, é importante também compreender seus limites, não só histórico-sociais, mas também aqueles impostos pela base produtiva (o capitalismo), para não transformá-la em algo edênico, e, por consequência, estéril.

Referências

- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.
- HOLSTON, J. Espaços de cidadania insurgente. In: ARANTES, A. A. (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996.
- _____. Insurgent citizenship in an era of global urban peripheries. *City & Society*, v. 21, n. 2, 2009.
- _____. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- OLIVEIRA, F. Capitalismo e política: um paradoxo letal. In: NOVAES, A. (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- SAES, D. A. M. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n. 42, maio/ago. 2001.
- SANTANA, P. M. *Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo*. Brasília: Ipea/ABET, 2013.
- SOARES, M. C. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- TAVOLARO, S. B. F.; TAVOLARO, L. G. M. A cidadania sob o signo do desvio: para uma crítica da “tese da excepcionalidade brasileira”. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, maio/ ago. 2010.
- THERBORN, G. Why and how place matters. In: GOODIN, R. E. (Ed.). *The oxford handbook of political science*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- _____. *Novas massas? Classe média, consumismo e classes sociais na crítica a ordem capitalista*. 2014. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/novas-massas>>. Acesso em: 22 fev. 2016.
- VAINER, C. *Entrevista*. 2011. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R17.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

Recebido em 07 de abril de 2017.

Aprovado para publicação em 14 de julho de 2017.

DOI 10.12957/rep.2017.30377



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A experiência histórico-cultural de constituição de classe entre os trabalhadores telefônicos do Paraná

The historical and cultural experience of class formation among Paraná telephone workers

Ivana Cristina Lima de Almeida*

Resumo – A década de 1950 ficou conhecida entre os historiadores do sindicalismo brasileiro como a década do chamado “renascimento das lutas urbanas e rurais”. No contexto regional do setor de telecomunicações do Paraná, foi ao final dessa década que um grupo de trabalhadores, em circunstâncias econômicas e socioculturais específicas, constituiu-se como *classe*. Tomando por base o conceito de experiência histórica de E. P. Thompson, esta investigação adentrou no processo de organização sindical dos trabalhadores telefônicos do Paraná com o objetivo de dialogar com as histórias e memórias desses sujeitos. Apoiado em relatórios, publicações, documentos oficiais, atas e aplicação de entrevistas, esse estudo de caso procurou apreender a dinâmica da relação entre a dimensão objetiva das transformações ocorridas e os modos pelos quais os trabalhadores absorveram, (re)elaboraram e vivenciaram culturalmente essa experiência conflituosa, traduzindo-a em ações políticas *de e para* a classe.

Palavras-chave: experiência histórica; cultura; classe trabalhadora; telecomunicações; Paraná.

Abstract – The 1950s became known among Brazilian historians of trade unionism as the decade of the so-called “rebirth of urban and rural struggles.” In the Paraná regional context of the telecommunications industry, it was at the end of that decade that a group of workers, in certain economic, social, and cultural circumstances, constituted themselves as a *class*. Based on E.P. Thompson’s concept of historical experience, this research went in-depth into Paraná telephone workers’ process of union organization, with the objective to get acquainted with the stories and memories of these subjects. This case study was supported by various reports, publications, official documents, and meeting reports, as well as interviewing techniques, and sought to grasp the dynamics of the relationship between the objective dimension of the changes that took place and the ways in which workers absorbed, (re)created and lived culturally this conflicting experience, translating it into political action *of and for* class.

Keywords: historical experience; culture; working class; telecommunications; Paraná.

* Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná e Professora Adjunta da Universidade Positivo do Paraná. *Correspondência:* Rua Carneiro Lobo, 455/ap. 401 - Água Verde - Curitiba/PR. CEP: 80240-240. *Email:* <ivanalimadealmeida@gmail.com>.

Considerações iniciais

Meu enleio é que um tapete
é feito de tantos fios que não
posso me resignar a seguir um
fio só; meu enredamento vem
de que uma história é feita
de muitas histórias.
(Clarice Lispector)

Não é possível mergulhar na trama da experiência histórica de constituição da classe dos trabalhadores telefônicos do Paraná no início da segunda metade do século XX, sem sentir-se enredado em uma teia de fios políticos, econômicos, sociais, culturais e ideológicos. Definitivamente não se trata de uma época qualquer no passado. Trata-se de um tempo recentemente vivido por muitos de seus personagens, por intermédio do qual o tempo de vida íntimo confunde-se (e entrelaça-se) com a grande história dos acontecimentos gerais.

O setor de telecomunicações, por sua natureza e especificidade, tem sido um território temido e até evitado pelos que nele não trabalham. Tanto em seus aspectos técnico-organizacionais quanto em seus aspectos político-institucionais, o processo de “comunicação a distância” por vias eletromagnéticas (telégrafo, telefone, rádio, TV e outras) passou a desempenhar, ao longo de sua trajetória, um papel decisivo no tecido socioeconômico dos países mais e menos industrializados.

No Brasil, as telecomunicações foram incorporadas à sociedade na segunda metade do século XIX, quando o governo imperial reconheceu o serviço telegráfico como de grande interesse público, sobretudo quanto ao aspecto da segurança nacional, reservando ao poder central a competência de regulamentação e à administração pública a exploração direta do serviço (ALMEIDA, 2004).

De certa forma, a organização das telecomunicações nessa época fazia parte de um padrão mais geral de exploração da infraestrutura dos fabricantes norte-americanos e europeus. Estes, via de regra, estabeleciam filiais de serviços em países como o Brasil para garantir apenas os troncos mais rentáveis, não se propondo a estabelecer uma rede de comunicação que integrasse os respectivos espaços nacionais.

Essa situação permaneceu inalterada mesmo após a instituição do regime republicano no país. Na verdade, seguindo o propalado “espírito de descentralização” da Carta Constitucional de 1891, cada estado federativo passou a ter direito à própria política para o setor, e vários deles (inclusive o Paraná) reproduziram essa descentralização aos seus municípios. Resultado: até o final dos anos de 1920, quando surgiu a tecnologia do rádio anunciando a libertação do fio, as telecomunicações brasileiras estiveram fatiadas entre as empresas privadas nacionais e estrangeiras e o Estado.

Embora a União viesse a retomar, durante o Estado Novo (1937-1945), a competência para regular o setor e instituir os serviços de telégrafos como sua exclusividade, tal reforma política não se aplicou aos serviços de telefonia, ainda encaminhados por um oligopólio formado por seis empresas estrangeiras, duas das quais exerciam também o controle da venda de equipamentos de telecomunicações no país (ALMEIDA, 2004).

Esse modelo solidamente privado sofreria uma nova orientação constitucional em 1946, pelo menos em relação aos serviços de telégrafos, radiocomunicação e radiodifusão sobre os quais a União consagrou-se como única a regular e explorar diretamente, ou mediante concessão ou autorização a outros. Quanto à telefonia por fio, a responsabilidade federal restringiu-se às áreas interestaduais e internacionais, permitindo às unidades da federação que formulassem a política telefônica em âmbito estadual.

Tais diretrizes vigoraram até a década de 1960, período em que a política de telecomunicações tornou-se objeto de forte mudança jurídica e institucional, ensejada por fatores quantitativos – elevação da capacidade de atendimento e cobertura – e qualitativos – melhoria no sistema de ligações e tarifas – imprescindíveis ao atendimento das comunicações nacionais, internacionais e aos fins militares. Esse processo culminou com a estruturação de um monopólio público vigente até o final dos anos de 1990, quando outra vez alterações governamentais (reprivatização), acompanhadas prévia e posteriormente de novos avanços tecnológicos (introdução dos sistemas digitais em substituição aos sistemas analógicos), voltaram a “revolucionar” o setor.

Mas se, a essa altura, os fatos aqui expostos são historicamente importantes para o entendimento do contexto que tem envolvido, desde suas origens, as telecomunicações brasileiras e, em particular, paranaenses, há algo mais a ser explicado nessas transformações do que capitais, fatores produtivos, leis e mercados. Ainda falta explicar, por exemplo, como, nessa teia de fios socioeconômicos e político-institucionais, alguns homens e mulheres profissionalmente acoplados a essa esfera – como atores de seus dramas e observadores de suas épocas – viram e articularam os seus interesses coletivos.

Em outras palavras, falta explicar como, em um contexto regional próprio, os empregados daquelas companhias foram revelando necessidades, reivindicações e anseios e *(trans)formando-se*, daí em diante, em força associativa e movimento sindical.

Foi em busca desse processo que o estudo de caso desenvolvido¹ se enveredou no conceito de experiência histórica de Edward Palmer Thompson (1924-1993) com o objetivo de apreender, no final da década de 1950,

¹ As análises desenvolvidas neste artigo são provenientes, em parte, da pesquisa de Mestrado *Adeus ao sindicato? O sindicalismo diante das transformações no mundo do trabalho: o caso do setor de telecomunicações no Paraná*, de 2004; e, em parte, da pesquisa de Doutorado em andamento na UFPR.

a dinâmica da relação entre a dimensão objetiva das mudanças ocorridas e os modos pelos quais os trabalhadores absorveram, (re)elaboraram e vivenciaram culturalmente essa experiência conflituosa, traduzindo-a em ações políticas *de e para* a classe.

Na escolha desse caminho, o diálogo com as histórias e memórias desses sujeitos apoiou-se na leitura de relatórios e atas de assembleias sindicais do período 1958-1961, nas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) da década de 1950, em boletins do Dieese de 1959-1961, em documentos oficiais do Ministério do Trabalho e na aplicação de entrevistas entre os anos de 2003 e 2004 a três trabalhadores – identificados como T1, T2 e T3 –, que participaram da organização do Sinttel/PR desde as suas origens.

Dentro das dimensões cabíveis neste artigo, a intenção é discutir, a partir da especificidade do setor de telecomunicações brasileiro daquele momento, o processo histórico de constituição dos interesses coletivos dos trabalhadores telefônicos do Paraná entre 1958 e 1959. Nesta perspectiva, Thompson se torna um interlocutor privilegiado.

1. Thompson e a experiência histórica como constituinte de classe

Entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, mais precisamente entre 1780 e 1832, “os trabalhadores ingleses em sua maioria vieram a sentir uma identidade de interesses entre si, e contra seus dirigentes e empregadores” [grifo meu]. (THOMPSON, 1997, p.12). Assim escrevia em agosto de 1963 o historiador inglês Edward Palmer Thompson no Prefácio de sua obra *The making of the english working class*, na tradução brasileira, *A formação da classe operária inglesa*².

A afirmativa de Thompson (1997), decorrente de seus estudos a respeito da classe operária inglesa como agente histórico principal de sua própria formação, abriu na década de 1960 novas perspectivas teóricas e metodológicas para o entendimento da atuação dos trabalhadores no processo de constituição de sua classe. Quando se fala em nova perspectiva teórica, pretende-se dizer com isso que a proposição thompsoniana diverge, dentro do marxismo ao qual se filia, das abordagens estruturalistas ortodoxas (como a de Louis Althusser). Naquela década, a leitura de Louis Althusser (1918-1990) da obra de Marx se difundiu na historiografia britânica, fazendo crescer a aceitação de que a história, conforme aponta o próprio Althusser (1978, p. 70-71 – grifos no original),

² A obra de E. P. Thompson, *The making of the english working class*, analisa as origens da classe operária inglesa no período de 1790 a 1832, e foi elaborada em três partes. No Brasil, onde a primeira edição é de 1987, *A formação da classe operária inglesa* foi publicada em três volumes: *A árvore da liberdade*, *A maldição de Adão* e *A força dos trabalhadores*. Para uma análise detalhada da obra de Thompson, ler: Bryan Palmer (1994).

é um imenso sistema *natural-humano* em movimento e o motor da história é a luta de classes. [...] A história é certamente um processo sem Sujeito nem Fim(ns), cujas circunstâncias dadas, nas quais ‘os homens’ agem como sujeitos sob a determinação de relações sociais, são o produto da luta de classes. Portanto, a história não tem, no sentido filosófico do termo, um Sujeito, mas um motor: a luta de classes.

Essa perspectiva foi considerada estruturalista ortodoxa na medida em que torna a história dependente de contradições estruturais e exclui os sujeitos do processo de mudança social. Além disso, a definição de classe está relacionada aos meios de produção e à posição que o indivíduo assume dentro da estrutura econômica. Portanto, compreende a existência da classe e da consciência de classe como superestrutura condicionada inteiramente à base material da sociedade³.

É nesse ponto que a crítica de Thompson (1997, p. 9 – grifos meus) irrompe, principalmente no seio do marxismo althusseriano, para advogar que “a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”. E argumenta: “Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (*e cuja ocorrência pode ser demonstrada*) nas relações humanas”⁴.

A partir das duas citações acima, somadas a que abre esta discussão, Thompson (1997) revela a sua intenção de desconstruir a ideia de os trabalhadores (ingleses) serem vistos como uma “entidade” receptora das determinações de outra classe que os domina e que os considera inferiores. Pode-se acrescentar também, nessa reflexão, a crítica à necessidade de a classe operária ser “guiada” para adquirir consciência de seu lugar subalterno na formação social e de condutora da luta de classes. Em outras palavras, a formação da consciência *de* e *para* a classe determinada pela estrutura de produção da sociedade e pelo antagonismo de classe.

E como Thompson rompe teórica e metodologicamente com essa concepção? Sem sair do solo marxiano, Thompson (1997, p. 9) passa a estudar a classe (operária inglesa) como um “fenômeno *histórico* [grifo original], que unifica uma série de acontecimentos díspares e *aparentemente* desconectados, tanto da matéria prima da *experiência* como na *consciência* [grifos meus]”.

Chamo a atenção para cada um dos termos destacados aqui, porque neles estão os elementos teóricos e metodológicos das proposições thompsonianas que marcam a sua ruptura com as noções marxistas ortodoxas.

Então, vejamos. Ao se referir à classe como fenômeno histórico, significa que a classe deve ser entendida como uma formação social e cultural

³ Para maiores detalhes, ver: Louis Althusser (1978).

⁴ A crítica de Thompson a esses argumentos encontra-se em: E. P. Thompson (1981).

constituída por homens e mulheres em suas ações e relações sociais ao longo de um processo histórico, a exemplo do que o próprio Thompson identifica entre os anos de 1780 e 1832 ao estudar os trabalhadores ingleses.

A dimensão histórica introduz no fenômeno classe o conteúdo dialético, apontando transformações, contradições, rupturas, permanências e mediações que devem ser investigadas e apreendidas na prática do agir humano. Por sua vez, quando anuncia que o processo histórico reúne um *conjunto de acontecimentos aparentemente díspares e desconectados*, Thompson (1997) indica que há, nessa dinâmica, um complexo de visões e de interesses opostos que motivam objetiva e subjetivamente homens e mulheres a agir na formação de classe.

Sendo assim, o fenômeno classe pertence simultaneamente à história econômica, política e cultural. E, se a lógica desse processo é indeterminada (embora cheia de pressões), sua descrição pode e deve ser realizada em termos históricos, ou seja, tanto como resultado da *experiência* quanto da *consciência* de homens e mulheres que vivem a sua própria história.

Nesse ponto, Thompson (1997) introduz o conceito de experiência (termo inexistente na ortodoxia marxista) para se referir ao modo pelo qual as pessoas – individualmente ou em um grupo social – experimentam, em suas relações produtivas, necessidades, interesses e conflitos, traduzindo-os em respostas mentais e emocionais. Nesse sentido, experiência vincula-se à cultura na medida em que, para Thompson (1997), ideias e sentimentos são experimentados por homens e mulheres como normas, valores, formas elaboradas na arte ou nas convicções religiosas e políticas.

E também porque as transformações socioeconômicas são desenvolvidas na e pela cultura, portanto, vividas e percebidas no ser social e na consciência social. Isso significa que a formação da classe é uma experiência histórica de “ser social” (experiência de classe nas relações de produção) e de “consciência social” (consciência de classe experienciada em tempo-espaço próprios) que se constitui no processo da existência e da ação humanas. Dessa forma, configura-se aqui uma impossibilidade: o conhecimento do *fazer-se* da classe (em Thompson, operária inglesa) dissociado das experiências nascidas dos confrontos entre classes em virtude de suas diferenças culturais, políticas e religiosas, entre outras.

Nessa perspectiva, é por meio da experiência que a consciência social se realiza e se expressa como experiência de classe que pode ser examinada e descrita “em suas relações, suas ideias e instituições” (THOMPSON, 1997, p. 12), dentro de um determinado período de mudanças sociais, contextualizado nos momentos históricos específicos a que pertence culturalmente.

Em termos metodológicos, isso exige, para Thompson (1997), articulação entre teoria e empiria para discutir um contexto particular no diálogo analítico entre o econômico e o cultural, entre a história e o social. É dentro

dessa dinâmica que procuro descrever, a seguir, a experiência histórica de formação de classe dos trabalhadores telefônicos do Paraná entre 1958 e 1959.

2. Os trabalhadores telefônicos do Paraná e a experiência histórica de e para a classe

“Porque a associação é necessária para defender os interesses da classe, a exemplo de outras categorias profissionais existentes em nosso Estado” (SINTTEL, 1961 – grifo meu). Assim foi encerrado o discurso de S. B. S.⁵ na primeira assembleia legal instalada para a criação da Associação Profissional dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas e Radiotelefônicas do Estado do Paraná, em oito de julho de 1958.

Naquela noite, 46 dos 53 membros fundadores aprovaram por unanimidade os artigos do estatuto-padrão, recomendado pelo Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio (Portaria nº. 126, de 26 de junho de 1958). Aprovaram também os nomes de três colegas – incluindo o de S. B. S. como presidente – para a diretoria e de mais três para o conselho fiscal da associação, conforme correspondência oficial expedida à Delegacia Regional do Trabalho pelo secretário eleito L. V.

Alguns meses antes, durante aqueles períodos em que a indignação parece mover as pessoas no sentido de desafiar as autoridades que normalmente respeitam, S. B. S., então com 48 anos de idade, vivenciou uma experiência definitiva. Ao tocar a campainha em uma casa de Curitiba para realizar a instalação de um telefone, a dona da casa o olhou da janela e, assustada, tentou dispensá-lo dizendo que não tinha esmola para dar. Confundido com um mendigo, um dos instaladores mais antigos da companhia teve a certeza de que a situação dos telefônicos chegava ali ao seu limite.

Era hora de ouvir o colega M. G. M., um espanhol de 45 anos que já havia participado de um movimento de trabalhadores em São Paulo na década de 1940, cujo resultado tinha sido a fundação de um sindicato estadual da categoria. Desde meados dos anos de 1950, o cabista M. G. M. – além de outros cabistas vindos também da capital paulista – já se queixava dos salários baixos e da vida difícil que levavam como empregados da Companhia Telefônica Nacional, no Paraná, onde muitos estavam insatisfeitos, mas tinham medo de reclamar. Para ele, a solução era uma só: a formação de um sindicato.

As primeiras conversas sobre o assunto surgiram no bairro Oficinas, em Curitiba, onde M. G. M., S. B. S., o encarregado de rede G. A., de 31 anos, e o reparador A. C. A., com 41 anos, também moravam:

.....
⁵ Os nomes dos trabalhadores do setor de telecomunicações do Paraná serão indicados, neste artigo, por siglas.

No início, era difícil *pra nós formar o sindicato* porque nós era completamente leigo a esse negócio de sindicalismo, né? Então, ninguém conhecia. Outros já conheciam isso, como os metalúrgicos, a construção civil... mas nós, não. *No meu entender da época*, ele [M. G. M.] foi a pessoa que mais incentivou. *A experiência* dele ajudou a *nós formar o movimento aqui*. (Entrevista de um dos fundadores do sindicato, aqui identificado como T1 – Trabalhador 1 – grifos meus).

Do bairro para o local de trabalho, a ideia chegava ao depósito da Rua Marechal Floriano com a Brasília Itiberê, conseguindo aglutinar cerca de dez pessoas “confiáveis”, entre empregados da instalação, da construção e da manutenção dos serviços de telefonia. Quase todos também com idade acima dos 35 anos e “tempo de casa” superior a dez anos.

Temendo represálias por parte da empresa, o grupo manteve sigilo. Muitos ainda se lembravam da tentativa frustrada de 1949 quando, ainda nos tempos da Companhia Telefônica Paranaense, por interferência de “empregados que eram do lado de lá, ligados à empresa” (Entrevista T1), foi dissolvido um movimento idêntico com a demissão de todos os envolvidos.

Naquela conjuntura do imediato pós-guerra, não foram poucos os que acreditaram nos ventos da democratização trazidos pela vitória dos aliados contra o nazi-fascismo e pela queda do Estado Novo de Getúlio Vargas, os quais poderiam favorecer a organização da categoria. Todavia, se, de um lado, a época foi propícia ao surgimento de centenas de sindicatos pelo país – de 1945 a 1949, o IBGE registrou um aumento de 19,4% no número de sindicatos de trabalhadores, passando de 873 para 1.042 (IBGE, 1950) –, de outro, o movimento operário encontrou inúmeras dificuldades para desenvolver-se como luta política. Muitos nem saíram da ideia, como é o caso dos telefônicos do Paraná, abortado pela companhia em seu nascedouro.

Mas, agora, quase dez anos depois, unidos por um “destino que lhes parecia comum” (Entrevista T3), aqueles empregados mais e menos antigos de casa se convenciam de que a salvação social estava em suas próprias mãos. Os articuladores do novo movimento mostravam-se imbuídos de um espírito de inconformismo com a situação de trabalho e de vida em um momento em que a dissensão estava em alta.

A década de 1950 ficou conhecida entre os historiadores do sindicalismo brasileiro como a década do chamado “renascimento das lutas urbanas e rurais” (ANTUNES, 1995). No segundo Governo Vargas, especificamente em 1953, os reajustes salariais haviam sido muitas vezes conquistados a partir de longas greves e debaixo de forte repressão, como a “Greve dos 300 mil”, na qual sete categorias estiveram paralisadas em São Paulo por um mês (ALMEIDA, 2004).

Naquele período, o papel das comissões de fábricas foi decisivo tanto para a formação de uma Comissão Intersindical (CIS), que deu origem ao Pacto de Unidade Intersindical (PUI), quanto para as grandes mobilizações

subsequentes realizadas pelos “sindicatos oficiais”. No entanto, foi a partir do Plano de Industrialização “50 anos em 5”, de Juscelino Kubitschek, e do desenvolvimento da indústria automobilística, que se podem notar mudanças no perfil da classe operária e na politização do movimento sindical.

Setores de forte peso na força de trabalho do país, como os de metalurgia, de plásticos, de derivados de petróleo, das estatais e do setor público, passaram a lutar contra os baixos salários, a carestia e a inflação. Além disso, no campo, as Ligas Camponesas, formadas desde 1955, impulsionavam a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag), exigindo reformas e direitos trabalhistas (ALMEIDA, 2004).

A pressão pela solução dos problemas habitacionais, de saneamento e de saúde trazia à tona o fracasso (ou a ausência) de medidas governamentais adequadas para produzir o mínimo de desigualdades sociais. Junte-se a isso a crise inflacionária do final dos anos de 1950 e o resultado frustrava as expectativas de trabalho e de consumo de bens disponíveis, acionando o estopim dos conflitos sociais, em particular nas áreas urbanas.

No contexto regional do setor de telecomunicações, a necessidade de os trabalhadores recuperarem suas perdas salariais e melhorarem suas condições de vida, aliada ao clima de relativa liberdade existente, impeliu-os à organização da categoria. De acordo com o depoimento de um dos fundadores e ex-presidente do sindicato, aqui identificado como T2: “O ambiente político foi um incentivo porque havia uma democracia e a gente tinha a liberdade de formar o sindicato. Havia era as restrições da própria lei, do Ministério do Trabalho, das delegacias regionais, mas na parte da formação não houve obstáculos”.

As maiores queixas dos telefônicos de Curitiba se referiam à elevação do custo de vida que, em uma década e meia (de 1943 a 1958), ultrapassou os 150% sem a contrapartida de reajustes salariais compatíveis. Segundo um estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 1961) sobre a segunda metade dos anos 1950, enquanto o lucro bruto da produção industrial elevou-se ininterruptamente, crescendo 76%, e enquanto a produtividade do operário aumentou também ininterruptamente, crescendo 37% nesse mesmo período, o salário real (ou seja, o poder aquisitivo do operário) sofreu apenas um ligeiro incremento de 18% entre 1955 e 1958.

Como grande parte dos empregados não qualificados e pouco qualificados da companhia ganhava entre meio e um salário mínimo, e só alguns empregados qualificados recebiam entre dois e três, o número dos que tinham que se conformar com menos de dois salários mínimos era consequentemente muito mais alto. Assim, agregava-se à degradação da renda do trabalhador a natureza do próprio trabalho a que muitos se submetiam:

Quando eu entrei na Companhia [em 1948], me mandaram fazer buraco e implantar poste, né, para serviços gerais. Andei por toda a redondeza.

Tinha que trabalhar sábado, muitas vezes no domingo e até feriado. A Companhia queria. Eu comecei ganhando meio salário e só bem depois, com mais de seis anos de casa, é que cheguei a um salário. O serviço eu acho que não temia, era o salário que era muito pouco. *Eu achava que ali tinha alguma coisa errada, pois quem trabalhava acima de mim, com dez anos a mais do que eu, só ganhava 10% a mais.* Eu me perguntava: será possível que eu vou ficar aqui tanto tempo pra ganhar só isso? (Entrevista T1 – grifos meus).

O exame dessa situação adquire relevância à luz do que Marx escreveu, em *O capital*, a respeito dos casos de luta pelo aumento de salários (ou contra sua redução). Dizia ele:

A resistência periódica que os trabalhadores opõem à redução dos salários e suas tentativas periódicas para conseguir um aumento de salários são fenômenos inseparáveis do sistema do salariado e ditadas pelo próprio fato de o trabalho se achar equiparado às mercadorias, por conseguinte submetido às leis que regulam o movimento geral dos preços. (MARX, 1996, p. 113).

Nesse sentido, o trabalhador se verá constantemente em disputa com o empregador para manter de pé o valor de seu trabalho, evitando a tendência de fixação de um limite mínimo. Ainda segundo Marx, se a classe operária renuncia,

a defender-se contra os abusos do capital e abandona seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe ofereçam de melhorar em parte a sua situação [...] ver-se-ia degradada a uma massa informe de homens famintos e arrasados, sem probabilidade de salvação. (MARX, 1996, p. 118).

Ora, o que alguns trabalhadores telefônicos de Curitiba perceberam, naqueles tempos, foi exatamente isso. Ou seja: na ausência de esforços de associação, o poder de resistir e de negociar condições “mais humanas” de trabalho e de salários ficava muito restrito. Era preciso, portanto, “conscientizar” (Entrevista T2) o maior número de colegas de que os baixos vencimentos, os aumentos espontâneos de caráter pessoal e os constantes atritos entre encarregados e empregados mereciam uma reação organizada e oficialmente reconhecida.

A soma de todos esses ingredientes fez com que os primeiros ativistas sentissem a *classe* telefônica (citada no primeiro discurso de seu líder), ou melhor, aqueles que exerciam tarefas cada vez mais limitadas ao universo do trabalho manual – cabistas, reparadores, instaladores, técnicos de rede, telefonistas, bem como os trabalhadores ainda menos qualificados, ou seja, operários, serventes, guarda-fios, pintores –, sendo empurrada para uma *classe única*, segregada dos gerentes, supervisores e encarregados-chefe.

Além disso, havia também a segregação entre os mais bem pagos e os menos bem pagos, muitas vezes habitando o mesmo departamento e realizando as mesmas funções. Um sócio fundador do sindicato, aqui identificado como T3, mapeou o quadro da seguinte maneira:

As necessidades salariais e as condições de trabalho, que não tínhamos quase nenhuma, criaram a necessidade de ter um órgão que defendesse os nossos interesses frente à empresa, porque no Paraná não existia. Só pra você saber, tinha chefe que se não gostasse do empregado mandava embora, tinha outros que se gostassem dava aumento de 5%, 10%, 15% e até 30%. Então, os aumentos dependiam de uma *relação pessoal* com a diretoria, mesmo que o empregado fizesse seu trabalho todo certo. E muitos fizeram trabalhos importantes pra empresa no interior e aqui em Curitiba. Mas tudo dependia da boa vontade da gerência. (Grifos meus).

Mesmo a oportunidade de ascensão era sempre duvidosa e crescentemente diminuída, ou pela inexistência de educação formal, ou pela prática regular da chefia de premiar uns “poucos escolhidos”, que ocupavam cargos na empresa. Para os demais, restavam a frustração, a revolta íntima e o amor-próprio ferido, principalmente quando a gerência justificava as diferenças nos reajustes salariais, ou a falta deles, dizendo: “você não merece” (Entrevista T1), sem apresentar qualquer explicação convincente.

Naquela altura, em que se defrontavam também com uma espécie particular de assalariados que atuavam como autoridade da empresa, tornando-se “comandantes industriais” para subordinar a atividade dos demais ao objetivo dela (MARX, 1996), o trabalhador reconheceu a vontade alheia e a apropriação pessoal do cargo pela chefia se sobrepujando aos “critérios profissionais” propriamente ditos, isto é, às atribuições prescritas para as funções do posto de trabalho. Os empregados que se consideravam injustiçados em relação ao arbítrio do comando imediato requeriam a “igualdade de todos perante o direito geral de reajuste e promoção” (Entrevista T3).

Sob tais circunstâncias econômicas e socioculturais, em que, como observou Thompson (1997, p. 10 – grifos meus), “alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus, é que uma *classe acontece*”. Nesse caso, somente na medida em que os trabalhadores encontram um *sentido* para agir em termos não individuais, ou seja, na base de uma noção de identidade coletiva, é que se forma historicamente a classe.

Reportando-se ao ano de 1958, quando a ideia de organizar um sindicato dos trabalhadores telefônicos em Curitiba tomou forma e conteúdo, aqueles que já haviam experienciado reações de grupos profissionais semelhantes em outros estados não lograram fomentar a necessidade de unificar uma série de situações similares, para que houvesse “disposição” dos empregados “de agir” (Entrevista T3) em uma mesma direção.

A preocupação dos idealizadores do movimento era angariar, em primeira instância, o apoio dos empregados mais antigos da companhia que, assim como eles, possuíam estabilidade na prestação de serviços ao mesmo empregador durante dez anos (BRASIL, 1943), de modo a evitar retaliações administrativas, e cujo grau de confiança era suficiente para assegurar a adesão de um número desejável de colegas.

Olha, os que tinham poucos anos de trabalho, era difícil, né? Eles se negavam porque podia ter uma represália da empresa e o pessoal que tinha cargo, também. Então, não era fácil. Principalmente para os pais de família. [...] No início, para formar os cinquenta e três associados, *o pessoal pequeno não tinha medo de assinar a lista, só as pessoas com cargo*. E quando nós começamos a pegar essa gente, eles tinham mais de dez anos, eles tinham estabilidade. Então, *pra evitar que uma pessoa fosse perder o serviço por causa do movimento, a gente só tentava pegar associado com estabilidade. Mas muita gente assinou mesmo sem ter, como eu mesmo fiz*. (Entrevista T1 – grifos meus).

Ainda que houvesse certa igualdade de condições objetivas às quais todos os trabalhadores assalariados da empresa estavam submetidos, nessa “fase heroica” de organização de interesses em torno de uma associação profissional eram visíveis diferenciações no caráter do trabalho, no estilo de vida, no comportamento político e nas atitudes pessoais. Sem dúvida, aderir ao processo representava um investimento de alto risco, aceito *a priori* por aqueles que se sentiam mais amparados pela lei e, portanto, menos vulneráveis às ações do patrão.

Desse modo, quase não chega a ser surpreendente que tenha se originado em um “grupo privilegiado”, pequeno, relativamente homogêneo, altruísta e disposto a arcar com os custos dessa empreitada o esforço de agregação que exigia, naquele momento, a tolerância como condição essencial, especialmente com os que, embora manifestassem interesse nos resultados da cooperação, resistiam ou por medo ou por acreditarem que outros poderiam fazer em seu lugar.

Segundo Olson (1999, p. 77 – grifo meu), um grupo dessa natureza – em que cada um de seus membros ou pelo menos um deles tem um incentivo para se animar e para fazer com que o benefício coletivo seja obtido, mesmo que ele(s) tenha(m) que suportar sozinho(s) todo o ônus decorrente – se organiza “para uma ação coordenada meramente pelo fato de que, como grupo, tem uma *razão para fazê-lo*”.

Razão que surge orientada para um objetivo claramente formulado e logicamente consistente – a organização sindical. Por meio dela, líderes como S. B. S. (“pessoa muito bemquista, fácil de fazer amizade e bastante respeitada”, conforme entrevista do T2) estabeleceram com seus colegas de trabalho uma lealdade de tipo pessoal, que lhes permitiu desempenhar ali um papel-chave: ora selecionando a base social da organização, ora cons-

tituindo uma identidade coletiva calcada na predominância, entre a maioria dos empregados, de um sentimento de exclusão social, de despotismo das chefias e de baixos salários.

Até onde se pode notar, a *associação* – em seu aspecto profissional e solidário – era vista por seus partidários como o primeiro instrumento para a superação daquelas condições socioeconômicas, graças particularmente ao seu caráter elementar de ação reivindicativa coletiva. Tudo isso, no entanto, ensejava um mínimo de representatividade e de poder para constranger o empregador a negociar.

Nessa perspectiva, como conseguir que uma empresa estrangeira, investida oficialmente pelo Estado para atuar no setor de telecomunicações da região de Curitiba e adjacências, reconhecesse a legitimidade desses representantes e passasse a negociar com eles?

Considerando a vivência dos colegas que já haviam participado da formação de um sindicato similar em São Paulo, esses iniciadores entenderam que a criação do sindicato no Paraná só era possível dentro da legalidade oferecida pelo Estado, porque esse desenho institucional escudava juridicamente o empregado diante do poderio da empresa. Assim, instruídos por um funcionário da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, seguiram os passos previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e trataram de reunir alguns colegas na Sociedade Estrela da Manhã, no bairro Prado Velho, em Curitiba, para dar andamento ao processo.

A luta pelo “direito de sindicalização” era, na verdade, a luta para que o Estado os colocassem na posição de sentar à mesa de negociação, de serem ouvidos e levados a sério pela companhia. Era o modo de sair da caserna para a rua, convertidos em legítimos representantes dos trabalhadores telefônicos do Paraná. Esses requisitos, sem os quais nenhuma associação ou sindicato podia desempenhar sua função primordial, “o Estado brasileiro outorgava a um único sindicato estabelecido numa dada base territorial a partir de seu reconhecimento oficial” (SIMÃO, 1966, p. 197).

Dominava entre eles a expectativa de que a legalidade concedida pelo Estado seria o passaporte para ingressar no mundo fechado da empresa pela porta da frente e pleitear “salários justos”, “respeito” e “dignidade no trabalho”. Por esse raciocínio, a associação profissional, instituída em oito de julho de 1958, era algo provisório que deveria ser transformado tão logo quanto possível em sindicato, figura jurídica à qual era destinada a prerrogativa de “representar o conjunto da categoria, solicitar dissídios, firmar convenções ou contrato coletivo” (Entrevista T3).

Vantagens almejadas pelo presidente em exercício, S. B. S., que defendeu, em uma segunda assembleia geral extraordinária realizada em 1958, perante “um terço dos profissionais do ramo da localidade de Curitiba”, a urgência na adequação ao Plano de Atividades e Profissões do Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio (Art. 577) para dar entrada

na carta sindical do agora denominado *Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas e Radiotelefônicas do Estado do Paraná*.

O discurso do presidente pregava a favor da “investidura sindical” (SIMÃO, 1996, p. 197) como um benefício para a categoria, valorizando e aspirando às normas da Justiça do Trabalho e às modalidades de ação que lhes eram pertinentes. Ademais, a possibilidade de sindicalização era concebida, em regra, como uma atitude coletiva “consciente” em relação ao atomismo e à dispersão anterior.

Em termos jurídicos, conforme salienta Silva (1990), quando grupos profissionais se encarregam da gerência de seus próprios interesses, há, evidentemente, uma tentativa de perseguir dois instrumentos distintos: *i*) o chamado “Direito de Segurança Social”⁶, em que se instituem pessoas jurídicas de direito público, (co)gerenciadas pelo empregado e pelo empregador, tendo em vista garantir o empregado contra os males do desemprego, doença, velhice, invalidez, acidentes de trabalho e outros; *ii*) e o “Direito Coletivo do Trabalho”⁷, no qual o sujeito não é mais o trabalhador, mas sim a categoria que o representa, originando-se um novo sistema de personalismo jurídico, em que os sindicatos atuam como representantes do grupo e não da pessoa.

Com esse último pretende-se afiançar ao empregado a igualdade social e jurídica indispensável para negociar com o empregador, de maneira eficiente, melhores condições de trabalho, sem a dependência e o estado de sujeição que sempre caracterizaram o trabalho subordinado na relação contratual. A formação de sindicatos e de outras modalidades de associações de trabalhadores converte-se, nesses termos, em uma resposta dos trabalhadores a um espectro de necessidades, que inclui tanto as recompensas materiais quanto a satisfação no trabalho, a saúde, o tempo livre e a continuidade no emprego.

Na especificidade brasileira, como ressalta Füchtner (1980), ainda que a lei tivesse fixado limites mínimos para a operação do mercado de força de trabalho – salário mínimo, idade de entrada e de saída também mínimos e até jornada de trabalho –, do portão da empresa para dentro a estruturação do trabalho e de seu mercado interno sempre foi tida como privilégio do proprietário. Em certo ponto, isso deixava cada empregado (sujeito e objeto da troca da força de trabalho) sob a batuta do regente-empregador.

Ao se reunirem visando ao direito oficialmente adquirido de negociação com a empresa, os empregados da Companhia Telefônica Nacional no Paraná tinham em mente o acesso a estatutos e regras processuais legais em vigor, as quais poderiam, no entendimento deles, sustentar a defesa de

⁶ O Direito de Segurança Social só foi atendido constitucionalmente no Brasil em 5 de outubro de 1988, dentro do título VIII da Ordem Social, em que a seguridade social passa a ser composta pelas áreas da Saúde, Previdência e Assistência Social – Art. 194. Ver: Silva (1990).

⁷ O Direito Coletivo do Trabalho foi criado para livrar o empregado do estado de dependência que o instrumento do contrato, em que se centra o Direito Individual do Trabalho, não foi capaz de fazer.

suas demandas frente ao patronato e ao próprio Estado. Para o perfil do trabalhador telefônico da época, o “sindicato registrado no Ministério” (Entrevista T1) seria seu único meio de representação, e o Estado, o único interlocutor válido para a consagração dos objetivos, que circunscreviam o âmbito sindical em sua relação com a empresa.

Contudo, até que isso se efetivasse, foi preciso esperar em silêncio; e eles esperaram por dois, três, quatro, cinco meses. Durante esse espaço de tempo, enquanto a associação ia se equilibrando financeiramente com a mensalidade de vinte cruzeiros, cobrada dos sócios fundadores e dos membros que gradativamente se filiavam (ao final do ano de 1958 eram, segundo os relatórios da associação, 162 filiados), seus diretores e associados estiveram várias vezes na Delegacia Regional, no intuito de saber a razão “para tanta demora”. Chegaram a contratar uma pessoa para ir ao Rio de Janeiro investigar a situação. Teria a Companhia Telefônica Nacional descoberto tudo e estaria tentando “engavetar”, como há dez anos, a iniciativa de seus empregados?

Ignorando o que se passava, de fato, e ansiando pelo sinal oficial que lhes daria condições de “conversar com a empresa sobre os assuntos dos trabalhadores” (Entrevista T2), eles foram aconselhados por funcionários da Delegacia do Trabalho a buscar uma “ajuda política” (Entrevista T3), recorrendo à figura parlamentar paranaense de maior destaque na ocasião: o Senador Souza Naves.

Eles acharam que *nós devia* recorrer a um político e o maior político do Paraná naquela época era o Senador Souza Naves. Mas ele ia mais *pro* Rio do que ficava em Curitiba. Então, a Delegacia do Trabalho informou a nós que ele ia chegar sábado. Não sei como eles souberam, mas nós fomos lá na casa dele, que ficava no Alto da Rua XV. Quando o carro chegou, meio-dia em ponto, estava nós três na calçada, era eu [G. A.], o S. B. S. e o M. G. M., e falemos com ele que a carta tava demorando muito, que a gente não sabia diretamente se era a empresa, mas sabia que tinha alguma coisa que tava dificultando essa carta. *E pra formar mesmo o sindicato só com a presença dessa carta* [...], porque aí a gente tinha o documento na mão. E ele foi uma pessoa muito eficiente pra nós, na época, porque ele disse assim pra nós: ‘Hoje, eu tô aqui, amanhã eu tô no Rio Grande e segunda eu tô no Rio, e verei o caso de vocês’. E aí quando foi na terça-feira, ele telefonou pra Delegacia do Trabalho que a carta já estava indo e que nós aguardasse ela aparecer na Delegacia pra nós pegar. E, na quarta-feira, a carta chegou... (Entrevista T1 – grifos meus).

A imagem transmitida pelo trabalhador da pressão ativa realizada pelo grupo no sentido de obter a carta sindical parece reiterar o princípio sustentado por Cardoso (1999, p. 48) de que “os trabalhadores, ao se organizarem para intervir na realidade brasileira, o fazem por meio da criação do instrumento que é parte do repertório consolidado de mecanismos aglutinadores de interesses no país: os sindicatos ‘oficiais’”.

No caso dos trabalhadores telefônicos, parecia lógico (como na fala destacada do T1) organizar a categoria criando um sindicato tal como permitido pela legislação existente. Não por acaso, enredaram-se junto à posse do documento duas ações imediatas: o empréstimo de uma sala junto ao Sindicato dos Trabalhadores em Artefatos de Couro para estabelecer, na Praça Zacarias, a sede provisória do Sinttel em Curitiba, e a aproximação com a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Paraná, entidade que via com bons olhos o estreitamento formal dessa parceria.

Para alívio de seus membros, agora a associação tornada sindicato em 27 de janeiro de 1959 podia, enfim, vestir seu figurino oficial e mostrar-se publicamente ao mundo do capital e do trabalho. Afinal, foi desse modo que a legislação os reconheceu, fornecendo os procedimentos – duração, direitos e deveres das partes e resultados – para negociação com a empresa individual. Foi também, desse modo, que *eles se reconheceram* como agentes representativos de um coletivo de trabalhadores organizado chamado “Sindicato”.

Considerações finais

O conceito de experiência histórica de Thompson, tomado como base para descrever e analisar o processo de (form)ação da classe dos trabalhadores telefônicos do Paraná entre 1958 e 1959, evidencia as motivações, expectativas e finalidades que conduziram homens e mulheres a constituir um “grupo associativo” – mais tarde transformado em um “sindicato oficial” umbilicalmente ligado ao Estado – dentro de um setor marcado pela presença de interesses internacionais, pelo tenso ambiente que envolvia os dois últimos anos de mandato do Governo Juscelino Kubitschek e dentro da dinâmica de outorga de concessões de serviço público de telecomunicações (órgãos estaduais e municipais) às empresas privadas (principalmente estrangeiras).

O papel da dimensão histórica, nesse contexto, foi o de circunscrever mudanças e contradições internas nas instituições sociais envolvidas, enfatizando o processo ativo por meio do qual os trabalhadores telefônicos paranaenses combinaram experiência e cultura na consolidação e defesa de seus interesses e direitos.

Dimensão que permite adentrar no processo de organização associativa e sindical desses homens e mulheres, percebendo como eles vieram a ocupar um lugar social e político a partir do resgate de suas aspirações e leituras de mundo.

Essas narrativas evidenciam como foram construindo uma identidade entre si (ser social) e uma consciência social (de classe) que lhes proporcionaram formar um quadro político de organização social, a despeito das reivindicações malogradas.

Isso significa dizer que uma conjugação de elementos internos – organização, discurso, fundamentos e ação – e de pressões conjunturais, decorrentes da situação social do país e de sua inserção numa nova lógica do capital e do trabalho, na década de 1950, evidenciam também que a configuração política dos trabalhadores telefônicos do Paraná não obedeceu somente a uma necessidade material, econômica.

Portanto, face a face com as turbulências estruturais, os valores, sentimentos, crenças e conhecimentos adquirem importância substancial na explicação do comportamento político desses trabalhadores, das demandas feitas ao sistema, das respostas às leis e das solicitações de suportes protecionistas. Logo, já se faz supor também que, nessa perspectiva, a cultura – conforme ressaltou Thompson (1997) – ocupa uma posição estratégica.

Tendo em vista tais considerações foi que esse estudo de caso procurou seguir a trilha das práticas desses trabalhadores ordenadas no espaço e no tempo histórico e cultural em que se (trans)formaram, recriando suas ações pelos próprios meios pelos quais se expressam como sujeitos e percorrendo o sentido dos conceitos que emergem de suas narrativas como predisposições e orientações articuladas em processos culturais gerais e particulares. Ou, conforme identifica Chartier (1988, p. 16-17), “entre práticas e representações que identificam o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada”.

Essas representações, articuladas pelos indivíduos para dar sentido ao mundo, para entendê-lo e para nele encontrar o seu lugar, lidam necessariamente com a esfera da construção de valores, crenças, autor-representação, representação do mundo e do outro no seio das relações de conflito e de poder. Além disso, também ensinam os elementos essenciais para a construção de uma prática política fundada em um tipo de “solidariedade” gerada por um “consenso intraclasse” intermediado pelo Estado.

É nesse ponto que se percebe a relevância das análises histórico-culturais voltadas para a experiência cotidiana e para a ação reflexiva dos sujeitos ao promoverem uma relação mais fluida entre os mundos interno e externo do trabalho, e entre o padrão técnico-produtivo e o simbólico-expressivo do mundo da produção e da reprodução. Ademais, pesquisas dessa natureza permitem compreender as dimensões do tempo, evitando-se a redução mecanicista de estilos de vida ao resultado das pressões sociais.

Permitem tornar inteligível, também, o modo pelo qual, sob pressão das contradições estruturais e da socialização, os trabalhadores criam um fluxo e desenvolvem táticas de seleção em seu potencial identitário.

Em outras palavras, os aspectos culturais são analisados para interrogar como as “classes trabalhadoras” se dotam de sistemas de valores e de universos de sentido, qual é a autonomia desses sistemas e sua contribuição à constituição de uma identidade coletiva, e como se articulam, nas identidades coletivas dos grupos dominados, às dimensões da resistência e de uma aceitação – resignada ou aflita – da subordinação.

O desafio epistemológico posto por esses estudos (e que reside nos efeitos práticos de um conhecimento que é fundamental em ciências sociais) foi realizado por Thompson (1997) em *A formação da classe operária inglesa* ao dispensar à experiência cotidiana dos trabalhadores, ao longo de períodos históricos, uma atenção minuciosa, compreensiva e crítica da atuação conjunta na defesa de seus direitos, constituindo sua própria “consciência de classe” ou “cultura de classe”.

Thompson (1997) tratou, portanto, de captar o sentido das ações humanas a partir dos próprios atos – deliberados ou não – de homens e mulheres que também sofreram a influência das ações passadas e contemporâneas de outros homens e mulheres. No caso dos trabalhadores telefônicos do Paraná, no decurso de um conjunto de experiências concretas e cumulativas que foram se estabelecendo em um período histórico de uma década, tais ações passaram a estimular interesses coletivos e a constituir a expectativa (positiva) de que uma determinada ação coletiva *de classe*, independentemente do contexto, poderia solucionar, por meio da política sindical, problemas críticos *para a classe*.

Essa experiência histórica em um contexto econômico, político e cultural específico formou a classe entre 1958 e 1959, mas foi atualizando-a em três momentos subsequentes: entre 1959 e 1967, sob o regime de concessão pública às empresas privadas; entre 1968 e 1998, na era do monopólio estatal; e de 1998 em diante, quando se regulamentou a reprivatização dos serviços de telefonia no país – períodos tratados em pesquisa posterior.

Foi um processo de atualização de classe que, conforme aponta Thompson (2001), materializa-se nas condições objetivas das mudanças sociais e no conjunto de ideais e práticas que reiteram e reinstauram culturalmente uma (re)leitura de mundo. Isso nos coloca também a necessidade de interrogar, em outras condições históricas, sobre o processo por meio do qual os trabalhadores assalariados se adaptam pouco a pouco à empresa e, de um certo modo, acomodam-se a ela. Cabe indagar, também, como esses trabalhadores se apropriam dela e são apropriados por ela; apropriam-se de seu instrumento de trabalho e são apropriados por ele; apropriam-se de suas tradições operárias e são apropriados por elas; apropriam-se de seu sindicato e são apropriados por ele.

Nesse processo (dialético-reflexivo), os trabalhadores tanto podem renunciar às injunções exteriores reais e imaginárias quanto se identificar com a sua posição no campo político de luta, assumindo totalmente os interesses a ele associados sem modificar suas disposições profundas. Ao contrário, também podem modificá-las pelas injunções objetivas do meio industrial, aprendendo as regras de conduta que devem ser respeitadas em matéria de cadências ou de solidariedade. Podem, ainda, para serem aceitos, aderir aos valores coletivos (como o respeito ao instrumento de trabalho), ou mesmo assumir a história coletiva do grupo, suas tradições, suas lutas.

Sob essas condições, o campo histórico-cultural mostra-se vasto para a exploração de evidências práticas sobre a validade do modelo de identidade coletiva dos trabalhadores frente às recorrentes transformações do “mundo do trabalho”, em especial em países como o Brasil, *lócus* de processos institucionais, de crises e de reformulação do Estado específicos. Aqui, mudanças na composição da população e das gerações, alterações no estilo de vida individuais e transformações na estrutura política e econômica são consideradas fontes importantes de mudança na cultura (política) do trabalho e das classes trabalhadoras.

Ao investir nesse ponto de vista, pesquisas desse porte permitem refletir acerca do sociocultural como um espaço de competição e de interdependência entre sujeitos, abdicando das velhas dicotomias entre as dimensões objetiva e subjetiva da mudança. Tal reposicionamento teórico e metodológico pode ser percebido como a tentativa de identificar os meios mais profícuos para a análise em campo das articulações entre o contexto e a ação sindical, por exemplo.

Foi com essa intencionalidade que a obra de Thompson tornou-se aqui referência para a reconstituição dos fios que enredam a experiência histórica e cultural de formação de classe entre os trabalhadores telefônicos do Paraná; e foi com essa intencionalidade também que a obra de Thompson tornou-se referência para retomar, nesse estudo, o diálogo sempre fecundo entre a história e a sociologia. Ainda mais quando esse diálogo indica que as justificativas para a ação social e política dependem igualmente da legitimação dos aspectos culturais.

Referências

- ALMEIDA, I. C. L. de. *Adeus ao sindicato?* O sindicalismo diante das transformações no mundo do trabalho: o caso do Setor de Telecomunicações no Paraná. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPR, Curitiba, 2004. Mimeo.
- ALTHUSSER, L. *Posições 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- ANTUNES, R. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.
- BRASIL. *Consolidação das Leis do Trabalho*. Decreto-Lei nº 5.442, de 01.mai.1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452compilado.htm. Acesso em: maio.2016.
- CARDOSO, A. M. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a Era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Os sindicatos e a política econômica do novo governo. *Boletim*. São Paulo, v. 1, n. 10, 1961.
- FÜCHTNER, H. *Os sindicatos brasileiros: organização e função política*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário estatístico*, 1950.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 1999.
- PALMER, B. E. P. *Thompson: objections and oppositions*. London: Verso, 1994.
- SILVA, A. A. da. *Pluralismo sindical na nova Constituição*. Belo Horizonte: Del Rey, 1990.
- SIMÃO, A. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, 1966.
- SINTEL. *Livro de atas de assembleias gerais extraordinárias (1958-1961)*. Paraná: Sintel, 1961. Mimeo.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Recebido em 27 de julho de 2016.
Aprovado para publicação em 09 de dezembro de 2016.
DOI 10.12957/rep.2017.30378



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Percepções sobre o papel das políticas públicas relacionadas ao trabalho e responsabilidades familiares

Perceptions about the role of public policies related to work and family responsibilities

Andrea de Sousa Gama*
Lia de Mattos Rocha**
Karolyne Romero de Alcantara***

Resumo – Este artigo analisa as concepções prevalentes acerca da relação das políticas sociais – direitos do trabalho, serviços de educação infantil e de cuidado aos idosos – com o trabalho remunerado e o trabalho do cuidado na família. Trata-se de um *survey*, com 1000 pessoas, amostral e probabilístico, desenvolvido no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2013 e 2015. Prevalece uma percepção que atribui eminentemente às famílias o cuidado às crianças pequenas e aos idosos dependentes. Os resultados mostram que, para superar os ordenamentos de gênero, as políticas públicas direcionadas aos cuidados necessitam ser ampliadas e desmercantilizadas frente às desigualdades de gênero no mercado de trabalho e no interior das famílias, evidenciados pela pesquisa.

Palavras-chave: gênero; trabalho; família; políticas sociais; cuidados.

Abstract – This article analyzes the prevalent conceptions about the relationship of social policies – labor rights, early childhood services and care for the elderly – with paid work and family care work. This is a sample and probabilistic survey with 1000 people in the state of Rio de Janeiro, between the years of 2013 and 2015. The prevailing perception assigns eminently to families the care of young children and dependent elderly people. The results show that, in order to overcome gender structures, public policies directed towards care need to be expanded and de-commodified, in face of gender inequalities in the labor market and within families, as evidenced by the survey.

Keywords: gender; work; family; social policies; care.

* Assistente Social. Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública ENSP-FIOCRUZ e Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). *Correspondência:* Rua Professor Gastão Bahiana, 399/apt.103 – Lagoa – Rio de Janeiro – Brasil. CEP: 22.071-030. *Email:* <andreasgama@gmail.com>.

** Socióloga. Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (UERJ) e Professora Adjunta do Instituto de Ciências Sociais da UERJ. *Correspondência:* Rua São Francisco Xavier, 524/sl. 9033 – Bloco A – Maracanã – Rio de Janeiro – Brasil. CEP: 20.559-900. *Email:* <liarrocha08@gmail.com>.

*** Socióloga. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense. Assistente de Pesquisa do Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero (UERJ). *Correspondência:* Rua São Francisco Xavier, 524/sl. 9020 – Bloco A – Maracanã – Rio de Janeiro – Brasil. CEP: 20.559-900. *Email:* <karolyneromero@gmail.com>.

Introdução

Estudos recentes no Brasil vêm mostrando os conflitos decorrentes das mudanças nas configurações familiares associadas às transformações no mercado de trabalho, com destaque para a crescente e constante participação das mulheres nesse mercado (SORJ, 2004; ARAÚJO; SCALON, 2005; GAMA, 2014). Todas essas mudanças colocam em xeque a legitimidade do modelo tradicional de divisão sexual do trabalho, que reserva ao homem o espaço da produção econômica e à mulher os cuidados com a família. Ademais, e como consequência direta, introduz questões relacionadas à execução do trabalho reprodutivo na família.

A maior diferenciação dos arranjos familiares cria uma nova relação entre demanda e oferta de cuidados e, logo, necessidades e expectativas heterogêneas em relação ao Estado. Dentre essas novas expectativas temos o conflito entre trabalho e responsabilidades familiares, que engloba a equalização do trabalho doméstico, a educação das crianças, a atenção aos idosos – especialmente sob a perspectiva de maior longevidade e tamanhos menores de família – e o cuidado aos doentes e outros dependentes.

No Brasil, esse conflito não é percebido socialmente e com clareza política como decorrente dessas mudanças nas famílias e no mercado de trabalho, tendo como protagonistas as mulheres. As desigualdades sociais decorrentes desse conflito não são reconhecidas e, conseqüentemente, não são enfrentadas pelas políticas públicas. Na verdade, esse conflito é abordado apenas de maneira compartimentalizada, a partir das várias formas da sua expressão: como questões relacionadas à infância e à adolescência, ao envelhecimento da população, à diminuição da fecundidade, à pauperização das famílias, todas afluentes do conflito entre trabalho e família, entre produção e reprodução social. Isso significa que o equacionamento desse conflito encontra dificuldade em se transformar em ação política, tanto decorrente do fato de que não se toma esse problema como sendo da esfera do trabalho e da família, como pela maneira fragmentada e difusa com que esse problema frequenta o “público”: Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, políticas de gênero, políticas direcionadas à pobreza das famílias, entre outras.

No entanto, as mudanças nas famílias não têm sido acompanhadas de alterações no papel do Estado no fornecimento de políticas públicas direcionadas a essas mudanças. Tal engessamento refere-se à concepção e desenho das políticas, bem como ao seu financiamento e provisão institucional. Os processos de reestruturação produtiva também apresentam impacto considerável, pois aumentam a insegurança das famílias em prover seu sustento, assim como colocam as mulheres em situação desfavorável pela sua maior proporção na informalidade e no subemprego. Ademais, o impacto do ideário neoliberal nas políticas sociais sobrecarrega ainda mais as famílias na responsabilização pelas necessidades da reprodução social.

As taxas crescentes de emprego feminino no país se caracterizam, eminentemente, pela precariedade, e esse processo de integração das mulheres no mercado de trabalho se desenvolve de maneira muito desigual (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000). Sem dúvida, muitos fatores contribuem para gerar desigualdades entre as mulheres no mercado de trabalho, sobretudo diferenças de nível de escolarização. Todavia, estudos recentes que analisam a relação entre o trabalho feminino, políticas sociais e trabalho do cuidado, no Brasil, evidenciam que o processo desigual de inserção das mulheres ao mercado de trabalho tem relação com o acesso também desigual aos serviços de cuidado providos pelo Estado e mercado (LAVINAS; DAIN, 2005; CAMARANO, 2008; SORJ; FONTES, 2012; GAMA, 2014).

Em síntese, o que queremos dizer é que o mundo do trabalho mudou, e com ele as configurações e relações familiares também, mas o Estado mantém-se refratário às demandas decorrentes da reprodução social ensejadas pelo mundo do trabalho e pelas próprias famílias. Podemos visualizar tal afirmação pelo congelamento das mudanças no registro trabalhista para incorporar e dar conta das demandas de cuidado – não adesão da Convenção sobre Trabalhadores (as) com responsabilidades familiares da OIT, ausência de licença-parental, jornadas menores de trabalho sem redução de salário, entre outras. Do lado das políticas sociais, verifica-se a lenta ampliação dos serviços de Educação Infantil, principalmente, dos serviços de creche e do horário escolar em tempo integral, bem como a precária rede de cuidado aos idosos, mais centrada no déficit de renda do que no déficit crescente de cuidados, entre outros.

Esse cenário, mapeado por pesquisas acadêmicas e governamentais, não chegou a problematizar, no entanto, os valores e percepções da população sobre o papel que as políticas sociais podem ter no tocante ao conflito entre trabalho e responsabilidades familiares. Quais são as concepções prevalentes acerca das políticas sociais – direitos do trabalho, serviços de educação infantil e cuidado aos idosos – relacionadas ao trabalho remunerado e ao trabalho do cuidado na família? Quais são as instituições sociais que devem partilhar o cuidado às crianças pequenas e aos idosos? Há diferenças nessa percepção do papel das políticas de *care* quando o cuidado se refere às crianças pequenas e aos idosos dependentes? Há diferenças entre homens e mulheres, trabalhadores ou não, quanto à responsabilização pelo trabalho do cuidado? Qual a influência do trabalho e de ter filhos nas demandas de conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares?

Esse estudo se propõe a analisar a percepção dos fluminenses acerca de questões que englobam os conflitos entre a vida familiar e a vida laboral. Ele foi dividido em três partes: na primeira, realizamos uma descrição da amostra/perfil dos respondentes. Na segunda parte, buscamos captar as percepções sobre os direitos do trabalho relativas às licenças remuneradas. Na terceira, identificamos as tendências na percepção sobre a organização

e responsabilização pelo cuidado às crianças abaixo da idade escolar e aos idosos dependentes, bem como os encargos pela sustentação financeira dos cuidados a esses grupos. Investigamos essas questões a partir das seguintes características sociodemográficas: sexo, escolaridade, ocupação, situação na ocupação e renda individual.

1. Caracterização socioeconômica dos entrevistados

Caracterizamos a amostra a partir das seguintes variáveis socioeconômicas: escolaridade, composição da atividade, posição na ocupação, jornada de trabalho e número de horas de afazeres domésticos. Foram realizados testes de significância (Pearson chi-square) nas duas amostras, homens e mulheres, mas somente foram analisadas as correlações significativas. Quando o teste foi significativo para uma amostra apenas assinalamos em nota de rodapé.

Tabela 1 – Perfil da amostra

	Homens	Mulheres
Escolaridade		
Sem instrução	1.5%	4.8%
Ensino Fundamental completo	38.8%	40.1%
Ensino Médio completo	39.2%	35.6%
Ensino Superior completo	13.6%	16%
Pós-graduação	6.9%	3.4%
Composição da atividade		
Ocupado(a)	66.7%	44.1%
Desempregado(a)	12.1%	9.8%
Inativo(a)	23.6%	51.6%
Posição na ocupação		
Empregado(a)	52.7%	36.8%
Não está empregado, mas tem trabalho	14%	7.3%
Está procurando emprego	9.3%	4.3%
Afazeres domésticos	1.1%	21.9%
Média de horas semanais de afazeres domésticos	10h	24h
Média semanal de horas trabalhadas	46h	37h

Na população analisada, as taxas de ocupação dos homens são bem maiores do que das mulheres – 66.7% para eles e 44.1% para elas. Chama a atenção a elevada proporção de “se dedica aos afazeres domésticos” entre as mulheres, que perfaz 21.9%.

A qualidade da inserção no mercado de trabalho pode ser medida pela sua posição na ocupação e pelo tipo de vínculo de trabalho que se estabelece, com e sem carteira de trabalho assinada. Entre os homens que trabalham, 8.2% estão no emprego público e 33.6% são assalariados do setor privado, totalizando 41.8% no emprego formal, e 23.9% trabalham por conta própria/autônomo. Dentre as mulheres que trabalham, 5.4% encontram-se no emprego público e 21.3% são assalariadas do setor privado, totalizando 26.7% no emprego formal, e 16.4% trabalham por conta própria/autônomo.

A renda individual mensal dos pesquisados, constituída por fontes como o salário, aposentadoria/pensões e benefícios sociais, concentra-se nos estratos mais baixos de renda. Há uma concentração na renda individual mensal em até três salários mínimos (SM): 64.3% dos homens e 68.7% das mulheres recebem até esse patamar. Verificamos também um alto percentual que se declarou sem renda: 11.4% para os homens e 19.8% para as mulheres. O rendimento mensal segue o padrão de desigualdade entre homens e mulheres.

Os dados ilustram o que vem sendo constatado por vários estudos: a manutenção da desigualdade de gênero no mercado de trabalho, expressa no nível de participação no mercado de trabalho, na formalidade do emprego e na distribuição do salário/renda. São dignos de nota, ainda, os elevados percentuais de “*aposentado(a)/incapitado(a) para o trabalho*” e “*se dedica aos afazeres domésticos*” entre as mulheres. A baixa presença de filhos ou de crianças e adolescentes até 17 anos nos domicílios chama a atenção nessa amostra, pois 63.4% deles não possuem nenhuma criança ou adolescente, 22% possuem até uma criança e 10.6% até duas crianças/adolescentes.

2. Percepções sobre os Direitos do Trabalho

As normas legais que guardam relação com a questão do conflito entre trabalho e responsabilidades familiares têm, nas licenças trabalhistas remuneradas, uma estratégia importante para a promoção da igualdade de gênero e enfrentamento da pobreza, a partir do mundo do trabalho.

Mesmo considerando a licença-maternidade abrangente, condicionada às condições de saúde da mulher, garantidora da integralidade e estabilidade do salário e do emprego, a proteção trabalhista brasileira, até hoje existente, apresenta muitas deficiências. Uma primeira ordem de carência é que a legislação trabalhista tende a centrar-se em demandas muito

específicas, relacionadas à gravidez e à maternidade, desconsiderando que as responsabilidades familiares se referem a homens e mulheres e que perpassam toda a vida laboral e familiar do (a) trabalhador (a), não restrita, portanto, à fase reprodutiva. Ademais, o discrepante tratamento legal dispensado às trabalhadoras-mães em relação aos trabalhadores-pais demonstra a natureza sexista no Direito do Trabalho brasileiro, que trata o cuidado da prole como de responsabilidade exclusiva da mulher, ignorando a participação do homem e reforçando o interesse estatal no controle da reprodução da força de trabalho.

Em segundo lugar, as formas de acesso aos benefícios e direitos do trabalho estão majoritariamente associadas ao vínculo empregatício e, portanto, restrita aos (as) trabalhadores (as) formais ou àqueles (as) que contribuem para a Previdência Social. Uma exclusão significativa é gerada em função disso, mediante a heterogeneidade e segmentação da força de trabalho no Brasil, em que a informalidade e o desemprego são as características mais evidentes.

Uma terceira deficiência se deve ao marcante viés de gênero dessa legislação por prover aos homens uma licença-paternidade de apenas cinco dias e a não regulamentação da licença-parental, instrumentos eficazes para o fomento à igualdade de gênero.

Consideramos essa pesquisa inovadora porque poucos estudos lançam luz sobre as percepções acerca desses direitos trabalhistas.

2.1. Licença-paternidade

Os atuais formatos de licença-maternidade e licença-paternidade reforçam a divisão sexual do trabalho. Nesse momento, pretendemos ponderar sobre as concepções dos respondentes quanto a essas licenças trabalhistas remuneradas. No entanto, buscamos problematizar, com destaque, a licença-paternidade, por ser este um direito pouco explorado nesse campo de estudos. Dessa forma, considerando as licenças já existentes e seu tempo de duração, perguntamos se eram favoráveis a uma licença-paternidade maior do que a existente e, se sim, de quanto tempo.

Agrupamos as variáveis em três grupos: manutenção do tempo da licença – *“como está, 5 dias é suficiente”*; ampliação do tempo de duração – *“Sim, de dias”* e *“sim, de meses”* e supressão do direito – *“não deveria haver licença-paternidade remunerada”*.

Em relação à pergunta *“O Sr(a). é a favor que exista uma licença-paternidade remunerada maior que a atual?”* obtivemos a seguinte distribuição:

Tabela 2 – Distribuição das percepções sobre a licença-paternidade remunerada*

	Masculino	Feminino	Total
Sim, de mais meses	28.3%	28.5%	28.4%
Sim, de mais dias	23.1%	19.1%	20.9%
Como está, 5 dias é o suficiente	43.5%	45.2%	44.4%
Não deveria haver licença-paternidade remunerada	4%	5.2%	4.7%
Não sabe/não respondeu	1.1%	2.1%	1.7%
Total	100%	100%	100%
N	527	671	1198

*(Pearson chi-quadrado = ,278)

Observamos inicialmente que as respostas de homens e mulheres são bastante próximas e a maioria dos entrevistados (44.4%) respondeu que considera a licença-paternidade atual de cinco dias suficiente. Entre aqueles que responderam que concordavam com a ampliação do período de gozo da licença-paternidade (LP), os homens totalizavam 51.4%, e as mulheres, 47.6%.

Poderíamos, inicialmente, considerar surpreendente o fato de os homens responderem de maneira mais afirmativa que a licença-paternidade deve ser modificada no sentido da sua ampliação. Isso significa que uma parcela considerável das mulheres mantém uma percepção de que os cuidados iniciais com os filhos são fundamentalmente sua atribuição, com reduzida relevância uma maior participação dos pais nesse período. Sabe-se que, culturalmente, no Brasil, os cuidados pós-parto e com o bebê são um espaço muito feminino (FONSECA, 2002). Logo, se é a mulher que tem maior carga de trabalho de cuidado com os bebês, o pai não necessita se afastar do trabalho por esse motivo.

Entretanto, percebe-se uma nova demanda social por direitos relacionada à maior participação masculina na família. Podemos ilustrar esse movimento na incidência de projetos de lei tramitando nas instâncias legislativas, que visam a mudanças na atual configuração da licença-paternidade. Nos últimos cinco anos, por exemplo, foram apresentados 15 projetos de lei no Congresso Nacional direcionados à ampliação da licença-paternidade, 2/3 destes por parlamentares do sexo masculino. No entanto, o viés maternalista permanece predominante nas justificativas dos projetos.

Quando examinados a partir do nível educacional, observou-se que – para ambos os sexos –, com o aumento da escolaridade, a opção

favorável ao aumento do tempo da licença-paternidade tornou-se mais frequente.

No que tange à ocupação, estar ativo economicamente teve correlação positiva com ser favorável ao aumento da licença-paternidade, tanto para homens, quanto para mulheres.

Não foi possível destacar a influência da variável posição na ocupação e renda individual em termos de ser favorável ou não ao aumento da licença-paternidade. Cabe destacar a extrema concentração da amostra nos extratos mais baixos da distribuição (até cinco SM), dificultando a análise das diferenças.

2.2. Divisão do tempo de licença remunerada entre homens e mulheres

Em relação à pergunta: “*Se ambos estão empregados e são elegíveis a receber licença remunerada, como deveria ser dividido o período da licença entre a mãe e o pai?*”, obtivemos a seguinte distribuição:

Tabela 3 – Distribuição das percepções sobre a elegibilidade da licença remunerada***

	Masculino	Feminino	Total
Sim, de mais meses	28,3%	28,5%	28,4%
Sim, de mais dias	23,1%	19,1%	20,9%
Como está, 5 dias é o suficiente	43,5%	45,2%	44,4%
Não deveria haver licença-paternidade remunerada	4%	5,2%	4,7%
Não sabe/não respondeu	1,1%	2,1%	1,7%
Total	100%	100%	100%
N	527	671	1198

*Significativo (Pearson chi-square = ,000)

** À opção “*O pai deveria tirar todo o período da licença remunerada e a mãe não deveria ter tempo algum*” não teve nenhuma resposta.

Consideramos que as opções “*a mãe deveria tirar todo o período da licença remunerada e o pai não deveria ter direito à licença*” e “*a mãe deveria tirar a maior parte do período da licença remunerada e o pai apenas uma parte dela*” são respostas que ilustram o papel da mulher como a principal responsável pelo cuidado das crianças. Essas foram as opções mais frequentemente escolhidas pelos entrevistados. Somados, os valores chegam a 80,3% entre os homens e 80% entre as mulheres (80,2% na amostra geral).

As opções favoráveis à divisão mais igualitária do cuidado das crianças entre homens e mulheres, no caso, “a mãe e o pai deveriam, cada um, ter uma metade do período da licença remunerada” e “o tempo de licença deveria ser negociado entre o casal e distribuído por eles” foram escolhidas por aproximadamente 8% da amostra.

Ademais, vale a pena destacar que mais frequentemente as mulheres responderam que elas deveriam ser as únicas com direito à licença remunerada para o cuidado das crianças pequenas, comparando com os homens. As escolhas mencionadas parecem indicar dois dados relevantes: o primeiro diz respeito a uma posição masculina que tende mais à manutenção da licença com o gozo maior da mesma pelas mulheres, do que à posição feminina mais conservadora no tocante a uma licença remunerada exclusivamente de direito das mulheres. Revela, ainda, o forte traço maternalista presente entre as mulheres no cuidado aos recém-natos. Também é necessário considerar o fato de que grande parte das informantes está fora do mercado de trabalho, o que certamente influencia nessas percepções.

Podemos afirmar que a extensa maioria da amostra declarou considerar papel da mãe o cuidado com as crianças pequenas, de modo que ela deve usufruir da maior parte da licença remunerada para tal finalidade. Não foi possível observar diferenças significativas por anos de escolaridade, inserção no mercado de trabalho, posição na ocupação e faixa de renda. Além disso, as respostas entre homens e mulheres não se diferenciaram de forma evidente.

Conforme a Tabela 3, encontramos a maior frequência de resposta na ampliação do período da LP. As mulheres que mais demandaram a ampliação do tempo de duração da LP foram as que “têm filho e não trabalham” (61.4%). Esse grupo, inclusive, tem a maior proporção que considera a necessidade de aumento desse período em meses (35.6%). Esse resultado, que indica uma opinião mais favorável ao aumento da LP quando na presença de filhos, sugere a influência da maternidade na inserção no mercado de trabalho. Os homens que mais demandaram a ampliação da LP foram muito semelhantes entre o grupo que “não tem filho e trabalha” (56.4%), seguido dos que “têm filho e trabalham” (55.1%), com proporções muito próximas em termos do tempo a ser ampliado, seja em dias ou meses.

Diferentemente das mulheres, a inserção no mercado de trabalho, para os homens, influenciou de forma mais marcante a sua percepção de que a LP deve ser aumentada. Isso pode indicar que os homens que trabalham percebem mais a importância desse direito trabalhista na possibilidade de exercício da paternidade. Na verdade, a inserção no trabalho foi o fator de maior influência em uma visão mais progressista, tanto para os homens como para as mulheres.

Esses resultados mostram a permanência de um traço maternalista no entendimento dos entrevistados, pois expressa exatamente o que está previsto na legislação trabalhista brasileira. Ou seja, o traço maternalista

está presente na política pública, bem como na percepção dos sujeitos de direitos. No entanto, compreende-se o surgimento de visões diferenciadas no tocante à divisão do tempo das licenças remuneradas. Essas percepções podem indicar mudanças de valores em direção a uma perspectiva mais igualitária se coadunadas com as mudanças na legislação, que podem induzir e reforçar novas ideias e práticas sobre o tema.

2.3 Divisão do tempo do cuidado com as crianças e o trabalho entre homens e mulheres

A pergunta sobre esse item foi assim formulada: *“Considere um casal com criança abaixo da idade escolar. Qual, em sua opinião, seria a melhor maneira para eles organizarem o cuidado da criança na família?”*. As possibilidades de resposta estão na tabela abaixo.

Tabela 4 – Distribuição das percepções sobre a divisão do tempo de cuidado com as crianças***

	Masculino	Feminino	Total
Sim, de mais meses	28.3%	28.5%	28.4%
Sim, de mais dias	23.1%	19.1%	20.9%
Como está, 5 dias é o suficiente	43.5%	45.2%	44.4%
Não deveria haver licença-paternidade remunerada	4%	5.2%	4.7%
Não sabe/não respondeu	1.1%	2.1%	1.7%
Total	100%	100%	100%
N	527	671	1198

*(Pearson chi-quadrado = ,064)

**As opções *“O pai fica em casa e a mãe trabalha em tempo integral”* e *“O pai trabalha meio expediente e a mãe trabalha em tempo integral”* não obtiveram nenhuma resposta

Trabalhamos juntas as respostas que expressam as concepções mais tradicionais de responsabilidade entre os sexos. Ou seja, tanto aqueles que responderam que a melhor condição para o cuidado da criança é a mãe ficar em casa e o pai trabalhar em tempo integral, quanto aqueles que responderam que a mãe deveria trabalhar meio expediente e o pai em tempo integral, quer dizer, aqueles que compreendem como responsabilidade materna o cuidado com a criança. Nesse sentido, temos novamente uma concentração da amostra: 81% escolheram uma das duas opções mencionadas, sendo 80.7% entre os homens e 81.6% entre as mulheres.

Considerando a escolaridade¹ dos entrevistados, entre os homens observamos uma correlação entre os mais escolarizados da amostra (Superior incompleto ou mais) e uma visão menos tradicional sobre essa divisão. Entre as mulheres, contudo, o mesmo padrão não foi observado.

Nos cruzamentos da pergunta sobre a divisão do tempo da licença remunerada com a ocupação dos entrevistados, novamente, não foi observada uma distribuição distinta entre aqueles ativos e inativos economicamente, para ambos os sexos. Também não foi encontrada relação entre o aumento da renda e uma percepção menos tradicional sobre a organização do cuidado às crianças, para ambos os sexos.

É interessante observar que a pergunta sobre o aumento da licença-paternidade tenha tido respostas menos conservadoras do que as que comparam as responsabilidades no cuidado com as crianças entre homens e mulheres. Parece indicar que é mais aceitável a extensão do tempo de licença para os homens, desde que isso não modifique o lugar central da mulher na função do cuidado.

A aceitação hegemônica da ideia de cuidado às crianças pequenas na família, em contraposição ao trabalho remunerado das mães, se coaduna aos diversos estudos que evidenciam o peso diferenciado da maternidade e da paternidade sobre as condições e perspectivas de trabalho de homens e mulheres. As dificuldades de acesso aos equipamentos públicos de cuidado infantil também contribuem para essa concordância, além dos altos índices de mulheres dedicadas aos afazeres domésticos e a baixa taxa de participação feminina no mercado de trabalho encontrado na amostra.

No entanto, verificamos que o fato de homens e mulheres trabalharem fora influencia uma concepção menos tradicional quanto às tentativas de conciliação entre trabalho remunerado e cuidado às crianças pequenas. Na resposta *“a mãe trabalha meio expediente e o pai trabalha em tempo integral”*, que foi a segunda mais prevalente, as mulheres trabalhadoras escolheram mais essa opção do que as não trabalham.

Com relação às que possuem filhos, 40% afirmam que essa é a melhor opção de compatibilização, enquanto que aquelas que não têm filhos totalizam 34.8%. No caso dos homens, mais frequentemente optaram por esse padrão os que têm filhos e trabalham (28%), seguido daqueles que têm filhos e não trabalham (27.8%). Essas respostas nos sugerem que o trabalho remunerado das mulheres é um fator fundamental para o sustento das famílias, principalmente quando na presença de filhos, e se constitui como um aspecto de maior penetração de representações menos conservadoras. No entanto, o cuidado às crianças pequenas ainda permanece como um espaço prioritário das mulheres. Tal percepção acompanha o seu lugar tradicional no cuidado em detrimento da sua inserção no mercado de trabalho.

¹Os cruzamentos da pergunta com a escolaridade dos entrevistados foram significativas somente para os homens (Pearson chi-quadrado = ,000).

3. Cuidados, cuidadores e financiamento da proteção social às crianças pequenas e idosos dependentes

Uma das questões básicas para qualquer arquitetura do bem-estar é saber como alocar a sua produção entre mercado, Estado e família. Apesar da inexistência de uma concepção unívoca de direitos sociais quanto aos distintos papéis atribuídos a cada um desses pilares, a crítica feminista vai incidir com contundência sobre o papel das mulheres nessa provisão, através do trabalho do cuidado não remunerado exercido na esfera da família.

Analistas feministas defendem a introdução do “cuidado” como central na definição dos modelos de Estado de Bem-Estar Social. Elas propõem, nessas análises, uma tipologia do Welfare State, organizando-os a partir de regimes de cuidado. Isso significa analisar a distribuição de provisão entre as esferas do mercado, da família e do Estado, bem como os serviços, as transferências em dinheiro, de bens e de tempo proporcionados pelas distintas esferas (JENSON, 1997; LEWIS, 2001; O’CONNOR; ORLOFF; SHAWVER, 1999).

A principal pergunta a que essas analistas se colocam é: quais as consequências de um regime de cuidado para a equidade de gênero? Elas argumentam que esses aspectos são obscurecidos pela ausência de um diagnóstico coerente dos custos diferenciados do cuidado dos dependentes para as famílias, Estado e mercado. Por exemplo, as análises econômicas convencionais consideram elevados os gastos sociais com os idosos pelo Estado, mas nunca se preocupam em comparar esses custos com os realizados pelas famílias. Isso se deve, em grande parte, à suposição implícita de que as famílias, especialmente as mulheres, provêm serviços sociais gratuitos.

Desse modo, apresentam dois modelos dos regimes de cuidado: o familista e o desfamilizador. No regime familista, a responsabilidade principal do bem-estar está a cargo das famílias e das mulheres nas redes de parentesco. Mesmo que as mulheres trabalhem de forma remunerada, são elas, eminentemente, que irão desenvolver estratégias para articular trabalho e família. No regime desfamilizador há uma divisão entre as instituições públicas e o mercado. Esses processos de desfamilização são muito variados e possuem ritmos diferenciados historicamente e mediante a realidade dos países. Entra em jogo, portanto, o peso das políticas públicas, a extensão dos serviços privados e o papel das famílias e das redes informais (SARACENO, 1995; KNIJN; UNGERSON, 1997; SAINSBURY, 2001).

No caso brasileiro, identificar um padrão institucional tende a obscurecer as fortes desigualdades sociais que afetam o acesso diferencial à provisão de serviços prestados pelo Estado, mercado e família. Em termos gerais, o Brasil caracteriza-se pela ainda forte presença da economia informal e por seu frágil Estado de Bem-Estar Social. Trata-se de um caso de “provedor desigual”, ou “mix” de um regime meritocrático e assistencial protegendo via sistema previdenciário aqueles que se encontram empregados no

mercado formal, com uma crescente privatização seletiva da política de saúde e uma política de assistência social inflada, que vem apresentando resultados relevantes em termos da diminuição da pobreza. O ligamento desse padrão de bem-estar, entretanto, baseia-se no papel atribuído à família, especialmente às mulheres, na oferta de serviços de cuidados não pagos e não reconhecidos.

Nesse momento, buscaremos identificar algumas tendências na percepção sobre as instituições sociais que devem se responsabilizar pelo cuidado às crianças abaixo da idade escolar e aos idosos dependentes, bem como pela sustentação financeira dos cuidados a esses grupos.

3.1. Cuidados e responsabilidades com as crianças pequenas

Em relação à pergunta “As pessoas têm diferentes opiniões sobre quem deveria cuidar de crianças abaixo da idade escolar, ou seja, sobre como as responsabilidades de cuidado deveriam ser preferencialmente distribuídas. Qual dessas alternativas mais se aproxima do que o(a) Sr(a). pensa?”, obtivemos a seguinte distribuição:

Tabela 5 – Distribuição das percepções acerca da divisão das responsabilidades com o cuidado das crianças abaixo da idade escolar*

	Masculino	Feminino	Total
Familiares	62.9%	67.7%	65.6%
Creches públicas e instituições do governo	28.5%	21.7%	24.7%
Organizações sem fins lucrativos (ex.: organizações de caridade, igrejas etc.)	0.2%	0.0%	0.1%
Serviços e instituições privadas (ex.: creches particulares, babás etc.)	4.8%	3.6%	4.1%
Empregadores (empresas nas quais pai ou mãe trabalham)	2.9%	6.5%	4.9%
NS/NR	0.8%	0.4%	0.6%
Total	100%	100%	100%
N	526	672	1198

*(Pearson chi-quadrado = ,004)

Em torno de 65.6% de todos os entrevistados consideram que é a família o principal ente responsável pelo cuidado das crianças abaixo da idade escolar (seis anos).

Entre os homens, 62,9% responderam que quem deve cuidar das crianças é a família, e, para as mulheres, essa proporção foi de 67.7%. Entre os que responderam que quem deve cuidar, preferencialmente, são as “cre-

ches públicas e/ou instituições do governo”, 28.5% eram homens e 21.7% mulheres. As demais opções, que correspondem a *“serviços e instituições privadas”* ou *“responsabilidade dos empregadores”*, totalizaram 8.6% entre os homens e 10.2% entre as mulheres. As mulheres elegeram com mais frequência a opção *“responsabilidade dos empregadores”*. Tal informação pode ser um indicativo da tentativa feminina de minimizar o *“ônus da maternidade”*, conciliando a vida laboral com a responsabilidade pelo cuidado infantil com a existência de creches nas empresas.

Encontramos uma oscilação nas frequências das respostas, segundo os níveis de escolaridade. No entanto, observa-se uma tendência de diminuição da família como a principal responsável pelos cuidados às crianças pequenas conforme aumenta o nível de escolaridade. Ou seja, com o aumento da escolaridade, principalmente a partir do Ensino Superior completo, os entrevistados acionam outras opções de cuidado.

Com relação à inserção no mercado de trabalho constatamos que estar ativo neste mercado diminui o papel tradicional de gênero, que atribui somente às famílias esse cuidado, sobretudo entre as mulheres. Dentre as mulheres que não trabalham, aproximadamente 75% consideram que é a família a responsável pelo cuidado, enquanto que entre as que trabalham essa proporção cai para 60%.

Em relação à posição na ocupação², os homens que mais responderam que era a família a principal responsável pelo cuidado foram os *“assalariados do setor privado”* com 66.9% entre as mulheres, foram as que *“trabalham por conta própria/autônomo”*, 72.5%. Podemos inferir que as mulheres que exercem a amplitude desse tipo de atividade têm maiores possibilidades de conciliar o trabalho e o cuidado em função de uma possível flexibilidade no horário de trabalho e, portanto, atribuem a si mesmas o papel tradicional de gênero de cuidadora.

Os homens que mais responderam *“creches públicas e instituições do governo”* foram os que *“trabalham por conta própria/autônomo”*, com 31.5%. Dentre as trabalhadoras que afirmaram serem as *“creches públicas e instituições do governo”* os responsáveis pelos cuidados com as crianças pequenas, 27.1% afirmaram que *“não estão empregadas neste momento, mas têm trabalho”*. Ambas as posições na ocupação, que se constituem como as atividades mais informalizadas, evidenciam a necessidade de compartilhamento dos cuidados com as instituições públicas.

Ainda entre as mulheres, destacamos que 11.9% das *“assalariadas do setor privado”* responderam que eram os *“empregadores”* os responsáveis e 16.7% das *“assalariadas do governo”* responderam *“serviços e instituições privadas”*. Essas proporções ficam acima das médias gerais de resposta a essa pergunta e ilustram, no primeiro caso, a demanda das trabalhadoras do setor privado por esse direito trabalhista, e, no segundo, a compra de

² A amostra em relação à posição na ocupação foi significativa somente para os homens (homens Pearson chi-quadrado)

serviços no mercado devido à existência de benefícios em dinheiro recebidos pelas servidoras públicas.

Observando a distribuição das respostas a partir da renda individual, em relação aos homens, aqueles que responderam a família encontram-se nos pontos opostos da distribuição de renda, entre “os sem renda” e “até 1 SM” (67%), e aqueles que recebem “mais de 10 a 15 SM” (100%). Em virtude da ausência ou baixíssima renda, a família, nesse caso, será a única possibilidade de cuidado, enquanto que aqueles com rendas elevadas podem garantir o cuidado no interior da família via empregadas domésticas.

Os homens que responderam “creches públicas e instituições do governo” concentram-se entre os que recebem de um a cinco SM (30%). As mulheres que responderam “familiares” totalizam 72.2% entre as que recebem até um SM. Entre as que responderam “creches públicas e instituições do governo”, 30% da amostra ganha “mais de 1 até 2 SM” (30%). Dentre as que responderam “serviços e instituições privadas”, 28.6% recebem “mais de 5 até 10 SM”. Para as que responderam “responsabilidade dos empregadores”, 18.9% recebiam “mais de 3 até 5 SM”.

Esses resultados parecem indicar que, em geral, as outras opções de cuidado infantil à família são acionados com mais frequência entre aquelas que possuem rendas maiores. Entre os homens, o resultado não foi significativo estatisticamente.

3.2. Responsabilidades pelos custos com as crianças

Em relação a pergunta “quem deveria, preferencialmente, cobrir os custos financeiros dos cuidados com as crianças”, obtivemos a distribuição conforme a tabela 6.

Em torno de 71.6% dos respondentes consideram que quem deve cobrir os custos financeiros desse cuidado é a família. “Estado/governo” totalizam 21.1%, e a última categoria aparece com números residuais: 4.2% responderam que esses custos são de responsabilidade do “empregador”.

De modo geral, os dados referentes à escolaridade não apresentam isoladamente um padrão explicativo.

Os homens trabalhadores (80%) tendem a creditar mais à família a responsabilidade pelos custos dos cuidados com as crianças do que as mulheres trabalhadoras (68%). As mulheres optam, com mais frequência, pela responsabilização do custeio pelo Estado (24%) do que os homens (15%). Entre aquelas que não estão ocupadas, a situação parece se inverter: as mulheres afirmam, com mais frequência que os homens, que a família deve ser a principal responsável pelo custeio dos cuidados com as crianças pequenas (75% x 58%). Tal opinião pode ser influenciada pelo fato de não trabalharem e estarem quase totalmente envolvidas na provisão dos cuidados na família.

Tabela 6 – Quem deveria cobrir os custos financeiros dos cuidados com as crianças abaixo da idade escolar*

	Masculino	Feminino	Total
A família	70.8%	72.3%	71.6%
O Estado/governo	21.8%	20.6%	21.1%
Empregador (empresas nas quais pai ou mãe trabalham)	4.4%	4.0%	4.2%
Outras	1.7%	0.9%	1.3%
NS/NR	1.3%	2.2%	1.8%
Total	100%	100%	100%
N	527	671	1198

*Não significativo (Pearson chi-quadrado = ,512)

No que se refere à posição na ocupação³, homens e mulheres "assalariados do governo" e do "setor privado" foram os mais preponderantes em considerar a família como a principal provedora financeira dos cuidados às crianças pequenas (76.5% em média). Em ambos os casos, os que trabalham por "conta própria/autônomos" escolheram com mais frequência a opção instituições públicas (ainda que a opção família tenha sido a preponderante), 20.6% para os homens e 22% para as mulheres. A estabilidade do setor público e os maiores salários nesse segmento profissional e na iniciativa privada, se comparado àqueles que trabalham por conta própria/autônomos, podem explicar a necessidade de maior suporte público no financiamento desses cuidados.

Não encontramos uma correlação direta entre a renda dos indivíduos e a percepção sobre o financiamento dos cuidados.

3.3. Cuidados e responsabilidades com os idosos dependentes

Buscamos conhecer as concepções em termos do trabalho do cuidado aos idosos dependentes e o papel desempenhado pelas outras instâncias de proteção social. Em média, 86% dos informantes consideram que é a família que deve se responsabilizar pelos cuidados aos idosos dependentes. Essa média é superior àquela encontrada para a responsabilização pelo cuidado às crianças pequenas (66%). Tal diferença sinaliza uma maior obrigação da família no cuidado aos idosos com encurtado espaço de compartilhamento com o Estado e o mercado. Isso pode ser explicado pela reduzida oferta e utilização de serviços/instituições públicas e privadas

³ A amostra foi significativa somente para os homens (homens Pearson chi-quadrado = ,001).

direcionadas aos idosos com limitações, se comparado com os serviços de cuidado infantil, sejam eles públicos ou privados, no Brasil.

Para a pergunta *“Pensando nos idosos que precisam de alguma ajuda ou têm problemas de saúde que limitam sua autonomia para realizar as atividades em seu dia a dia, como ajuda com compras no mercado, com a limpeza da casa etc., quem, em sua opinião, deveria preferencialmente se responsabilizar por esse tipo de ajuda?”* obtivemos a seguinte distribuição:

Tabela 7 – Distribuição das percepções sobre a responsabilidade em relação aos cuidados com os idosos dependentes*

	Masculino	Feminino	Total
Familiares	83,3%	87,9%	85,9%
Instituições do governo apropriadas para esses serviços	12,1%	10,4%	11,2%
Organizações sem fins lucrativos (ex.: organizações de caridade, igrejas/organizações)	0,6%	0,7%	0,7%
Empresas privadas que fornecem esse tipo de cuidado	1,3%	0,6%	0,9%
Outros	1,5%	0,0%	0,7%
NS/NR	1,1%	0,3%	0,7%
Total	100%	100%	100%
N	527	671	1198

* (Pearson chi-quadrado = ,005)

Através da escolaridade e da posição na ocupação não foi possível, isoladamente, observar um padrão significativo entre as percepções dos respondentes.

Em relação à ocupação, o cruzamento foi significativo apenas para os homens. Entre esses, os ocupados⁴ referem-se ligeiramente menos (80%) do que os não ocupados (88%) à família como a fonte primeira de cuidados aos idosos dependentes. Não encontramos diferenças percentuais entre ocupados e não ocupados na opção *“instituições do governo”*.

No que se refere à renda individual⁵, o cruzamento foi significativo apenas para os homens. Assim, 95% dos homens que ganham entre cinco e 15 SM responderam *“familiares”*, o que representa um acréscimo percentual expressivo em relação à média geral de respostas na categoria *“familiares”* (85%). Na categoria *“instituições do governo”*, destaque para aqueles que

⁴ Os cruzamentos da pergunta foram significativos somente para os homens (homens Pearson chi-quadrado = ,000).

⁵ Os cruzamentos da pergunta foram significativos somente para os homens (homens Pearson chi-quadrado = ,001 e mulheres Pearson chi-quadrado = ,371).

recebem menos (“*mais de 2 até 3 SM*”), com 22,9% das respostas desse grupo nessa categoria.

3.4. Responsabilidades pelos custos com os idosos dependentes

Na pergunta “*Quem deveria, preferencialmente, cobrir os custos financeiros dos cuidados com esses idosos?*”, obtivemos a seguinte distribuição:

Tabela 8 – Distribuição das percepções sobre a responsabilidade com os custos financeiros dos cuidados com idosos dependentes*

	Masculino	Feminino	Total
Os próprios idosos e suas famílias	54.1%	58.5%	56.5%
O Estado/governo ou fundos públicos	41.4%	37.8%	39.4%
Outros	1.9%	0.1%	0.9%
NS/NR	2.7%	3.6%	3.2%
Total	100%	100%	100%
N	527	672	1199

* (Pearson chi-quadrado = ,006)

Quando perguntados sobre quem deveria, preferencialmente, se responsabilizar pelos custos com os idosos, 56.5% dos entrevistados responderam que os custos devem ser de responsabilidade dos “*próprios idosos e suas famílias*”, enquanto que para o financiamento dos cuidados às crianças foram 71.6%. Isso significa que os entrevistados consideram que esse custo deve ser mais compartilhado com outras instituições sociais, pois 39.5% responderam que, preferencialmente, esses custos devem ser de responsabilidade do “*Estado/governo ou fundos públicos*”.

Esse dado chama a atenção na medida em que, tendo em vista todo o bloco de questões voltadas para a divisão dos cuidados aos idosos, a família aparece como a principal fonte de cuidados. Entretanto, quando se refere aos suportes financeiros desse cuidado, constatamos uma maior aceitação da divisão desses custos com o Estado, especificamente.

Tomando em conta o grau de escolaridade⁶, para ambos os sexos, os mais instruídos responderam que esse custo é de responsabilidade dos “*próprios idosos e suas famílias*”, em média 66% entre os homens que possuem “*até Ensino Superior completo*” e “*Pós-Graduação*”, e 69% entre as mulheres. Encontramos a maior incidência dos que atribuem a responsa-

⁶Os cruzamentos da pergunta foram significativos somente para os homens (Pearson chi-quadrado =0,007).

bilidade ao “Estado/governo” entre aqueles com menor escolaridade, ou seja, 39% dos que possuem “até Ensino Fundamental completo”.

Entre os ocupados⁷, em média 60% dos homens e 54% das mulheres responderam que os custos pelos cuidados devem ser de responsabilidade dos “próprios idosos e suas famílias”, e 23% responderam que é do “Estado/governo”. Dentre os não ocupados, independente do sexo, 54% consideram que os custos devem ser das “famílias” e 42%, que a responsabilidade financeira deve ser do “Estado/governo”.

Observando os dados comparativamente entre homens e mulheres, os homens apresentam uma percepção mais tradicional em relação à responsabilização com os custos dos cuidados com os idosos do que as mulheres. No entanto, a divisão das responsabilidades com o financiamento dos cuidados ainda é mais bem aceita em relação aos idosos do que em relação às crianças.

Não encontramos diferenças na situação de ocupação na relação com as percepções de ambos os sexos acerca da responsabilização pelos custos com os idosos, seja pelas famílias ou pelo Estado. As distribuições das opiniões nas categorias de ocupação são muito próximas entre si e da média geral.

No que se refere à renda⁸, para ambos os sexos, aqueles que possuem renda mais alta foram os que mais responderam que os “próprios idosos e suas famílias” são os responsáveis pelos custos dos cuidados, enquanto que os de menor renda reportam o “Estado/governo” como o principal provedor financeiro dos cuidados.

Diferentemente do financiamento do cuidado às crianças, há uma maior aceitação (38.2%) no compartilhamento dos gastos do cuidado aos idosos dependentes com as instituições públicas. Aqui, o mercado não aparece, seja decorrente dos altos valores das instituições privadas, seja pela não existência de benefícios trabalhistas relacionados ao cuidado a esse público. Tal resultado evidencia que as famílias requerem maior aporte público no financiamento dos custos no cuidado aos idosos. Apesar da grande proporção de responsabilização da família por esse cuidado (86.5%), próximo de 40% dos informantes consideraram que é o Estado que deveria, preferencialmente, cobrir os custos financeiros desse cuidado.

Considerações finais

Nesse artigo visamos analisar as percepções de homens e mulheres do estado do Rio de Janeiro sobre a responsabilidade do cuidado às crianças

⁷ Os cruzamentos da pergunta foram significativos somente para os homens (homens Pearson chi-quadrado = ,000).

⁸ Os cruzamentos da pergunta foram significativos somente para os homens (homens Pearson chi-quadrado = ,000).

pequenas e aos idosos dependentes, bem como sobre o papel que atribuem às políticas públicas relacionadas ao conflito entre trabalho remunerado e trabalho do cuidado na família.

Identificamos que ainda prevalece uma percepção que atribui eminentemente às famílias o cuidado às crianças pequenas e aos idosos dependentes.

Em grande parte dos países desenvolvidos, as licenças trabalhistas remuneradas têm um importante papel na tentativa de equilibrar as demandas laborais e de cuidado às crianças pequenas. Constatamos que a percepção dos informantes é marcada por um forte traço maternalista no gozo dessas licenças, na mesma direção do que concebe a legislação trabalhista brasileira. Por outro lado, verificamos uma tendência de ampliação do tempo da licença-paternidade, principalmente entre os homens, o que revela uma novidade em termos da visão da paternidade na sociedade e a consequente demanda pela extensão desse direito trabalhista. As respostas indicam que a percepção sobre o atual formato da licença-paternidade está obsoleto e/ou insuficiente na medida em que há uma demanda dos próprios atores por mais tempo no gozo dessa licença.

Algumas ponderações devem ser feitas para dimensionar os resultados ora apresentados. Em primeiro lugar, é necessário destacar que, historicamente, o arranjo institucional do sistema de proteção social brasileiro – mesmo após a Constituição de 1988 – esteve assentado sobre a provisão familiar de cuidados como instância primária de proteção. Diversos estudos já demonstraram o papel da família na sociedade brasileira e os mecanismos de normatização do Estado para que essa exerça com eficiência seu papel de cuidadora.

Em segundo lugar, o trabalho e o Estado no Brasil não estão presentes da mesma forma nem têm o mesmo poder de interferência na organização da reprodução social nos diferentes grupos socioeconômicos. Existe uma estreita relação entre a inserção desigual das mulheres no mercado de trabalho e o acesso diferencial aos suportes de cuidado pelo mercado e Estado e na divisão sexual do trabalho doméstico (SORJ; FONTES, 2012; GAMA, 2014).

O que queremos dizer é que a trajetória político-institucional da proteção social brasileira, ao não externalizar as demandas de cuidado das famílias associado às desigualdades de gênero no mercado de trabalho, criou um caldo cultural que cristalizou concepções tradicionais de gênero em relação ao compartilhamento dessas responsabilidades com o Estado e o mercado. Em verdade, há uma influência recíproca entre as percepções dos informantes acerca do desempenho das políticas públicas relacionadas aos cuidados e à conformação dessas políticas, que reforçam visões tradicionais.

No tocante à divisão das responsabilidades com o cuidado das crianças abaixo da idade escolar e aos idosos dependentes, entre Estado,

família e mercado, apesar de a família ser a principal responsável pelo cuidado, constatamos que essa responsabilidade é maior em relação aos idosos dependentes do que em relação às crianças pequenas. Percebe-se uma aceitação maior do compartilhamento dos cuidados com as crianças com outras instituições não familiares do que com os idosos. Tais percepções podem estar assentadas na maior aceitação das instituições de educação infantil do que naquelas direcionadas aos idosos, caracterizadas pelo histórico de abandono, negligência e baixa cobertura dos serviços públicos, e pelos altos custos dos serviços privados.

Entretanto, quando perguntados sobre os custos financeiros dos cuidados a esses grupos, tal responsabilidade se inverte. Há uma maior responsabilização do Estado, especificamente no financiamento do cuidado aos idosos, comparado às crianças pequenas. Esse resultado evidencia que as famílias requerem maior aporte público no financiamento dos custos do cuidado aos idosos dependentes. Provavelmente, contribuem para essa percepção a arquitetura da Previdência e da assistência social brasileira, que possui ampla cobertura de benefícios em dinheiro *vis-à-vis* à inexistência de benefícios monetários universais direcionados às crianças, como existente em outros países.

Verificamos que estar inserido no mercado de trabalho está associado aos maiores percentuais relacionados ao compartilhamento desse cuidado com as outras instituições de proteção social. Estar trabalhando foi uma variável mais relevante do que ter filhos em percepções menos conservadoras relativas ao cuidado. Esse resultado indica os dilemas associados à inserção produtiva e ao cuidado como uma necessidade premente relacionada ao mundo do trabalho. No entanto, há que se reforçar que as políticas públicas abranjam não somente a esfera pública (trabalho), como também a esfera privada (família). Tais medidas podem incentivar uma maior igualdade de gêneros na divisão dos trabalhos, sejam eles produtivos ou reprodutivos.

Por fim, a pesquisa evidencia que, para superar os ordenamentos de gênero, as políticas públicas direcionadas aos cuidados necessitam ser ampliadas e desmercantilizadas, frente às desigualdades de gênero no mercado de trabalho e no interior da família. Identificamos uma chave de questões que apontam para a interdependência da concepção política e do arcabouço jurídico-institucional das políticas sociais, bem como para as percepções de homens e mulheres trabalhadores acerca da amplitude dessas políticas e do papel desempenhado pelas famílias na provisão de cuidados.

A problematização dos sistemas de cuidados como gerador de bem-estar econômico e social pode avançar mediante a continuidade desse tipo de investigação, que tem como foco principal as percepções dos trabalhadores sobre as políticas sociais.

Referências

- ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 110, jul. 2000.
- CAMARANO, A. A. Cuidados de longa duração para a população idosa. *Sinais Sociais*, v. 3, 2008.
- FONSECA, C. Ser mulher e pobre. In: PRIORE, M. D. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.
- GAMA, A. S. *Trabalho, família e gênero – impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2014.
- KNIJN, T.; UNGERSON, C. Introduction: care work and gender in welfare regimes. *Social Politics*, v. 1 n.1, 1997.
- JENSON, J. Who cares? Gender and welfare regimes. *Social Politics* v. 4, n. 2, 1997.
- LAVINAS, L.; DAIN, S. *Proteção social e justiça redistributiva: como promover a igualdade de gênero*. Rio de Janeiro: Fase, 2005.
- LEWIS, J. The decline of the male breadwinner model: the implications for work and care. *Social Politics*, v. 8, n. 2, 2001.
- O'CONNOR, J. S.; ORLOFF, A. S. SHAVER, S. *States, markets, families. Gender, liberalism and social policy in Australia, Canada, Great Britain and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SAINSBURY, D. Gender and the making of Welfare States: Norway and Sweden. *Social Politics*, v. 8, n. 1, 2001.
- SARACENO, C. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, G.; GROPPPI, A. (Org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista 1995.
- SORJ, B. *Reconciling work and family: issues and policies in Brazil*. Geneva: International Labour Office, 2004.
- SORJ, B.; FONTES, A. O *care* como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Org.) *Cuidado e cuidadoras – as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.

Recebido em 04 de agosto de 2016.
Aprovado para publicação em 19 de novembro de 2016.
DOI 10.12957/rep.2017.30379



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

HIV na terceira idade: repercussões nos domínios da vida e funcionamento familiar*

HIV in the elderly: repercussions in the domains of life and family functioning

Aline Oliveira Silva**

Maria das Dôres Saraiva de Loreto***

Simone Caldas Tavares Mafra****

Resumo – O presente estudo teve como objetivo analisar os fatores intervenientes na aquisição do HIV, além de examinar as repercussões do HIV/Aids sobre os domínios da vida do idoso e no funcionamento familiar. Para tanto, foram realizadas entrevistas aos idosos com HIV/Aids, que realizam tratamento no SAE/JF. Os resultados evidenciaram que a forma predominante de contágio era a sexual. Além disso, para a maioria dos idosos não ocorreram mudanças significativas em seus domínios da vida após a descoberta da doença. Já no que se refere ao funcionamento familiar, destacaram-se aqueles que contaram para a família e se sentiram acolhidos, seguidos daqueles que mantiveram sigilo sobre a doença. Conclui-se que o apoio da família ao idoso é de extrema importância no processo de adaptação à sua nova condição; no entanto, a vergonha e o medo do julgamento são fatores que contribuem para que os idosos mantenham em segredo a soropositividade, visando manter a estrutura das redes sociais existentes.

Palavras Chave: HIV; idosos; domínios da vida; funcionamento familiar.

Abstract – The objective of this study was to analyze the factors involved in HIV acquisition and to examine the impact of HIV/AIDS on the domains of family functioning and the elderly. For that, interviews were conducted with elderly people living with HIV/AIDS who undergo treatment in the Specialized Attention Service of the city of Juiz de Fora, Minas Gerais. Results showed the predominant form of contagion is sexual. In addition,

* Este artigo foi desenvolvido a partir da dissertação de mestrado intitulada *As representações da aids para a terceira idade, sob uma perspectiva de gênero: significados e repercussões nos domínios da vida do idoso e funcionamento familiar*, que contou com o apoio da CAPES.

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, do Estado de Minas Gerais. *Correspondência:* Rua Áureo da Silva Lisboa, nº 171 – Centro - Paula Cândido - Minas Gerais. CEP: 36544-000. *Email:* <aline.o.silva@ufv.br>.

*** Docente do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, do Estado de Minas Gerais. *Correspondência:* Universidade Federal de Viçosa/ DED, Campus Viçosa, Avenida Peter Henry Rolfs, s/n, Viçosa – Minas Gerais. CEP: 36570-900. *Email:* <mdora@ufv.br>.

**** Docente do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, do Estado de Minas Gerais. *Correspondência:* Universidade Federal de Viçosa/ DED, Campus Viçosa, Avenida Peter Henry Rolfs, s/n, Viçosa – Minas Gerais. CEP: 36570-900. *Email:* <sctmafra@ufv.br>.

for the majority of the elderly there were no significant changes in their domains of life after discovering the disease. Regarding the family functioning, those who informed their families and felt welcomed stood out, followed by those who remained secretive about the disease. It was concluded that family support for the elderly is extremely important in the process of adapting to their new condition; however, shame and fear of judgment are factors that contribute to the elderly keeping the seropositivity in secret, in order to maintain the structure of existing social networks.

Keywords: HIV; elderly; domains of life; family functioning.

Introdução

No início de 1980, surgiu a epidemia da aids trazendo consigo uma série de dúvidas sobre a doença, além de estigma e discriminação para com as pessoas portadoras do vírus. Esse estigma está relacionado ao fato de os primeiros casos da doença terem sido registrados entre os homossexuais e usuários de drogas, sendo que esses grupos, até então, já eram excluídos da sociedade (BERNARDI, 2005).

No entanto, conforme apontam Santos e Assis (2011), a epidemia da aids vem sofrendo diversas modificações em seu perfil ao longo dos anos, dentre as quais destacam-se os fenômenos de feminilização, heterossexualização, juventudilização, pauperização e envelhecimento. O aumento do número de casos de HIV entre os idosos tem sido associado ao envelhecimento da população brasileira, ao aumento da sobrevida das pessoas portadoras do HIV/Aids e ao acesso a medicamentos para distúrbios eréteis, fator que tem prolongado a atividade sexual de idosos, em associação com a desmistificação do sexo na terceira idade.

Muitas são as causas atribuídas ao aumento dos índices de contaminação e de idosos vivendo com o HIV/Aids, dentre eles: mudanças socioculturais, sobretudo na sexualidade; resistência por parte dos idosos em utilizar camisinha; inovações na área da saúde; acesso à terapia antirretroviral e inovações na área medicamentosa (SERRA et al., 2013).

Para Barros, Guimarães e Borges (2012), a partir do reconhecimento mundial pelas autoridades sanitárias da ocorrência e gravidade dos agravos produzidos pelo HIV/Aids, a enfermagem, tanto no Brasil, quanto nos demais países, passou a exercer seu papel profissional e social, seja na área preventiva, seja na cuidativa.

Schröder (2012) destaca que, graças aos avanços no tratamento da aids, nota-se uma melhora na sobrevida da população, mesmo após a manifestação dos sintomas. O tratamento com antirretrovirais possibilita que as pessoas portadoras do HIV vivam por mais tempo e com mais qualidade. Desse modo, percebe-se uma nova categoria relacionada às pessoas com aids na terceira idade, pois existem aquelas que contraíram o vírus após os 60 anos de idade, mas também existem aqueles que já envelheceram

com o HIV, uma vez que os sintomas podem levar anos para se manifestar. No entanto, não importa com que idade se adquiriu o HIV/Aids, é preciso tratar sobre esse assunto com as pessoas idosas, uma vez que este tema traz desafios, medos, contradições e preconceitos.

No aspecto social, o idoso convive com o estigma associado ao estar com aids, ao medo dos familiares e da comunidade, à diminuição dos recursos financeiros, além das questões ligadas à qualidade de vida (SERRA et al., 2013).

Nesse sentido, pressupõe-se que a aids afeta tanto os domínios da vida dos idosos quanto o funcionamento familiar. Segundo Addams (2005), os principais domínios ou componentes da vida de um indivíduo envolvem as seguintes esferas: trabalho, vida familiar, saúde, religião, amizades, situação financeira, tempo livre e vizinhança. Esses domínios podem ser percebidos pelos indivíduos de forma diferenciada, em função da importância dos mesmos na vida das pessoas, ambiente vivenciado e fases do ciclo de vida. Por outro lado, o funcionamento familiar diz respeito à forma de organização e envolvimento familiar, apoio e proteção, além de flexibilidade frente às situações adversas e imprevistas. Como destaca Bray (1995), o funcionamento familiar está associado à composição familiar, aos processos familiares (fatores comportamentais e interacionais), à organização familiar (regras e normas), além da afetividade, em termos das relações de afeto ou apoio.

Entende-se que, diante do impacto do diagnóstico, deve surgir uma explosão de sentimentos vindos da dúvida sobre contar ou não para os amigos e familiares, ou até mesmo para outras pessoas próximas. Esse sentimento acaba por afetar os processos de comunicação e relacionamento com as pessoas, o que pode levar o paciente a se isolar, enfrentando sozinho sua nova condição. Apesar disso, como destacam Diniz, Saldanha e Araújo (2010), é de grande importância o suporte familiar ao paciente no processo de adaptação à nova realidade.

Assim, o presente artigo objetivou analisar os fatores intervenientes para a aquisição do HIV, além de examinar as repercussões da doença sobre os domínios da vida do idoso e sobre o funcionamento familiar.

1. Revisão de literatura

1.1 Consequências e implicações do HIV/Aids na terceira idade

O estigma e o preconceito relacionados ao HIV ocasionam diversas consequências negativas no que se refere à luta contra a aids, tanto no que tange às pessoas que vivem com o vírus, quanto no que concerne às estratégias de prevenção (JARDIM, 2012). Para Almeida e Labronici (2007, p.265),

em função das representações, advindas do preconceito e da ignorância, as pessoas com o HIV e a aids vivenciam emoções singulares, permeadas de sofrimento dentro de um contexto repleto de significados, entre os quais, o medo do abandono, de ser julgado e de revelar sua identidade social, a culpa pelo adoecimento, a impotência, a fuga, a clandestinidade, a omissão, a exclusão e o suicídio, originados e construídos pelo real convívio com o social que reforça os hábitos e expectativas e que estão profundamente enraizados numa sociedade preconceituosa.

A descoberta e revelação da soropositividade é um evento crucial na vida tanto do portador quanto da família e dos amigos. A percepção negativa, a discriminação e a falta de conhecimento difundem o sofrimento, o medo do abandono e do julgamento. A quebra do padrão de vida, a impotência diante da nova realidade e o consumo exagerado de bebidas alcoólicas são alguns dos aspectos relacionados a uma doença estigmatizada (ALMEIDA; LABRONICI, 2007).

Especificamente nos idosos, a ampliação no número de infectados com o HIV pode estar relacionada a uma falha em relação às tentativas de prevenção para esse grupo, pois, muitas vezes, as campanhas voltam sua atenção para a população mais jovem. Outro fator que contribui para o aumento dos casos de aids em idosos é a sexualidade estereotipada, que é culturalmente produzida na sociedade. Os estereótipos de que as pessoas idosas não têm interesse por sexo ou que são incapazes de sentir algum estímulo sexual ainda são amplamente difundidos e, juntamente a isso, a prática sexual sem proteção contribui para que esse diagnóstico aumente cada vez mais (CELEDÔNIO; ANDRADE, 2014).

Jardim (2012) relata que o uso do preservativo também sofre influências da existência de tabus, uma vez que muitas pessoas, ao não se identificarem como imorais ou promíscuas, não se veem em situação de vulnerabilidade e não se protegem. Os idosos muitas vezes não se percebem vulneráveis ao HIV, e até mesmo os profissionais de saúde não têm considerado o público idoso em situação de vulnerabilidade. Para Araújo et al. (2007), pensar o envelhecimento sem sexualidade acarreta graves consequências, sobretudo para a prevenção, pois esta só vai ocorrer caso os familiares e profissionais de saúde estejam atentos para discutir abertamente sobre o assunto.

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao comportamento diferenciado dos idosos em face do contágio, sendo mais comum entre homens e com maior nível socioeconômico (GOMES; SILVA, 2008). Além disso, como destaca Feijó (2006), é comum, nessa situação, a existência de preconceitos, vergonha, depressão e outros aspectos que diminuem o contato e a qualidade do relacionamento com as redes de convivência.

Como relatam Saldanha, Felix e Araújo (2008), além de toda a carga sociomoral que carrega um soropositivo, na velhice algumas construções sociais contribuem para o aumento das dificuldades enfrentadas

pelo idoso. O medo da dupla rejeição social leva muitos idosos a procurarem mecanismos de aceitação social, como, por exemplo, alegarem que a forma de contágio foi através de transfusão sanguínea, negando assim o comportamento sexual vulnerável.

Em estudo realizado por Andrade, Silva e Santos (2010) com 75 idosos portadores do HIV, estes descreveram que a descoberta da doença acarretou vivências de estigma e discriminação. Além disso, foram apontadas pelos idosos as limitações físicas, a necessidade de acompanhamento clínico ou o uso contínuo dos medicamentos e suas eventuais consequências. Foram citados também sentimentos de incredulidade, isolamento e receio de discriminação, tanto da família quanto do serviço de saúde. Ou seja, a aids tem implicações não somente sobre os domínios da vida dos idosos, mas também no funcionamento de suas famílias, o que leva à busca de apoio ou conforto emocional.

Os referidos autores comentam que a busca por meios de ajuda ou apoio é considerada uma reação natural do ser humano que está passando por uma situação complicada sob forte estresse, na procura por um conforto emocional. Isto é, há uma busca por redes de apoio, tanto formais quanto informais, visando ao enfrentamento dos problemas e à saída da crise (ANDRADE; SILVA; SANTOS, 2010).

Na visão dos autores, as redes de suporte ou apoio social são conjuntos hierarquizados de pessoas que mantêm entre si laços típicos de relações em que se dá e recebe apoio, e nas quais costuma-se fornecer ajuda material, serviços e informações; permitir às pessoas crerem que são cuidadas, amadas e valorizadas em momentos de alguma necessidade; dar garantia de que pertencem a uma rede de relações comuns e mútuas; entre outros. O suporte social se torna importante na medida em que corresponde às necessidades experienciadas pelo próprio idoso. Dentro dessa perspectiva, o suporte social inclui uma rede ampla de suporte emocional, informacional e instrumental.

Assim, a gerontologia classifica os sistemas de apoio em formais e informais, sendo os “formais os serviços de atendimento ao idoso, que incluem hospital, atendimento domiciliar, instituições de abrigamento, programas de capacitação de recursos humanos”; já os “informais são as redes de relacionamento entre os membros da família, amigos e vizinhos e, dessa forma, deverão constituir-se em redes de ações de referência, informação, orientação e encaminhamento, e outra de inclusão e proteção social” (ANDRADE; SILVA; SANTOS, 2010, p.6).

Pode-se dizer que, para os soropositivos, a família é a principal fonte de apoio, sendo que o afastamento desse contato pode gerar grandes prejuízos. Em alguns casos, como destacam Carvalho e Paes (2011), o que acontece é que o medo do preconceito e do isolamento fazem com que o portador do HIV esconda dos seus familiares o diagnóstico. Isso torna o enfrentamento da doença um processo solitário, pois muitas vezes ele acredita

que se revelar seu diagnóstico será rejeitado pela família, abandonado e discriminado.

2. Metodologia

Visando atender ao objetivo proposto, fez-se uso de um modelo de pesquisa de natureza qualitativa, que, segundo Paulilo (1999), trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações e opiniões, buscando adequação e aprofundamento sobre a complexidade dos fatos e processos particulares a indivíduos e grupos. Minayo (2012) complementa dizendo se tratar daquelas metodologias capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade, como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. Essas últimas são tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.

Assim, pretendeu-se, por meio de um estudo de casos múltiplos, integrar métodos de pesquisa qualitativa, pois esse tipo de pesquisa responde a questões muito particulares da realidade social. Conforme Minayo (2012), na pesquisa em Ciências Sociais trabalha-se com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, considerando que o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada.

O presente estudo foi realizado no município de Juiz de Fora (MG), localizado a sudeste de Belo Horizonte, lugar que se destaca, em Minas Gerais, no *ranking* de desenvolvimento humano da Organização das Nações Unidas (ONU), conforme Guercio (2004).

A unidade empírica de análise compreendeu o Serviço de Assistência Especializada (SAE), que foi implantado em Juiz de Fora em 28 de setembro de 1996, com o objetivo de atender tanto aos pacientes do município quanto da Zona da Mata (GUERCIO, 2004).

A população estudada compreendeu homens e mulheres idosos (60 anos ou mais) com HIV/Aids, que fizeram consultas nos seis meses anteriores a junho de 2015 no SAE, em Juiz de Fora/MG, e cujos prontuários foram abertos no período de 2007 a 2013, de modo que o paciente tivesse pelo menos dois anos de diagnóstico. Assim, para um total de 85 idosos, 64 foram considerados elegíveis. Destes, 33 eram do sexo masculino e 31 do sexo feminino.

Em função desse universo populacional foi delimitada a amostra baseando-se no cálculo amostral para população finita, que, de acordo com Triola (2013), segue a seguinte fórmula:

$$n = \frac{N\sigma^2(Z\alpha/2)^2}{(N-1)E^2 + \sigma^2(Z\alpha/2)^2}$$

Onde,

n = Número de indivíduos na amostra;

N = População de idosos assíduos que abriram prontuário no SAE de 2007 a 2013;

Z_{á/2} = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado, aqui estabelecido em 90%, sendo, portanto, equivalente a 1,65;

ó² = p x q;

p = Proporção populacional de indivíduos que pertencem à categoria a ser estudada;

q (1 - p) = Proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria a ser estudada, igual a 0,5;

E = Margem de erro ou erro máximo de estimativa, aqui estabelecida em 0,1;

Assim, o tamanho da amostra de idosos foi:

$$n = \frac{64 \times 0,5 \times 0,5 \times (1,65)^2}{63 \times (0,1)^2 + 0,5 \times 0,5 \times (1,65)^2} = n = \frac{43,56}{1,32} = 33 \text{ idosos com aids}$$

Dessa forma, a amostra foi de 33 idosos, sendo 52% do sexo masculino (n=17) e 48% do sexo feminino (n=16).

2.1 Procedimentos de coleta e análise de dados

A coleta de dados é a forma como se obtêm os dados necessários para responder ao problema da pesquisa (VERGARA, 2005). Para este estudo, a técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista semiestruturada, realizada com 33 idosos no período de junho a julho de 2015.

Para tanto, foi elaborado um roteiro com o propósito de orientar a coleta dos depoimentos. Pretendeu-se indagar os entrevistados sobre: como se deu a descoberta da doença; com qual idade descobriu a doença; como se deu o contágio pelo HIV/Aids (vulnerabilidades/risco sociais); se já se sentiu discriminado e como reagiu; como tem sido o tratamento; quais foram as principais redes de apoio que o idoso recorreu após a descoberta da doença; e quais foram as mudanças que a doença causou nos seguintes domínios da vida: trabalho, vida familiar, saúde, religião, amizades, situação financeira, tempo livre e vizinhança, bem como sobre o funcionamento familiar, em termos de: composição da família, normas e regras, formas de interação, comportamentos dos membros, relações de afeto e apoio, conflitos, comunicação e envolvimento familiar no enfrentamento da doença.

A intenção foi seguir um roteiro prévio, embora tenha havido liberdade para que os entrevistados pudessem fazer associações concernentes à sua história de vida que considerassem relevantes.

As entrevistas foram realizadas no SAE, em uma sala disponibilizada pelo coordenador, de modo a possibilitar que os participantes fossem abordados e convidados a participar da pesquisa enquanto aguardavam o atendimento médico ou ao saírem da consulta.

Vale ressaltar que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sendo aprovado sob o registro Caae 45259815.4.0000.5153. Além disso, todo o processo de coleta de dados foi viabilizado mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes da pesquisa.

Após a coleta dos dados, estes foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Conforme Caregnato e Mutti (2006), a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicável ao seu contexto social. Assim, é um meio de expressão do sujeito, no qual o pesquisador procura categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, buscando uma expressão que as represente.

3. Resultados e discussões

3.1 Fatores intervenientes na aquisição da doença pelos idosos

No que se refere aos fatores intervenientes na aquisição da doença, levou-se em consideração a forma de contágio, o modo como descobriu a doença, o motivo do aumento de casos de HIV/Aids em idosos, o preconceito contra a doença, a forma como tem sido o tratamento, as estratégias adotadas para conviver com a doença e as políticas de controle e prevenção.

Ao serem questionados sobre como se deu o contágio, 31 idosos responderam que foi de forma sexual, sendo que a maioria não sabia quem era a pessoa que havia lhe contaminado. Uma entrevistada, contudo, sofreu abuso sexual por ser moradora de rua. Além disso, destacam-se aqueles que adquiriram a doença a partir da relação sexual com os próprios companheiros, além de duas mulheres que afirmaram terem adquirido a doença a partir da transfusão sanguínea.

A seguir, apresentamos algumas falas dos entrevistados sobre a forma como se deu o contágio.

Tenho a dúvida se foi sexual, pelo meu marido, ou se foi através de uma transfusão que eu tinha feito há um tempo atrás. Eu tenho essa dúvida até hoje, mas eu fui a São Paulo porque eu tive tuberculose, aí eu fui a São Paulo para saber se naquela época achava alguma coisa da aids, e o médico que me tratou afirma que, naquela época, não tinha nada. (Entrevistada n. 22).

Eu não sei te explicar, mas é relação sexual aids em idosos: vivências dos doentes. (Entrevistada n. 27).

Transfusão de sangue quando ganhei meu filho e tive uma hemorragia. (Entrevistada n. 25).

Eu nem vou saber de quem peguei, eu era traveco da Atlântica, nem esquentei a cabeça com isso. Naquela época eu era traveco, aí não tem desse negócio de preservativo, depois não adianta reclamar. (Entrevistado n. 9).

Foi sexual, só não sei de quem peguei porque era motorista. (Entrevistado n. 24).

Foi relação sexual, mas eu não sei de quem foi, porque eu era promíscuo, eu sou homossexual e não me cuidava. Já faz uns quatro anos. (Entrevistado n. 29).

O resultado acima corrobora com o estudo de Okuno et al. (2012), que, ao identificarem a forma de contágio entre idosos com HIV/Aids, constataram um percentual de 66,2% dos entrevistados que adquiriram a doença através de relação sexual.

No que se refere à forma como se deu a descoberta da doença, a maioria dos entrevistados respondeu que passou mal e assim veio a descobrir. Também houve aqueles que descobriram após exames de rotina a pedido do médico e os que fizeram o exame após o(a) companheiro(a) descobrir a doença. O tempo de contágio dos entrevistados variou de dois a oito anos, como relatado a seguir.

Eu soube que a mulher que eu ficava com ela estava, e fiz o exame antes de aparecer qualquer anormalidade...Eu já fiz o exame pra ver, aí realmente deu o problema, faz uns seis anos. (Entrevistado n. 3).

Eu tava internado por um outro problema, aí a médica deu uma geral no meu sangue lá, aí ela disse que eu tava com o vírus. Faz oitos anos que eu descobri. (Entrevistado n. 28).

Passei mal, desmaiei e aí fizeram muitos exames, até que descobriram, mas demoraram pra descobrir. Eu fiquei em coma muito ruim mesmo, isso já faz uns oito anos. (Entrevistada n. 30).

Meu parceiro começou a dar umas feridas no pênis, aí ele foi no médico, o médico examinou e deu positivo. Aí me chamou para fazer o exame também, eu fiz dois exames e deu negativo, no terceiro deu positivo. Isso já faz oito anos. (Entrevistada n.11).

Quando questionados sobre qual seria a razão de os casos de HIV/Aids em idosos estarem aumentando, os entrevistados acreditam que esse fato esteja ligado à falta de informação e de prevenção por parte dos idosos e, até mesmo, por acreditarem que eles estão livres de se contaminarem, como pode ser visto nas falas a seguir:

Os idosos são ignorantes também porque acham que com eles não acontece nada. (Entrevistado n. 1).

Falta de informação e pode ser descuido mesmo também. (Entrevistado n. 29).

Falta de informação e prevenção, né (Entrevistada n. 7).

Eu acho que é falta de prevenção e excesso de confiança. (Entrevistada n. 19).

Como destaca Lôbo (2011), é comum ver os pacientes idosos justificarem sua condição de soropositividade usando vários fatores, dentre eles a falta de informação sobre como se prevenir do HIV, juntamente com a idéia de que a aids é uma doença do outro, que não vai acontecer consigo.

Ao serem questionados se já se sentiram discriminados por causa da doença, dos 33 entrevistados, seis relataram que sim. Esse preconceito ficava evidente no fato de alguns amigos terem se afastado, de os entrevistados terem perdido o emprego ou tendo em vista comentários que algumas pessoas fizeram a respeito.

Os 27 entrevistados que responderam que nunca sofreram preconceito relacionaram a situação ao fato de não contarem para ninguém ou quase ninguém sobre a doença. Para eles, a questão do sigilo acarreta a ausência do preconceito das pessoas. As falas a seguir expressam o que pensam os entrevistados.

Até que já, porque uma vez eu fui arrumar um serviço com uma mulher que era conhecida, aí ela ficou sabendo e não quis mais, achou que eu ia contaminar a família dela. Aí eu até evito de falar. (Entrevistada n. 7).

Sim, reagi e quase matei a pessoa, não sei como descobriram no prédio, aí eu mudei de lá. (Entrevistada n. 15).

Não, porque não é muita gente que sabe não, só gente mais chegada assim que eu falo. Porque eu tive que falar, não pude guardar só para mim. (Entrevistada n. 10).

Demais, eu me sinto muito triste, muito revoltada. Eu já perdi muita amizade, sabe, porque se eu vejo que as pessoas me discriminam eu afasto. (Entrevistada n. 23).

Não, porque eu não falo muito, não conto para ninguém. A própria doutora tá sempre me falando que eu não tenho que falar não, não tem necessidade, falo para alguém que eu considero, que você sabe que vai te respeitar e tudo mais. Eu nunca fui discriminado não. (Entrevistado n. 5).

Já sim, mas foi no olhar. Verbalmente eu nunca fui, nunca ninguém falou nada comigo, mas eu já fui dispensado do trabalho porque eu

contei que tinha a aids, foi tudo sutilmente, mas foi por causa da doença, porque eu trabalhava muito bem. (Entrevistado n. 29).

Silva (2009) afirma que a principal estratégia adotada pelos idosos é a tática do silêncio, do segredo e da ocultação da doença, como forma de evitar situações de estigma e discriminação, que ocorrem de forma mais evidente nas relações familiares e na vida cotidiana por meio de diversos constrangimentos.

Ao serem questionados sobre o preconceito que as pessoas têm com relação a aids, todos os entrevistados foram enfáticos ao afirmarem que se trata de uma besteira que não devia existir e que faz muito mal para as pessoas que possuem a doença, uma vez que elas se sentem obrigadas a omitir a soropositividade e, assim, passam a ser mais solitárias.

É uma bobeira, não devia existir isso, as pessoas sentem pena da gente, é muito triste. (Entrevistado n. 3).

Acho que é uma besteira muito grande e faz muito mal para quem tem a doença esse preconceito. (Entrevistado n. 6).

Eu acho uma besteira, não precisa não, doença não precisa de preconceito não. (Entrevistada n. 10).

Hoje em dia todo mundo tem preconceito, uma coisa que não tem nada a ver, porque o problema é meu, eu que tenho que me cuidar. Se eu te abraçar não vai pegar. (Entrevistada n. 15).

Para os entrevistados, o preconceito direcionado às pessoas com HIV/Aids não é maior quando é um idoso que tem a doença. Eles acreditam que seja igual para todos, e isso está ligado ao fato de o preconceito estar relacionado à doença e não à faixa etária de ocorrência, o que nos remete ao estigma que a doença carrega.

Quando indagados sobre como tem sido o tratamento, os idosos relataram que tem sido bom; no entanto, algumas reações são bastante intensas no início, o que gera alguns incômodos.

Com relação às principais políticas de controle e prevenção do HIV/Aids, os entrevistados declararam já ter visto na televisão, no SAE, nos hospitais e escutado no rádio informações acerca do uso de preservativo. Contudo, para eles, essas informações são passadas somente em algumas épocas do ano, como o carnaval e no dia mundial de combate à aids. Os entrevistados acreditam que seria muito importante estarem divulgando mais e direcionando as campanhas para todas as idades, pois, conforme observado nas respostas de alguns, diversas campanhas são direcionadas apenas para os jovens. Alguns também acreditam que a descoberta de uma vacina contra a doença seria importante.

As falas a seguir mostram os depoimentos dos idosos.

Na televisão mostra alguma coisa, agora parou, mas no início tava mostrando. Eu acho que a televisão devia divulgar mais, porque é onde todo mundo tem acesso. Devia ter mais palestras também ou reunião em cada município, porque muitas vezes passa despercebido e as pessoas esquecem. (Entrevistado n. 29).

Só vejo na televisão e escuto no rádio de vez em quando. Eu vi na televisão que ia ter uma vacina que acaba com essa doença, aí ia ser importante porque ajudaria muita gente. (Entrevistado n.14).

Antes fazia mais propaganda, agora quando é a época do HIV é que eles falam mais. Eu leio algumas coisas no jornal, também devia alertar nas escolas e as pessoas ficarem mais conscientes também. (Entrevistada n. 7).

Tem falando sobre relacionamento com camisinha, sobre usar drogas na veia, essas coisas. Devia ter mais alertas na televisão, que é mais útil pra contato. (Entrevistado n. 6).

Falam muito que tem que usar camisinha e sobre o negócio do sangue; se acontecer, se tiver cortado, não fazer contato com outra pessoa, se o colega tiver machucado, não usar o mesmo aparelho que o outro, que vai passar para o outro. Eu vejo quando passa na televisão porque eu gosto muito de assistir um jornal. Os rapazes e as meninas, essas meninas de 17 anos, que não podem ver um homem, que não procura nem saber se eles têm uma doença ou não, e elas não tão nem aí, e os rapazes, pior ainda, deviam alertar, porque eles não tão nem aí. (Entrevistada n. 4).

Como destacam Araújo, Moura e Cardoso (2009), a escassez de campanhas de educação e prevenção direcionadas para os idosos é um fator determinante para que essa população fique menos informada e, assim, não se preocupe com a prevenção do HIV.

3.2 As repercussões do HIV/Aids sobre os domínios da vida dos idosos

No que se refere às mudanças que o HIV/Aids acarretou nos domínios da vida dos idosos, especificamente no que diz respeito ao *trabalho*, para 20 entrevistados não ocorreu nenhuma mudança, uma vez que estes já não estavam mais trabalhando. No entanto, para os demais, a doença gerou modificações ligadas à dificuldade em conseguir trabalhar devido a fraquezas e outros problemas consequentes ao uso do coquetel. Além disso, alguns se aposentaram após o diagnóstico. A seguir, alguns depoimentos dos entrevistados:

No mesmo dia que eu descobri eu já fui pegando os papel, já fui aposentando. (Entrevistado n. 9).

Eu achei diferença sim, porque a gente, depois que pega isso, a gente sente muita coisa, inclusive o remédio que a gente toma dá um efeito terrível na gente, muito ruim. Aí eu achei a diferença sim, antes de eu ter e depois, só assim de sentir mais coisas, assim que a gente vai sentindo. (Entrevistada n. 11).

Eu fiquei inútil pra trabalhar. (Entrevistado n. 12).

Eu era motorista de caminhão, aí eu fui impossibilitado de dirigir, aí fui mexer no quintal da minha mãe, fui cuidar disso. (Entrevistado n. 24).

As falas dos entrevistados acima podem ser explicadas por Lopes et al. (2011) ao relatarem que uma dificuldade enfrentada no trabalho pelas pessoas HIV+ é o fato de que muitos empregadores não os admitem, não só pelo preconceito, mas também porque os pacientes precisam faltar ao emprego para ir a consultas ou por causa dos efeitos colaterais, que acabam interferindo na produtividade dos indivíduos.

Com relação à *vida familiar*, 19 idosos responderam que não houve nenhuma mudança depois da descoberta da doença; cinco declararam que sentiram alterações relacionadas ao comportamento de alguns familiares; oito entrevistados relataram não terem contado para ninguém e um disse não ter família, como mostram as falas a seguir:

Mantive segredo, ninguém sabe. Eu já prefiro deixar só eu preocupado e não pôr a família preocupada. Irmã, ninguém sabe, se souber, sabe por fora e não por mim, não contei nada a ninguém. (Entrevistado n. 3).

Sim, eu fiquei sendo mais paparicado. (Entrevistado n. 8).

Pelos meus filhos não, mas por algumas irmãs, eu sinto que agora eu sou um pouquinho mais afastada. (Entrevistada n. 23).

Percebi que fecharam pro meu lado. (Entrevistado n. 18).

Eu não contei pra ninguém lá em casa, porque não ia adiantar nada também, então mantive segredo. Escondo meus medicamentos e tomo tudo escondido. (Entrevistado n. 2).

Alencar (2012) explica que, frente à realidade de preconceito e discriminação, além do sigilo em relação à doença, os idosos geralmente contam sobre sua condição sorológica apenas para algumas pessoas do meio familiar. Isso, por um lado, traz dificuldades para o idoso no enfrentamento da doença, uma vez que a família constitui uma das mais importantes redes de apoio psicossocial.

No que tange à *saúde*, 22 entrevistados relataram não terem sentido nenhuma mudança antes e depois da descoberta da doença. Os demais sentiram uma piora relacionada às reações aos medicamentos, bem como

aos sintomas acarretados pelo HIV/Aids. Essas questões podem ser explicitadas a seguir:

Sinto fraqueza geral, principalmente antes de comer alguma coisa. Muita fraqueza, falha de memória, isso tudo depois da doença. (Entrevistado n. 6).

Senti muita [diferença], inclusive eu sinto assim, mais dores, né, igual eu tô te falando, sinto muita dor. Sobre sexo eu não faço mais, eu acho que não vale a pena e também tenho medo de sentir dor. (Entrevistada n. 11).

É muita coisa, antes eu não tinha nada e depois que eu tive essa doença apareceu as coisas. O meu pulmão ficou danificado, sinto muita falta de ar por causa do pulmão. (Entrevistado n. 12).

Não, porque mais o que eu tenho agora mesmo é da idade, né. Porque os ossos começam a doer, problema de coluna toda a vida eu tive. (Entrevistada n. 25).

Como pode ser visto nos relatos acima, apesar de alguns idosos afirmarem que sentiram uma piora em sua saúde após o diagnóstico, outros acreditam que as enfermidades que sentem atualmente estão ligadas à idade, e não ao HIV/Aids. No entanto, o uso do coquetel, juntamente à soropositividade, acarreta diversos problemas e complicações relacionados à saúde do paciente.

No que diz respeito às modificações ocorridas quanto à *prática religiosa*, 26 idosos relataram não terem sentido nenhuma mudança no que se refere à busca pela religião, uma vez que aqueles que frequentavam a igreja relataram continuarem indo do mesmo modo. O restante dos idosos, entretanto, afirmaram que buscaram mais a religiosidade como forma de tentar superar a doença. Os trechos dos depoimentos a seguir confirmam o exposto:

Mudou, acho que a gente pensa mais em Deus. Eu não sou muito de ir à igreja não, mas aí a gente se entrega mais a Deus, pede mais força. Eu tenho certeza que Deus vai me curar. (Entrevistada n. 7).

Não mudou, eu sempre fui muito religiosa, sempre tive muita fé. A fé que me segura de pé. (Entrevistada n. 20).

Não mudou nada, vou a mesma coisa, quando tenho vontade. (Entrevistado n. 33).

Agora eu tô buscando mais. Tem vez que não dá pra ir não, aí eu fico até chateado, mas ligo o radinho na religião. (Entrevistado n. 12).

As falas dos idosos confirmam o relato de Saldanha, Araújo e Sousa (2009) ao afirmarem que a crença religiosa se torna, para a maioria dos

idosos, uma fonte de esperança, uma forma de enfrentamento e alívio para o sofrimento, o medo e a angústia.

No que se refere às alterações percebidas com relação às *amizades*, 18 entrevistados relataram não ter contado para nenhum amigo, 11 disseram que os amigos que sabem não manifestaram nenhuma mudança, um afirmou não ter amigos e o restante sentiu um afastamento dos amigos que sabiam da condição soropositiva, como demonstram as falas a seguir:

Das minhas amigas ninguém sabe, não tive coragem de contar para ninguém, porque hoje em dia você pensa que tem amizade, você não tem. Às vezes você conta, a pessoa fala pra frente, a pessoa tem preconceito. (Entrevistada n. 4).

Tem uma amiga minha que se afastou um pouco. (Entrevistada n. 15).

Eu não tenho amigos, sou sozinha mesmo. (Entrevistada n. 26).

Não, quem sabe me trata normal, quem eu não confio muito eu não comento. (Entrevistado n. 8).

Estudo realizado por Silva et al. (2012) com pacientes a partir de 60 anos em atendimento no SAE de Divinópolis (MG), durante o ano de 2012, corrobora com esse resultado. Isso porque, entre os entrevistados, destacaram-se aqueles que não revelaram o diagnóstico para os amigos, uma vez que sentiam medo relacionado ao preconceito, ao afastamento das pessoas, além de se preocuparem em perder o respeito dos amigos. Dessa forma, evidencia-se o esforço dos idosos em manter segredo do diagnóstico.

Em se tratando de *situação financeira*, 22 entrevistados afirmaram que não houve mudanças em sua situação, uma vez que os medicamentos são oferecidos pelo SUS. Já o restante afirmou ter tido aumento de gastos relacionados à alimentação e a alguns medicamentos que, às vezes, precisam comprar.

Não, porque os remédios são por conta do SUS. (Entrevistado n. 3).

Tô gastando mais *muncadim*, né. De vez em quando o médico passa um remédio pra comprar. (Entrevistado n. 12).

Não, eu gastei igual. (Entrevistada n. 23).

Já em relação ao tempo livre para o *lazer*, 21 idosos relataram não terem percebido nenhuma modificação, pois alguns afirmaram não gostarem de sair de casa, enquanto que outros disseram que já tiravam um tempo para lazer antes da doença. Contudo, 12 idosos disseram que agora têm mais tempo livre, uma vez que não estão mais trabalhando e, assim, podem sair quando quiserem. Os relatos abaixo evidenciam essas questões:

Antes eu trabalhava, né, agora eu posso passear todo dia. Todo dia de manhã vou na casa que meu pai deixou e à noite volto para a casa da minha irmã. (Entrevistado n. 1).

Não mudou, não gosto de sair, nunca gostei, se eu não for para a igreja o resto eu não gosto. (Entrevistada n. 10).

Eu sou uma pessoa muito tranquila e então to a mesma coisa, não mudei nada não, mas eu sou um cara muito de casa, mais caseiro, não gosto de bagunça. (Entrevistado n. 17).

Eu continuo saindo e passeando do mesmo jeito. Eu não aguento ficar quieta dentro de casa, não nasci para ser presa. (Entrevistada n. 25).

Isso agora eu tenho, né, porque antes trabalhava. (Entrevistado n. 24).

Agora eu tenho tempo para o lazer, porque eu já aposentei mesmo, posso sair, aproveitar. Todo dia eu vou jogar carteadado, isso aí me ajudou muito também porque prende o tempo. (Entrevistada n. 21).

Para Antunes (2012), a importância do lazer na terceira idade está relacionada ao envelhecimento com autonomia e independência, além de qualidade de vida, o que acarreta uma diminuição nas preocupações dos idosos com os agravos na saúde.

Por fim, em relação aos *vizinhos*, 24 entrevistados afirmaram que nenhum vizinho sabe da doença, enquanto que seis relataram não terem percebido nenhuma modificação no comportamento dos vizinhos que sabem. Os demais declararam ter sentido um distanciamento dos vizinhos, bem como certa discriminação.

Minha vizinhança tem sido boa para mim, graças a Deus. Lá onde eu moro, tem dez anos que eu moro lá, é tudo tranquilo. (Entrevistado n. 9).

Não, lá meus vizinhos que sabe continuou a mesma coisa comigo, não teve mudança não. (Entrevistada n. 11).

Tem uns conhecido meu lá que sabe. Antes eles brincavam comigo, mas agora a gente nota [mudança], senti um pouco de diferença. (Entrevistado n. 12).

Acredito que eles saibam, porque uma vez eu chamei a ambulância porque eu estava em crise de pânico e para a ambulância chegar até mim eu tive que falar que eu tinha aids. Mas eu não senti nenhuma diferença no comportamento deles não, por sinal são ótimos vizinhos. (Entrevistada n. 15).

Não, os vizinhos de conversa fiada eu afastei de tudo, eu faço de conta que eles estão falando a maior calúnia, faço de conta que não sei de nada. Tem uma vizinha que a filha dela morreu com HIV e quando ela descobriu que eu tava contou para um monte de gente, então eu fiquei

chateada com ela porque eu ajudei ela muito. O pior que as outras pessoas nunca tiveram confirmação de mim tem gente que não acreditou nela e acreditou em mim, acham que eu não tenho porque ela é conversa fiada, por causa da língua dela. Eu gostava dela, mas aí eu preferi cortar, não teve jeito. (Entrevistada n. 21).

Demais, eu senti discriminação mesmo, você sai eles ficam olhando. Eu fiquei muito tempo sem o passe livre por vergonha, porque ficava todo mundo de olho querendo saber o que eu tinha. (Entrevistada n. 23).

Estudo realizado por Cerqueira (2014) com idosos que vivem com HIV/Aids demonstrou resultado semelhante ao registrar, pelo relato dos idosos, que é comum que eles mantenham segredo sobre a sua condição sorológica para os vizinhos, considerando que o segredo pode garantir a continuidade da estrutura das redes sociais.

3.3 As repercussões do HIV/Aids sobre o funcionamento familiar do idoso

No que se refere ao funcionamento familiar dos idosos, vale ressaltar que, dos 33 entrevistados, doze moravam sozinhos, oito residiam com os filhos(as), quatro com os irmãos, quatro com o cônjuge ou companheiro, dois com a mãe, um com o sobrinho, um com a neta e um no Grupo Espírita de Ajuda aos Enfermos (Gedae).

Ao serem questionados sobre as mudanças que ocorreram na *composição familiar* em relação ao número de membros, antes e depois da descoberta da doença, 21 entrevistados relataram não ter ocorrido nenhuma alteração; ou seja, continuaram vivendo sozinhos ou com os membros com quem já viviam. No entanto, os demais relataram ter ocorrido modificações, uma vez que foram morar com outros parentes ou até mesmo passaram a viver sozinhos, devido ao fato de os filhos terem se casado ou por terem ficado viúvos, como pode ser visto nas falas a seguir.

Antes eu morava com o meu irmão, aí meu irmão morreu e eu fui para a casa da minha irmã porque ela ficou com medo que eu ficasse em depressão lá sozinho. (Entrevistado n. 1).

Quando eu descobri, morava com meus dois filhos e ainda moro com eles. (Entrevistada n. 4).

Antes de eu descobrir a doença eu morava com minha esposa e com uma neta dela. Agora, depois que fiquei viúvo, moro sozinho. (Entrevistado n. 17).

Antes eu morava sozinha e depois eu arrumei um companheiro. Aí, quando eu separei desse companheiro, eu fui morar com a minha filha. (Entrevistada n. 21).

Antes eu morava na rua, né, agora moro no Gedae. (Entrevistada n. 26).

Camargos e Rodrigues (2008) esclarecem que, apesar de a terceira idade não ser sinônimo de doenças e incapacidades, sabe-se que nessa fase da vida as pessoas acabam estando mais suscetíveis a problemas de saúde e, em consequência disso, precisam de mais apoio. Dessa forma, os idosos que vivem com outras pessoas, parentes ou não, encontram-se aparentemente mais amparados em caso de problemas de saúde ou nas atividades da vida diária. Por outro lado, os idosos que moram sozinhos estão mais vulneráveis e desprovidos de apoio diante de dificuldades relacionadas à saúde.

Em relação às mudanças nas *normas e regras* que regulam o comportamento e a vida da família, para 28 entrevistados não ocorreu nenhuma alteração; dois afirmaram ter havido modificações relacionadas a uma maior higiene e cuidado entre os moradores da sua casa, bem como uma maior aproximação entre os membros, pois todos buscaram estar mais unidos; e dois afirmaram que em sua casa nunca tiveram essas normas, uma vez que é cada um por si.

Lá em casa não tem disso não, nunca teve. É cada um por si mesmo. (Entrevistado n. 1).

A gente cuida mais, há mais higiene, lava a mão toda hora, aquela coisa toda, né. (Entrevistado n. 8).

Não mudou não, continua reunido. Sempre tivemos costume de almoçar junto, tudo reunido. (Entrevistada n. 11).

Agora que eu coloquei [regra], antes não tinha não, depois que minha irmã faleceu, então agora eu coloquei regra em tudo. A gente tenta ficar sempre perto, almoçar junto. (Entrevistada n. 20).

No que tange às mudanças nas *formas de interação* entre os membros da família, notou-se que 26 idosos relataram não ter ocorrido nenhuma modificação antes e depois da descoberta da doença, enquanto que seis perceberam alterações no comportamento de seus familiares. Não mudou não, continua tudo do mesmo jeito, mas percebo que minha irmã toma mais cuidado, né. (Entrevistado n. 1).

Antigamente, quando eu não tinha, era mais afastado, agora eles tão chegando mais, sabe. Conte pra todo mundo no mesmo dia, não é tão difícil, é só tratar agora. (Entrevistado n. 9).

Tem uma irmã minha e um irmão que afastou um pouquinho de mim, conversa comigo, mas é de longe, e afastou. Assim a gente nota, não é igual. (Entrevistado n. 12).

Nossa interação é boa, estou mais próxima dos meus filhos. Meus filhos melhoraram muito. (Entrevistada n. 15).

Para Jesus, Ribeiro e Gonçalves (2012), as reações da família em relação ao indivíduo portador do HIV podem ser influenciadas pelos significados que a cultura atribui à doença, fazendo com que, assim, os idosos sejam discriminados e excluídos do grupo familiar.

Em relação ao *comportamento dos membros da família* frente à descoberta da doença, predominaram, nas respostas dos entrevistados, os sentimentos de compreensão, susto e, em alguns casos, revolta, como demonstram as falas abaixo:

Minha irmã não se importou porque disse que já sabia que isso um dia ia acontecer. Porque antes eu saía com umas mulheres que ela falava que não prestavam. Mas os meus irmãos que sabem da doença me compreenderam e me ajudaram. (Entrevistado n. 1).

Não teve revolta não, teve compreensão e foi um susto, né, porque é normal de levar um susto. (Entrevistado n. 5).

Compreensão eu vi em alguns, os familiares mais próximos. Os outros eu nem fui na casa deles contar. (Entrevistado n. 9).

A minha menina, não sei se ela pensou que eu ia morrer assim de repente, ela tava morando no Rio, aí quando ela descobriu até chorou, se desesperou, aí ficaram, mas vem morar com a gente, aí eu falei, não preciso morar com ninguém, sei fazer minhas coisas. Acho que eles só se viram revoltados por causa desse moço [quem passou o HIV], né, mas depois eles fizeram amizade com ele, continua amizade do mesmo jeito. (Entrevistada n. 10).

Meus filhos ficaram revoltados, mas foi com o meu marido, né, por causa do cara ter feito isso comigo, né, aí foi a revolta com ele, mas só isso. Comigo foi compreensão. (Entrevistada n. 11).

Nunca me falaram nada, mas eu senti que eles esfriaram um pouco; um pouco não, muito. (Entrevistado n. 18).

De acordo com Vieira, Alves e Sousa (2012), a família exerce um papel muito importante na vida do idoso. No entanto, cada família tem uma forma de reagir diante do diagnóstico de soropositividade, e isso vai depender de sua crença, cultura e regras. Dessa forma, é comum ver até mesmo o afastamento dos membros da família e de pessoas do convívio social do idoso. Isso é consequência da dificuldade da família em aceitar a doença, com medo da contaminação, da diminuição da renda devido aos gastos com o tratamento, da falta de conhecimento a respeito da doença e, até mesmo, dos tabus relacionados à sexualidade na terceira idade.

Sobre as *relações de afeto e apoio*, os idosos entrevistados afirmaram que recebiam sim de seus familiares e que não houve diferença, de modo que eles sentem que as famílias estão sempre prontas a ajudar e apoiar.

No entanto, destacaram-se dois entrevistados que acreditam não receber de nenhum de seus familiares essas relações.

Dos meus familiares é assim foi, mas menos, já dos meus amigos eu recebo mais. (Entrevistado n. 5).

Também não mudou, só com a minha irmã, porque nosso gênio não dá certo. (Entrevistado n. 14).

Eu não sinto não. Não recebo. (Entrevistado n. 18).

A minha irmã, devido ela ser doente, ela sempre jogava na minha cara, me chama de aidética. Já com a outra irmã e o sobrinho teve relação de afeto e apoio sim, sempre teve. (Entrevistada n. 20).

Como afirmam Galvão e Paiva (2011), a rede social de apoio à pessoa vivendo com o HIV/Aids é importante para que ela não se sinta sozinha no enfrentamento de uma doença com as peculiaridades do HIV, marcada pelo preconceito e o abandono. O suporte da família faz o portador do HIV encarar a doença com mais coragem e continuar vivendo sua vida, tendo uma doença que exige cuidados diários como qualquer outra doença crônica.

Ao serem questionados se já haviam vivenciado algum *conflito* devido à doença, destacou-se entre os entrevistados a resposta negativa (73%); ou seja, a maioria nunca teve conflito com ninguém em função da soropositividade. No entanto, também surgiram algumas respostas positivas, estando esses conflitos associados às pessoas ou membros familiares que falaram alguma coisa que o entrevistado não havia gostado, ou ao parceiro, que tinha a doença e não contou.

Sim, quando eu fiz o exame aí que eu soube, eu cheguei para ele [parceiro] e falei. Ele pediu perdão, falou que não sabia que tinha, aí eu chorei e perdoei, mas falei que não dava pra gente continuar mais. (Entrevistada n. 4).

Não, inclusive com a própria pessoa que eu sei que transmitiu, nunca inferi a pessoa em nada. (Entrevistado n. 8).

Sim, foi com uma pessoa conhecida que fez um comentário e a outra pessoa veio me contar, então eu disse que se ela continuasse com esses comentários eu iria processar, aí ele parou. (Entrevistada n. 15).

Com o companheiro, eu tive, porque tava muito desesperada, aí ele falou: que que tem? Não passaram pra mim também? Aí me deu uma revolta terrível. (Entrevistada n. 19).

Teve uma vez que um besta que falou lá no mercado que eu tava, aí eu peguei e perguntei porque ele tava falando de mim. Ele não era nada

meu não, conhecido só, não era amigo nem nada, aí eu fui lá e dei um pega nele, pra ele calar a boca e cuidar da vida dele. Foi só esse conflito, mais nada. (Entrevistada n. 21).

Como esclarecem Botti et al. (2009), ao se descobrir portador de uma doença incurável, a pessoa vivencia conflitos que são comuns e fazem parte de qualquer situação desconhecida. O que diferencia é a maneira como cada indivíduo vivencia esses momentos, podendo haver situações de negação, raiva, depressão, isolamento e aceitação.

Em relação a como tem sido o *envolvimento familiar* no enfrentamento da doença, a maior parte dos idosos relatou que foi de aproximação; no entanto, houve aqueles que relataram um distanciamento de alguns membros da família.

Dos que sabem ninguém afastou, mas ninguém ajuda também, só essa minha irmã que moro com ela, parece que os outros não compreendem muito bem. (Entrevistado n. 1).

De todos os irmãos, teve um que mais se afastou. Ele não tem um diálogo comigo sobre esse problema, só Deus e eu para o problema. (Entrevistado n. 6).

No princípio um susto, né, todo mundo ficou meio lá, meio cá, mas tudo bem. Tenho apoio emocional, psicológico, tudo, né. Acho que a família é tudo na vida. (Entrevistado n. 8).

Todo apoio, tudo que precisar, tão tudo de acordo, é tudo o melhor possível. Não senti afastamento nenhum. (Entrevistado n. 16).

Eles me amam de todo coração. Eu tenho todo apoio emocional. (Entrevistada n. 20).

Quando eu descobri eu tinha visita todo dia [no hospital], minhas amigas vieram de longe pra me ver, rezavam o terço comigo, meu filho me deu total apoio, eu tenho uma netinha também que eu amo demais e minha nora é apaixonada comigo, não tenho o que reclamar. Eu recebo todo apoio do mundo e tenho total compreensão deles. (Entrevistada n. 30).

Tenho apoio de todos os lados, inclusive quando eu falo com minha irmã que ainda não tomei o remédio ela fica doida, fica me perguntando se eu tomei o remédio. Graças a Deus a minha família é a base de tudo. (Entrevistado n. 29).

Como pode ser visto nos relatos acima, para o portador do HIV/ Aids o apoio familiar é de grande importância. Botti et al. (2009) afirmam que, apesar do sofrimento ao saber do diagnóstico, a união e a afetividade se mantêm em alguns casos. Dessa forma, ao perceber a colaboração e a compreensão da família, o indivíduo passa a se sentir fortalecido e protegido.

Por fim, para os idosos entrevistados, as principais *redes de apoio*, formais e informais, às quais eles recorreram foram o SAE e a família, ou apenas um membro da família. A seguir, algumas falas dos entrevistados:

Só o SAE, porque eu acho que problema de doença se resolve com instituição de doença, hospital. Tem que procurar o lugar certo. (Entrevistado n. 14).

Foi aqui no SAE, eu tive todo apoio daqui, né. Família e amigos não contei para ninguém não (Entrevistada n. 10).

Primeiro, no dia, quem tava comigo era minha filha, e de imediato eu liguei pros meninos que eu trabalho com eles e falei na mesma hora, eu não gosto de nada escondido porque eu não preciso esconder nada de ninguém. Aí tem o SAE também, né. (Entrevistado n. 16).

Primeiro lugar que eu fui é aqui no SAE, aí da família só minha irmã que morreu sabia e o filho dela também sabe e me dá o maior apoio (Entrevistada n. 29).

Como pode ser visto nos depoimentos mencionados, a rede mais recorrida foi o SAE, uma vez que alguns entrevistados não contaram para ninguém sobre a doença. Dessa forma, fica evidente a importância dessa rede para as pessoas que vivem com o HIV/Aids, já que, em algumas situações, essa pode ser a única rede de apoio disponível, com a qual os idosos mantêm uma relação de confiança e onde podem falar abertamente sobre a doença.

Conclusão

Este estudo buscou compreender quais são os fatores intervenientes para a aquisição da doença, além das repercussões do HIV/Aids nos domínios da vida e no funcionamento familiar do idoso. Assim, identificou-se que, em relação ao contágio, a maioria se deu de forma sexual, o que nos leva a refletir sobre a falta do uso de preservativos, bem como sobre a necessidade de campanhas direcionadas para a faixa etária de 60 anos ou mais, com o intuito de estar sempre alertando sobre a importância do uso dos preservativos. Além disso, é importante destacar que, para a maioria dos idosos entrevistados, não ocorreram mudanças significativas em seus domínios da vida.

Nas questões relacionadas ao funcionamento familiar, é importante destacar o fato de que alguns idosos mantinham sigilo acerca da doença e, devido a isso, não vivenciaram mudanças em seu relacionamento com a família. Contudo, para os idosos que afirmaram terem contado para a família sobre a doença, a maior parte se sentiu acolhida, o que contribuiu para o

enfretamento da doença. Ou seja, para o portador do HIV/Aids, enfrentar a doença sozinho gera diversos sentimentos ruins; desse modo, a falta de apoio da família e de amigos traz consequências negativas na adesão ao tratamento, no isolamento do paciente e na dificuldade que o idoso tem de buscar ajuda.

Assim, pode-se concluir que o preconceito e a falta de informação que as pessoas têm sobre a aids levam os portadores do HIV/Aids a esconderem sua condição soropositiva, devido ao medo do julgamento e de se sentirem discriminados. Especialmente com os idosos, a vergonha é um fator importante para que esses escondam o diagnóstico de todos. Dessa forma, fica clara a necessidade de campanhas direcionadas para essa faixa etária, com a finalidade de quebrar os tabus que existem acerca da sexualidade na terceira idade. Assim, os idosos podem se sentir mais à vontade para falarem com outras pessoas sobre o assunto, bem como para buscarem apoio junto das suas redes de convivência, especialmente as familiares.

Referências

- ADDAMS, J. Age and relative importance of major life domains. *Journal of Aging Studies*, v. 19, n. 4, 2005.
- ALENCAR, R. de A. *O idoso vivendo com HIV/AIDS: a sexualidade, as vulnerabilidades e os enfrentamentos na atenção básica*. 2012. Tese (Doutorado)– Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ALMEIDA, M. R. de C. B. de; LABRONICI, L. M. A trajetória silenciosa de pessoas portadoras do HIV contada pela história oral. *Caderno de Saúde Coletiva*, v. 12, n. 1, 2007.
- ANDRADE, H. A. dos S.; SILVA, S. K. da; SANTOS, M. I. P. de O. Aids em idosos: vivências dos doentes. *Esc Anna Nery (impr.)*, v. 14, n. 4, 2010.
- ANTUNES, E. *Saúde do idoso: políticas de saúde e assistência social e as ações existentes nas 25ª e 26ª Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR)*. Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado (UNC), Canoinhas, 2012.
- ARAÚJO, V. L. B. de, et al. Características da Aids na terceira idade em um hospital de referência do Estado do Ceará, Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 10, n.4, 2007.
- ARAÚJO, C. L. de O.; MOURA, L. F.; CARDOSO, N. A. Caracterização do portador de HIV/AIDS acima de 50 anos. *Revista Kairós Gerontologia*, v. 12, n. 2, 2009.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARROS, N. B.; GUIMARÃES, C. M.; BORGES, O. de S. Políticas de saúde e prevenção ao HIV/Aids no Brasil (1982-2012). *Estudos*, v. 39, n. 4, 2012.
- BERNARDI, J. *Vulnerabilidade social e Aids: o desafio da prevenção em tempos de pauperização da epidemia*. Porto Alegre: CNBB Pastoral de DST/Aids, 2005.
- BOTTI, M. L. et al. Convivência e percepção do cuidado familiar ao portador de HIV/Aids. *Rev. Enferm*, v. 17, n. 3, 2009.
- BRAY, J. H. Family assessment: current issues in evaluating families. *Journal of Family Relations*, v. 44, n. 4, 1995.
- CAMARGOS, M. C. S.; RODRIGUES, R. N. *Idosos que vivem sozinhos: como eles enfrentam dificuldades de saúde*. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu(MG), 2008.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enfermagem*, v. 15, n. 4, 2006.
- CARVALHO, S. M.; PAES, G. O. A influência da estigmatização social em pessoas vivendo com HIV/Aids. *Caderno de Saúde Coletiva*, v. 19, n. 2, 2011.

CELEDÔNIO, L. P.; ANDRADE, L. S. de. Aids na terceira idade: sentimentos, percepções e perspectivas de mulheres vivendo com HIV/Aids. *Serviço Social e Saúde*, v. 13, n. 1, 2014.

CERQUEIRA, M. B. R. *Idosos vivendo com HIV/Aids :vulnerabilidade e redes sociais em Belo Horizonte (MG)*. 2014. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2014.

DINIZ, R. F.; SALDANHA, A. A. W.; ARAÚJO, L. F. de. Crenças e opiniões no cuidado de idosos com Aids: um estudo exploratório. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 23, n. 3, 2010.

FEIJÓ, M. R. Família e rede social. In: CERVENY, C. M. O. (Org.). *Família e rede social*. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2006.

GALVÃO, M. T. G.; PAIVA, S. de S. Vivências para o enfrentamento do HIV entre mulheres infectadas pelo vírus. *Rev. Bras. Enferm*, v. 64, n. 6, 2011.

GOMES, S. F.; SILVA, C. M. da. Perfil dos idosos infectados pelo Hiv/Aids: uma revisão. *Vitalle*, v.20, n.1, 2008.

GUERCIO, P. M. da S. *Serviço de Assistência Especializada (SAE)*.2004. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/saude/aids_dst/servicos.php>. Acesso em: 1 maio de 2016.

JARDIM, L. N. *O HIV na terceira idade: o lugar designado ao idoso nas políticas públicas em HIV/Aids e as concepções de profissionais de saúde acerca desta problemática*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

JESUS, E. de; RIBEIRO, E. M. N.; GONÇALVES, T. M. de B. *Aids na terceira idade: uma questão de sexualidade*.2012. Disponível em: <<http://fugedu.com.br/repositorio/wp-content/uploads/2015/03/AIDS-NA-TERCEIRA-IDADE-Uma-Quest%C3%A3o-de-Sexualidade.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2016.

LÔBO, M. P. *Vulnerabilidade ao HIV/Aids: representações sociais de idosos residentes em zona rural*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahia, 2011.

LOPES, P. S. D. et al. Qualidade de vida dos pacientes HIV positivo com mais de 50 anos. *Rev. da AMRIGS*, v. 55, n. 4, 2011.

MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2012.

OKUNO, M. F. P. et al. Conhecimento e atitudes sobre sexualidade em idosos portadores de HIV/Aids. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 25, n. 1, 2012.

PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. *Serviço Social em Revista*, v. 2, n. 2, 1999.

SALDANHA, A. A. de W.; FELIX, S. M. F.; ARAÚJO, L. F. de. Representações sobre a Aids na velhice por coordenadoras de grupos da terceira idade. *Psico USF*, v. 13 n. 1, 2008.

SALDANHA, A. A. W.; ARAÚJO, L. F. A.; SOUSA, V. C. Envelhecer com Aids: Representações, crenças e atitudes de idosos soropositivos para o HIV. *Rev. Interamericana de Psicologia*, v. 43, n. 2, 2009.

SANTOS, A. F. de M.; ASSIS, M. Vulnerabilidade das idosas ao HIV/Aids: despertar das políticas públicas e profissionais de saúde no contexto da atenção integral: revisão de literatura. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 14, n. 1, 2011.

SCHRÖDER, E. F. Idosos e HIV/Aids. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST., São Leopoldo, 2012.

SERRA, A. et al. Percepção de vida dos idosos portadores do HIV/Aids atendidos em centro de referência estadual. *Saúde em Debate*, v. 37, n. 97, 2013.

SILVA, L.C. et al. *Envelhecimento e HIV: impactos psicossociais do diagnóstico de pacientes idosos atendidos no SAE – Serviço de Assistência Especializada – do Município de Divinópolis, Minas Gerais. 2012. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2013/78/2013_78_5816.pdf>. Acesso em: 1 maio 2016.*

SILVA, W. A. *A experiência de conviver com HIV/Aids na velhice. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.*

TRIOLA, M. F. *Introdução à estatística*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, G. D. V.; ALVES, T. C. A.; SOUSA, C. M. Análise dos dados epidemiológicos da Aids em idosos no estado de Rondônia, Amazônia Ocidental. *J. Bras. Doenças Sex. Transm.* v. 14, n. 1, 2012.

Recebido em 02 de agosto de 2016.

Aprovado para publicação em 12 de dezembro de 2016.

DOI 10.12957/rep.2017.30380



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Assistência estudantil brasileira e a experiência da Uerj: entre a inovação e o atraso na atenção ao estudante

Brazilian student aid and the Uerj experience: between innovation and backwardness in student assistance

Simone Eliza do Carmo Lessa

Resumo – Apresentamos a política de assistência estudantil brasileira em sua trajetória história e em conexão com o trabalho dos assistentes sociais. Apontamos, ainda, a experiência de atenção ao estudante construída na Uerj, refletindo acerca das potencialidades não exploradas contidas nesta instituição. Por fim, destacamos a importância da constituição de uma efetiva assistência estudantil na Uerj.

Palavras-chave: educação; assistência estudantil; Serviço Social; Uerj.

Abstract – In this article, we present the policy and historical trajectory of Brazilian student aid, in connection with the activity of social workers. We analyze as well the experience of attention to students at Rio de Janeiro State University (UERJ), reflecting upon its unexplored potential. Finally, we present the importance of effective affirmative action at UERJ.

Keywords: education; student aid; Social Work; Uerj.

Introdução

Na presente reflexão resgatamos elementos da história das formas iniciais de apoio à permanência do estudante praticadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), segundo registros do nosso próprio trabalho como assistente social nesta instituição (portanto, a partir de nossa memória), bem como por meio de pesquisa a documentos institucionais que registram esse processo.

Sobre isso, cabe ressaltar que, segundo Le Goff (1990), a memória está nos próprios alicerces da história, embora só recentemente tenha se

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social (UFRJ) e Professora do Departamento de Políticas Sociais da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DPS/FSS/UERJ). *Correspondência:* Boulevard 28 de setembro, 292/apt. 401 - Vila Isabel - Rio de Janeiro. CEP 20 551 031. *Email:* <elizasimone@gmail.com>.

tornado objeto da historiografia. A memória trata do vivido, do experimentado em uma experiência pessoal e coletiva. Neste caso, trataremos a experiência de profissionais de Serviço Social em uma universidade pública, implementando políticas voltadas à permanência estudantil, em seus primeiros e inacabados formatos.

Partimos da premissa da relevância e da urgência dessa política em um contexto de mais de uma década de exitosa experiência afirmativa das cotas e do consequente crescimento da demanda dos estudantes por permanência de qualidade. Nesse sentido, no presente artigo apresentamos a defesa da assistência estudantil como política universitária associada à já existente e organizada política de cotas. Ao mesmo tempo, fazemos a defesa da construção de uma universidade com perfil popular, sendo um espaço onde a classe trabalhadora e seus filhos se sintam recebidos e ouvidos como protagonistas na construção de saberes e na materialização de uma educação pública de qualidade, crítica, humanista e laica. Essa é, ainda, uma reflexão militante que lança mão de uma análise histórica sobre a política de educação, especialmente no Ensino Superior, aqui tardiamente implementado, e sobre a assistência estudantil, abordando especialmente a construção dessa experiência na Uerj, na intenção de fazer a defesa da mesma.

Uma vez postas nossas intenções de escrita, apresentamos a forma como está organizado o texto: faremos um breve resgate histórico sobre o trabalho do assistente social na educação, visando alcançar sua experiência como profissional de destaque na viabilização da política de assistência estudantil. A seguir, apresentaremos a constituição da política de assistência estudantil no Brasil contemporâneo, passando a apresentar, por fim, a experiência uerjiana.

1. Serviço Social na Educação

O Serviço Social é uma profissão que foi organizada para atuar nas expressões da questão social quando essas se mostravam mais complexas e cotidianas nos marcos do capitalismo monopolista e da emergência do operariado como sujeito político que clamava por melhores condições de trabalho e de vida. Estamos falando dos anos de 1930, no Brasil, quando protoformas de políticas sociais estão sendo organizadas por um modelo de Estado que se pretende harmonizador de conflitos, conciliador de inconciliáveis interesses do capital e dos trabalhadores.

Nossa presença como profissão está, portanto, associada ao desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, especialmente no campo da atenção à infância, ao adolescente e à família trabalhadora, mas não apenas. A política de educação e a escola, em particular, serão espaços de absorção dos assistentes sociais e de legitimação de sua existência. Dialogando com Witiuk (2004), identificamos que nos anos de 1940 os assistentes sociais

foram chamados a uma intervenção *acrítica* sobre as expressões da questão social, dentre essas, aquelas manifestadas nos espaços educacionais formais. Na escola *o Serviço Social será requisitado para o exercício de atribuições que harmonizam as relações no processo de vigilância da moral e da sociabilidade das famílias empobrecidas* (WITIUK, 2004, pag. 24), cujos filhos, futura geração de trabalhadores urbanos, começam timidamente a ingressar ali.

A escola pública vai se configurando como espaço para estimular posturas adequadas ao padrão burguês ascendente, de clara inspiração higienista. A instituição escolar estava submetida à nova ordem urbana, assalariada, fabril e desigual, materializando uma perspectiva moralizadora de condutas que Passetti (2000), definirá como ações que levam a *escola contra a família* (certamente, as famílias pobres). Novamente dialogando com Witiuk (2004) verificamos que o I Congresso Brasileiro de Serviço Social, ocorrido em 1947, indica a importância da efetivação do chamado Serviço Social Escolar (o que revela a importância do tema frente à categoria). Este, então, é definido como uma atividade técnica e supletiva às ações da formação, objetivando o *ajustamento* dos indivíduos.

Vale lembrar que a inserção do assistente social no campo educacional ficará mais evidente nos anos de 1950, com a expansão do aparato público brasileiro. Começam a fazer parte do cotidiano do trabalho do assistente social, a participação em programas de alfabetização de adultos junto ao Desenvolvimento de Comunidade (AMMANN, 1987) e a formação profissional junto aos trabalhadores e seus filhos no Sistema “S” e nas creches, denominadas “parques infantis” (então vinculadas à assistência social, notadamente à Legião Brasileira de Assistência (LBA), além das escolas. Importante assinalar que nas creches da LBA em muito cresceu a legitimidade da atuação do assistente social na educação.

Na chamada educação popular de inspiração freiriana¹, também verificamos registros da presença de assistente sociais (NETTO, 1991)². Além dessas experiências, os assistentes sociais que atuavam com aqueles então denominados “menores”, por vezes, precisavam realizar articulações entre escola, família e aprendizado para o trabalho – lembrando que historicamente, a educação profissional é o campo formativo ao qual acorrem os filhos da classe trabalhadora (MANFREDI, 2003). Dialogando com Maria Isolina Pinheiro (1985) em obra que discute a chamada *infância desvalida*, verificamos que a autora discorre sobre a importância da atenção às crianças na escola, indicando o assistente social como um significativo agente no esclarecimento sobre a vida do estudante em sua realidade social.

¹ Baseadas no pensamento do educador e filósofo Paulo Freire, tais como o Movimento de Educação Popular e o De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

² Netto (1991) ressalta que a apropriação do pensamento de Paulo Freire pelo Serviço Social acontece sob a perspectiva do ecletismo, em especial frente aos conceitos de *oprimido* e de *conscientização* trabalhados pelo educador. Sua apreensão no Método BH fica evidente, segundo o autor. Ver mais em Ditadura e Serviço Social (NETTO, 1991).

A Ditadura Militar Empresarial iniciada em 1964 nos deixa como legado a degradação da educação pública em todos os níveis (NETTO, 1991). A escola pública e sua qualidade serão atacadas, seu papel social aviltado, o salário docente achatado e o papel social do mesmo minimizado. As reformas educacionais da Ditadura (na universidade em 1968 e na educação profissional em 1971) estavam submetidas a interesses mercantis e privatistas, fragilizando a formação em curso. A universidade será reprimida e cindida em créditos, a escola profissionalizante não profissionalizará efetivamente e tampouco oferecerá educação propedêutica. Seu financiamento será atacado, inexistindo mínimo constitucional a ser aplicado nessa política (SAVIANI, 2008). O ocaso da autocracia reacenderá os debates e as lutas pelo direito à educação, revelando dados terríveis sobre o analfabetismo e a deterioração da escola pública: no ano de 2000 havia mais analfabetos, em números absolutos, do que em 1960 (INEP, 2013).

No processo de redemocratização da sociedade brasileira, frente à ampliação do acesso à educação nas décadas de 1980 e 1990, cresce a atuação de profissionais de Serviço Social nas políticas educacionais (ALMEIDA, 2003). Trata-se da evidência de expressões da questão social naquele espaço. Como exemplo da presença de assistentes sociais na escola fluminense nesse período, citamos os Centros Integrados de Educação Pública, os Cieps³ e, nacionalmente, lembramos de iniciativas como as do Bolsa-Escola, desenvolvido em algumas prefeituras brasileiras, em especial no Sul e no Sudeste.

Hoje podemos afirmar que na área de Educação o assistente social tem atuado no âmbito da garantia de acesso, de permanência e na gestão democrática (ALMEIDA, 2003). Acrescentamos com base na nossa experiência que esse profissional também atua na aproximação das redes de serviços e das equipes multidisciplinares, no desenvolvimento de temas transversais à formação, na atenção aos deficientes e suas famílias. Neste sentido, atuar sobre as expressões da questão social e fazer ver como estas impactam na aprendizagem e na permanência, são realidades do trabalho do Serviço Social.

Neste sentido, o trabalho do assistente social na Educação é desafiado, permanentemente, diante da questão social muito evidenciada nos espaços formativos, em especial no Ensino Fundamental da escola pública, em um país que tardiamente inicia processo de massificação do acesso a essa fase do ensino – após a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) – sem que condições dignas de vida de crianças, adolescentes e suas famílias tenham sido alcançadas.

³ Os Cieps (Centros Integrados de Educação Pública) se constituíram em importante política do governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de experiência de escola integral, elogiada pela infraestrutura material e criticada por não chegar às crianças que viviam em situações econômicas complexas que lhes impediam a frequência à escola e aquelas que eram trabalhadoras.

Nesse sentido, mais acesso à escolarização não tem significado mais qualidade na educação pública. Ao contrário: tal ampliação tem acontecido “para menos” (ALGEBAILÉ, 2009), ou seja, sem que a infraestrutura da qualidade dos equipamentos, salários e condições do trabalho docente tenham sido alterados positivamente. Além disso, o processo de formar não se restringe ao interior da escola. Por isso, não basta uma educação de melhor qualidade em um contexto de precariedades – como os espaços onde vivem as populações mais empobrecidas. Em outras palavras, políticas educacionais, desarticuladas de outras políticas sociais, têm menor efetividade.

Tendo isso em conta, é importante registrar que não compartilhamos de concepções que culpam indivíduos por supostos “fracassos” na vida escolar. Da mesma forma, não queremos responsabilizar os professores. Ao contrário disso, acreditamos que a precarização da vida, das condições de sobrevivência, o aviltamento dos direitos sociais e políticos contribuem para o não exercício da condição de sujeito de direitos, aquele que participa da vida em sociedade em condições que dignificam sua existência. Em outras palavras, a falta de acesso aos processos civilizatórios pode comprometer a vida, inclusive os processos de aprendizagem.

O trabalho do assistente social se inscreve nesta realidade complexa de mais acesso e menor qualidade da educação. Também está inserido em uma totalidade maior, contraditória, tensionada por interesses do capital e dos trabalhadores, que se expressam em projetos educacionais distintos. Nesse marco de interesses antagônicos, o trabalho do assistente social tem se desenvolvido e crescido, experimentando avanços e potencialidades, dificuldades e limitações. Prefeituras tais como as do Rio de Janeiro, São Caetano, Belo Horizonte, por exemplo, inserem o assistente social em ações diversas da rede escolar de Ensino Fundamental. Na rede federal o assistente social tem atuado no Ensino Básico, Superior, na Educação Profissional e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com destaque para ações na política de assistência estudantil. Nessa política o exercício profissional vive momento de expansão, de estudo de suas potencialidades e limitações.

2. Assistência estudantil brasileira: breve histórico

As primeiras experiências de assistência estudantil estiveram vinculadas ao Ensino Superior⁴. A expansão desse nível educacional data dos anos de 1950, em momento de aprofundamento da industrialização, embora sua origem esteja relacionada à chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, quando a realeza e seus nobres para cá se mudam, trazendo na bagagem o

⁴Na primeira década do século XXI verificamos sua expansão no Ensino Básico, através de legislações estaduais (Lei 6434/2013/RJ). Além disso, sua ampliação no nível Médio no âmbito federal, através da Educação Profissional também é visível.

modelo europeu de universidade. Como elementos históricos desse processo, queremos destacar a implantação, ainda no século XIX, das primeiras instituições formativas de nível superior, com destaque para as áreas de Medicina e Direito. Tais instituições se fixam na Bahia, Recife, São Paulo e Minas Gerais, localidades de destaque frente à economia agroexportadora.

Mais de um século depois da fundação dessas primeiras instituições, ou seja, tardiamente, inclusive em relação à América Latina, ocorrerá sua expansão, por meio de um padrão de formação submetido ao capitalismo periférico, no qual a predominância da geração de postos simples de trabalho para a maioria da massa trabalhadora, não exige a ampliação do acesso ao conhecimento complexo (FRIGOTTO, 1993). Sendo assim, a universidade será para poucos. Mesmo assim a educação superior será uma demanda crescente do movimento de trabalhadores e das camadas médias urbanas e no final dos anos de 1950, se constituirá em importante bandeira de luta dos movimentos por reformas de base (FRANCO, 2008).

De fato, a efetivação da expansão universitária ocorrerá nos anos de 1970, estando relacionada à Ditadura militar que a executa por meio de instituições privadas nos grandes centros urbanos. Naquele momento havia a necessidade de formar mão-de-obra especializada para um Estado que crescia em atividades e instituições, bem como para um mercado de trabalho urbano em expansão. Tal ampliação intencionava, ainda, minimizar as demandas das camadas médias urbanas por vagas universitárias, em um contexto de repressão das oposições (ROMANELLI, 2001). Como exemplo da expansão, ressaltamos que em 1960 existiam 200 mil matrículas nessa modalidade e que em 1980 esse número chega a 1,4 milhões, localizados principalmente na rede privada (SAMPAIO, 2011).

Nas últimas décadas, resumidamente, podemos afirmar que a Educação Superior terminou por se constituir em um modelo em que predominam as instituições privadas, de pequeno porte, portanto, não universitárias, protegidas legalmente da necessidade de realizar pesquisa e extensão. Acrescente-se que tais instituições são marcadas cada vez mais por uma recente e inadequada expansão da modalidade de educação a distância – EAD – (FRANCO, 2008). Além disso, podemos registrar a ocorrência de um aligeiramento da formação que não poupa a Educação Superior (LESSA, 2011).

Posta essa breve apresentação da Educação Superior no Brasil, podemos avaliar que sua construção, em uma realidade de país periférico, atendeu muito mais às necessidades das elites econômicas, da acumulação e de eixos produtivos específicos, do que aos anseios da população trabalhadora. Nossa condição de país dependente trará reflexos na constituição na educação básica e na formação superior de modo particular, que se mostrará tardia, subordinada cientificamente, fragmentada e elitizada (FERNANDES, 1989). Esse quadro de subordinação permanece em curso, ainda que existam resistência e produção científica de excelente qualidade nas

universidades públicas, mas a lógica que alicerça a política educacional é a que perpetua o histórico lugar de periferia. Além disso, nas palavras de Boschetti (2016, p. 17) “o ensino superior expressa as tendências destrutivas e mercantilizantes agudizadas pela contraofensiva do capital em tempos de crise”.

Olhando para nosso objeto de análise – a assistência estudantil – e tratando de sua história, Andres (2011) destaca como primeiras expressões dessa experiência, as ações para alimentação e moradia universitárias organizadas pontualmente em instituições federais de maior porte, com destaque para a região Nordeste e o interior de Minas Gerais. Importante evidenciar a experiência da Fump (assistência estudantil da UFMG), que oferece bolsas, material didático, alojamento e alimentação há oito décadas, por meio de recursos gerados pelo pagamento de matrículas e doações. Este modelo de assistência estudantil mineiro desenvolveu-se a partir da criação da UMG (Universidade de Minas Gerais), fundada em 1927, que então cobrava matrículas. Em 1929 é criada a AUM (Associação Universitária Mineira) que visava prestar assistência jurídica, médica e odontológica a estudantes pobres. A atual FUMP foi criada em 1973 quando a UMG já havia se tornado UFMG e federalizada (UFMG, FUMP, 2016).

No entanto, a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) os recursos da Fump passaram a vir do Governo Federal, embora campanhas para arrecadação de fundos continuem acontecendo. Cumpre destacar que discordamos totalmente desse modelo híbrido que envolve recursos públicos e doações, entendendo que a educação é dever do Estado e por este deve ser financiada.

Em se tratando da profissão ressaltamos que ao longo dos anos de 1970, em um momento de ampliação da Educação Superior, através dos DAEs (Departamentos de Assistência Estudantil), as experiências de assistência estudantil começam a se expandir nas universidades federais. Cabe salientar que muitos assistentes sociais foram incorporados à educação federal nos anos de 1980 e início dos anos de 1990, em função de programas de assistência estudantil, conforme nossa vivência profissional.

Na década de 1980, em franco processo de redemocratização da sociedade brasileira, Pró-Reitores de Assuntos Comunitários organizam-se em prol da estruturação de políticas de *promoção estudantil* (REVISTA FONAPRACE, 2012). Em 1985 foi realizado, em Santa Catarina, o I Encontro de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária, congregando 27 universidades federais, visando pensar estratégias para provimento de *condições mínimas* à permanência dos estudantes nessas instituições. Os estados do Norte e Nordeste, por meio de suas universidades, serão grandes defensores e protagonistas deste processo.

O encontro de 1985 será seguido de outros que ressaltarão a importância do apoio ao estudante universitário, buscando traçar diretrizes para tanto. Naquele período destacava-se a urgência de prover e melhorar

Restaurantes Universitários. O Fórum Nacional de Pró-Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) será criado em 1987, com a meta de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de promoção e apoio ao estudante na rede federal superior. O documento de criação do fórum é organizado em um contexto de retomada da democracia e traz críticas ao MEC avaliando que este buscava se desobrigar de suas responsabilidades frente à assistência estudantil (REVISTA FONAPRACE, 2012).

Como resultado desse processo de mobilização e democracia, quatro anos depois da criação do Fórum, um importante marco documental é produzido – o *Plano Nacional de Assistência Estudantil para o Ensino Superior das Instituições Federais Públicas*. Este foi elaborado pelo FONAPRACE e encaminhado à Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 2001, durante governo de FHC. Trata-se de importante normativa que estrutura a ideia da assistência estudantil no contexto democrático, produzida dentro dos embates por educação pública em uma realidade de retrocessos neoliberais, quando se falava, inclusive, na cobrança de mensalidades nas universidades federais. Este documento defendia a assistência estudantil como política para redução de desigualdades sociais refletidas na formação, a partir do favorecimento da permanência e do combate à evasão (REVISTA FONAPRACE, 2012).

As bases legais que fundamentam a assistência estudantil na referida documentação são a Constituição Federal de 1988, o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, PNE/2001) e a LDBN (Lei 9394/1996). Nas três legislações destaca-se a educação como dever do Estado e a importância do provimento de igualdade de condições de acesso e permanência. Por fim, o documento sinaliza que cabe às universidades públicas assumirem a assistência estudantil *como direito e espaço prático de cidadania*.

Entendemos que o *Plano Nacional de Assistência Estudantil para o Ensino Superior das Instituições Federais Públicas* reflete um momento de luta pela democracia e de reconhecimento de que a universidade pública deve ser ampliada. Esse documento contém a marca da mobilização de gestores e técnicos em torno da assistência estudantil. No entanto, em sua elaboração, faltou participação mais efetiva dos movimentos de estudantes, que não integraram sua construção. A decorrente falta de êxito pode ser atribuída à duríssima conduta neoliberal do Governo FHC, à política de precarização e desqualificação da educação pública e em função da pouca visibilidade dada ao tema naquele momento.

Chegando aos perfis de estudantes traçados pelo FONAPRACE (REVISTA FONAPRACE 2012), lembramos que o primeiro destes foi elaborado com base em pesquisa socioeconômica e cultural efetivada na rede federal nos anos de 1993/1994. Seu resultado revela que as dificuldades econômicas e a desigualdade que marcam a sociedade brasileira estavam também presentes no interior das universidades, impactando na permanência dos estudantes e em suas condições para aprendizado. Nesse estudo inicial

foram analisadas 84,6% das instituições nacionais, depreendendo-se que 42,2% dos estudantes pertenciam às camadas mais pobres da população (denominadas ali de classes C, D e E). Esses alunos estavam concentrados em cursos menos elitizados, mas sua presença era inegável.

Pesquisas de mesmo tipo foram realizadas pelo fórum em 2003/2004 revelando que em média nacional de 43% dos estudantes da Educação Superior têm origem nos segmentos mais empobrecidos da população (confirmando os dados colhidos no início dos anos 1990). Em nova pesquisa realizada em 2010 ficou revelado o crescimento do acesso dos negros, denotando o êxito das políticas afirmativas iniciadas nos primeiros anos do século XXI. A pesquisa indica, ainda, que os estudantes que demandam esse tipo de política têm o seguinte perfil: em sua maioria são mulheres jovens, solteiras, com média de idade de 23 anos, que utilizam o transporte público e acessam o ensino em busca de melhores condições de vida e de ingresso ao mercado de trabalho. A pesquisa revela, ainda, que 35% dos entrevistados migraram para regiões distantes, com o intuito de estudar. Não por acaso, dentre as principais demandas desses alunos, estão o alojamento, a alimentação (através do restaurante universitário, encarado pelos estudantes como espaço de convivência e de troca, segundo a mesma pesquisa), além da bolsa.

Ainda destacando o perfil dos estudantes que demandam a assistência estudantil, dessa vez ressaltando a questão de gênero, outra pesquisa agora realizada pela ANDIFES, divulga dados referentes a 2014.

i) as graduandas provêm de famílias com renda familiar per capita média (R\$ 835,10) inferior a dos indivíduos do sexo masculino (R\$ 1.007,19); ii) os homens, de modo geral, possuem maior domínio no uso dos computadores; iii) homens são maioria entre estudantes que se envolvem com algum tipo de movimento (artístico, cultural, político etc); iv) homens são a maioria dos beneficiários dos programas de mobilidade internacional. Assim, a despeito da maior inserção das mulheres no ensino superior, ainda restam inúmeras desigualdades para serem enfrentadas em prol de relações de gênero mais igualitárias (ANDIFES, 2016 n. p.).

Destacamos, ainda, o aspecto da renda no mesmo estudo: 66,19% dos discentes das IFES vivem com renda per capita média familiar de até 1,5 salário mínimo (sendo que 31,97% vivem com até 0,5 salário mínimo, e 21,96% vivem com renda entre 0,5 e 1 salário mínimo. (ANDIFES, 2016 n.p.).

Neste momento, em 2016, nova pesquisa de perfil está sendo realizada na Universidade de São Carlos, numa iniciativa que integra o Observatório Fonaprace⁵. Ressaltamos por fim, sobre as pesquisas, que o diagnóstico feito no início dos anos de 1990 permanece atual: a demanda

⁵ Criado a partir de parceria do FONAPRACE com a ANDIFES.

por assistência estudantil é presente, crescente e justificada, Temos nas universidades brasileiras significativo grupo de jovens empobrecidos, de modo que podemos afirmar que políticas que visam à permanência e o aprendizado podem ser chamadas de políticas de proteção à juventude. Neste sentido, garantia de acesso e permanência na educação pública, inclusive ao Nível Superior, devem ser valorizadas como proteção social e política para a juventude pobre.

Retomando o debate histórico sobre a estruturação da Política de Assistência Estudantil lembramos que, buscando normatizá-la em 2007, durante o segundo Governo Lula da Silva, gestores ligados ao Fonaprace atualizam o documento que versa sobre a assistência estudantil na rede federal, acima comentado (FONAPRACE, 2012). Tal documento fora encaminhado sem êxito ao Governo FHC, sendo retomado seis anos depois, como fundamento da discussão sobre a assistência estudantil junto ao MEC.

Foi somente em 2007, ou seja, tardiamente, se lembrarmos que o documento inicial desta reflexão data de 2001, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) recebeu aprovação como Portaria Normativa 39. Ainda que sua materialização seja limitada, inclusive por constituir-se como *portaria governamental*, o que lhe confere caráter transitório e frágil, trata-se de um marco legal importante no campo da assistência estudantil, pois, se delinea seu escopo de ações. A portaria será transformada em Decreto (7234/2010), permanecendo com limites em termos de formato legal.

Vale mencionar que o documento de 2010 é um pouco mais extenso, pois apresenta os objetivos da PNAES em seu segundo artigo, a saber: democratizar as condições de permanência, minimizar efeitos da desigualdade social e regional, reduzir as taxas de retenção, evasão e contribuir para a promoção da inclusão. Neste sentido, há maior explicitação de ideias relativas à permanência no documento de 2010. Contudo, esse ainda não se constitui em uma *política de Estado* de efetiva existência como tal, pois permanece como um *plano*, podendo ser extinto, ao sabor das vontades dos governos.

O contexto da efetivação do decreto de 2010 é de mobilização em momento um eleitoral em que o PT busca reeleição, desta vez tendo como candidata a então Ministra Dilma Rousseff. Abrimos um parêntesis para comentar que Rousseff sofreu processo de impeachment em 2016. Em seu lugar assumiu seu vice, Michel Temer, figura importante do PMDB com quem o PT construiu sua contraditória e nefasta base de governabilidade. Os impactos desta deposição, que visa fazer contrarreformas cada vez mais identificadas com os interesses do capital privado, que a ex-presidente não conseguia mais viabilizar, estão se desenrolando, mas seus efeitos nocivos no financiamento das políticas sociais são evidentes. Neste sentido, foi aprovada a PEC do teto dos gastos públicos que congela investimentos nos próximos 20 anos.

Por fim, entendemos que a demora entre a base documental elaborada pelo Fonaprace em 2001, a portaria de 2007 e, finalmente, o decreto

de 2010, revela tensões entre os interesses em torno do acesso e permanência na educação pública em contraste com os interesses mercantis na Educação Superior.

Diante desses interesses opostos queremos salientar que a realidade dos governos do PT (de Lula ao primeiro Governo Dilma) é bastante contraditória. De um lado, há um Ensino Superior mercantilizado para estudantes consumidores empobrecidos – que ingressam nas instituições privadas de qualidade questionável, por meio de programas como o Programa Universidade Para Todos (ProUni) e do (Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Apesar disso, de outro lado, há também estudantes empobrecidos, mas que conseguem acessar a educação pública – por razões que merecem mais análises, mas que não são objeto desta reflexão – por meio de instituições que foram ampliadas sem condições adequadas para tanto, pela via do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (ReUni). Essas são situações distintas, mas têm em comum a expansão precarizada da Educação Superior. Sim, teremos mais alunos matriculados e concluindo esse nível educacional com uma formação fragilizada e superficial. Os dobramentos desse fato nos desafiam.

Novamente, nos defrontamos com uma ampliação educacional para menos (ALEGEBAILÉ, 2009), indicando-nos que em nossa trajetória histórica, sempre que a política educacional é expandida de modo visível, sua qualidade é rebaixada. Nesse sentido, pensar a qualidade educacional praticada na universidade pública também é uma tarefa para quem defende a assistência estudantil, pois não bastam o acesso e a permanência, mas também é preciso formar com qualidade, base científica, pensamento crítico e humanista, articulando ensino, pesquisa e extensão.

3. A Uerj: protoformas de assistência estudantil em experiências atuais

No final dos anos de 1980 começa a ocorrer a ampliação do acesso à educação, como resposta ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, das lutas de diversos movimentos sociais⁶, bem como das pressões de organismos internacionais pela elevação dos níveis de escolaridade da população trabalhadora (SHIROMA, MORAES; EVANGELISTA, 2000). O acesso à escola pública no Ensino Fundamental ficará evidente – entramos nos anos 1980 com 80,1% de taxa líquida de escolarização e seguimos aos anos 2000 com 94,3% (IBGE, 2016). No entanto, o acesso ao Ensino Médio e à Universidade acontecerá mais lentamente.

⁶ A Ditadura Militar eliminou a exigência de gasto mínimo com educação. Além disso, a expansão das redes, principalmente a superior, foi feita a partir de instituições privadas (SAVIANI, 2008)

A Uerj será uma instituição protagonista na ampliação do acesso ao Ensino Superior por meio da absorção de um corpo estudantil trabalhador. Desde o final dos anos 1970 essa universidade oferece *cursos noturnos* diversos – então uma excepcionalidade – permitindo que alunos-trabalhadores ali almejem matrícula. Além disso, a localização da universidade em região servida de transportes variados, inclusive para bairros periféricos e para a região Metropolitana do Rio de Janeiro, permite o acesso de público que reside mais distante. Soma-se a esses fatos, a criação da política de cotas em 2003, revelando novamente o protagonismo urjiano na absorção de estudantes de frações da classe trabalhadora que, historicamente, não chegavam à universidade⁷.

Podem ser cotistas:

todos aqueles que comprovem situação de carência socioeconômica e pertençam ao grupo de alunos da rede pública de ensino; integrantes de minorias étnicas: negros (autodeclarados) e indígenas (autodeclarados); pessoas com deficiência, e filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados por razão de serviço, nos termos da legislação em vigor. (UERJ, 2014, p. 3)

No entanto, não bastaria o acesso, somente. A chegada desses alunos e as lutas empreendidas pela comunidade universitária, especialmente por eles, desde então, concretizaram a criação de alguns mecanismos que permitiram sua permanência. Falamos de oficinas de apoio acadêmico, abertas a todos os estudantes, inclusive os não cotistas, já no primeiro ano da vigência das cotas. A seguir, falamos da bolsa para os cotistas e, mais recentemente, da criação do restaurante universitário, do acesso ao material didático, assim como da possibilidade acumular a bolsa das cotas às acadêmicas, todas essas conquistas decorrentes da luta universitária. Nesta primeira década de experiência das cotas a universidade se mostra mais democrática, mais diversa e mais popular, embora seus mecanismos de acesso e permanência possam ainda ser aperfeiçoados.

A Uerj, por meio do CAIAC (2015) nos informa que de 2003 a 2015 31% das vagas são de cotistas. O êxito acadêmico desses alunos – a despeito de expectativas conservadoras que marcaram a chegada desse grupo – tem sido evidenciado por estudos diversos: Amadei, (2008) e Valentim, (2012) são exemplos. A Uerj, porém, ainda prescinde de uma política de assistência estudantil estruturada de modo a acompanhar mais de perto a trajetória destes estudantes, pois contraditoriamente, apesar de ser *pioneira nas cotas*, está *atrasada* na criação de uma política de efetiva atenção aos

⁷ Os cotistas são selecionados tendo como primeiro critério, o aspecto socioeconômico. Em 2004, na primeira experiência de seleção para as cotas, a renda *per capita* era de 300 reais (AMADEI, 2008). Em 2017 a *per capita* era de 1.320 reais,

alunos. Sendo assim, por aqui conciliamos inovação e desproteção, protagonismo e atraso.

Visando pensar na fundamentação da política de assistência estudantil, não podemos esquecer das suas protoformas, ou seja, dos modos de atenção aos estudantes organizados antes da chegada dos cotistas. Falamos da experiência pioneira datada de 1993 e normatizada através da Ordem de Serviço OS-04/SR1/94: a *Bolsa Incentivo*.

Segundo Alves, Paixão e Lessa (1995) em documento da Uerj intitulado *Programa de Bolsa Auxílio*, a Bolsa Incentivo foi criada para estimular a permanência na universidade, em uma conjuntura de democracia, amadurecimento institucional e de realização de concursos públicos. Essa bolsa estava focada nos estudantes que obtiveram isenção da taxa de inscrição no concurso vestibular, a partir da comprovação de sua condição socioeconômica. Assim, o primeiro aluno isento de pagamento de taxa de inscrição e aprovado vestibular, ou seja, aquele que havia comprovado impossibilidade de pagar o processo seletivo, tinha acesso a uma bolsa de apoio para a permanência pelo período de dois anos, renovável por mais um, além de receber material didático do curso e de contar com um professor tutor, responsável por seu acompanhamento acadêmico pelo período de duração da bolsa.

Tratava-se, portanto, de uma iniciativa limitada, pois estava focada em apenas um estudante por curso, mas expressava o entendimento de que a Uerj precisava responder às demandas dos alunos empobrecidos. A presença deles estava ali reconhecida institucionalmente.

Neste sentido, entendemos a Bolsa Incentivo como inovação e como a primeira forma de atenção ao estudante empobrecido na Uerj; daí o seu destaque. Como exemplo desse fato, lembramos que 90% dos estudantes bolsistas possuíam uma renda familiar entre um e três salários mínimos, 60% trabalhavam e 58% complementavam a renda familiar com a bolsa recebida (ALVES, PAIXÃO e LESSA, 1995). O professor tutor será aquele que o orientava frente à caminhada no curso, sobre as demais bolsas existentes e sobre a graduação escolhida.

Associada à Bolsa Incentivo o Departamento de Estágios e Bolsas (CETREINA) contava com uma equipe formada por assistentes sociais concursadas, psiquiatra e estagiários de Psicologia (supervisionados pela faculdade) que desenvolviam os processos seletivos dos estudantes e seu acompanhamento. Em função desses suportes e da ação multidisciplinar, entendemos que essa é uma protoforma da experiência de assistência estudantil na Uerj.

A experiência da Bolsa Incentivo foi extinta sumariamente em 1996, frente a uma nova reitoria que não valorizou a proposta. Assim, os estudantes que ingressaram no programa ali permaneceram até completarem o tempo previsto como bolsista, a equipe de trabalho que dava suporte à experiência foi desfeita. Importante observar que há um significativo lapso

de tempo entre essa proposta inicial e a implementação das cotas. Esse dado revela que ao longo destes 8 anos a Uerj não desenvolveu atividades organizadas institucionalmente de apoio à permanência, colocando-se em lugar de atraso na formulação de políticas desse tipo.

Com a chegada dos cotistas em 2003 foi organizada uma nova estrutura de seleção para esse estudante. Por meio do Programa de Iniciação Acadêmica (Proiniciar) o estudante passa a receber apoio para sua permanência. Tal apoio se concretiza em bolsa que pode durar o tempo máximo de integralização do curso em que o aluno está matriculado, além de proporcionar acesso ao material didático, sugerido pela unidade acadêmica a que o cotista se vincula, acesso a atividades acadêmicas instrumentais, culturais e, por fim a passe livre universitário no município do Rio de Janeiro, contendo 76 viagens por mês, a serem utilizadas no máximo 04 ao dia. Considerando que o estudante da UERJ, em sua esmagadora maioria, não reside no entorno universitário, esse número de passagens é insuficiente. Além disso, o Passe Livre Universitário não pode ser utilizado nos trens, metrô, barcas, em linhas municipais fora do município do RJ ou em viagens intermunicipais, segundo o sítio do Rio Card (2016). Soma-se a isso, o fato de que o passe está sempre em “xeque”, visto que os recursos destinados ao mesmo são instáveis.

Para além da questão do passe livre, vale destacar que o estudante terá sua condição de cotista reavaliada segundo calendário institucional, a cada dois anos. Complementando a atenção ao estudante, a Uerj passou a contar com um restaurante universitário aberto a todos os alunos, docentes e técnicos administrativos desde 2011, depois de intensa mobilização.

Consideramos que a construção dessa infraestrutura de apoio é resultado das lutas dos estudantes, da comunidade universitária, bem como do empenho das equipes atuantes na área para aperfeiçoamento desta experiência, especialmente, o Serviço Social. Vale reforçar nosso respeito e admiração pelas assistentes sociais que atuam na política de cotas, algumas delas desde o início dessa política.

Em nossa experiência profissional pudemos vivenciar a competência dessa equipe na organização de um processo seletivo de qualidade, evidentemente, pautado na ética, que busca o diálogo com os candidatos, apesar as limitadas condições de trabalho e da reduzida equipe. A estrutura disponibilizada para essas assistentes sociais (tamanho e recursos) não permite pensar no acompanhamento dos estudantes nos moldes de uma política de assistência estudantil que tenha como referência o PNAES, que pressupõe uma rede mais ampla de ação e o conseqüente aumento da equipe técnica. Sem isso, as potencialidades que a política de assistência estudantil contém, não podem ser aprofundadas. Dessa forma, entendemos que a Uerj, pioneira nas cotas, fica atrasada e possui um apoio estudantil incompleto.

Neste sentido, reforçamos a importância de que a universidade se inspire no atendimento nos moldes da PNAES, decreto 7234/2010 – de

jurisdição federal, mas que pode servir de referência para o trabalho. Isto porque esse modelo propõe amplo escopo de ações, a saber: moradia, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, suporte ao deficiente, transportes globais do desenvolvimento, altas habilidade e superdotação. Entendemos que o Serviço Social tem experiência nesse campo, possuindo competência profissional e ética para realização dessa proposta, juntamente com equipe multidisciplinares (psicólogos e pedagogos). Sua ação na seleção e no acompanhamento desses estudantes é plena de possibilidades que precisam ser materializadas⁸.

Vale, ainda, ressaltar que a universidade fluminense/carioca possui aspecto *sui generis*: os cotistas já ingressam na universidade nessa condição, com acesso imediato à bolsa e aos demais recursos acima destacados. Em nossa pesquisa sobre a experiência nacional das IFES na Assistência Estudantil não encontramos ação similar. Em outras palavras, nas outras instituições o estudante pode ingressar como cotista, mas somente depois de matriculado e de estar frequentando o curso, é que poderá se candidatar à condição de bolsista (e essa solicitação pode não se concretizar). Ou seja, na Uerj as cotas e a assistência estudantil estão associadas, diferentemente das demais instituições, o que para nós é um aspecto bastante positivo, construído nas lutas da universidade.

Segundo nossa experiência profissional como assistente social atuante nas cotas na área do Ensino Básico (materializada oficialmente no Rio de Janeiro, por meio da Lei Estadual, BRASIL, RJ 6434/2013), nesses espaços o Serviço Social tem sido chamado a desempenhar atividades de seleção socioeconômica. No entanto, é bandeira de luta da profissão ir além dessa análise, realizando o acompanhamento de estudantes, desenvolvendo projetos, promovendo debates acerca dos temas transversais à educação, apoiando ações junto aos deficientes, organizando Creches, ações estas elencadas na PNAES, mas não somente.

Neste sentido, a possibilidade de realizar trabalhos com as famílias, com a organização dos estudantes, nas redes de serviços do entorno escolar, com a comunidade externa, divulgando a experiência das cotas (nem sempre visíveis), além de promover o controle social da experiência, devem ser metas, apesar das dificuldades. Acreditamos que essa política abre possibilidades de trabalho novas para o assistente social, demandando reflexões diante de sua expansão, complexidade, financiamento.

⁸ O Serviço Social tem sido propositivo frente à política de assistência estudantil. Neste sentido, vale destaque, ainda em 2010, de um marco documental importante do trabalho do Serviço Social. Trata-se de material denominado "O Serviço Social na Assistência Estudantil" elaborado por assistentes sociais das IFES da região Centro Oeste (REVISTA FONAPRACE, 2012). Neste documento constam metas de trabalho, tais como a revalorização da assistência estudantil, formação de equipes multiprofissionais para atuação na área, criação de espaços de controle social, realização de estudos socioeconômicos para análise da realidade e produção de indicadores sociais. O documento também destaca a importância do combate às experiências caracterizadas como "bolsa trabalho", muito comuns naquele momento. Como podemos ver, o Serviço Social tinha (e tem) contribuições importantes a dar neste processo.

Voltando aos usuários dessa política, é importante conhecê-los melhor, produzir indicadores sociais sobre sua relação com a universidade, apontar êxitos e limitações dessa experiência. Para além disso, nesse momento, frente ao corte de gastos com a educação e de uma conjuntura em que o debate sobre o pagamento de mensalidades no Ensino Superior público ressurgiu com força, defender a educação pública, as cotas e a assistência estudantil como condição de permanência nos parece fundamental.

Por fim, queremos ressaltar que o ingresso dos filhos da classe trabalhadora nas instituições públicas de qualidade e na Educação Superior pública, em especial, bem como sua recente permanência⁹ é uma novidade importante, visto que é fruto da democratização da sociedade brasileira e das lutas por ampliação do acesso à educação, inclusive dos mais pobres. No movimento de estudantes a assistência estudantil é uma das bandeiras que podem colocar em xeque a dinâmica institucional, as relações entre universidade, alunos e governantes.

Neste sentido, a universidade pública não será mais aquela que acolhia, especialmente, os rebentos brancos das camadas médias urbanas. Esta tardia instituição brasileira está sendo desafiada a se reinventar. Os filhos da desigualdade e da vida precarizada estão cada vez mais em seu interior e não será possível ignorá-los. Dialeticamente, a universidade, instituição pensada para atender às elites, será pressionada para que efetive mudanças¹⁰. Neste sentido, a assistência estudantil deve ser uma política mobilizada para e pela juventude pobre, que reconhece as dificuldades na consolidação do direito à educação, em um país extremamente desigual.

Neste momento, todas essas conquistas e potencialidades estão fragilizadas, frente à crise provocada pela má gestão dos Governos Cabral e Pézão (mas não só), bem como pela prioridade que tais governos deram a não-tributação de grandes empresas que atuam no estado do RJ, ampliando o *déficit* público fluminense. Assim, a Uerj passa pela maior crise de sua história. A precarização da sua infraestrutura física, o não pagamento de bolsas e salários e seu evidente desfinanciamento, se integra a um projeto nacional de ataque à universidade pública, em que na linha de frente, estão atualmente, as estaduais. Assim pensar em projetos de ampliação de cotas e de sua estrutura de apoio, nos parece inviável, no momento. No entanto, a Uerj resiste, reage e luta por sua existência, por sua história.

Finalizamos ressaltando que a presente reflexão militante é construída por uma assistente social atuante no campo da Educação, que trabalhou em programa de assistência estudantil e que acredita nas potencialidades contidas nesta experiência. Dessa maneira, defendemos que a

⁹ O PNE prevê que até 2024 o Ensino Fundamental de nove anos esteja universalizado para todos os indivíduos de até 14 anos. A questão é pensarmos como isso será feito: com aprovações indiscriminadas ou com acompanhamento efetivo destes estudantes.

¹⁰ Interessante destacar frase de mobilização de estudantes cotistas: *“Uerj de cotas, de favelado, que quando luta, ninguém fica parado”*

Uerj não pode continuar no lugar contraditório de ser protagonista nas cotas, sem efetivar uma ação de assistência estudantil à altura de sua história e de seu compromisso com a educação pública. A Uerj está viva, pulsante e deve se abrir cada vez mais à condição de universidade popular, que acolhe a classe trabalhadora. Há muita luta pela frente. A assistência estudantil e as cotas são elementos fundamentais deste processo de reação e de resistência.

Referências

ALGEBAIL, E. *Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Lamparina, 2009.

ALMEIDA, N. L. T. de. *Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação*, 2003. Disponível em: <www.cress-mg.org.br/textos/>. Acesso em: 01 nov. 2004.

ALVES, L. de A., PAIXÃO, R. A. da, LESSA, S. E. do C. Rio de Janeiro, UERJ, *Programa Bolsa Auxílio exercício 1994*. Supervisão e Redação SR1, Cetreina, CODEN, 1995.

AMADEI, S. *Sistema de Cotas na UERJ: uma análise quantitativa dos dados de ingresso*. *Revista Eletrônica do Vestibular*. 1, 2008. Disponível em: <http://www.revista.vestibular.uerj.br/artigo/artigo.php?seq_artigo=6>. Acesso em: 23 ago. 2016.

AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade*. São Paulo: Cortez, 1987.

ANDIFES, *Gênero, renda e raça na universidade brasileira*. Disponível em: <http://www.maxpressnet.com.br/Conteudo/1,860707,Genero_renda_e_raca_na_universidade_brasileira,860707,8.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

ANDRES, A. *Aspectos da assistência estudantil nas universidades brasileiras*. Câmara dos Deputados, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema11/2011_4354.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.

BOSCHETTI, I. Implicações da crise do capital na política de educação superior no Brasil no contexto atual. In: SANTOS, C. M. dos; LEWGOY, A. M. B. e ABREU, M. H. E. *A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios*. RJ, Lumen Juris, 2016.

BRASIL, *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDBN, Lei 9394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Lei Estadual/ RJ 6434/2013*. Disciplina sobre o sistema de cotas para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em relação ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/087bb8cd053320fc83257b4f0066f6f1?OpenDocument>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Lei 10772. PNE, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2017.

FERNANDES, F. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FRANCO, A. de P. *Ensino Superior do Brasil: cenário, avanços e contradições*. In: *Jornal de Políticas Educacionais*. 4, jul/dez, 2008. Disponível em: <http://www.jppe.ufpr.br/n4_6.pdf pag 53-63>. Acesso em 02 jul. 2016.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1993.

FUMP. *Assistência Estudantil da UFMG. Histórico*. Disponível em: <www.fump.ufmg.br>. Acesso em: 16 ago. 2017.

LE GOFF J. *História e memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990

IBGE. PNAD 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149>. Acesso em: 13 abr. 2016.

INEP. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Mapa do Analfabetismo no Brasil. Disponível em: <<http://www.plataformadoletramento.org.br/acervo-para-aprofundar/249/mapa-do-analfabetismo-no-brasil-inep.html>>. Acesso em 29 jun. 2016.

LESSA, S. E. do C. *A formação via PNQ e inserção produtiva dos CRAS. A reprodução empobrecia e emergencial da qualificação de trabalhadores*. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 106. São Paulo: Cortez, 2011.

MANFREDI, S. M. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2003.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 1964. São Paulo: Cortez, 1991.

MEC. *Censo Escolar 2015*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basicacenso>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

_____. *Expansão da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica*. Disponível em: <<http://institutofederal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 1964. São Paulo: Cortez, 1991.

PASSETTI, E. *Crianças Carentes e Políticas Públicas*. In: PRIORE, M. D. (Org.). *História das crianças no Brasil*. Questões da nossa época. São Paulo: Contexto, 2000.

PINHEIRO, M. I. *Serviço Social: infância e juventude desvalidas*. São Paulo: Cortez, 1985.

Revista FONAPRACE. Documentos produzidos 2001. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/pna.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

_____. *Histórias, memórias e múltiplos olhares*. Organização Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012.

RIO CARD. *Passe Livre Universitário*. Disponível em: <<https://www.cartao-riocard.com.br/rcc/gratuidade/passeLivres>>. Acesso em 16 ago. 2016.

ROMANELLI, O. de O. *História da Educação no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2001.

SAMPAIO, H. *O setor privado de Ensino Superior no Brasil: continuidades e transformações*. *Revista Ensino Superior*, Unicamp, 2011. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf>. Acesso em 24 abr. 2016.

SAVIANI, D. *O legado educacional do regime militar*. Cadernos Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, 2008.

SHIROMA, E. O., MORAES, M. C. de, EVANGELISTA, O. (orgs). *Política Educacional*. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

UERJ. CAIAC. *Levantamento de cotas 2015*. Disponível em: <http://www.caiac.uerj.br/documentos/LEVANTAMENTO_inicial_2015.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2016.

UERJ. CAIAC. *Relatório de atividades 2014*. Disponível em: <<http://www.caiac.uerj.br/documentos/Relatorio%20Consolidado%20CAIAC%202014.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

UERJ. *Manual Informativo do Aluno Cotista da UERJ*. Disponível em: <<http://www.caiac.uerj.br/documentos/CARTA%20AO%20ALUNO%202015.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

UNB, FONAPRACE. *Documentos produzidos*, 2001. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/pna.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

VALENTIM, D. F. D. *Ex-alunos negros. Os desacreditados e o sucesso acadêmico*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/teses/abertas/0811292_2012_pretextual.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

WITIUK, I, L. *A trajetória sócio-histórica do Serviço Social no espaço da educação escolarizada*. 2004, 331f. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

Recebido em 17 de setembro de 2016.
Aprovado para publicação em 13 de dezembro de 2016.
DOI 10.12957/rep.2017.30381



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Notas sobre o projeto ético-político profissional: fundamentos, construção e desafios

Notes on the Professional Ethical-Political Project: fundamentals, construction, and challenges

Janaína Lopes do Nascimento Duarte*

Resumo – Na contemporaneidade, o projeto ético-político vem sendo questionado, em parte, devido à dificuldade de compreensão sobre a profissão e seu projeto profissional crítico. Sendo resultado de parte da pesquisa bibliográfica de Doutorado, o presente texto objetiva recuperar os fundamentos desse projeto e seu processo de construção sócio-histórica, ratificando potencialidades e limites. Como ponto de partida, consideramos que projetos profissionais têm limites e possibilidades e que o conhecimento dos seus fundamentos é imprescindível para o fortalecimento da profissão, para a sustentação crítica e para a disputa de direção, diante de outros projetos divergentes postos no cotidiano da luta. Assim, discorremos sobre os fundamentos de um projeto profissional; sobre o processo de construção e trajetória do projeto ético-político e sua articulação com um projeto societário; e sobre os desafios para o exercício e a formação profissionais que incidem sobre o projeto ético-político, como também sobre a urgência do seu fortalecimento coletivo como uma conquista histórica da profissão.

Palavras-chave: trabalho; projeto profissional; projeto ético-político; Serviço Social.

Abstract – Nowadays, the ethical-political project has been questioned, in part, due to the difficulty of understanding the profession and its critical professional project. Resulting from part of a Doctorate bibliographical research, this text aims to retrieve the foundations of this project and its socio-historical construction process, ratifying potentialities and limits. As a starting point, we consider that professional projects have both limits and possibilities. The knowledge of their foundations is essential for strengthening professions, establishing critical support, and selecting priorities, in face of other divergent projects appearing in daily struggles. Thus, we discuss the fundamentals of a professional project; the process of construction and trajectory of the ethical-political project and its articulation with a societal project; and the challenges for the professional exercise and training that focus on the ethical-political project and the urgency of its collective strengthening as a historical achievement of the profession.

Keywords: work; professional project; ethical-political project; Social Work.

*Doutora em Serviço Social (PPGSS/UFRJ) e professora Adjunta I do Departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB). *Correspondência:* Sqn 114, bloco D/apt. 205 - Asa Norte - Brasília/DF. CEP: 70.764-040. *Email:* <janaduarte@unb.br>.

Introdução

Em tempos de mundialização do capital, ofensiva neoliberal, negação de direitos sociais, ampliação de desigualdades, precarização e intensificação do trabalho, dentre outros processos contemporâneos, como desdobramentos do momento de crise e reestruturação do capitalismo pós-1970, podemos dizer que é necessário reafirmar valores e princípios, fortalecer conquistas históricas e intensificar a luta sociopolítica. Nesse campo o Serviço Social sempre esteve presente de forma combativa, em especial a partir da década de 1960.

Sabemos que até meados da década de 1960, o Serviço Social se constituía com razoável homogeneidade diante das suas concepções de mundo e profissão, da sua direção teórica, ética e política e das suas respostas profissionais concretas. Entretanto, com a entrada dos anos de 1960, o “caráter contraditório dos fenômenos e processos sócio históricos” (NETTO, 1998, p. 129) culminaram com as condições favoráveis para a renovação do Serviço Social, fomentando um processo de questionamento geral e contestação interna, que marcou um contexto de virada crítica na profissão.

Em verdade, o Serviço Social não tem se isentado da luta, da resistência e da disputa cotidianas na sociedade brasileira, especialmente em defesa de interesses que extrapolam a profissão e se vinculam às demandas dos trabalhadores.

Cabe lembrar que o Serviço Social contemporâneo é resultado de um recente processo sócio-histórico de rompimento e reorganização da profissão contra o projeto conservador que dominou sua trajetória até o início da década de 1980, conquistando outra direção social e política a partir do projeto ético-político profissional, especialmente nos anos de 1990, articulado a um projeto de sociedade não capitalista.

Relevante lembrar que, na América Latina, esse processo de renovação adquire contornos específicos, nos quais o Brasil assume um certo protagonismo, particularmente por meio do Movimento de Reconceituação, cobrindo o período específico entre 1965 e 1975. Netto (1998, p. 146) destaca que esse movimento “partilha das mesmas causalidades e características do processo internacional de erosão do Serviço social ‘tradicional’”. No entanto, ao mesmo tempo, a América Latina apresenta peculiaridades próprias, tais como: a dependência norte-americana e as ditaduras instaladas nos países para conter a efervescência dos movimentos sociais e o “perigo” iminente do comunismo.

No entanto, embora hegemônico (do ponto de vista da direção ético-política conduzida pelas suas entidades organizativas e apoiada na pluralidade da categoria profissional), esse projeto não é exclusivo, mas convive com outros projetos profissionais. Por isso, a luta exige ratificação de princípios e valores, resgate de fundamentos (sempre) e fortalecimento dos projetos societário e profissional radicalmente críticos.

Na conjuntura atual, o projeto profissional crítico do Serviço Social vem sendo questionado em sua viabilidade e potencialidade, em parte, devido à dificuldade de compreensão sobre a profissão e seu projeto profissional crítico, especialmente no que se refere aos fundamentos, trajetória, limites e desafios desse projeto (que se confunde com os da profissão). Isso pode estimular, no cotidiano profissional, um “sentimento” de impossibilidade, inviabilidade de um projeto de profissão radicalmente contrário à ordem do capital.

Contudo, como compreender a dimensão de um projeto profissional sem saber identificar o que vem a ser um projeto? Quais os fundamentos do projeto ético-profissional do Serviço Social? Como fortalecê-lo em tempos de tantos desafios para a classe trabalhadora e, em particular, para a profissão, sem efetivamente conhecê-lo? Essas são algumas questões que inquietam e circulam entre profissionais e estudantes de Norte a Sul do país¹, mas que, algumas vezes, não são problematizadas com o rigor e a profundidade necessários, particularmente em tempos de barbárie capitalista e retrocessos sociais no campo do trabalho e da formação profissional em geral.

Nessa perspectiva, como resultado de pesquisa bibliográfica realizada a partir de um recorte dos nossos estudos no Doutorado em Serviço Social (em processo de finalização), o presente texto objetiva recuperar os fundamentos de um projeto de profissão e, nele, o projeto ético-político profissional, bem como seu processo de construção sócio-histórica, ratificando potencialidades e limites, a fim de contribuir com o fortalecimento da profissão e da direção crítica imprimida por tal projeto profissional.

Nosso ponto de partida é considerar que: a) um projeto profissional tem limites e possibilidades que se colocam na contradição dos seus desafios, postos pela complexidade dos processos sociais atuais; e b) o conhecimento a respeito dos fundamentos do projeto ético-político profissional e seu consequente vínculo com um projeto societário anticapitalista se constituem como importantes elementos para a sustentação crítica e a disputa de direção, diante de outros projetos divergentes postos no cotidiano da luta coletiva contemporânea.

Sem o intuito de esgotar o tema, e sobretudo diante das limitações de um texto, organizamos nossa contribuição a esse debate a partir dos seguintes eixos centrais: 1) os fundamentos de um projeto profissional, a fim de elucidar e qualificar teórico-metodologicamente o que é e como se constitui um projeto; 2) o processo de construção e a trajetória do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, situando como este se articula a um determinado projeto societário; e 3) considerações finais sobre alguns desafios para o exercício e a formação profissionais que incidem sobre o projeto

¹ Aqui cabe também ressaltar nossas observações empíricas, em particular, por meio da supervisão acadêmica de estágio na condição de docente de uma universidade pública federal.

ético-político profissional, bem como a urgência do seu fortalecimento e da construção de um consenso coletivo sobre o mesmo.

1. Quais os fundamentos que constituem um projeto profissional?

Para viver, existir, homens e mulheres precisam produzir bens essenciais para suprir suas necessidades em relação direta com a natureza: “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1985, p. 149). Na verdade, o homem coloca “em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida” (MARX, 1985, p. 149), respondendo às suas necessidades.

É a partir do processo de *transformação intencional* da natureza que o homem se torna um *ser social*, distinto dos outros animais, o que somente é possível por meio do trabalho. Explicando melhor: é a partir do trabalho que o homem transforma a natureza, segundo seus interesses, construindo e modificando a si próprio e as suas relações sociais. Ou seja, é o trabalho que permite o salto qualitativo do homem como ser social, distinguindo-o da natureza.

Desta forma, toda a ação humana – e isso é o que nos afasta e distingue dos outros animais da natureza – é resultado da capacidade do homem de projetar/conceber na consciência (prévia ideação) o que almeja e objetiva, construindo materialmente (objetivação²) aquilo que deseja para alcançar determinada finalidade (fim). Essa finalidade, por sua vez, atenderá a uma necessidade inicialmente posta pela sua relação com a natureza e com os outros homens, por meio do trabalho. É nesse sentido que Marx (1985, p. 149-150 – grifos nossos) pressupõe o trabalho numa forma exclusivamente humana:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que *ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera*. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, *idealmente*. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a *vontade orientada a um fim*, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho [...].

² De acordo com Lessa (2002, p. 75), objetivação é a síntese teleologia e causalidade, pois “articula a idealidade da teleologia com a materialidade do real sem que percam suas respectivas essências”.

Assim, homens e mulheres têm a capacidade de alterar a natureza e as relações sociais a partir do trabalho, que se constitui como “uma peculiar e exclusiva articulação entre teleologia e causalidade”, ou seja, prévia idealização e circunstâncias objetivas, para fins de objetivação de necessidades e interesses humanos, uma vez que “apenas no mundo dos homens a teleologia se faz presente” (LESSA, 2002, p. 70). Isso porque somente os homens detêm a capacidade de antecipar idealmente.

Portanto, o ato de projetar é necessariamente um ato humano. Os seres humanos sempre atuam de forma teleológica³, quer dizer, orientados por objetivos e finalidades, o que requer certo grau de consciência para a objetivação, pois “toda processualidade teleologicamente orientada requer alguma consciência que a ponha” (LESSA, 2002, p. 71). Por isso, o homem transforma a realidade a partir de uma finalidade previamente construída, projetada.

Nesses termos, toda ação humana, cuja motivação será sempre um conjunto de necessidades e interesses, *implica necessariamente um projeto* que se constitui como uma antecipação ideal para alcançar determinada finalidade. Essa exige valores para legitimá-la e a escolha de meios para alcançá-la (NETTO, 2008).

Então, um projeto é resultado da dinâmica teleologia e causal, cuja síntese é a objetivação que determina e é determinada pela relação entre objetividade (materialidade do real, ou seja, condições materiais de produção e reprodução social) e subjetividade (processo de consciência) humana.

Nesse processo, é fundamental que “a subjetividade capture, na medida minimamente necessária para cada objetivação, as determinações do real” (LESSA, 2002, p. 93). Ou seja, isso exige consciência, que é determinada pelas condições materiais de existência e que, por sua vez acionada, passa a interferir tanto nas condições materiais quanto no processo de consciência (revolucionária ou conservadora, a depender dos interesses de classe e das condições sócio-históricas). Aqui estão postas as condições para tecer a história da humanidade, que é construída pelos homens e mulheres de seu tempo, a partir do intercâmbio com a natureza por meio do trabalho⁴.

De acordo com Iasi (2011), o movimento da consciência⁵ não é um processo linear, mas é construído por formas que se superam dialeticamente, de modo que o velho traz elementos do novo, que, dessa forma, ainda carrega resquícios do que já foi superado. Logo, não há linearidade,

³ Lukács afirma que a constituição interna de toda posição teleológica é composta por dois momentos: a posição do fim e a busca dos meios” (LESSA, 2002, p. 86).

⁴ É um *sentido de história* materialista, dialético e centrado no trabalho (MARX; ENGELS, 2009), que potencializa a ação humana, na articulação teleologia (objetivação – causalidade – consciência), e conecta às condições materiais de vida.

⁵ Particularizando o Serviço Social, é importante salientar que não nascemos assistentes sociais, mas nos tornamos. Isso significa dizer que esse processo é histórico, é diverso na trajetória individual e coletiva de cada um. Por isso, “temos que considerar a necessária temporalidade para gestar seja o profissional assistente social em sua dimensão individual, seja o coletivo da categoria profissional” (SANTOS, 2010, p. 704).

é um processo de saltos, continuidades e rupturas. Esse movimento é determinado pelas condições materiais de existência, ou seja, pela realidade social fundada na ordem do capital, e, conseqüentemente, na inserção de classe dos indivíduos.

Tal processo se constitui, ao mesmo tempo, como “múltiplo e uno” (IASI, 2011, p. 13): cada indivíduo “transita de certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo”, ou seja, cada um precisa buscar explicações, construir respostas conscientes sobre a realidade. Por outro lado, a sua condição de classe o situa no campo da universalidade, em que as “diferentes particularidades derivadas do processo próprio de vida de cada um sintetizam (sob algumas condições) um todo que podemos chamar de consciência de classe” (IASI, 2011, p. 13), passível de acontecer em tempos diferentes para cada indivíduo. Em verdade, as condições materiais de existência se colocam no campo da universalidade, do múltiplo, sendo que cada um também construirá (ou não) seu processo de consciência de forma individual; assim, universalidade e singularidade se conectam dialeticamente.

Por isso, um projeto (profissional ou não) não pode se concretizar somente no limite das ideias, da consciência. É necessária sua conexão com a realidade social, suas contradições e relações, sua história e movimento, já que “parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida” (MARX; ENGELS, 2009, p. 31).

A *formação da consciência* “[...] está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens” (MARX; ENGELS, 2009, p. 31). Tendo isso em vista, Iasi (2011, p. 20) afirma que a alienação se constitui como “a forma de manifestação inicial da consciência”, uma vez que todos se inserem em uma sociedade de classe consolidada, a saber, a capitalista. Por isso, não há como se socializar nessa sociedade sem ser pela mediação da alienação⁶.

É oportuno ressaltar que em uma sociedade de classes, a que detém os meios de produção também detém condições de universalizar sua visão de mundo na direção da manutenção da sua dominação: “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante” (MARX; ENGELS, 2009, p. 67).

Assim, as ideias dominantes têm correspondência com as relações sociais concretas, vividas pelos sujeitos e pelas classes sociais. Essas relações são baseadas na propriedade privada e no assalariamento da força de trabalho, no qual a realização do trabalho não humaniza o indivíduo, mas o

⁶ Em *Ideologia alemã*, Marx e Engels (2009, p. 44) afirmam que “a consciência é, pois, logo desde o começo, um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem homens”.

aliena da produção e das suas relações (aqui se firmam as condições do processo de alienação).

Marx (2004) explica a alienação pelo estranhamento que se estabelece por meio do trabalho e do produto deste na relação homem-natureza, homem-humanidade e homem-homem: “[...] a objetivação (do trabalho) como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação” (MARX, 2004, p. 80). Em outras palavras, para o autor, a alienação se expressa em três níveis. O primeiro deles é o chamado “*Estranhamento da coisa*” (da natureza e da produção): relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto estranho e poderoso sobre ele. Essa relação acontece, ao mesmo tempo, com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente. O segundo é o “*Estranhamento de si*” (do próprio ser humano – autoalienação): relação do trabalho com o ato da produção no interior do trabalho, que caracteriza-se a partir da relação do trabalhador com sua própria atividade como uma atividade estranha, não pertencente a ele; a atividade como miséria, independente dele e não pertencente a ele, através da qual ele próprio se coisifica. Por fim, extraída dos dois níveis anteriores, há o “*Estranhamento do homem como espécie, gênero humano*”, pois o indivíduo se afasta do vínculo que o une à espécie, que o universaliza, impedindo que o ser tenha consciência da espécie a que pertence.

Netto (1981, p. 75) ressalta que a alienação não constitui em fenômeno exclusivo da sociedade burguesa, mas, no capitalismo, “o fetichismo implica a alienação, realiza uma alienação determinada e não opera compulsoriamente a evicção de formas alienadas mais arcaicas”.

Para Mészáros (2006, p. 21), “a alienação do trabalho se expressa como raiz causal de todo o complexo de alienações”, ou seja, a materialidade dessas relações na sociedade capitalista se espalha para todo o universo de socialização dos indivíduos, constituindo, validando e sedimentando sua forma de pensar, viver e agir sobre o mundo, e *incidindo também sobre seus projetos individuais e coletivos*.

Vinculada à problemática da alienação, encontramos as formulações sobre o *fetichismo* da mercadoria, que, em Marx (1985), ganha potencialidade crítica para compreender as particularidades da sociedade capitalista contemporânea. Seu ponto de partida é a indagação de que a produção mercantil dominante, instaurada sob fundamentos essencialmente sociais, de fato obscurece e escamoteia tais fundamentos, conduzindo o produto do trabalho, sob a forma de mercadoria, a uma aparência misteriosa. O autor revela:

[...] Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a *forma fantasmagórica de uma relação entre coisas* [...] Isso eu chamo *fetichismo* que adere aos produtos de trabalho tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 1985, p. 71 – grifos nossos).

Esse mecanismo do fetichismo se universaliza e passa a dominar todas as relações sociais como coisas: “Seu próprio movimento social [da mercadoria] possui, para eles [indivíduos], a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se encontram, em vez de controlá-las” (MARX, 1985, p. 73). É o que redimensiona e amplia o processo da alienação na ordem burguesa.

Por isso, Netto (1981, p. 56) afirma que, “nas condições desta sociedade, o trabalho não é a objetivação pela qual o ser genérico se realiza: é uma objetivação que o perde, que o aniquila”. Por conseguinte, “a alienação é uma forma específica e condicionada de objetivação” no capitalismo, no qual tudo se reduz ao lucro, à mercadoria, pois, “produzindo-as, produz-se a si mesmo e ao produtor como mercadorias. Trata-se de uma forma histórica do trabalho: o trabalho alienado”⁷ (NETTO, 1981, p. 57).

A partir do fetichismo, a sociedade capitalista (inteiramente mercantilizada) adquire uma forma nova, determinada e particular de alienação profunda, que escraviza os indivíduos tanto pelas condições objetivas da sua inserção de classe no processo produtivo, quanto pelas condições subjetivas de internalização psicossocial, decorrentes da mesma inserção e das suas relações sociais. A essa forma qualitativamente diferente e peculiar da alienação na sociedade capitalista, em que o fenômeno do fetichismo se intensifica, se complexifica e se universaliza, extrapolando a esfera da produção, chamamos *reificação*⁸.

No entanto, ao mesmo tempo em que estão postas as condições de uma sociedade alienante, é possível negá-la. Tal fato se dá porque, segundo Mészáros (2006, p. 166), a atividade alienada não produz somente a alienação, mas também produz, contraditoriamente, a “consciência de ser alienado”, uma vez que “não somente contradiz a ideia de uma totalidade alienada inerte, como também indica o aparecimento de uma necessidade de superação da alienação”. Isso significa afirmar que o homem é, ao mesmo tempo, produto e negador dessa sociedade alienada. É nesses termos que o Serviço Social, em determinadas condições sócio-históricas, constrói sua “virada”, renova-se e aponta caminhos para a construção de projeto crítico de profissão e sociedade.

Assim, em determinadas condições, a vivência da contradição entre valores assumidos e novas relações vividas pode gerar uma inicial superação da alienação, particularmente vivida coletivamente: “vislumbra-se a possibilidade de não apenas se revoltar contra as relações predeterminadas, mas alterá-las. Questiona-se o caráter natural dessas relações e sua inevi-

⁷ É importante lembrar que, na sociedade burguesa, a alienação se estabelece pelo trabalho assalariado que submete o desenvolvimento do homem a tais condições e formas cada vez mais perversas.

⁸ Netto (1981, p. 11) afirma que “pensar a problemática da reificação é, necessariamente, pensar a problemática da alienação e do fetichismo”, defendendo que a manutenção funcional do capitalismo tardio tem seu elemento axial na reificação das relações sociais. É nesse contexto sócio-histórico que o Serviço Social se insere como profissão, a partir do capitalismo monopolista, e que posteriormente constrói um projeto crítico de profissão.

tabilidade” (IASI, 2011, p. 29-30). É condição fundamental conceber-se “diante da tarefa histórica da superação desta ordem” (IASI, 2011, p. 32), ou seja, a busca pela transformação das condições de vida e de trabalho para além do capitalismo deve ser um horizonte a perseguir, constituindo-se como fim. Por isso, podemos dizer que os projetos (individuais e/ou profissionais) se conectam a projetos coletivos mais amplos, projetos de sociedade.

Contudo, esse processo é dinâmico, o que significa que o *processo de consciência* envolve continuidades e rupturas e, sobretudo, não se caracteriza como uma evolução. Constitui-se como um *processo dialético* entre diferentes sujeitos que apreendem o real de formas diversas, pois estão inseridos de maneiras distintas na sociabilidade do capital e, assim, podem ou não fazer a transição da alienação para outro estágio de consciência.

É preciso compreender com profundidade as relações para além de seu tempo e espaço, ir para além da sua classe e tomar como sua a história da classe e da humanidade. O processo de transformação deve ser necessariamente social e produto da transição desse modo de produção para outro, pois, como afirma Marx (1985, p. 76):

A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa.

Destarte, a transformação da consciência não deve ser considerada como um processo por fora da luta política e da materialidade onde esta se insere. “É ao mesmo tempo um produto da transformação material da sociedade e um meio político de alcançar tal transformação” (IASI, 2011, p. 43). Portanto, a construção de um projeto crítico à ordem vigente constitui-se como um processo e exige um projeto societário genuinamente distinto do capitalismo e que seja veiculado pelos trabalhadores, única classe capaz e com reais interesses de operar uma transformação revolucionária a partir de um novo patamar de consciência humana.

Importante lembrar que os projetos societários são projetos coletivos que se constituem em propostas para o conjunto da sociedade, caracterizando-se, simultaneamente, como projetos de classe, uma vez que têm sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais atendem, envolvendo uma dimensão política (NETTO, 2008).

A construção de projetos coletivos (sejam de caráter societário ou até mesmo profissionais) exige uma efetiva tomada de consciência para ser desenvolvido, tal como apontado nas linhas anteriores. É a partir desse solo, portanto, que podemos conceber o *projeto ético-político do Serviço Social*

como um processo localizado na sociedade capitalista alienada/fetichizada/reificada, o qual se compõe como parte da totalidade da profissão, constituindo-se a partir dos limites e das possibilidades que a realidade (im)põe.

Na direção do debate estimulado nesse item, e a partir de todos os fundamentos aqui articulados, é possível sustentar a existência de projetos profissionais como projetos coletivos, diretamente vinculados a um determinado projeto de sociedade, em todas as áreas profissionais. No que se refere ao Serviço Social, é possível também afirmar a convivência entre projetos profissionais; contudo, até a atualidade, o projeto crítico à ordem capitalista, vinculado aos interesses do trabalho, ainda vem dando a direção ética e política da profissão, em especial no campo legal e na organização política, e ainda determinando as diretrizes da formação e do exercício profissionais, apesar dos imensos limites atuais.

Por isso, os projetos profissionais se articulam a um conjunto de concepções e valores, elegidos pelas profissões, que extrapolam normatizações e códigos de ética. Netto (2008, p. 148) já atentava para a “contemporânea designação de projetos profissionais como *ético-políticos*”, uma vez que os mesmos requerem sempre uma fundamentação de valores de natureza ética, mas que não se esgota em seus códigos. Além disso, apresentam elementos éticos que ultrapassam as normativas e/ou prescrições de direitos e deveres e envolvem as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais. Ou seja, “uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político profissional” (NETTO, 2008, p. 148).

É a partir desses fundamentos que enfatizaremos e resgataremos o projeto ético-político profissional do Serviço Social (contrário ao projeto conservador que persiste na profissão, em especial no campo das instituições), na condição de projeto coletivo crítico ao capitalismo, construído por assistentes sociais – também partícipes da classe trabalhadora –, no qual o processo de construção se vincula a um projeto societário anti-capitalista.

Nesses tempos, consideramos relevante atentar que: a) a ação humana implica sempre um projeto, resultado da dinâmica entre teleologia e causalidades, o que gera uma nova objetividade social e desafios a esta; b) os projetos se constituem como individuais e coletivos, sempre articulados a um projeto de sociedade, portanto, com direção social e política orientada por uma condição de classe; e c) os projetos se constituem como parte de uma totalidade, no caso do Serviço Social, como parte do complexo dinâmico e contraditório da profissão, no qual incidem várias determinações da realidade.

2. Construção e trajetória do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro

O projeto ético-político profissional tem sua construção e emergência determinadas pelo processo sócio-histórico que articula aspectos (autoimplicados) tanto internos quanto externos ao Serviço Social. Podemos citar alguns desses aspectos: o acúmulo de reflexões que emergem com a Reconceitualização⁹ do Serviço Social na América Latina e no Brasil (1960 e 1970) e com a crise do Serviço Social “tradicional”¹⁰; as lutas sociais pela redemocratização do país entre 1980 e 1990; a organização política da categoria profissional, por meio da ação das suas entidades representativas¹¹; e a incorporação de vertentes críticas inspiradas na tradição marxista, compatíveis com a ruptura ao conservadorismo profissional (NETTO, 2008).

Esse é o caldo cultural que alicerça o projeto ético-político e movimenta a profissão e a sociedade a partir dos anos de 1980. Questionamentos internos à profissão alteravam decisivamente sua forma de pensar o mundo, o homem, o Serviço Social e a sociedade capitalista, coincidindo com o processo de desmonte da Ditadura e com a ampla mobilização da classe trabalhadora em torno de demandas democráticas e populares reprimidas, no qual o próprio assistente social passa a se reconhecer como parte das camadas trabalhadoras. Essa dinâmica fornece algumas condições para a alteração do processo de consciência e, conseqüentemente, para a incorporação do Serviço Social brasileiro no movimento mais amplo de renovação da profissão (ainda que com limites concretos aqui no Brasil).

Netto (2008) afirma que esse processo não foi homogêneo no corpo profissional, mas que segmentos mais dinâmicos da categoria se aliaram ao movimento dos trabalhadores e, rompendo com a hegemonia do conservadorismo, conseguiram instaurar o *pluralismo político na profissão*, que contribuiu para o redimensionamento do processo de organização profissional, inserindo suas entidades no marco do movimento dos trabalhadores no Brasil. Nesse sentido, Abramides e Cabral (2009, p. 72) analisam que:

⁹ Ortiz (2010) ressalta que a chamada Reconceitualização imbuíu-se das questões e processos comumente presentes entre todos os países latino-americanos em um determinado momento datado historicamente, que vai de 1965 a 1975, em razão particularmente da ascensão de regimes ditatoriais na América Latina, bem como diante da própria heterogeneidade do movimento.

¹⁰ Segundo Netto (2005), o Serviço Social *tradicional* se constitui na prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada que os profissionais realizavam efetivamente na América Latina, orientada por uma ética-liberal burguesa, de um ponto de vista funcionalista, que visava enfrentar as incidências psicossociais da questão social sobre indivíduos e grupos a partir da ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável.

¹¹ Dentre as entidades representativas da profissão no Brasil, destacamos o então Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e seus Conselhos Regionais (Cras), bem como a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), hoje respectivamente CFESS, Cress e Abepss. Na América Latina, destacamos a articulação de entidades como a Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social (Alaets), fundada em 1965, no Peru, e o Centro de Estudos Latino Americano de Trabalho Social (Celats).

A inserção das associações, sindicatos, CENEAS¹²/ANAS¹³ no movimento sindical mais geral dos trabalhadores possibilitou: *aprofundar a consciência* da categoria profissional de sua condição de trabalhador assalariado, de seu compromisso com a classe trabalhadora, a vinculação com as lutas concretas da categoria e do conjunto dos trabalhadores, o que *imprimiu uma solidariedade de classes* – apoio financeiro e político aos fundos de greve das categorias em luta, à luta pela volta dos sindicalistas cassados pela ditadura; participação em greves gerais no país. De outro lado se inseriu na articulação das categorias profissionais de nível universitário na discussão e implantação da nova estrutura sindical aprovada no II Congresso da CUT em 1986.

Dadas as condições objetivas, a conjuntura se revelava como favorável à disputa entre projetos societários e profissionais distintos, permitindo a emergência de um novo projeto profissional, afinado à classe trabalhadora.

Outro aspecto importante foi a *legitimação da profissão no âmbito acadêmico*, com a produção de conhecimentos a partir da área de Serviço Social, estimulada pelos espaços de pós-graduação. Os resultados começaram a germinar a partir dos anos de 1970, gerando (ainda de maneira desigual) uma massa crítica considerável que permitiu a interlocução com as Ciências Sociais e outras áreas do saber (Educação, Filosofia, dentre outros). Além disso, instaurou “um pluralismo que permitiu a incidência de concepções teóricas e metodológicas sintonizadas com os projetos societários das massas trabalhadoras” (NETTO, 2008, p. 152), arejando e diversificando as possibilidades de análises e aprofundamentos críticos no Serviço Social.

Também ganhou peso a *reflexão sobre a formação*, especialmente com a reforma curricular de 1982, com amplo debate. Entretanto, sob a influência da “aproximação enviesada à tradição marxista” (por exemplo, por meio de manuais e não diretamente na obra de Marx) e marcado pelo forte perfil militante e pela perspectiva do agente da transformação social (apesar da sua considerável importância para a formação profissional), este currículo de 1982 passa por um novo processo de renovação em 1996, com a aprovação das Diretrizes Curriculares da (agora) Abepss, que: “[...] tentará superar as lacunas e, ao mesmo tempo, garantir os ganhos de 1982, através da afirmação da direção social estratégica que deve atravessar o exercício e a formação profissional” (GUERRA; ORTIZ, 2009, p. 130).

Tendo isso em vista, a direção tomada se voltou para a adequação da formação às condições postas pelo processo de fim da Ditadura, com o enfrentamento da questão social em patamares diferenciados, e pelas

¹² A Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas) vigorou no período de 1979 a 1983, e, juntamente com a Anas, contribuiu com a articulação de lutas políticas específicas da categoria às lutas mais amplas, afirmando o compromisso com a classe trabalhadora e a luta anticapitalista.

¹³ Cabe considerar a importância da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (Anas), de 1983 a 1992, que teve um destacado papel político na direção e centralização das lutas sindicais e políticas dos assistentes sociais.

exigências e necessidades intelectuais do coletivo de profissionais que refletia sobre a realidade nos espaços de pós-graduações emergentes. Tal contexto exigia um novo profissional, com um novo perfil: “[...] capaz de responder, com *eficácia e competência*, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira [...]” (NETTO, 2008, p. 153 – grifos do autor).

Foi a partir de uma nova perspectiva de profissão e de profissional, esta resultante do acúmulo teórico e político proporcionado pela renovação do Serviço Social, em especial pela sua vertente de ‘ruptura’, que se tornou possível a construção dos eixos norteadores do currículo aprovado na XXI Convenção Nacional de Ensino de Serviço Social, promovida pela ABESS em 1979, e, posteriormente, formalizado em 1982 pelo Ministério da Educação. (GUERRA; ORTIZ, 2009, p. 130).

Soma-se a isso o restabelecimento da democracia política, que carregava a garantia de direitos civis e sociais, e a presença política da profissão na sociedade, exigindo um assistente social distinto daquele pautado pelo conservadorismo, que plenamente se adequava ao período ditatorial.

Para Iamamoto (2007, p. 223), esse foi o contexto que possibilitou “um amplo movimento de renovação crítica do Serviço Social”, impondo alterações nos âmbitos do ensino, da pesquisa, da organização política dos assistentes sociais e do exercício profissional (ainda que de forma heterogênea).

Cabe ressaltar que um relevante momento de condensação crítica do Serviço Social foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979 e conhecido como o “Congresso da Virada”. De fato, o III CBAS constituiu-se como um “divisor de águas” na trajetória histórica dos congressos e da própria profissão, pois o debate político travado, as posições públicas assumidas coletivamente na defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e no reconhecimento pelos profissionais da condição de partícipe da classe trabalhadora, em especial pela relação de assalariamento, estabelecem as bases da contestação presente neste CBAS e no processo geral de renovação da profissão (GUERRA; ORTIZ, 2009).

É, portanto, nesse solo histórico que o projeto ético-político do Serviço Social se constitui como um projeto profissional, a partir dos anos de 1990, sendo construído pela respectiva categoria a partir da sua organização, que, nos termos de Netto (2008, p. 144),

[...] apresenta a auto-imagem da profissão, elege valores que a legitimam socialmente, delimita e prioriza objetivos e funções, formula requisitos (técnicos, institucionais e práticos) para seu exercício, prescreve normas para o comportamento dos profissionais e estabelece balizas de sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas.

Nunca é demasiado afirmar que esse projeto baliza e direciona o exercício profissional, suas relações e a formação acadêmica, sendo reco-

nhecido no coletivo da profissão de Serviço Social. Ou seja: “*estabelece um norte*, quanto à forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade da práxis social” (IAMAMOTO, 2007, p. 227 – grifos nossos), cuja finalidade central é a articulação da profissão à luta da classe trabalhadora para a construção de uma sociedade que efetivamente emancipe o homem.

O referido projeto perpassa e concretiza-se, do ponto de vista legal, no Código de Ética (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), nas atuais Diretrizes Curriculares da Formação Profissional (1996), na Política de Estágio Supervisionado (2010), na Lei das 30 horas (Lei nº 12.317/2010¹⁴)¹⁵ e em vários documentos e legislações não específicas. Nestas, a profissão teve participação ativa no processo de elaboração para a garantia de direitos, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), dentre outros. Todas essas foram ações concretas que fortalecem a direção política da profissão, contrária à ordem do capital. Assim, esse conjunto contribui e compõe um “alicerce” sólido e progressista para o Serviço Social, resultado da luta da categoria profissional aliada à luta mais ampla da classe trabalhadora.

É possível também afirmar que esse projeto caracteriza uma *mudança na direção social estratégica da profissão*, particularmente com relação à defesa de princípios fundamentais que configuram sua estrutura básica enquanto projeto profissional, articulando-se a um conjunto de valores éticos e políticos emancipatórios:

A liberdade como valor ético central; a defesa dos direitos humanos; a ampliação e consolidação da cidadania; o aprofundamento da democracia; o posicionamento em favor da equidade e justiça social; a eliminação de todas as formas de preconceito e o respeito à diversidade; a garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados; a articulação com outras categorias profissionais e a luta pela construção de uma nova ordem societária. (CFESS, 2003, p. 9-11 – grifos nossos).

Cabe lembrar que os projetos profissionais se conectam de forma indissociável a interesses mais gerais da sociedade, por meio da sua vinculação e compromisso com um projeto societário. No caso do Serviço Social, o projeto ético-político se vincula a um *projeto de sociedade transformador*, já que suas acepções e valores o aproximam de projeções sócio-históricas de ruptura com a ordem vigente. Nesses termos, um projeto profissional

¹⁴ O art. 5º-A acrescenta à Lei nº 8.662/1993 que a duração da jornada de trabalho do assistente social é de 30 horas semanais, sendo vedada a redução de salário (BRASIL, 2010). Embora seja uma conquista da categoria profissional, até os dias atuais é objeto de luta e mobilização pela sua garantia efetiva.

¹⁵ Tanto a PNE quanto a Lei das 30h se constituem como expressões da luta por direitos: 1) uma voltada para o campo da formação crítica e qualificada, por meio do estágio supervisionado afinado com as diretrizes de 1996; e 2) a outra dimensionada no campo dos direitos trabalhistas, a partir da redução da carga horária no exercício profissional do assistente social.

também tem uma ineliminável dimensão política, já que se situa no campo das “lutas pela hegemonia na sociedade e na profissão” (IAMAMOTO, 2007, p. 223), articulando-se a um conjunto de concepções teóricas, éticas, políticas e ideológicas.

Entretanto, isso não significa dizer que o projeto ético-político constitui-se como um projeto exclusivo, pois “o sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo” (NETTO, 2008, p. 145). Esse universo é composto inevitavelmente por indivíduos diferentes (origens, inserções, expectativas sociais, condições de classe, preferências teóricas, políticas e ideológicas distintas, processos de consciência diferentes, entre outros aspectos), o que configura um *espaço plural*¹⁶, *de tensões e lutas*.

Por isso, o projeto ético-político pode conviver com o pluralismo de ideias e posturas teórico-metodológicas e ético-políticas no cotidiano profissional, abrindo espaço para o debate, o confronto e a disputa de ideias e projetos individuais, profissionais e societários. De acordo com Netto (2008, p. 145 – grifo nosso), a “afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior *não suprime* as divergências e contradições [...] mesmo um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo”.

Por outro lado, podemos considerá-lo (ainda) hegemônico no Serviço Social, uma vez que se firma sobre uma diversidade de outros e consolida uma direção social e política ao exercício e à formação profissional, construindo uma espécie de “imagem ideal da profissão” (NETTO, 2008), que envolve aspectos teóricos, políticos, organizativos e jurídico-legais. Acima de tudo, tal projeto crítico estabelece a direção da profissão em vários aspectos, mesmo que, na atualidade, confronte-se e dispute (com outros projetos) espaço no cotidiano da formação e do exercício profissionais.

Em face do exposto, podemos inferir que esse projeto está em processo, afirmando e reafirmando princípios e valores no seu cotidiano, vivenciando uma luta de ideias e posturas em que o assistente social pode fortalecê-lo, ou não, de acordo com suas ações, sua apreensão ídeo-política e teórico-metodológica, bem como conforme suas condições objetivas traçadas pelo capitalismo contemporâneo.

Também é relevante destacar que os projetos profissionais, como é o caso do projeto ético-político, apresentam-se como *estruturas dinâmicas* (NETTO, 2008) que se renovam e se transformam ao responder às alterações nas necessidades e demandas sociais, às transformações sócio-históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da profissão e às mudanças no seu corpo profissional.

O cenário atual acirra contradições (novas e antigas), e o projeto ético-político do Serviço Social se confronta com a face presente do projeto

¹⁶ Para Netto (2008), o pluralismo é um elemento que deve ser respeitado, mas não deve ser confundido com tolerância liberal para com o eclétismo, assim como não pode inibir a luta de ideias e nem pode cancelar o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas.

dominante, o projeto neoliberal. Nessa perspectiva, “dar vida” a esse projeto crítico à ordem e fortalecê-lo exige o desafio da interpretação contemporânea do movimento das classes, da relação entre o Estado e a sociedade, da forma como esses processos incidem sobre o cotidiano profissional, bem como exigem ainda a diária construção de ações coletivas combativas. Dessa forma, “sem considerar essa dinâmica histórica, ao se falar em projetos societários e profissionais, pode-se cair na *armadilha* de um discurso que proclama valores radicalmente humanistas, mas não elucida suas bases concretas” (IAMAMOTO, 2007, p. 229).

Então, para o debate e a compreensão dos processos sociais contemporâneos que incidem diretamente sob o projeto de profissão ainda hegemônico no Serviço Social a partir de 1990, é necessário considerar que tais processos se particularizam no conjunto articulado da profissão, ou seja, recaem dialeticamente sobre o exercício e a formação profissionais na atualidade, acarretando desafios ao projeto ético-político.

Considerações finais: alguns fundamentos do trabalho profissional, desafios e a perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político profissional

O Serviço Social vivencia e é determinado, no cotidiano¹⁷ profissional, pelas alterações significativas do seu tempo histórico. Ao longo da história da profissão, o confronto entre classes e projetos societários sempre esteve presente, determinando demandas e respostas profissionais. A partir da renovação do Serviço Social, o confronto com o projeto de sociedade da ordem capitalista fica mais evidente, trazendo para o cotidiano profissional de um trabalhador assalariado novas contradições e necessidades. Não desconsiderando tudo isso, neste texto, em particular, enfatizamos a contemporaneidade da profissão, e por isso aqui chamaremos a atenção para o tempo atual com a reorganização do capital, os seus desdobramentos na vida cotidiana e no conjunto exercício/formação profissionais.

Atualmente, é o binômio crise e reestruturação capitalista que vem imprimindo *novos contornos às condições objetivas e subjetivas do seu trabalho*, às necessidades sociais dos usuários e às demandas e requisições profissionais, com incidências contundentes nas respostas da profissão. Logo,

Trilhar da análise da profissão ao seu efetivo exercício supõe articular *projeto de profissão e trabalho assalariado*; ou o exercício da profissão

¹⁷ Netto (2007, p. 66), a partir de Lukács, afirma que, “enquanto espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é ineliminável”, mas sua estrutura é distinta em cada sociedade. O autor destaca também os componentes ontológico-estruturais da vida cotidiana: “a heterogeneidade, a imediatidade e a superficialidade extensiva” (NETTO, 2007, p. 67).

nas condições sociais concretas de sua realização mediada pelo estatuto assalariado e por projeções sociais coletivas profissionais integradas ao horizonte coletivo das classes trabalhadoras na luta pela conquista e ampliação de direitos como estratégia contra-hegemônica. (IAMAMOTO, 2007, p. 230 – grifos nossos).

Ao inserir a profissão no conjunto de determinações sociais na sociedade capitalista contemporânea, é necessário situá-la a partir da sua condição assalariada. Essa condição promove a inserção em processos alienantes e reificados, por meio da venda da sua força de trabalho a empregadores diversos, como Estado, empresas privadas, ONGs, entidades filantrópicas, organismos de representação política e outros, como uma mercadoria que tem valor de uso. Isso porque responde à determinada necessidade social a partir do capitalismo em seu estágio monopolista.

Portanto, a condição assalariada preconiza uma gama de implicações no processo de autonomia relativa para o projeto ético-político profissional, já que envolve, necessariamente, “a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho [...] e estabelecem as condições em que o trabalho se realiza” (IAMAMOTO, 2007, p. 218). Ou seja, a instituição acaba por estabelecer: intensidade, jornada de trabalho, salário e metas a cumprir. Além disso, particulariza funções e atribuições profissionais, prioridades e demandas a serem atendidas, recursos, instrumentos e técnicas, bem como as condições gerais de sua realização, ainda que a autonomia relativa do profissional seja uma realidade posta nas instituições. Nesse terreno, encontra-se outro vetor importante: a disputa pelas necessidades sociais dos sujeitos usuários do Serviço Social, que, por meio das lutas e tensões de poder, são incorporadas como demandas profissionais no espaço da instituição.

Na contemporaneidade, a tendência destrutiva no mundo do trabalho atinge e *desafia o exercício profissional* do assistente social, que tem na flexibilização uma forma de precarização e intensificação do trabalho. Segundo Guerra (2010), a precarização do exercício profissional se expressa em diversas dimensões: desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contratação e vínculos cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade, polivalência e desespecialização.

Comparece hoje nos espaços laborais do assistente social o crescente aumento de profissionais que possuem mais de um vínculo de trabalho, o que caracteriza o pluriemprego, bem como se observa a inserção socio-profissional em duas ou mais políticas sociais, rotatividade no emprego, instabilidade e insegurança, jornada de trabalho extensa (cumprir carga horária de mais de dez horas de trabalho), além do sobretrabalho ao qual a mulher encontra-se submetida. (GUERRA, 2010, p. 720).

Agregam-se a essas questões/reflexões a dinâmica do momento contrarrevolucionário atual de fragmentação e fragilização da organização política da classe trabalhadora. Essa fragilização tem, na intensificação e na maior exploração do trabalho, bem como na redução e violação de direitos sociais e trabalhistas (dos usuários e dos próprios assistentes sociais enquanto trabalhadores), expressões que entorpecem o sujeito assistente social (individual e coletivo), dificultando sua tomada de consciência e consequente mobilização e resistência, além de desencadear um processo de desgaste e adoecimento¹⁸.

Tudo isso ocorre porque, enquanto trabalhador que é, o assistente social está submetido aos dilemas e limitações semelhantes aos dos trabalhadores assalariados (condições objetivas e subjetivas do trabalho contemporâneo), vivenciando tais processos e seus desdobramentos no cotidiano profissional.

Ressalta-se que um importante desdobramento atual, ainda em discussão no Congresso Nacional nesse segundo semestre de 2016, mas que tende a comprometer decisivamente a viabilização de políticas sociais e a garantia de direitos, é a *PEC 241*, protagonizada pelo governo conservador e regressivo de Michel Temer. Essa PEC, que no presente vem mobilizando alguns setores da sociedade por meio de formas diversas de resistência (ocupação de escolas, paralizações de trabalhadores etc.), estabelece um teto para os gastos públicos: eles não podem crescer mais que a inflação (ou seja, crescimento real zero) por um prazo de 20 anos, a contar de 2017, com possibilidade de revisão somente após 10 anos, sendo que a Saúde e a Educação devem crescer pelo menos o equivalente à inflação, ou mais, desde que outras áreas sofram ainda mais cortes (BLUME, 2016).

No que se refere, ainda, ao momento contrarrevolucionário supracitado, Raichelis (2011, p. 752) acrescenta algumas dimensões, tais como: “o modo pelo qual o profissional incorpora na sua consciência o significado do seu trabalho, as representações que faz da profissão, a intencionalidade de suas ações, as justificativas que elabora para legitimar sua atividade”. Esses elementos orientam a direção social e política do seu exercício profissional, e são tensionados pela conjuntura atual de exploração intensificada e precarizada do trabalho.

Portanto, vivemos um momento nada favorável à resistência coletiva, nos quais muitos trabalhadores (assistentes sociais ou não) encontram-se esgotados física e mentalmente, desorganizados, tomados por demandas que reconfiguram o conservadorismo ainda presente na profissão e, especialmente, nos espaços institucionais.

¹⁸ Diante dos processos de adoecimento de assistentes sociais, Santos (2010) destaca problemas variados de colúna, gastrites, úlceras, depressões e síndromes as mais diversas como expressões de situações agudas de competitividade, burocratismo e violação de direitos. “São processos de adoecimentos que nos colocam diante de situações de medo, pânico, desesperança quanto à possibilidade do futuro” (SANTOS, 2010, p. 703).

Tempos de políticas sociais voltadas para o alívio da pobreza, mercantilização/privatização e assistencialização de políticas sociais (MOTA, 2009), ações do Estado direcionadas para a criminalização dos pobres e dos movimentos sociais¹⁹ (GUERRA, 2010), bem como ações diversas que não favorecem a reflexão crítica e acabam por desafiar tanto o exercício como a formação profissional em Serviço Social e, conseqüentemente, seu projeto ético-político e o processo de consciência crítica de seus agentes profissionais.

Mota (2009) argumenta, ainda, que está em curso uma tendência associada de privatização e assistencialização da proteção social no Brasil. Isso porque, ao mesmo tempo em que cresce a mercantilização/privatização das políticas sociais, a assistência social se amplia, “transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil” (MOTA, 2009, p. 134), direcionado para os mais pobres e se descolando da efetivação das outras políticas sociais. Por isso, de forma gradativa, os assistentes sociais vêm sendo cada vez mais requisitados a atuarem em políticas de alívio à pobreza (como exemplo típico temos o Programa Bolsa Família), concessão de benefícios pontuais, em detrimento da viabilização de direitos sociais.

Dentre essas ações diversas que não favorecem a reflexão crítica, um exemplo interessante é o projeto “Escola sem Partido” (PLS 193/2016, PL 1411/2015 e PL 867/2015). Esse projeto visa eliminar a chamada discussão ideológica no ambiente escolar, restringindo os conteúdos de ensino a partir de uma pretensa ideia de neutralidade do conhecimento. Na avaliação das educadoras Dutra e Moreno (2016, n.p.),

trata-se de uma elaboração que contraria o princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, assim como o da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, considerando como válidos determinados conteúdos que servem à manutenção do *status quo* e como doutrinários aqueles que representam uma visão crítica.

Em suma, diante das tendências regressivas atuais, *no campo da formação os desafios* são inúmeros. Um exemplo é a exigência de um perfil profissional cada vez mais direcionado para habilidades e competências voltadas para a lógica do mercado, sendo capaz de ser mais competitivo e, ao mesmo passo, adaptar-se às alterações de seu tempo, respondendo de forma imediata e sem reflexão às demandas (im)postas pelos empregadores. Dessa forma, exige-se uma formação aligeirada (tais quais vemos nos cursos privados a distância em expansão no país) e direcionada para um mercado de trabalho em sintonia com o movimento capitalista de recuperação das

¹⁹ Haja vista a ênfase presente na repressão à política de segurança pública nacional, com inúmeros exemplos cotidianos na mídia (e, principalmente, fora dela) de violência policial nas comunidades.

taxas de lucro, compatível com a agenda dos organismos internacionais. Nesta perspectiva, é necessário ampliar vagas no Ensino Superior em quantidade, e não em qualidade.

Com a contrarreforma do Estado, o Ensino Superior passa a ocupar o âmbito dos “serviços não exclusivos do Estado”, sendo incorporado não como direito social, mas como serviço que pode ser controlado e administrado pelo mercado, com participação estatal mínima ou no básico. O próprio Censo da Educação Superior de 2013 (BRASIL/MEC/INEP, 2015) confirma a *hegemonia do setor privado na condução dos cursos de graduação* no Brasil e avalia que, nos últimos quatro anos (a partir de 2013), “o crescimento (das matrículas) na categoria pública está numa curva descendente, ao passo que o crescimento da rede privada se mantém estável e positivo” (BRASIL, 2015, p. 21), acarretando sérios rebatimentos para a qualidade da Educação Superior, em especial para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Conforme Guerra (2010, p. 724):

Prioriza-se a formação que atenda as orientações do Banco Mundial, sendo que democratizar passa a ser sinônimo de uma inserção, ainda que precarizada, em instituições de ensino, seja pública ou privada²⁰, daí ser a expansão de vagas a meta cobrada pelos organismos internacionais.

Os desdobramentos da contrarreforma da Educação Superior e da sua lógica expansiva direcionada para os interesses do mercado incide e desafia de maneira indelével a formação profissional dos assistentes sociais, principalmente quanto à implementação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996. Dessa forma, causa impactos, por sua vez, no projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro.

Em texto recentemente publicado (DUARTE, 2016), discutimos a questão da Educação Superior, o projeto de formação profissional do Serviço Social e as disputas atuais que o envolvem. Nesse texto, refletimos sobre as tensões presentes nas diretrizes curriculares aprovadas coletivamente pelo Serviço Social brasileiro, por meio da Abepss, em 1996, e a aprovação formal das diretrizes pelo Ministério da Educação (MEC), que só ocorreu em 2001, contando com importantes supressões do texto original discutido pela categoria profissional. Ainda que nesse momento não seja possível aprofundar esse debate, podemos afirmar que impasses e disputas envolvem esses distintos projetos de formação profissional dos assistentes sociais, fundados nas “diretrizes da Abepss” e nas “diretrizes do MEC”, dificultando a

²⁰ No âmbito privado, temos a expansão de cursos no formato EAD de Norte a Sul do país. Já no caso da rede pública, em especial na década anterior (agora em processo de estagnação), ganha destaque a expansão/interiorização de cursos por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (ReUni), mas sem as mínimas condições de estrutura física e corpo docente suficiente.

viabilização de uma “formação (crítica) que seja capaz de incidir (plena-mente) sobre as consciências dos futuros profissionais, confrontando-se com a alienação presente na vida cotidiana” (ORTIZ, 2013, p. 18).

Por fim, podemos dizer que o conjunto de *determinações objetivas e subjetivas* que tece o modo de ser e viver da classe trabalhadora, particularmente do trabalhador assistente social: 1) condiciona a possibilidade ou não de realização de finalidades e resultados projetados; e 2) espraia-se de forma ostensiva e com muitas faces, fazendo parte de uma mesma racionalidade que se expressa e condiciona tanto o exercício quanto a formação profissional em Serviço Social.

Portanto, articulando tais questões com os fundamentos de um projeto, podemos afirmar que o projeto ético-político, enquanto projeto coletivo profissional (expressão do confronto entre teleologia e causalidade), encontra *limites* (em particular, no presente): 1) de *natureza estrutural*, pois tem limites em face da sociedade capitalista alienada e reificada; e 2) dificuldades de *natureza conjuntural*, que agudizam os limites de ordem estrutural, tais como as transformações societárias contemporâneas que incidem sobre a vida social e sobre a profissão, constituindo-se como obstáculos concretos ao horizonte transformador de sociedade e crítico de profissão (aspectos importantes do projeto ético-político).

Diante desse conjunto complexo, *é imprescindível o enfrentamento firme*, a partir do reconhecimento dos limites e contradições como condição essencial para o desenvolvimento de todas as potencialidades de um projeto profissional crítico, que ilumina e dá a direção em tempos de retrocessos para a classe trabalhadora em geral e, em particular, para o Serviço Social. A categoria profissional, devido à sua herança histórico-política e sendo fruto do processo de renovação, vem resistindo (não sem dificuldades) com ações na contramão da conjuntura de reestruturação do capital e contrarreforma do Estado brasileiro, em especial protagonizada pelo coletivo profissional por meio das entidades organizativas da categoria, bem com seu vínculo com outros espaços de luta, como os movimentos sociais.

No entanto, *é oportuno considerar que o processo de resistência não se constitui como um movimento linear, mas dinâmico, contraditório*, marcado por avanços e recuos, conquistas e derrotas, “entendidas numa *relação dialética* que favorece, potencializa e oxigena nosso movimento de aprender e atuar profissional e politicamente nas contradições e de seguir adiante qualitativamente melhor” (SANTOS, 2010, p. 704 – grifos nossos).

Desse modo, os assistentes sociais, seja em seu cotidiano profissional (parcela relevante de profissionais que, mesmo em condições adversas, mobilizam ações ousadas e afinadas aos interesses dos trabalhadores), e/ou por meio das entidades organizativas da profissão, têm o papel de fortalecer, de forma criativa e corajosa, a luta e o processo de resistência do Serviço Social e fora dele (luta mais geral da classe trabalhadora). Nesses termos, *é necessário e urgente recuperar fôlego diário para a identificação e*

o desenvolvimento de potencialidades do projeto ético-político crítico do Serviço Social que ainda estejam adormecidas.

Assim, *o projeto ético-político constitui-se não como uma impossibilidade, mas como um desafio cotidiano*, pois “[...] o que se apresenta como obstáculo é apenas a *casca do impossível*, que encobre as possibilidades de os homens construir sua própria história” (IAMAMOTO, 2007, p. 208). De fato, tal projeto crítico, fruto de um Serviço Social renovado após os anos de 1980, tem limites e convive com o aspecto da pluralidade. No entanto, ao mesmo tempo, alimenta-se da realidade e passeia no campo da contradição presente nos desafios e entraves do exercício e da formação da profissão, estimulando parcela importante da categoria a criar e recriar estratégias e possibilidades para fazer história.

É necessário não só manter essa chama, mas também intensificá-la! Por isso, para que possamos acionar todas as potencialidades do projeto ético-político, faz-se essencial investir, a partir do suporte teórico-metodológico da tradição marxista: a) no *conhecimento profundo* do movimento da sociedade e das tensões que permeiam a formação e o exercício profissional, em articulação com os desafios atuais (im)postos à classe trabalhadora; e b) na *intensificação da organização ético-política* dos profissionais de Serviço Social, bem como na atuação em diversos espaços de mobilização (entidades representativas da categoria e tantos outros movimentos), condensando forças na direção de uma agenda coletiva de lutas. Esse conjunto exige de todos nós um rigor crítico, sem ilusões, para além das aparências, pois “sem o efetivo conhecimento do real, a atualização do fim é uma impossibilidade” (LESSA, 2002, p. 92).

Aos defensores do projeto ético-político brasileiro, em especial diante das disputas atuais e da necessidade de fortalecimento do seu caráter crítico (em território nacional e para além dele), afirmamos: é necessário manter a visão cristalina sobre o presente, buscar na *indignação e na inquietação cotidiana* estratégias para *ousar e firmar compromissos*, numa perspectiva de reinvenção do presente e de um futuro que parece distante, buscando encontrar “na boca da noite um gosto de sol” (NASCIMENTO, 1972).

Referências

ABRAMIDES, M. B.; CABRAL, M. S. A organização política do Serviço Social e o papel da Ceneas/Anas na virada do Serviço Social brasileiro. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (Org.). *30 anos do Congresso da Virada*. Brasília: CFESS, 2009.

BLUME, B. A. *Como funciona o teto de gastos público?* 2016. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/teto-de-gastos-publicos-infografico/>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

BRASIL. *Lei nº 12.317*, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do assistente social. *Brasília, 2010. Disponível em:* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm>. Acesso em: 12 jun. 2015.

BRASIL/MEC/INEP. *Censo da Educação Superior 2013 – Resumo técnico*. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf>. Acesso em: 2 maio de 2016.

CFESS. Código de ética profissional. In: *Coletânea de leis*. Natal: Cress, 2003.

DUARTE, J. L. N. Educação Superior e projeto de formação profissional: disputas e desafios para o Serviço Social brasileiro. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL. *Anais...* Recife, 2016.

DUTRA, C.; MORENO, C. Escola sem partido: estratégia golpista para calar a educação. *Carta Capital*, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-estrategia-golpista-para-calar-a-educacao>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

GUERRA, Y. Formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 104, 2010.

GUERRA, Y; ORTIZ, F. G. Os caminhos e os frutos da “Virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. *Revista Praia Vermelha*, v. 19, n. 2, PPGSS/Escola de Serviço Social/UFRJ, 2009.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LESSA, S. Teleologia, causalidade e objetivação. In: *Mundo dos Homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. São Paulo: Nova cultural, 1985.

_____. *Manuscrtos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: *O mito da assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2009.

NASCIMENTO, M. Nada será como antes. In: *Clube da Esquina*. Belo Horizonte, EMI, 1972.

NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. *Ditadura e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1964*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A Reconceituação: ainda viva, 40 anos depois. In: ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo social latinoamericano: a 40 años de la Reconceptualización*. Argentina: Espacio Editorial: 2005.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2008.

ORTIZ, F. G. *O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes*. Rio de Janeiro: E-Papers/Faperj, 2010.

_____. Notas sobre as diretrizes curriculares: avanços, impasses e desafios. In: GUERRA, Y.; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. (Org.). *Temas contemporâneos: o Serviço Social em foco*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 107, 2011.

SANTOS, S. M. de M. dos. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 104, 2010.

Recebido em 17 de fevereiro de 2016.
Aprovado para publicação em 09 de novembro de 2016.
DOI 10.12957/rep.2017.30382



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Apontamentos sobre a inserção das pessoas com transtorno mental no trabalho formal

Notes on the inclusion of people with mental disorder in formal labor

Tathiana Meyre da Silva Gomes*

Resumo – Este artigo problematiza a importância do trabalho formal e com direitos para as pessoas com transtorno mental, a partir dos resultados de pesquisa da Tese de Doutorado. A pesquisa foi realizada com 17 participantes vinculados a dois projetos de inserção de pessoas com transtorno mental no município do Rio de Janeiro e consistiu na realização de entrevista semiestruturada e observação assistemática. Dentre os resultados, percebeu-se que, apesar dos efeitos deletérios provocados pela forma social que o trabalho assume no sistema capitalista e, em função da associação cultural e simbólica vigente no senso comum entre trabalho e normalidade, a inserção formal no trabalho figura no imaginário das pessoas com transtorno mental como atividade produtiva ideal, com capacidade de forjar pertencimento e reconhecimento social, independente do retorno monetário.

Palavras-chave: trabalho; capitalismo; reforma psiquiátrica; saúde mental.

Abstract – This article discusses the importance of formal labor and its accompanying rights for people with mental disorder, following from the results of a doctoral thesis research. This survey consists of semi-structured interviews and systematic observation. It was conducted with 17 participants linked to two projects promoting inclusion of people with mental disorders in the city of Rio de Janeiro. Among the results, it was noted that despite the deleterious effects caused by the social form work assumes in the capitalist system, and because of the prevailing cultural and symbolic association in common sense between work and normality, formal inclusion in labor appears in the imagination of people with mental disorders as the ideal productive activity, being able to forge social belonging and recognition, regardless of monetary compensation.

Keywords: work; capitalism; psychiatric reform; mental health.

*Assistente social. Doutora em Serviço Social (PUC-Rio) e Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. *Correspondência:* Rua Araguaia, 1425/ apt 303 - Freguesia, Rio de Janeiro. CEP: 22745-271. *Email:* <tathianagomes@id.uff.br>.

Introdução

A temática do trabalho mobiliza estudos e pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Por meio do trabalho o homem se originou enquanto ser qualitativamente distinto dos outros seres, elevando-se à condição de único capaz de forjar a realidade, ao invés de estar unilateralmente subsumido a ela (KOSIK, 2011).

No entanto, na formação social capitalista, o trabalho assume, além da condição acima indicada, um caráter distinto. Se, do ponto de vista ontológico, considera-se o trabalho como atividade fundante do ser social, na sociedade capitalista ele assume centralidade, dada a sua forma social específica e a sua relevância para a reprodução do valor (LUKÁCS, 1979; DUAYER, 2012; POSTONE, 2014).

Dada essa centralidade, o processo histórico que culmina com a transformação do trabalho de expiação à virtude – necessidade posta para a consolidação do capitalismo – contribui para forjar, no polo oposto ao imaginário social de valorização do trabalho, a identificação daqueles sem ocupação com a figura do vagabundo. É, pois, uma relação que opõe o trabalho como virtude ao não trabalho como indolência¹.

A servidão do trabalho foi assumida como o único caminho possível para a salvação dos homens, que não deveriam demonstrar resistência ao seu destino, sob o risco de incorrerem em novo pecado: a preguiça. A associação entre preguiça e pecado (a preguiça é elencada como sexto pecado capital) nutre, no imaginário social, representações negativas acerca do não trabalho, da ociosidade. Aquele que recusa, resiste ou não se insere no trabalho por qualquer outra razão que não as sancionadas socialmente é classificado como vagabundo, indolente e digno de condenação (concreta e simbólica).

Uma vez estabelecida a associação entre preguiça/ociosidade e pecado (o inconveniente e o proscrito) e instituído o trabalho como virtude, portanto, o seu agente como ser virtuoso e desejável, coloca-se a necessidade de se instaurar, no polo oposto, lugares sociais para aqueles que, por razões distintas, não se enquadravam na lógica societal do capital. No caso das pessoas com transtorno mental, quanto mais os novos ritmos de trabalho e de vida foram se instituindo com a consolidação do capitalismo, mais esse processo reforçava a marca da inutilidade que havia recaído sobre eles no referido sistema social. Associada à proscricção do ócio, foi preciso dar destino a esses sujeitos: o manicômio e a psiquiatria clássica acabam por operar a interdição social da loucura.

A relação entre trabalho e loucura não é homogênea e assume distintas formas e sentidos nos diferentes momentos históricos (prática de

¹ Analisando o processo que denominou como a invenção do trabalhismo no Brasil, Gomes (2010) observa que o esforço para a criação de uma valorização, de uma ética do trabalho, desenvolveu também, como forma de resistência, uma ética do não trabalho, da malandragem.

normatização, castigo, disciplinamento no interior das grandes instituições, terapia e cidadania). Desse modo, a associação entre trabalho e psiquiatria não é nova e remonta ao surgimento do próprio manicômio, no qual a atividade laborativa era utilizada como meio de troca, castigo, premiação por bom comportamento ou como mecanismo de redução de custos da instituição. Evidencia-se, assim, um dos sentidos conferido ao trabalho no interior do ambiente institucional, qual seja, o da realização de tarefas determinadas por terceiros e com pouco ou nenhum reconhecimento (NICÁCIO, MANGIA, GHIRARDI, 2005; MÂNGIA, 1997).

A reforma levada a cabo por Philippe Pinel (1745-1826) no século XVIII forjou uma nova tradição, no sentido de que “suas propostas aderiram ao ideário revolucionário sendo representadas em termos de: liberdade no manicômio, igualdade entre os sãos e doentes e fraternidade, como filantropia e esclarecimento” (FACCHINETTI, 2008, p. 3).

Na perspectiva pineliana, o tratamento moral tinha início com a prática do isolamento, seguida da aplicação do regime de disciplina rigoroso da instituição. A utilização do trabalho (obrigatório, por vezes) era concebida como um elemento terapêutico fundamental na organização da consciência, na instituição da disciplina e na posterior adaptação do sujeito à realidade.

A partir da segunda metade do século XX multiplicaram-se experiências em âmbito internacional, especialmente nos países de economia capitalista avançada, voltadas à transformação da assistência às pessoas com transtorno mental. Essas experiências culminaram na realização, em vários países, de distintas reformas psiquiátricas, a saber: Comunidade Terapêutica e Psiquiatria Institucional nos anos de 1940; Psiquiatria Preventiva, Psiquiatria de Setor e Antipsiquiatria, nos anos de 1960; e Psiquiatria Democrática Italiana na década de 1970.

Ao discorrer sobre as razões para a emergência desses movimentos de contestação em países do Ocidente, Basaglia (2005) destaca que, no capitalismo avançado, as práticas repressivas baseadas nos critérios originais de anormalidade não poderiam mais ser aceitas, entre outras coisas, em função da baixa tolerância, naquele período, a práticas totalitárias de enclausuramento e degradação humana. Esse contexto instituiu uma atmosfera de resistência às situações de violência, como aquelas vivenciadas em interações do tipo carcerárias.

Algumas dessas experiências passam a reivindicar a extensão dos direitos civis e sociais para aqueles que viviam institucionalizados nos manicômios, questionando a possibilidade de inserção dessas pessoas no trabalho. Esse movimento foi mais intenso nos países em que a reforma psiquiátrica teve como base a perspectiva da desinstitucionalização, como ocorreu na Itália e no Brasil².

² A reforma psiquiátrica tem início no Brasil entre os anos de 1970 e 1980, no contexto de redemocratização do cenário sociopolítico, sendo profundamente influenciada pela reforma psiquiátrica italiana. Nos anos de 1990, as diretrizes da reforma psiquiátrica são incorporadas, constituindo-se como política oficial de governo, expressa na atual Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas.

O presente artigo busca problematizar a relevância que o trabalho formal (com vínculo celetista) assume para as pessoas com transtorno mental, considerando o processo de reforma psiquiátrica em curso no país centrado nas propostas de desinstitucionalização e cidadania. É produto da pesquisa realizada para a Tese de Doutorado em que se buscou conhecer o processo de implementação da Lei n. 8.213/91 no que tange à inserção das pessoas com transtorno mental no trabalho formal, tal qual consta no aditivo do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro de abril de 2012 (GOMES, 2014).

Para a referida pesquisa foram entrevistados 17 participantes, dos quais 12 eram usuários dos serviços de saúde mental inseridos em programas voltados para a inclusão no trabalho formal, três eram profissionais e dois eram gestores. A tese teve por objetivo identificar os sentidos e a importância da inserção no trabalho formal para as pessoas com transtorno mental em tratamento de saúde mental no município do Rio de Janeiro. Buscou-se identificar os mecanismos jurídico-legais que vêm possibilitando que essa inserção ocorra e o significado que o trabalho possui para esses sujeitos, assim como a repercussão que a inserção no trabalho formal teve em suas vidas.

Em relação à coleta de dados, entrevistou-se usuários que participavam dessas ações de inserção no trabalho formal com o intuito de conhecer os sentidos que a realização das atividades de trabalho possui em suas vidas. Ademais, pretendeu-se identificar as possíveis repercussões de sua inserção no trabalho no que tange às necessidades objetivas (no nível de reprodução material) e às suas expectativas subjetivas (se a inserção no trabalho formal alterou a representação que o usuário possuía sobre si, por exemplo).

Os critérios estabelecidos para a participação na pesquisa foram os seguintes: estar em um dos projetos voltados para a inserção das pessoas com transtorno mental no trabalho formal, que se constituiu como campo da pesquisa; ter entre 18 e 65 anos; estar em tratamento de saúde mental; encontrar-se em quadro estável (uma vez que as equipes deveriam indicar apenas pessoas em tratamento e consideradas estáveis do ponto de vista psiquiátrico e psicossocial, bem como em condições de participar da pesquisa); possuir experiência no mercado de trabalho (anterior ou atual); manifestar interesse em participar da pesquisa; e não ser considerado legalmente incapaz para a vida civil, uma vez que a manifestação de vontade foi um critério de elegibilidade fundamental. Já em relação à participação dos profissionais, o único critério estabelecido foi possuir experiência superior a seis meses na inserção de pessoas com transtorno mental no trabalho formal (VENÂNCIO et al., 1997).

O trabalho tem sido elemento presente no campo da reforma psiquiátrica desde final dos anos de 1970. Foram muitas tentativas e experiências que concebiam o trabalho como “ideal pedagógico” ou como instrumento de cuidado. Mais recentemente, ações sistemáticas voltadas para a inserção

formal no trabalho das pessoas com transtorno mental (vínculo celetista) podem ser identificadas no Rio de Janeiro a partir de 2005, com a implantação do Projeto Gerência de Trabalho (PGT). Em abril de 2012 tem-se, como desdobramento das discussões em torno da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU de 2006, o procedimento promocional nº 002290.2011.01.000/3 do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT/RJ). O procedimento promocional foi resultado do grupo de trabalho que envolveu distintos atores: Estado (Núcleo de Saúde Mental e Trabalho – Nusamt), Judiciário (Organização dos Advogados do Brasil/Ministério Público do Trabalho) e sociedade civil organizada (associações de familiares e usuários). As discussões desse grupo tiveram como principal objetivo fomentar políticas públicas de inserção das pessoas com transtorno mental no trabalho formal.

A existência do PGT foi o que consubstanciou a decisão do MPT/RJ, que buscou, com o expediente do procedimento promocional e do ponto de vista jurídico, viabilizar a inserção das pessoas com transtorno mental no trabalho formal. A partir do referido procedimento, o Nusamt colocou em prática suas ações de inserção no trabalho formal por meio do Projeto de Inclusão Social pelo Trabalho (Pistrab)³.

O PGT é um projeto de natureza privada que atua em parceria com uma rede de supermercados no município do Rio de Janeiro há, pelo menos, seis anos. É definido como um projeto de

inclusão social que foi desenvolvido com o objetivo de não só ampliar as ações de resgate da cidadania de pessoas com transtornos mentais (por meio do trabalho formal) bem como de oferecer às empresas a oportunidade de investir em novos conhecimentos sobre gestão de pessoas, propondo novas ações de responsabilidade social. (SALIS, 2013, p. 759).

O projeto atua como um elo fundamental articulando as demandas de trabalho formal por parte das pessoas com transtorno mental e as necessidades de contratação desse tipo de força de trabalho por uma rede de supermercados no município do Rio de Janeiro⁴.

Já o Pistrab surgiu das reuniões ocorridas no Núcleo de Saúde Mental e Trabalho da Secretaria de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro (Setrab-RJ) e foi implementado em três instituições públicas no Rio de Janeiro:

³ O Núcleo de Saúde Mental e Trabalho (Nusamt) é um programa coordenado pela Secretaria Estadual de Trabalho e Renda e foi integrado à Superintendência de Saúde, possuindo um formato intersetorial. Existe desde 2000 e é um programa pioneiro no país, sendo fundamentado pela Lei Estadual n. 4323/04. Seu principal objetivo é a reflexão, elaboração e implementação de políticas públicas de trabalho e geração de renda no campo da saúde mental.

⁴ O PGT não se constitui como uma empresa terceirizada para a contratação de pessoas com transtorno mental. Inversamente, ele se propõe a auxiliar na captação, seleção e manutenção daquelas pessoas para o trabalho na rede de supermercados. Assim sendo, é importante deixar claro que vínculo trabalhista dos funcionários com transtorno mental é com a empresa de supermercados, ficando o PGT como uma referência de suporte ao trabalho.

Centro Psiquiátrico Rio de Janeiro (CPRJ), Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (Imas Juliano Moreira) e Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ipub). Esses polos funcionam no interior de serviços de assistência à saúde mental que já possuíam alguma atuação na inserção das pessoas com transtorno mental no trabalho.

O Pistrab é organicamente vinculado ao Núcleo de Saúde Mental e Trabalho da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro (Setrab) e foi desenvolvido com objetivo de viabilizar a inserção das pessoas com transtorno mental no trabalho. Conta com a participação de profissionais, usuários, familiares e gestores da rede de saúde mental do Rio de Janeiro, que se reúnem com regularidade para problematizar e implementar ações de inserção daquele público no trabalho.

Esse projeto foi positivamente impactado pelos desdobramentos do procedimento promocional nº 002290.2011.01.000/3 do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT/RJ), sob a Lei n. 8.213/1991, que dispõe sobre os benefícios da previdência social. Essa é conhecida no senso comum como “lei de cotas”, porque preconiza a reserva, por parte de instituições, de percentual de vagas para inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A Lei n. 8.213/91, no seu artigo 93, preconiza que empresas com mais de 100 funcionários devem reservar um percentual de vagas para pessoas com deficiência (entre 2 e 5%). Em 2006 ocorreu a publicação da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) da ONU, da qual o Brasil é signatário. A convenção foi promulgada no país em 2009, passando a ter força de lei.

Do ponto de vista jurídico, a CDPD da ONU de 2006 pode ser considerada um marco no que diz respeito à inserção das pessoas com transtorno mental no trabalho formal no Brasil. Isso se deve por duas questões fundamentais: em primeiro lugar, a incorporação inédita dos transtornos mentais na convenção, por meio do uso do termo deficiência mental (que na convenção aparece distinto do termo deficiência intelectual). Em segundo lugar, porque indica a necessidade de ações de inclusão dessas pessoas, contemplando, dessa forma, a inserção formal no trabalho com direitos. Apesar dos avanços que promove, não é possível desconsiderar o imbróglio conceitual que causa ao aproximar dois campos com trajetórias e características distintas: transtorno mental e deficiências. A esse respeito, sugere-se leitura de Sassaki (2010, 2012).

Ou seja, já que nessa convenção, pela primeira vez, incorporou-se no texto as pessoas com transtorno mental sob a denominação de pessoas com deficiência mental, instaurou-se a possibilidade jurídica de que essas pessoas pudessem ser contempladas pelo artigo 93 da Lei n. 8.213/91, em função da terminologia “deficiência”, referindo-se também aos transtornos mentais.

Pode-se afirmar que a associação entre normalidade e trabalho formal não é fortuita. Pesam sobre ela as consequências da concepção específica do trabalho na sociedade capitalista, em que essa atividade se

constitui como elemento central, quer dizer, como principal categoria de mediação social (POSTONE, 2014). Dessa maneira, faz com que os sujeitos precisem da inscrição e do reconhecimento propiciados pelo trabalho para que possam ter o senso de pertencimento social.

Dada a relevância que o trabalho assume do ponto de vista ontológico (como categoria fundante do ser social) e do ponto de vista da sua centralidade na sociedade do capital, busca-se apresentar, no presente artigo, problemáticas analisadas a partir dos resultados da pesquisa: a dialética dos sentidos do trabalho presente no discurso dos entrevistados, bem como a recorrência do trabalho formal e com direitos como atividade produtiva ideal capaz de forjar pertencimento social, a despeito das condições objetivas de contratação e de sua capacidade remuneratória.

Para isso, recorre ao debate sobre a categoria trabalho de modo a indicar seus fundamentos ontológicos e seu caráter específico no capitalismo. Entende-se, pois, que nessa formação social o trabalho se constitui como principal categoria de mediação social, sendo um pressuposto fundamental para a compreensão da relevância dos debates sobre inserção formal das pessoas com transtorno mental no trabalho, considerando as várias possibilidades de inserção nessa atividade: cooperativas, oficinas e trabalho protegido⁵. Ademais, a maior parte dos estudos e pesquisas que investigam essa temática no campo da saúde mental não conceituam a categoria trabalho, sendo recorrente a sua utilização enquanto sinônimo de emprego.

Sabe-se que o ocultamento da dimensão estrutural do trabalho tende a reproduzir a valorização do trabalho abstrato. É necessário ao capitalismo buscar, sempre que possível, organizações pacífico-eficazes de todas as esferas da vida. Isso requer, necessariamente, a suspensão das questões ontológicas, quando se torna dispensável o conhecimento sobre o ser das coisas (LUKÁCS, 1979). A valorização exclusiva do que é eficaz e prático-operatório conduz a uma restrição apenas ao existente, ao imediatamente posto, a um tipo de comportamento, por parte dos sujeitos, mais reativo do que criativo.

A maior aproximação com o campo revelou, portanto, ser preciso que as áreas que investigam essa temática consigam problematizar conceitualmente o trabalho, identificando sua especificidade no contexto sócio-histórico capitalista contemporâneo e seus efeitos objetivos e simbólicos na vida desses sujeitos. Além disso, acredita-se que as noções abstratas ou imprecisas de cidadania e de trabalho, identificadas nos textos teóricos e políticos analisados pela pesquisa, têm pouco a contribuir na compreensão de alguns desses fenômenos.

⁵ A despeito das atividades de inserção dessas pessoas no trabalho por meio dos projetos de geração de renda da rede nacional de saúde mental, além das cooperativas, percebemos, em pesquisas anteriores (GOMES, 2003, 2006) REFERENCIAR, que os usuários faziam uma distinção qualitativa entre o trabalho realizado nos projetos de geração de renda, identificado como mera ocupação de tempo, e o trabalho formal, identificado como atividade produtiva socialmente legitimada.

O trabalho como categoria de mediação social

Em Marx, o trabalho aparece como expressão viva da contradição entre positividade e negatividade (ANTUNES, 2011). Compreendido como atividade mediadora da relação entre homem⁶ e natureza, composta necessariamente por duas dimensões de igual importância ontológica (teleologia e causalidade), o trabalho, elemento inalienável da existência humana, constitui-se, assim, em necessidade eterna do homem (MARX, 1971). Cabe ressaltar que essa mediação é viabilizada por intermédio da consciência. No caso dos homens, a consciência, a partir da atividade do trabalho, deixa de ser um epifenômeno, algo marginal, como ocorre com os animais.

Para Lukács (1979), a especificidade ontológica do ser social é constituída pelo reflexo⁷ e pelo pôr, que correspondem a modos diferentes de se considerar a realidade. Isso nos remete à separação entre sujeito e objeto, movimento mediado pela consciência.

O ser social se apresenta na dualidade heterogênea fundamental formada pelo próprio ser e por seu reflexo na consciência. Isso quer dizer que, ontologicamente, o ser social se divide entre ser e o seu reflexo na consciência, que o distingue do reino animal e pressupõe o distanciamento entre sujeito e objeto. Na natureza, a consciência está voltada tão somente à adaptação, ao patamar de reprodução biológica, e não envolve a criação do novo. Não há, portanto, dimensão de criação tal qual ocorre com a consciência humana, que é socialmente determinada. Para que o homem possa conhecer o mundo, o afastamento entre o sujeito (e a sua consciência) e o objeto (a realidade que se pretende conhecer) é uma condição. Nesse sentido, dadas as características do trabalho e para que ele se realize, essa configuração tem que estar presente. Ou seja, para ser objeto pensado, o objeto deve estar separado do sujeito no plano da consciência.

A relação entre sujeito e objeto no complexo do trabalho está posta a partir da posição teleológica, na qual a separação entre sujeito e objeto e a capacidade de reprodução na consciência do mundo objetivo são fundamentais para a posição do fim no processo de trabalho, como indica Lukács (1979, p. 15): “Se o sujeito, enquanto separado na consciência do mundo objetivo, não fosse capaz de observar e reproduzir no seu ser em si este último, jamais aquela posição do fim, que é o fundamento do trabalho, mesmo do trabalho primitivo, poderia realizar-se”.

O trabalho enquanto atividade de transformação da natureza é categoria fundante do ser social. Está na base de constituição do ser social e se estabelece como condição fundante da existência social do sujeito (LUKÁCS, 1979; MARX, 1971). Em virtude dessa condição, é um dos ins-

⁶ Cabe esclarecer que o termo “homem” não é utilizado neste artigo para fazer referência aos indivíduos do sexo masculino, mas a homens e mulheres de uma forma geral, enquanto seres humanos e sociais.

⁷ Em Lukács (1979), o reflexo, apesar de não ser sequer considerado como existência espectral, aparece como condição fundamental para pôr, em sentido ontológico, as séries causais.

trumentos de mediação das relações entre homens e natureza. Para Marx (1971) o trabalho concreto é considerado como condição da liberdade humana e de humanização do homem e de suas relações. É, portanto, o dado ontológico primário, a atividade pela qual o homem emprega a sua energia vital com o objetivo de transformar a natureza para satisfação de sua necessidade.

Com base na perspectiva marxiana, pode-se definir o trabalho, de forma geral, como a atividade que caracteriza o homem e que possibilita o surgimento do ser social, sendo aquilo que faz exteriorizar a capacidade criadora do homem, permitindo o surgimento permanente de coisas úteis e do novo. É compreendido na sua dimensão de trabalho útil, figurando como mediação inexorável do metabolismo entre homem e natureza. Nos termos de Marx (1971, p. 184): “é a atividade vital consciente que distingue o homem imediatamente da atividade vital animal [...] só por isso ele é um ser genérico”.

O trabalho é apreendido como uma atividade que possibilita a transformação constante tanto daquilo sobre o qual é empregada a energia vital do homem, quanto do próprio homem, que age no processo de trabalho. Nesse processo de permanente criação, o homem adquire novos conhecimentos e, ao mesmo tempo, cria novas necessidades. Trata-se de um movimento ininterrupto da existência humana de satisfação de necessidades através da produção de valores de uso. Sendo assim, o trabalho, cuja utilidade está representada no valor de uso de seu produto, é definido por Marx (1971, p. 149) como um trabalho útil, que pode ser compreendido também como “um processo que emancipa o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”.

A importância do debate acerca do trabalho é destacada por Kosik (2011, p. 198) ao indicar que, como problemática filosófica, a busca pela compreensão sobre o que é o trabalho acompanha “todas as investigações sobre o ser do homem, desde que o problema ‘quem é homem’ seja concebido como problemática ontológica”. O autor ainda adverte que algumas áreas, tais como a sociologia do trabalho, a fisiologia do trabalho e a teologia do trabalho, examinam determinados aspectos do trabalho, mas não tocam no problema central, que seria responder/compreender o que ele é.

É importante salientar, no entanto, que não ignoramos a proposição do autor no que tange à crítica à abordagem do trabalho a partir da oposição de pares dialéticos. Kosik (2011) propõe que a análise do trabalho considere todas as dimensões sem privilegiar um par ou outro. Afirma, ainda, que “enquanto se esgotar ou se caracterizar o trabalho mediante um único par de opostos dialéticos [...] os membros de tais pares se apresentam como categorias e a análise do trabalho se torna a análise de categorias” (KOSIK, 2011, p. 200-201). Sobre esse debate, sugere-se leitura de Kosik (2011) e de Lukács (1978, 1979).

Além disso, a especificidade do trabalho situa-se, para Kosik (2011), no agir objetivo do homem, constituindo-se como um agir humano que se move na esfera da necessidade e afirma que esse é o sentido filosófico do trabalho. Sendo assim, o homem se confirma como ser genérico precisamente porque, diferente do animal, consegue construir coisas para além de suas necessidades imediatas e para além das necessidades imediatas de sua espécie.

Na perspectiva ontológica, o trabalho constitui-se como complexo fundador do ser social, mas nem por isso ele o esgota. O complexo do trabalho possui importância progressivamente declinante diante do surgimento dos outros complexos necessários à existência e ao desenvolvimento do ser social. A esse respeito, Netto e Braz (2006, p. 43) posicionam-se da seguinte forma:

Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetividades transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de esferas de objetivação que se autonomizam das exigências imediatas do trabalho – a ciência, a filosofia, a arte etc. O trabalho, porém, não só permanece como objetivação fundante e necessária do ser social – permanece ainda como o que quase poderia chamar de modelo das objetividades do ser social.

Na perspectiva marxiana, as relações sociais que vêm caracterizar o capitalismo podem ser analisadas a partir de uma de suas propriedades, ou seja, a categoria mercadoria, cuja referência não está restrita a um produto, mas a toda dinâmica social. Para Postone (2014, p. 67),

na estrutura da teoria madura de Marx, o trabalho no capitalismo é diretamente social porque age como uma atividade de mediação social. Essa qualidade, que é historicamente única, distingue o trabalho no capitalismo do trabalho em outras sociedades e determina o caráter das relações sociais na formação capitalista [...] o caráter diretamente social do trabalho constitui uma forma de mediação social específica do capitalismo.

De acordo com Postone (2014), uma análise correta do capitalismo, baseado em Marx, deve partir do que o autor postula como caráter histórico específico do trabalho no capitalismo, cuja determinação básica Marx denomina de caráter duplo do trabalho. Esse duplo caráter do trabalho é determinado pela mercadoria e se expressa no valor e no valor de uso. Não reconhecer o caráter histórico do trabalho é assumi-lo de maneira acrítica, como trans-histórico.

Na sociedade capitalista, cujas relações caracterizadoras são determinadas pela mercadoria, o trabalho objetivo de uns é o meio através do qual se adquire bens produzidos por outros, ou seja, o trabalho, nessa sociedade, é realizado com vistas à aquisição de outros produtos. Independente

do seu conteúdo, o produto enquanto mercadoria é ao mesmo tempo valor de uso e meio de troca (POSTONE, 2014).

O capitalismo se caracteriza pelo fato de que suas relações sociais são fundamentalmente forjadas pelo trabalho. Esse, por sua vez, objetiva-se tanto nos produtos materiais quanto nas próprias relações sociais objetivadas, ou seja, “o duplo caráter do trabalho determinado por mercadorias é tal que a esfera do trabalho no capitalismo medeia relações que, em outras formações, existem como uma esfera de interação social aberta” (POSTONE, 2014, p. 184).

Essa é uma característica das formações sociais com predominância da produção e troca de mercadorias, fazendo com o que o próprio trabalho se constitua como uma mediação social, quando “o caráter das relações sociais e o caráter social do trabalho no capitalismo passam a ser determinados por uma função social do trabalho que substitui a das relações sociais abertas” (POSTONE, 2014, p. 177). O autor explica que, numa formação social sem a predominância da forma mercadoria, a distribuição social do trabalho e do que é produzido pelo trabalho é multiterminada por outros fatores, como costumes, laços tradicionais e relações abertas de poder.

Nas sociedades pré-capitalistas, os sujeitos não se relacionavam como trabalhadores, quer dizer, o trabalho não funcionava como principal categoria mediadora social. No entanto, na sociedade capitalista, o trabalho possui centralidade, é uma categoria historicamente específica.

A generalização da relação mercantil pressupõe a dissolução de todas as formas de sociabilidade que precedem a sociedade capitalista. A circulação generalizada de mercadorias põe os sujeitos em relação como trabalhadores, reduzidos e simplificados a essa condição, fazendo com que os sujeitos tenham que trabalhar para pertencer.

Considera-se que a razão pela qual todas as dimensões da vida giram em torno do trabalho nessa organização societal seja a necessidade permanente de produção de valor; em outras palavras, de produção de mais-valor, num processo indeterminado (do ponto de vista do capital) de valorização.

Na formação social do tipo capitalista, fora das trocas, os sujeitos são meros indivíduos privados (DUAYER, 2012). Nesse aspecto, o pertencimento está garantido por meio do trabalho, que se apresenta aos sujeitos como uma conexão externa, mas que, apesar disso, assume *status* de mediador social privilegiado. Atestar isso não equivale a concordar com a positividade dessa forma de trabalho, dada a já consagrada propositura marxiana e marxista sobre o duplo caráter dessa categoria, mas reconhecer as principais características de sua forma específica no capitalismo.

Portanto, pode-se afirmar, com base em Lukács (1979), Postone (2014) e Duayer (2012), depois de Marx (1971), que uma das principais características da forma específica do trabalho é que ele se constitui como

atividade desprovida de sentido consciente (POSTONE, 2014). Em consequência, o produtor não se reconhece no produto final de seu trabalho. Dessa maneira, através do valor, o trabalho se apresenta como atividade estranhada, processo no qual a própria sociedade, enquanto produto das relações de produção e reprodução dos homens, aparece aos sujeitos como uma estrutura social autônoma.

Uma segunda característica referida à especificidade do trabalho é que, não fosse a busca pelos objetivos da sociedade capitalista, o desenvolvimento progressivo das forças produtivas possibilitaria uma demanda igualmente progressiva de menos trabalho vivo. Dito em outras palavras, o aumento da produtividade social deveria corresponder à redução de trabalho e de atividade reiterativa com conseqüente liberação de tempo para investimento dos sujeitos em outras áreas da vida. Se, ao contrário disso, o trabalho como valor na sociedade capitalista é o primeiro e o principal elemento da sociabilidade, quando as pessoas adquirem a condição de supérfluas para esse sistema, fora do trabalho e da possibilidade de acessá-lo, pode ocorrer um processo de perdas, de sofrimento e de rupturas sociais e afetivas.

Sabe-se que as formas de subjetividade tendem a estar em conformidade com as relações sociais e de produção hegemônicas. Na sociedade capitalista, essas subjetividades são forjadas considerando o papel de preponderância do trabalho em sua dupla relevância: como principal forma de manutenção da reprodução material da maior parte dos sujeitos e, em íntima relação com isso, por se constituir como principal meio de socialização.

Conforme sinaliza Duayer (2012), essas relações sociais às quais se faz referência são postas, ativadas e reproduzidas através das ações cotidianas pelos mesmos sujeitos portadores daquelas mesmas subjetividades que forjam essas relações, que vêm sendo menos toleradas e têm causado inúmeras formas de sofrimento.

Se, como afirma Postone (2014), o trabalho se constitui como a principal categoria de mediação social no capital, deve-se recordar que as pessoas com transtorno mental foram, desde o início dessa formação social, despojadas de seus direitos civis em nome da necessidade de tratamento, num campo médico que preconizava um nexos causal entre isolamento e reestabelecimento das condições psíquicas dos sujeitos. Dessa forma, sob as referências socioculturais da sociedade do capital, a idealização do trabalho assalariado por aqueles que nele não estiveram historicamente inseridos – e que são ainda vistos como sujeitos passivos que precisam de cuidado e supervisão – talvez não se apresente necessariamente como uma contradição.

Assim, em que pesem as conseqüências nocivas do trabalho assalariado para o gênero humano – constrangimentos dos próprios desejos e necessidades, alienação do trabalho, do processo de trabalho e do resultado do trabalho, subsunção à mercadoria, entre outros –, não se pode ne-

glicenciar que o trabalho assalariado se configura em uma das principais atividades de socialização dos homens na sociedade capitalista, além de se constituir como forma de garantia da base material da vida para aqueles que não detêm os meios de produção.

Alguns estudos sobre esse tema demonstram que parte significativa das pessoas institucionalizadas nos manicômios e instituições congêneres pertencem à classe trabalhadora (ENGEL, 2001; BASAGLIA, 2005). Essa é uma indicação que se mantém extremamente atual em relação ao estudo aqui apresentado. Parte significativa das pessoas com transtorno mental em tratamento nos serviços públicos de saúde mental, para as quais o trabalho é uma questão importante, pertence à classe trabalhadora. Tendo como referência o sistema social capitalista, compreende-se que o trabalho é uma dimensão atrelada à constituição da identidade psíquica da classe trabalhadora. Contraditoriamente, a discussão sobre classe social é secundarizada no próprio campo da reforma psiquiátrica (ROSA; CAMPOS, 2013)⁸.

No que tange a esse argumento, é preciso considerar, ainda, que atualmente a maior parte das estratégias de inserção das pessoas com transtorno mental no trabalho informal, no município do Rio de Janeiro, ocorre nos serviços de atenção em saúde mental vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Comumente, a maioria da população atendida por esse sistema é proveniente da classe trabalhadora, a despeito de constitucionalmente o SUS se configurar como um sistema de saúde de acesso universal.

Ademais, considerando que os mecanismos ideológicos são capazes de universalizar ideias e valores que correspondem a interesses particulares de determinadas classes, a experiência de classe (THOMPSON, 2001) dessas pessoas pode vinculá-las à inserção no trabalho formal como “padrão” ou algo que é “natural”. Contribuí para isso a construção ideológica acerca da positividade do trabalho, além das polaridades construídas historicamente, tais quais produtivo *versus* improdutivo e normal *versus* patológico, em que a normalidade se inscreve no campo da capacidade e da produtividade, e a patologia, no campo da incapacidade e da improdutividade. A questão é que essas noções (capaz *versus* incapaz) se espriam para além de campos específicos da vida, atingindo a totalidade do ser, do que ele é enquanto ser e do que é capaz de forjar, fora da estreita noção do que é ou não produtivo e válido no capitalismo.

Considera-se, ainda, que a instituição do manicômio, a partir do século XVIII, possibilitou um determinado tipo de vivência aos sujeitos. A experiência do sujeito retirado do convívio social, preso a normas e rigores

⁸ Isso não quer dizer que existe necessariamente um corte de classe no adoecimento psíquico e que somente adoecem as pessoas da classe trabalhadora. Não obstante, o aumento dos índices de adoecimentos psíquicos tem sido alvo de preocupações e ações internacionais nos últimos anos, aparecendo relacionado às transformações econômicas, sociais e políticas que se processaram no mundo nas últimas décadas, impactando, sobremaneira, a vida dessas pessoas.

institucionais (que não deixam de refletir as normas sociais), pode fazer aumentar um desejo significativo de se inserir em algo do qual ele se considera “excluído”, como, por exemplo, o acesso ao trabalho formal e com direitos.

Por outro lado, a capacidade de totalização do sistema capitalista não permite a existência de nichos fora do alcance de suas ideologias e valores, razão pela qual não existem lugares santificados, já que a possibilidade de “estar fora” dessa lógica societal não está colocada. Como afirma Mészáros (2006, p. 165), “em nosso tempo histórico os que estão fora da alienação não estão em parte alguma”.

Trabalho e pertencimento na sociedade capitalista para as pessoas com transtorno mental

No âmbito da saúde mental, a tônica sobre a inserção no trabalho das pessoas com transtorno mental ganhou espaço a partir da conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial, especificamente com a experiência da reforma psiquiátrica italiana, da qual o Brasil é seguidor.

Um importante ponto de destaque é que a contradição presente na associação entre saúde mental e trabalho situa-se no âmbito de sua aparência, e está atrelada à forma de relação social estabelecida pela racionalidade formal abstrata da sociedade burguesa. A partir dessa racionalidade foram constituídas relações de distanciamento radical com determinados grupos sociais, dentre eles aquele constituído pelas pessoas com transtorno mental.

Nota-se que a associação socialmente estabelecida entre trabalho, produtividade e normalidade, por um lado, e ociosidade, preguiça e inutilidade, por outro, foi fundamento no processo que forjou o estigma social das pessoas com transtorno mental, caracterizado essencialmente pelas ideias de periculosidade, irracionalidade e improdutividade. Todas essas ideias estavam ligadas ao capitalismo e às sociedades cindidas em classes, ao caráter estranhado da sociedade: por não dominar completamente a sua razão, o louco é “perigoso, violento e inútil” ao processo de produção capitalista⁹. Assim, desenvolveu-se durante aproximadamente dois séculos uma relação social com esse grupo pautada na falta de pertença.

Nas sociedades precedentes, orientadas por uma racionalidade distinta, a relação com esses grupos se estabelecia de formas diferentes e não homogêneas (nesse particular, entende-se a homogeneidade como uma característica da modernidade em relação ao tratamento das pessoas com transtornos mentais). No que tange ao trabalho de produção de valor de

⁹ Considera-se que a relação que se institui com a questão dos transtornos mentais no capitalismo nascente possuiu um efeito pedagógico útil e funcional às necessidades do sistema naquele momento histórico.

uso, esse não era uma atividade exclusiva de pessoas consideradas “normais”, impedindo que pessoas com diferentes limitações participassem da produção em ritmos diferenciados.

Historicamente, as pessoas com transtorno mental se confrontaram com atitudes baseadas na perspectiva ora da sanção, ora da tolerância. Da primeira, é decorrente a invalidação, e, da segunda, a ignorância sobre o próprio sofrimento e suas consequências na vida desses sujeitos. A sanção e a tolerância (esta última pode ser tão somente um momento no processo de transformação das relações com a loucura) suplantam a possibilidade da aprendizagem humana em suportar “o confronto com o outro que só permanece real e significativo quando o sofrimento não é isolado em lugares e ideologias que se encarreguem dele” (BASAGLIA, 2005, p. 255).

Sabe-se que, para a maioria das pessoas, as relações são marcadas por certa variedade, dependendo dos espaços frequentados. Isso não é comum no caso das pessoas com transtorno mental, especialmente aquelas que passaram pelo processo de institucionalização. Por razões variadas não é raro que, nesses casos, as pessoas tenham reduzido os seus espaços de convivência, que em situações extremas podem ficar limitados ao local de moradia e tratamento.

As principais dificuldades de inserção no mercado de trabalho das pessoas com transtornos mentais não decorrem unicamente de possíveis limitações vinculadas ao adoecimento em si, mas de fatores variados e conjugados, como as ideias e valores dominantes na sociedade, que promovem uma respectiva cultura que tende a se estabelecer como dominante. Ademais, é preciso ter claro que, além das questões de foro sociocultural envolvendo os transtornos mentais, existem sérias dificuldades de escolarização e desenvolvimento de habilidades exigidas pelo mercado de trabalho.

É importante esclarecer que este texto não se propõe à defesa acrítica da inserção das pessoas com transtorno mental na atividade alienada do trabalho formal, haja vista, entre outras razões, que o trabalho na sociedade capitalista é castrador e alienante, produtor de sofrimento. Por outro lado, conforme problematizado no item anterior, não é possível desconsiderar que todos os sujeitos estão submetidos a mecanismos repressores e ideológicos de manipulação, e que a lógica alienante do trabalho assalariado ultrapassa a condição de estar ou não diretamente inserido nessa atividade.

Basaglia (2005) alude que, na nossa sociedade, as normas coincidem diretamente com a lógica da produção. Aquele que não consegue adentrar no espaço produtivo e “positivo” do trabalho “vê-se cortado do mundo, privado de identidade e de direitos” (BASAGLIA, 2005, p. 275). Estar inserido no trabalho tem, para o referido autor, um efeito de validação da existência social do sujeito, apesar de promover, contraditoriamente, sofrimento e alienação.

Na pesquisa realizada, a maior parte dos usuários participantes era do sexo masculino (8), tinha idade entre 30-50 anos (7), possuía um transtorno mental grave – esquizofrenia e/ou distúrbio psicótico (9) –, convivia com o transtorno mental há mais de dez anos (7), possuía escolaridade (ensino médio ou superior incompleto) e encontrava-se, no momento da pesquisa, com vínculo de trabalho formal pelas cotas (9)¹⁰. Todos os usuários participantes estavam em tratamento no momento da participação na pesquisa.

Do total de participantes com transtorno mental, quanto à forma de chegada aos projetos de inserção no trabalho, identificou-se que oito participantes foram encaminhados por seus serviços de tratamento e quatro foram encaminhados por familiares. Dos oito participantes encaminhados pelo serviço de tratamento, apenas três indicaram terem feito o pedido do encaminhamento ao profissional de saúde, demonstrando a iniciativa em relação à inserção no emprego. Os demais relataram apenas terem concordado com a proposta apresentada pelo profissional responsável pelo acompanhamento.

No processo de pesquisa, essa questão despertou atenção por representar uma possível contradição: ao se considerar o trabalho para as pessoas com transtorno mental, acredita-se que é fundamental partir do desejo desses sujeitos de se inserirem formal ou informalmente no trabalho, considerando, inclusive, as possibilidades de agudização dos quadros de sofrimento em função da característica histórico específica do trabalho no capitalismo. Nesse particular, as falas dos usuários entrevistados demonstram que a expectativa pela inserção no trabalho por parte de familiares e, em alguns casos, profissionais era preponderante em relação ao seu próprio desejo.

Uma das questões com relação à marca deixada pelo diagnóstico de transtorno mental diz respeito ao efeito de invalidação social que este produz. Goffman (2012) demonstra que uma das formas possíveis de se buscar superar a invalidação social se dá por meio da aceitação, considerando que o sujeito “normal” pode ser definido como aquele que não se afasta das expectativas que um grupo ou a sociedade de forma geral define e projeta. O trabalho, uma das principais atividades compartilhadas pela maioria das pessoas, pode ser uma das formas encontradas para alterar essa condição.

Apesar de a maior parte dos participantes ter relatado não ter sido sua a iniciativa sobre a inserção no trabalho, a maioria apontou mudanças positivas em sua vida após o início da atividade. Sobre as consequências da inserção no trabalho, foi recorrente, na fala dos entrevistados, a noção de que ele permitiu o estabelecimento de novas relações, bem como o contato com pessoas diferentes, de modo que um dos efeitos foi a elevação da

¹⁰ As “cotas” aqui mencionadas referem-se ao garantido legalmente pela Lei n. 8.213/91, em seu artigo 93, ao preconizar a reserva de vagas no trabalho em instituições com mais de 100 funcionários. Como já indicado, as pessoas com transtorno mental passam a ser contempladas por essa lei a partir da promulgação, em 2009, da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e do entendimento do MPT/RJ em 2012.

autoestima e da autonomia. Todos os participantes inseridos no trabalho indicaram esse acontecimento como um fato positivo em suas vidas.

Tais indicações expressam o valor simbólico do trabalho formal e com direitos e o seu reflexo nas relações. A compreensão dos indivíduos com transtorno mental de que a sua vida mudou com a inserção no trabalho relaciona-se também à mudança com relação à percepção que os outros tinham acerca deles. Eles não eram vistos como sujeitos sem valor e que, como tal, seriam dispensáveis. Nesse particular, a inserção no trabalho promoveu reconhecimento social.

Assim, a promoção da sociabilidade foi destacada pelas pessoas com transtorno mental como consequência fundamental proporcionada pelo trabalho. No entanto, ao lado da sociabilidade foram indicadas em todas as falas as mudanças materiais que eles puderam experimentar com a inserção no trabalho, apesar do baixo retorno remuneratório que alguns experimentavam.

Um dos projetos de inserção no trabalho formal pelas cotas mediava a contratação pela empresa com um contrato de trabalho diferenciado, cuja remuneração ocorria pelo quantitativo de horas trabalhadas no mês, como mecanismo de garantir a flexibilidade na rotina do trabalho com vistas à permanência dos sujeitos na empresa. Desse modo, alguns participantes da pesquisa recebiam abaixo de um salário mínimo.

Quanto a isso, acredita-se que, a despeito da iminente necessidade de sobrevivência material e de realização de outras demandas, independente da remuneração, o que essas pessoas podem experimentar com a inserção no trabalho diz respeito a um tipo de participação mais ativa na vida social que antes não era possível. Não se trata apenas de uma participação enquanto consumidores, possibilidade colocada independente da forma de inserção no trabalho (se formal ou informal), mas de um reconhecimento e aceitação possibilitados pela representação que a figura do trabalhador “de carteira assinada” possui em nossa sociedade, associada ao histórico estigmatizante do transtorno mental. Essa constatação é observável nas entrevistas, quando indagamos o que os usuários participantes gostariam de mudar no trabalho. Apenas três dos 12 entrevistados fizeram menção a mudar o salário.

Para essas pessoas, pelo que o material permite inferir, estar no espaço do trabalho formal, ainda que mal remunerado, é o que garante o senso de pertencimento social, reforçando os argumentos dos profissionais entrevistados. A esse respeito, reproduz-se a seguir um trecho do texto de Saraceno (1998) que é bastante elucidativo:

Hace muchos años visité un taller de rehabilitación para pacientes dentro un hospital psiquiátrico. Los pacientes producían objetos de terracota y los mandaban a unas tiendas de la ciudad. La ciudad en que se encontraba el hospital era constantemente visitada por los turistas que querían comparar los objetos de terracota que son una artesanía muy renombrada de aquella ciudad. Pregunté a uno de los pacientes cómo le iba el

negocio: vendían muchos de sus objetos de terracota? La respuesta fue simple y clara: ‘ni uno vendemos [...] porque los turistas no son tontos y comparan artesanía de buena calidad en las tiendas y la nuestra es fea’. Volví dos años después y me explicaron que ahora los pacientes ya no trabajan más en el hospital porque tenían una tienda propia de artesanía en la ciudad. Fui a visitarlos y con mucho entusiasmo. Otra vez hice mi pregunta: vendían mucho o poco. El mismo señor de hace dos años me contestó: ‘No vendemos nada’. Y por qué? ‘Los turistas miran y siguen adelante para otras tiendas que venden artesanía de mejor calidad que la nuestra’. Yo puse una cara triste pero el señor se dio cuenta e me dijo: ‘Ahora sí que estamos contentos, ahora es muy diferente que antes’. Yo no veo mucha diferencia. El señor me dijo con voz clara y alegre: ‘Mire, hace dos años yo era un psicótico que hacía terracota fea. Ahora yo soy el dueño de una tienda de artesanía de esta ciudad, psicótico todavía, y el business (así dijo) anda muy mal, como muchos otros en este país. Somos comerciantes en dificultades’. (SARACENO, 1998, p. 14-15).

Diante do exposto, acredita-se ter encontrado alguns elementos importantes para compreender a demanda das pessoas com transtorno mental pelo emprego, bem como a diferença que se estabelece entre esse tipo de inserção e aquela proporcionada pelas atividades de trabalho protegido (circunscritos aos serviços de saúde mental). Tendo o trabalho o seu sentido encerrado no emprego e considerando a formação socioeconômica da sociedade brasileira, apesar da histórica presença do trabalho informal, qualquer atividade livre de vínculo e de direitos torna-se menos valorizada e, muitas vezes, é associada ao não trabalho.

Percebe-se que é somente nessa sociedade, armada pelo trabalho, que os sujeitos se relacionam quase exclusivamente como trabalhadores (DUAYER, 2012). Em outras formações sociais, cujas relações não foram desenvolvidas com base no valor de troca, as pessoas não se relacionavam eminentemente como trabalhadores. Nessas sociedades, a articulação e o pertencimento dos sujeitos não se dão pelo trabalho (DUAYER, 2012) e o trabalho não se constitui, tal qual ocorre na sociedade capitalista, como principal categoria de mediação social (POSTONE, 2014). Na sociedade capitalista, o trabalho é a atividade que garante o pertencimento, enquanto que nas outras formações sociais é por pertencer que o sujeito trabalha.

Dessa forma, a análise das falas permitiu identificar que, nesse universo de pesquisa, o valor do trabalho formal e com direitos se relaciona mais ao senso de pertencimento e reconhecimento social do que ao retorno material que ele proporciona.

Ao considerar o contexto das entrevistas, foi possível perceber uma distinção importante no discurso dos usuários entrevistados. No caso daqueles que não estavam inseridos no trabalho, o discurso apresentava-se de maneira negativa, centrado na impossibilidade como consequência imutável atrelada ao adoecimento. Aqueles que estavam empregados, no entanto, expressavam-se de um lugar distinto e através de um discurso positivo.

Relatavam seus problemas e dificuldades, mas não o faziam a partir do lugar do desqualificado e da invalidação social, comumente relacionado à figura da pessoa com transtorno mental. Por mais que essa constatação, fora de um contexto teórico crítico ao trabalho, possa parecer uma apologia ao trabalho abstrato, alienado, o que percebemos foi que a inserção no trabalho formal, no emprego, possibilitou a vivência a partir de uma identidade validada e compartilhada socialmente: a de trabalhador.

Sabe-se que o trabalho, ao ser transformado em instituição, e considerando o seu significado para o conjunto das relações sociais, compreende-se que ele “instala psicologicamente um elemento organizador e estruturante do sujeito em relação ao mundo” (FERNANDES, 1990, p. 41).

Na perspectiva da desinstitucionalização, a inserção das pessoas com transtorno mental no trabalho formal não deve se colocar como uma via de normalização (embora não esteja isenta desse risco). Ao contrário, deve buscar garantir direitos gerais e específicos, tais como: flexibilidade na carga horária, garantia de continuidade no tratamento médico e terapêutico etc. Para o campo da saúde mental, em primeiro lugar, trata-se de garantir o acesso a um direito social negado historicamente a esse público, qual seja, o trabalho, para em seguida elaborar reivindicações mais específicas para esse conjunto de trabalhadores, sem abandonar as questões gerais.

O que o material analisado para a pesquisa da tese permitiu inferir é que a inserção na condição de trabalhador com carteira assinada possibilitou a vivência de uma experiência comum à maioria das pessoas nessa sociedade. Essa vivência não está isenta de outros problemas e questões, as quais as pessoas com transtorno mental não vivenciavam. A inserção no emprego, sem que se desconsidere o seu potencial negativo, demonstrou ter uma importante repercussão simbólica com potencial de efeitos políticos. Agora, compartilhando o mesmo tipo de experiência que os demais sujeitos, os indivíduos com transtornos mentais podem também se unir nas reivindicações por direitos que não sejam exclusivamente relacionados a questões de saúde mental, na luta por melhorias de condições de vida e por outra condição de trabalho (não alienado).

Do ponto de vista social, o saldo com essa inserção está situado no âmbito qualitativo das relações sociais, cuja compreensão se estabelece melhor na medida em que se torna histórico o objeto em questão, contextualizando a trajetória histórica da loucura, especialmente a partir do final século XVII.

Conclusão

A partir dos dados analisados pela pesquisa, identificou-se que a entrada no trabalho formal e com direitos, a despeito das críticas sobre ele,

pode representar um patamar de reconhecimento social positivo sobrepujando as associações de valores negativos atrelados à questão do transtorno mental. Em relação aos aspectos positivos, o trabalho formal propicia, de forma objetiva e simbólica, a aquisição do estatuto de cidadania, cuja importância foi forjada e reproduzida por esse sistema social. Para esses sujeitos, o trabalho proporciona pertencimento e os retira do lugar de cidadãos de segunda classe.

Se, por um lado, a forma socialmente determinada do trabalho aliena e expropria, condiciona e submete, por outro, mesmo os estudos mais comprometidos com a crítica da sociedade capitalista e, por conseguinte, do trabalho no interior dessa formação social, não podem desprezar os elementos da vida real dos sujeitos no mundo real, onde o trabalho abstrato tornou-se uma mediação central (POSTONE, 2014).

Dessa forma, acredita-se que a crítica negativa ao trabalho no capitalismo, exposta por Marx e desenvolvida por outros marxistas, é pressuposto indispensável para que se construam, por meio da práxis transformadora indicada por Mészáros (2003), estratégias e formas de superação dessa atividade alienada que o trabalho assume. No entanto, ainda segundo Mészáros (2003), isso não ocorre independente de uma tomada de consciência de seus interesses por parte da classe trabalhadora. Eis aqui o que parece ser um dos maiores desafios de nosso tempo a movimentar estudos e investigações: a necessidade histórica desse processo fundamental de tomada de consciência diante do enorme contingente populacional em escala global que se encontra desprovido da única possibilidade de sobrevivência: a venda de sua força de trabalho.

Somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto de toda a história, é de que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer a história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda história. (MARX; ENGELS, 2007, p. 39).

No universo particular em que essa temática se insere e que conduz ao debate sobre validação-invalidação social, identificou-se pela análise do material que uma das funções da inserção no trabalho é a sua capacidade de promover reconhecimento e pertencimento social, ou seja, a capacidade de “habilitar” no âmbito das relações sociais capitalistas.

O sistema sociometabólico (MÉSZÁROS, 2003) do capital subverteu a experiência da loucura e a enquadrando no interior de um sistema científico que fosse capaz de explicá-la, normatizá-la, contê-la e adaptá-la a partir dos valores que sustentam a racionalidade hegemônica. Nesse processo, a experiência da loucura foi classificada primeiramente como

alienação mental, doença mental e finalmente como transtorno mental. No que diz respeito às três últimas denominações, muda-se a nomenclatura com o intuito de acompanhar os avanços sociopolíticos de cada tempo histórico. Contudo, em última instância, a experiência da loucura continua a significar algo que precisa ser enquadrado, ou seja, algo que está fora do padrão.

Nos marcos da sociedade capitalista, o trabalho não pode ser vivenciado como ato de liberdade. Inversamente, ele é realizado, para além da necessidade material, como necessidade de pertencimento que, no atual estágio do desenvolvimento social, pode ser concebido pela limitada condição de exercício da cidadania. Portanto, antes de o trabalho ser um ato de liberdade, ele é atividade que garante esse pertencimento.

No capitalismo, a liberdade quase que desaparece em função da coerção para a produção de valor. Nesse processo, em que o trabalho volta-se para a produção de valor – produzir dinheiro em forma de coisa –, a coerção se dá de forma ainda mais violenta, porque muitas vezes é irreconhecível. Desse modo, forja, por meio da violência econômica e simbólica, a subordinação dos trabalhadores às constrições impostas por esse trabalho, do qual, ao que parece, ainda não se pode escapar isento dos riscos sociais e simbólicos que o lugar do não trabalho impõe ao sujeito.

Reitera-se, portanto, a assertiva de Castel (1998) e Antunes (2005) acerca da importância do trabalho para além da sua dimensão estritamente econômica, quer dizer, para a sua relevância no universo simbólico, psicológico e cultural dos sujeitos.

Nesse sentido, sem perder de vista o horizonte particular da trajetória da loucura na sociedade capitalista, aventa-se que a percepção do trabalho como atividade comum a todos os sujeitos desta formação social (portanto, de quem é “normal”) não é exclusiva das pessoas com transtorno mental. O que há de particular em relação ao grupo em questão foi a sua não representatividade histórica nesse universo do trabalho historicamente específico, justificada pelo suposto conteúdo negativo inerente ao transtorno mental.

Referências

- ANTUNES, R. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. R. O Caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BASAGLIA, F. *Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BRASIL. Lei n. 8.213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DUAYER, M. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 10, 2012.
- ENGEL, M. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- FACCHINETTI, C. Philippe Pinel e os primórdios da medicina mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia*, São Paulo, v. 11, n. 3, set. 2008.
- FERNANDES, M. I. A. A subjetividade à luz de uma teoria de grupos. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1990.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- GOMES, T. M. da S. *Para além da rima pobre do capital: questões sobre a inserção de pessoas com transtorno mental no trabalho formal*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2014.
- _____. T. M. da S. *De cidadão e louco*. O debate sobre a cidadania do louco a partir do caso do Centro de Atenção Psicossocial. Dissertação (Mestrado). UFF, Rio de Janeiro, 2006.
- _____. T. M. da S. *A serpente se foi e agora? Saúde Mental e trabalho, um caminho possível*. Trabalho de Conclusão de Curso. UFF, Niterói, 2003.
- LUKÁCS, G. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. São Paulo: Lech, 1978.
- _____. *Para uma ontologia do ser social*. 1979. Mimeo.
- KOSIK, K. *A dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- MÂNGIA, E. F. Psiquiatria e tratamento moral. *Revista de Terapia Ocupacional*, São Paulo, v. 8, n. 2/3, 1997.
- MARX, K. *O capital*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- _____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- NICÁCIO, F. N.; MANGIA, E. F.; GHIRARDI, M. I. G. Projetos de inclusão no trabalho e emancipação de pessoas em situação de desvantagem: uma discussão de perspectivas. *Revista de Terapia Ocupacional*, São Paulo, v. 16, n. 2, maio/ago. 2005.
- POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social*. Rio de Janeiro: Boitempo Editora, 2014.
- ROSA, L.; CAMPOS, R. Saúde mental e classe social: Caps, um serviço de classe e interclasse. *Revista serviço social e sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 144, abr./jun. 2013.
- ROTELLI, F.; DE LEONARDIS, O.; MAURI, D. *Desinstitucionalização*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001.
- SALIS, A. C. Projeto gerência de trabalho e inclusão social de usuários de saúde mental. *Revista Psicologia: ciência e profissão*, v. 33, n. 3, 2013.
- SARACENO, B. *La ciudadanía como forma de tolerancia*. 1998. Mimeo.
- SASSAKI, R. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
- _____. Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão. *Revista Reação*, São Paulo, ano XIV, n. 87, jul./ago. 2012.
- THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.
- VENÂNCIO, A. T. et al. *O campo da atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Te Corá Editora, 1997.

Recebido em 01 de maio de 2016.

Aprovado para publicação em 11 de agosto de 2016.

DOI 10.12957/rep.2017.30383



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

De Cidade Maravilhosa à cidade mercadoria: o Rio de Janeiro como valor de troca

From wonderful city to merchandise city:
Rio de Janeiro as an exchange value

Ana Carolina Brandão Vazquez*

Resumo – Este artigo tem como objetivo fomentar o debate acerca da reprodução das relações de produção capitalistas e seus impactos na produção social do espaço. Focaliza, em especial, os processos de reordenamento urbano promovidos na cidade do Rio de Janeiro a partir da gestão do Prefeito Eduardo Paes, com vistas a adequar a cidade para a recepção dos grandes eventos esportivos. Para tanto, valemo-nos do método materialista-dialético de análise, utilizando, principalmente, as contribuições do pensamento de Henri Lefebvre. O resgate do pensamento lefebvriano acerca do espaço e seus usos se justifica ainda na contemporaneidade, especialmente em tempos de capital financeirizado, que permite que a fragmentação do espaço subordine cada vez mais seu valor de uso ao valor de troca.

Palavras-Chave: reordenamento urbano; capital financeiro; direito à cidade; planejamento estratégico.

Abstract – This article aims to promote the debate about the reproduction of capitalist production relations and their impacts on the social production of space. It focuses, in particular, on the processes of urban reorganization promoted in the city of Rio de Janeiro by Mayor Eduardo Paes, with a view to adjusting the city for the reception of major sporting events. For this, we make use of the the materialistic-dialectical method of analysis, using mainly the contributions of Henri Lefebvre. The recourse to Lefebvre's ideas on space and its uses is still justified in contemporary times, especially in times of financialized capital, which allows the fragmentation of space to subordinate its use value more and more to the value of exchange.

Keywords: urban redevelopment, financial capital, right to the city, strategic planning.

* Assistente social. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Correspondência:* Rua Conde de Bonfim, 1136/202, Tijuca - Rio de Janeiro - RJ. CEP: 20530-003. *Email:* <acbvazquez@gmail.com>.

Introdução

Desde que foi anunciado que o Rio de Janeiro seria cidade-sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, muito se tem produzido acerca das intervenções urbanas promovidas pela prefeitura (em parceria com a iniciativa privada) nos espaços da cidade. Contudo, uma análise mais pormenorizada aponta que esse reordenamento urbano não se apresenta como uma novidade; ao contrário, está em curso, pelo menos, desde o início da década de 1990, a partir da gestão do prefeito César Maia, inspirado no “modelo Barcelona”, como ficou conhecido o conjunto de transformações urbanísticas realizadas na capital catalã por conta dos Jogos Olímpicos de 1992.

É importante comentar que o conjunto de intervenções no espaço urbano na cidade de Barcelona, em preparação para sediar os Jogos Olímpicos de 1992, tornou-se um “modelo” para os especialistas em planejamento urbano. Na ânsia de integrar a cidade à esfera da globalização, esse modelo de gestão submete a cidade a uma lógica empresarial, a fim de torná-la competitiva para o mercado. Sendo assim, as cidades disputam entre si pelo investimento de capital, tornando-se flexíveis às suas exigências, em detrimento do seu uso social por parte de seus habitantes.

Desse modo, seguindo o rastro das análises de Vainer (2000), perguntamo-nos se, de fato, a preparação da cidade para receber esses megaeventos aconteceu em decorrência dos jogos em si, ou se, antes, a vinda dos jogos para o Rio de Janeiro foi uma consequência da maturação de um projeto de cidade que vem sendo gestado desde a década de 1990. O que um estudo mais profundo parece demonstrar é que o processo de reestruturação urbana, ocorrido mais intensamente a partir de 2009, na gestão do prefeito Eduardo Paes, passa ao largo de caracterizar-se como um processo surgido para adequar a metrópole à recepção de grandes eventos esportivos. Mas, sobretudo, trata-se de um projeto calcado na desapropriação de espaços urbanos centrais com o fim de criar novos fluxos de acumulação do capital, introduzindo uma política urbana orientada pela lógica neoliberal.

Deste modo, mais do que motivo das intervenções urbanas vivenciadas no Rio de Janeiro, os megaeventos caracterizaram-se como a possibilidade de realização de um projeto de cidade que há muito vem sendo pensado e concretizado.

1. O processo de mundialização do capital e seus impactos na reconfiguração do espaço urbano

Se, na contemporaneidade, a reconfiguração do espaço urbano tem no capital financeirizado a principal expressão do processo de acumulação capitalista, as transformações urbanas têm raízes mais profundas

no capitalismo, tornando urbanização e produção um par dialético, configurando e reconfigurando a cidade de acordo com a necessidade do capital. Nesta direção, Harvey (2014, p. 30) argumenta que o surgimento das cidades modernas está diretamente atrelado à “concentração geográfica e social de um excedente de produção”, sendo a urbanização um fenômeno de classe, haja vista que “os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos”. Assim,

O capitalismo fundamenta-se, como nos diz Marx, na eterna busca da mais-valia (lucro). Contudo, para produzir mais-valia, as capitalistas têm que produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. (HARVEY, 2014, p. 30).

Essa “eterna busca por mais-valia”, da qual nos fala Harvey (2014), tem no reinvestimento de parte dos excedentes de produção uma de suas bases, o que resulta numa expansão da produção de excedentes, implicando a criação de novos fluxos de escoamento. Quando esse escoamento é obstaculizado, defrontamo-nos com uma crise cíclica do capital.¹

De acordo com Harvey (2014), é exatamente nos períodos de crise que a urbanização desempenha um papel ativo no que tange à absorção da produção excedente. Para exemplificar essa afirmação, o autor utiliza como exemplo a cidade de Paris no Segundo Império. Para ele, os projetos e construções operados por Haussman em 1853, em Paris, tinham como finalidade contribuir, por meio da urbanização, para a resolução dos problemas gerados pelo excedente de capital, convertendo-se em “um instrumento fundamental para a estabilização social” (HARVEY, 2014, p. 34).

No rastro dessas análises, Harvey (2014) intenta demonstrar que em todas as crises cíclicas do capital a urbanização desempenhou um papel crucial na garantia da expansão do capital. Entretanto, os processos urbanísticos assumiram novos contornos de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, apresentando, contemporaneamente, o mercado imobiliário como principal canal de escoamento “para parte significativa do excedente de capital” (HARVEY, 2014, p. 40).

O processo de mundialização do capital, vivenciado na atualidade, caracteriza-se como um “novo conjunto de relações internacionais e internas, que ‘formam um sistema’ e que modelam a vida social, não apenas no plano econômico, mas em todas as suas dimensões”, reconfigurando o capita-

¹ De acordo com Netto (2012), “[...] crises, não só as financeiras, fazem, também necessariamente, parte da dinâmica capitalista – não existe capitalismo sem crise. São próprias deste sistema as crises cíclicas [...] que se manifestam quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida”.

lismo mundial e os “mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação” (CHESNAIS, 1996, p. 13-14). Dessa forma, pressupõe uma nova configuração do espaço urbano, produzindo transformações que interferem diretamente na reorganização da metrópole como lócus privilegiado de reprodução do capital, orientando um novo processo de urbanização. Todavia, ao mesmo tempo em que potencializa a extensão do capital às esferas espaciais em escala exponencial, não elimina, mas agudiza as contradições socioespaciais. Assim, a mundialização do capital, sob a hegemonia do capital financeiro, se concretiza na cidade a partir do investimento no setor imobiliário.

A relação entre desenvolvimento capitalista e urbanização se agudiza em tempos de capital financeirizado, propiciado pela ofensiva neoliberal, atingindo de forma profunda o acesso à cidade pela classe trabalhadora. Ainda segundo Harvey (2014, p. 70-71),

Desde meados da década de 1980, a política urbana neoliberal [...] concluiu que a redistribuição da riqueza a bairros, cidades e regiões menos favorecidas era inútil, e que, em vez disso, os recursos deveriam ser canalizados para os pólos de crescimento ‘empresarial’ mais dinâmicos. Uma versão espacial do efeito transbordamento se encarregaria então [...] de resolver todas essas desagradáveis desigualdades regionais, espaciais e urbanas. Entregar a cidade aos empreiteiros e aos especuladores financeiros redundaria no benefício de todos!

Tendo em vista que “a terra não é uma mercadoria no sentido corrente do termo, mas uma forma fictícia de capital que deriva das expectativas de aluguéis futuros” (HARVEY, 2014, p. 70), a especulação em torno dela tem propiciado um processo de gentrificação e valorização de acordo com a demanda do capital. A orientação das agências multilaterais, como o Banco Mundial, favorece o capital especulativo, atribuindo à desregulamentação do sistema financeiro a rápida expansão do financiamento imobiliário, em que o sistema de crédito desempenha papel fundamental.

O capital fictício² tem, assim, estreita ligação com os mercados fundiários e imobiliários. Sob esta perspectiva, Harvey (2014, p. 89) atenta para o fato de que,

Quando bancos emprestam a outros bancos, ou quando o Banco Central empresta aos bancos que emprestam a especuladores imobiliários em busca de aluguéis adequados, o capital fictício parece cada vez mais uma regressão infinita de ficções construídas sobre ficções. O alavancamento a níveis cada vez mais altos (conceder empréstimos trinta vezes, e não três, a quantidade de depósito em espécie disponível) aumenta as

² No que diz respeito ao capital fictício, o autor se apoia nas formulações de Marx e o descreve como sendo “algo real, mas que é um fenômeno superficial que mascara alguma coisa importante das relações sociais subjacentes” (HARVEY, 2014, p. 88).

quantidades fictícias de formação e fluxos de capital. E são esses fluxos que convertem os bens imóveis em algo irreal.

No que tange à cidade do Rio de Janeiro, que é nosso objeto de análise, os processos de urbanização sempre foram orientados segundo as demandas do capital, em detrimento das necessidades de uso da população, especialmente da população pobre. O processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, apesar de iniciado no fim do século XIX, se adensa consideravelmente na gestão municipal do prefeito Francisco Pereira Passos, nomeado diretamente pelo então presidente da República, Rodrigues Alves. O conjunto de intervenções no espaço urbano promovido por Pereira Passos tem como premissa a adequação da forma urbana “às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital” (ABREU, 1997, p. 59), que incluíam uma sucessão de obras, indo desde os alargamentos de avenidas à desapropriação de casas e habitações das classes subalternas.

Segundo Abreu (1997), a Reforma Passos foi importante, principalmente, por representar como as novas formas de organização da vida social determinam novas funções à cidade. Além disso, caracterizou-se como “o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, reorganizado agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres nas áreas mais valorizadas da cidade” (ABREU, 1997, p. 66).

Na atualidade, sob a égide do capital financeiro, vemos o acirramento dessas contradições com mais clareza: em contraposição à chamada integração da cidade aos processos da economia global, há uma deterioração das relações sociais no âmbito da vida cotidiana, com o enfraquecimento dos laços de pertencimento a uma rede comunitária, de vizinhança, de solidariedade. Isso se dá, em grande medida, em consequência da valorização do espaço enquanto valor de troca, em detrimento da sua realização enquanto valor de uso, que só pode ganhar sentido nas relações da vida cotidiana.

A ofensiva neoliberal ocorrida no Brasil nos anos de 1990 impacta sobremaneira as políticas urbanas, propiciando um novo tipo de planejamento, flexível e orientado pelo e para o mercado. Essa nova forma de gerir as cidades é chamada por Harvey (2005, p. 174) de *empreendedorismo urbano* e “se apóia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio de construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico”. Nesse sentido, o Estado cumpre um papel fundamental como instância necessária à criação das condições propícias à realização do parcelamento e à valorização do solo segundo as demandas do capital.

A escolha da cidade do Rio de Janeiro para ilustrar as transformações contemporâneas do planejamento urbano de acordo com as demandas do capital não se dá de maneira aleatória. Sua importância nesse cenário se

traduz em face do seu pioneirismo, haja vista ter sido a primeira cidade brasileira a aderir ao empreendedorismo urbano, através da formulação de um Plano Estratégico próprio, baseado em experiências internacionais.³

Experimentado pela primeira vez sob a gestão do prefeito César Maia (1993-1996), e em consonância com as agências multilaterais, o Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro (PECRJ) segue a premissa da busca pelo desenvolvimento econômico e social articulado aos processos de globalização e mundialização, com vistas a transformar a cidade numa cidade-empresa⁴. Para tal, é necessário que exista uma administração eficiente, que possa “diagnosticar” (no sentido mais funcionalista do termo) quais são os pontos fracos e fortes da cidade, a fim de resolver os primeiros e potencializar os segundos, minimizando os “riscos” de investimento.

A elaboração do primeiro PECRJ se deu através da criação do Rio Sempre Rio, um consórcio de organizações público-privadas que teve como objetivo a formulação do plano. Cumpre enfatizar que, além da elaboração do PECRJ, e na esteira de suas formulações, a gestão do Prefeito César Maia foi marcada por intervenções importantes no reordenamento urbano da cidade, tendo como projetos mais proeminentes o Rio Cidade e o Favela-Bairro.⁵

Assim, o Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro torna-se fonte fundamental para entendermos de que forma o Estado facilita e garante a remodelação do espaço urbano segundo as necessidades das relações de produção capitalistas. Sob a falácia do Estado mínimo, contida no discurso neoliberal, o que percebemos é uma intervenção direta do Estado nas políticas de planejamento urbano favoráveis ao desenvolvimento capitalista, sendo o Plano Estratégico um de seus mecanismos.

Desde 1993, com a formulação do primeiro Plano Estratégico para a cidade, outros planos, de outras gestões, foram elaborados, todos cumprindo a mesma premissa: aperfeiçoar o Rio de Janeiro enquanto cidade competitiva para o mercado mundial. Se há diferença entre eles, essas se caracterizam como pontuais, no sentido de atender de maneira mais satisfatória às tendências do mercado mundial, de acordo com as mudanças nas exigências atribuídas pelas agências de fomento internacionais.

O que nos chama atenção para fins deste artigo, todavia, são as permanências. Em todos eles vigora uma proposta “de abertura e extroversão econômicas propugnadas pelo receituário neoliberal. [...] o mercado constituído pela demanda de localizações pelo grande capital é o que qualifica a cidade como mercadoria” (VAINER, 2000, p. 80). O que per-

³ Para Maricato (2015, p. 88-89), os Planos Estratégicos são ações inspiradas no Modelo Barcelona, que prometem “conduzir qualquer cidade ao pódio restrito das fashionable cidades globais. [...] Apesar da roupagem democrática e participativa, as propostas dos ‘planos estratégicos’ combinaram-se perfeitamente ao ideário neoliberal que orientou o ajuste das políticas econômicas nacionais, por meio do Consenso de Washington”.

⁴ Vainer (2009).

⁵ Podemos inferir que os projetos Rio Cidade e Favela-Bairro foram os carros-chefes da gestão do prefeito César Maia, tendo impactos profundos sobre o planejamento urbano na cidade. Desse modo, merecem estudos aprofundados, o que foge ao escopo deste artigo.

cebemos, portanto, é um processo de homogeneização da cidade, a fim de tornar a experiência do Modelo Barcelona universal, haja vista que as condições para sua efetivação devem ser as mesmas em todos os lugares.

Sob a influência do “modelo Barcelona”, como já supracitado, o I PECRJ projetou um modelo de cidade que orientaria suas ações interventivas no espaço urbano de acordo com os interesses das grandes corporações internacionais. Essa tendência permanece nos planos posteriores, expressando um padrão de gestão urbana em consonância com a lógica neo-liberal. Desta feita, o planejamento estratégico consiste em deixar as cidades mais competitivas aos olhos do capital financeiro internacional, transformando-as em polos atrativos para o estabelecimento do capital transnacional.

A vitória da cidade do Rio de Janeiro como cidade-sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 propicia o terreno fértil para o aprofundamento das estratégias de *empreendedorismo urbano* iniciadas nos anos de 1990 (HARVEY, 2005). Com a ascensão de Eduardo Paes à Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2009, o processo homogeneizador identificado nos planos estratégicos, não só para a cidade do Rio de Janeiro, mas como mecanismo fundamental para a construção de uma cidade competitiva ao redor do mundo, pode ser claramente flagrado.

Comandada pela Secretaria de Ordem Pública, a Operação Choque de Ordem combinava ações, como a repressão ao trabalho informal de camelôs, o recolhimento da população em situação de rua, a internação compulsória de usuários de drogas, em especial o crack, a demolição de imóveis “irregulares”, a construção de “eco limites”, com o intuito de impedir o crescimento das favelas, etc. Segundo Eduardo Paes, essas intervenções no espaço urbano aconteceriam em prol de um “restabelecimento da autoridade municipal e de um cuidado com a cidade”.⁶ Sob este discurso comecem a ser erigidas as condições para obtenção de um consenso em torno desse projeto de cidade. Desse modo, esvazia-se seu sentido político e enaltece-se a importância da coesão e da solidariedade entre os diferentes segmentos da população carioca em prol do “bem-estar” da cidade⁷, a fim de torná-la um polo de desenvolvimento, trazendo o progresso e benefícios para seus habitantes.

A necessidade do consenso torna-se, portanto, condição indispensável para a instauração do modelo de cidade competitiva. “Sem consenso não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O plano estratégico supõe, exige, depende que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno do projeto” (VAINER, 2000, p. 91).

⁶ Fala do prefeito Eduardo Paes em entrevista concedida ao RJTV 1ª edição em 6 de abril de 2009. <http://globotv.globo.com/rede-globo/rjtv-1a-edicao/v/eduardo-paes-fala-das-operacoes-choque-de-ordem/996243/>

⁷ Segundo Vainer (2009), é necessária a instauração da cidade como um sujeito coletivo, no imaginário social, para, assim, criar as bases necessárias para a obtenção do consenso.

Há, portanto, uma subordinação da política à gestão empresarial, com vistas a converter a cidade em uma mercadoria vendável, a fim de agradar um “mercado extremamente competitivo, onde outras cidades também estão à venda” (VAINER, 2000, p. 78). É preciso, assim, articular o plano local, no qual figuram as cidades, ao plano mundial, possibilitando a realização da reprodução social de acordo com a reprodução do capital.

Se, por um lado, essa forma de gerir a cidade traz grandes ganhos ao capital internacional, por outro interfere de forma nociva nas relações sociais e cotidianas estabelecidas pelos seus habitantes, em que pese, principalmente, a parcela empobrecida. Contraditoriamente, através do *slogan* da diversidade cultural, do respeito às diferenças locais e do desenvolvimento sustentável, o novo modelo de cidade proposto nos planos estratégicos “implica um processo de homogeneização e estabelecimento de padrões ideais de comportamento e modos de habitar a cidade” (CUNHA, 2013, p. 328). Deste modo, o processo homogeneizador imposto por esse modelo de gestão “eficiente” tende a promover

processos de gentrificação e transformação de bairros populares, muitas vezes identificados como bairros problemáticos e indesejáveis, em espaços enobrecidos e, consequentemente, inacessíveis à sua população de origem. Associados ao encarecimento do solo urbano e à especulação imobiliária, tais processos teriam tornado a cidade inacessível ao cidadão comum. (CUNHA, 2013, p. 328).

Como já mencionado, o remodelamento urbano, a partir das demandas do capital, não é uma novidade. A cidade do Rio de Janeiro, em particular, vivenciou inúmeros processos de intervenções urbanísticas a fim de se adaptar às exigências da sociedade burguesa. Ao longo do século XX, várias foram as gestões municipais que se encarregaram dessa tarefa. Entretanto, as medidas utilizadas de maneira mais aprofundada na gestão do prefeito Eduardo Paes, com vistas a mais um processo de reordenamento urbano, tornam-se emblemáticas, ao passo em que se sobrepõem à ordem democrática, aviltando direitos constitucionalmente garantidos.

O esforço, portanto, se traduz na necessidade de flagrar a ação do Estado no processo de conformação do espaço urbano e suas diferentes estratégias de intervenção, de acordo com as correlações de força presentes e a necessidade dessas medidas no processo de valorização do capital. A revitalização urbana, deste modo, faz parte de um projeto mais amplo que tende a expulsar os pobres dos centros (e zonas valorizadas) da cidade, em prol de “camadas restritas da sociedade” (SANTOS, 2012, p. 131). Nessa direção, é necessário aclarar o significado dessas ações dentro de um período de mundialização do capital e hegemonia do capital financeiro.

2. A atualidade da perspectiva marxista de análise da realidade concreta: contribuição do pensamento de Henri Lefebvre no que tange à produção social do espaço

Partimos do pressuposto de que é no espaço da cidade que se realizam a hegemonia e a dominação da classe burguesa através do capital financeirizado, agudizando e tensionando as contradições quanto à sua função social, em contraposição à sua utilização como polo de especulação e valorização do capital. Analisar, portanto, a cidade como arena privilegiada da luta de classes torna-se fundamental para avaliarmos os processos de reordenamento urbano que vivenciamos na contemporaneidade. Nesse sentido, utilizando os pressupostos teóricos do pensamento de Henri Lefebvre, pretendemos lançar luz a esse modelo de cidade que vem sendo projetado na cidade do Rio de Janeiro.

Ao estudarmos o espaço como um elemento da realidade social, enxergamo-lo como parte da totalidade, sem a qual as relações sociais não se realizam, ou se realizam de forma parcial. Assim, entendemos o espaço como construído para atender às perspectivas de um dado modo de produção em uma determinada sociedade, dentro de um tempo histórico determinado, sendo, portanto, uma produção social.

Nesse sentido, o espaço torna-se “suporte de relações econômicas e sociais” (LEFEBVRE, 2006, p. 35), inserido que está no processo de reprodução da vida social. A organização e produção do espaço permitem a realização das relações sociais, sendo condição necessária para sua existência, haja vista que “elas se projetam em um espaço, elas se inscrevem nele, produzindo-o. Senão, elas permanecem na abstração ‘pura’” (LEFEBVRE, 2006, p. 38). Sob este ângulo, procuraremos flagrar a construção do espaço dentro do modo de produção capitalista.

Centramos, assim, nossa discussão na importância do espaço para a reprodução das relações sociais de produção capitalista, ao mesmo tempo em que se transforma em potência revolucionária e de resistência: espaço de contradição. Para explicarmos, portanto, a centralidade do espaço nos termos supracitados, recorreremos, mais uma vez, à tradição marxista, que tem em Henri Lefebvre, no que tange à teoria da produção social do espaço, seu principal expoente.

Nesse sentido, pensamos o espaço não encerrado nele mesmo, nem como simples modificação da natureza pelo homem, mas como produto das necessidades do capital, fator fundante e fundamental no que se refere ao direito à cidade. Essa tarefa se faz necessária, ainda na contemporaneidade, haja vista a submissão do espaço à lógica do mercado, mas também pela sua potencialidade criadora e transformadora. Assim, “a análise se refere ao conjunto de atividades prático-sociais, na medida em que elas se imbricam num espaço complexo, urbano e cotidiano, assegurando até certo ponto a reprodução das relações de produção (relações sociais)” (LEFEBVRE, 2008, p. 18).

Como enfatiza Lefebvre (2008), não há uma ligação transparente, facilmente apreendida, entre relações de produção e produção do espaço. Isso acontece porque o espaço, na sociedade capitalista, aparece fetichizado, reificado, não se revelando nas suas relações sociais. Desse modo, através da teoria da produção social do espaço, o autor busca desmistificar essa relação. A teoria da produção social do espaço, portanto, é um recurso metodológico que visa reconstruir as determinações da realidade, uma vez que essas relações e determinações entre espaço e modo de produção não são evidentes. Sob esse viés, pretende-se “não apenas caracterizar o espaço em que vivemos e sua gênese, mas reencontrá-la *através do e pelo* espaço produzido na sociedade atual” (LEFEBVRE, 2006, p. 47 – grifos nossos).

Vale mencionar que Lefebvre entende a esfera da produção capitalista como algo amplo, não apenas circunscrito ao âmbito da produção de coisas/produtos *strictu sensu*, mas também ideológico. Nesta perspectiva, o processo de reprodução ganha outro relevo: o de *re-produção*. A alteração morfológica da palavra não se dá por acaso. Podemos inferir, assim, que, com o emprego do hífen, Lefebvre busca enfatizar o novo sentido sintático dado por ele a esse termo: não se trata *apenas* da repetição das relações de produção capitalistas; não se refere *apenas* à esfera da reprodução biológica e de subsistência; não compete *apenas* à reprodução da força de trabalho. A *re-produção* das relações de produção as engloba mas, ao mesmo tempo, as transcende.

Nosso estudo parte da premissa de que o espaço não é meramente epistemológico, puro; é tampouco um instrumento, uma mediação; não é, ainda, simples reprodução da força de trabalho: ao contrário, o espaço é “uma modalidade da produção numa sociedade, no seio da qual contradições e conflitos se manifestam” (LEFEBVRE, 2008, p. 56). Ele é, portanto, não apenas um produto, mas um processo das relações de produção, um movimento dialético, gerador de contradições. É um conjunto de representações que não só o expressam, mas também o produzem.

Contudo, inserido na lógica das relações de produção capitalistas, o espaço não escapa à sua fragmentação e parcelamento enquanto propriedade privada do solo. Torna-se, portanto, *espaço abstrato*. Ou seja, é o espaço da homogeneização das práticas sociais, espaço das relações capitalistas de produção, fragmentado pela lógica capitalista da mercadoria, fracionado até o ponto de se tornar valor.

O espaço abstrato, portanto, é o espaço da burocracia, da racionalidade e de saberes instrumentais, o espaço mais adequado ao desenvolvimento capitalista, construindo-se a partir da violência, onde predomina a reprodução das relações de produção, com a inserção das ferramentas, da subjugação do valor de uso ao valor de troca, da fragmentação do espaço absoluto (espaço natureza), espaço das trocas de mercadorias. Cria-se, assim, um aspecto de homogeneidade que ratifica as diferenças, ao mesmo tempo em que tenta negá-las.

Esse espaço que se quer homogêneo é o espaço da segregação, da autosegregação (no que diz respeito às classes dominantes, encasteladas em seus condomínios fechados, convivendo somente entre iguais), mas também de uma segregação imposta, construída no exercício da dominação, da organização da vida cotidiana. Nas palavras de Lefebvre (2012, p. 243), “curioso espaço: homogêneo e composto de guetos”. A homogeneização, portanto, implica uma fragmentação do espaço e a hierarquização de relações de poder dentro da experiência das práticas espaciais. Surge, assim, a exigência da vigilância, do controle, a fim de manter a todo custo essa homogeneidade.

Mais uma vez a intervenção do Estado torna-se condição sem a qual esse processo de homogeneização, de construção do espaço abstrato, não seria possível, parcelando o solo, tornando-o mercadoria, planejando urbanisticamente uma cidade que atenda às necessidades do modo de produção capitalista.

Desta maneira, a hierarquização organiza funcionalmente o espaço a partir de um planejamento apartado da vida cotidiana, em detrimento das suas necessidades de uso. Um planejamento baseado numa razão técnica qualificada, que busca sua legitimidade na ciência, nos saberes científicos, na ideologia. Essa hierarquização é planejada através do Estado por meio de políticas públicas, mas também se concretiza pelo próprio mercado imobiliário, fazendo surgir a cidade como espaço privilegiado da acumulação capitalista e, conseqüentemente, da apropriação privada dos territórios interessantes ao capital.

Todavia, dizer que “as cidades se põem, sobretudo, ao serviço do capital é apenas um discurso” (SANTOS, 2012, p. 122). Dessa maneira, vale destacar que, embora fundamental para o processo de re-produção das relações sociais de produção na sociedade capitalista, a produção do espaço não “permitiu sozinha a sobrevivência do capitalismo” (LEFEBVRE, 2006, p. 143). Ao contrário, o espaço, na mesma medida em que proporciona a reprodução das relações sociais de produção, engendra novas relações sociais. Portanto,

Lefebvre atribui a sobrevivência do capitalismo à extensão e ampliação das relações sociais inerentes ao modo de produção capitalista, pesquisadas por Marx, a todo espaço e toda a sociedade, considerando que não há somente reprodução das relações sociais já estabelecidas, mas também a produção de novas relações sociais. (MARTINS, 2014, p. 276).

Sob este registro, como já enfatizado, o espaço não é estático, mecânico, passivo. Ao mesmo tempo em que concentra as condições gerais para a produção e re-produção das relações capitalistas, também age como polo de resistência das classes subalternizadas, engendrando novas relações. Assim, o espaço abstrato também é o espaço da contradição, da negação,

do conflito. É o espaço da resistência e da ocupação. A partir da saturação dessas contradições é possível transformar, através de uma práxis criadora e revolucionária, o espaço abstrato em *espaço diferencial*.

O *espaço diferencial*, na obra lefebvriana, diz respeito à dimensão utópica, ao momento de ruptura e superação da sociedade capitalista. É, necessariamente, heterogêneo o espaço do encontro e da centralidade do ser social. É uma potência. Entretanto, as condições para sua efetivação já estão dadas nas relações sociais contemporâneas, no espaço homogeneizador que é o espaço abstrato. Desse modo, o espaço diferencial só pode surgir através das contradições flagradas no espaço abstrato, religando o que o espaço abstrato separa.

Porém, como transformar esse espaço abstrato, homogêneo, uniforme e fetichizado em espaço diferencial, espaço do novo, das diferenças, da heterogeneidade? Há uma “construção social”, uma “mudança de consciência” que faça com que haja essa transformação substancial da conformação do espaço? É possível, dentro da ordem burguesa, a passagem do espaço abstrato ao espaço diferencial?

A resposta a todas essas indagações é não! Para Lefebvre, ancorado na tradição marxista, apenas a luta de classes pode possibilitar a construção de um novo espaço. Apenas através da luta de classes é possível reivindicar o direito à diferença⁸, em detrimento do direito à propriedade.

A luta de classes? Ela intervém na produção do espaço, produção da qual as classes, as frações e grupos de classe são os agentes. A luta de classes, hoje mais do que nunca, se lê no espaço. Para dizer a verdade, só ela impede que o espaço abstrato se estenda ao planeta, literalmente apagando as diferenças; só a luta de classes tem uma capacidade diferencial, a de produzir diferenças que não sejam internas ao crescimento econômico considerado como estratégia, ‘lógica’ e ‘sistema’ (diferenças induzidas ou toleradas). As formas dessa luta são muito mais variadas que outrora. Dela fazem parte, certamente, as ações políticas das minorias. (LEFEBVRE, 2006, p. 52).

A luta de classes, assim, possibilita o acirramento das contradições, trazendo à tona as diferenças antes dissimuladas no espaço abstrato. Firma, portanto, a classe trabalhadora no seu lugar de potência transformadora, construindo, no interior desse espaço homogeneizado, espaços de resistência e luta.

Logo, em última análise, podemos inferir que a lógica capitalista mistifica as relações sociais, assim como a produção social do espaço. Este espaço, contudo, é sempre um campo em disputa, aberto à conformação e à transformação, repleto e movido pelas contradições, o que possibilita sua

⁸ “Direito de não ser classificado à força em categorias determinadas por potências homogeneizantes” (LEFEBVRE, 1973, p. 38).

superação enquanto espaço abstrato para transformar-se em espaço diferencial.

Considerações finais

Como a construção do espaço não prescinde de uma carga histórica, o peso da formação social brasileira (periférica, tardia e dependente) incide nos usos que fazemos dela. Desta forma, podemos inferir que a maneira como se organizou o espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro reflete a desigualdade social estruturante do nosso processo de formação: ganha relevo, assim, o mito da cidade partida. Aqui, cabe salientar que, se é verdadeira a afirmação de que existem duas realidades espaciais dentro da cidade, também é verdade que essas realidades se imbricam e se produzem dialeticamente; são complementares e não distintas.

Ao longo do século XX, a cidade do Rio de Janeiro foi palco de inúmeros projetos urbanísticos para atender às demandas crescentes do capital. Essas intervenções impactaram consideravelmente o espaço urbano e o uso que os habitantes fazem dele, em especial a população pobre. Desde o “bota abaixo” de Pereira Passos, as classes subalternas vêm sendo expulsas das áreas valorizadas pelos ciclos do capital, sendo cada vez mais remanejadas para as áreas periféricas. No entanto, as intervenções urbanas iniciadas na cidade a partir de 2009, em larga medida legitimadas pela vinda de grandes eventos esportivos para a cidade, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, reorganizaram o espaço urbano de maneira intensa e singular, conjugando não apenas obras vultuosas, mas também o realocamento de comunidades inteiras.

O que presenciamos hoje na cidade do Rio de Janeiro é a erupção de um modelo de cidade vendável e competitiva no mercado mundial. Ou seja, as intervenções urbanas que se processam na cidade do Rio de Janeiro na contemporaneidade se coadunam com as diretrizes das agências multilaterais, no que tange a um ordenamento do espaço nos moldes aceitáveis para torná-la competitiva no mercado mundial das cidades.

O discurso da crise urbana vem legitimar ações de remodelamento da cidade que impactam de maneira irreversível a vida de milhares de cidadãos cariocas, em especial aqueles que habitam áreas interessantes ao capital, o que impulsionou um processo de remoção de moradias sem precedentes na história da cidade. Em estimativa feita por Faulhaber e Azevedo (2015), cerca de 20.299 famílias (aproximadamente 67.000 pessoas) foram removidas de maneira compulsória do seu local de origem durante a gestão do prefeito Eduardo Paes.

Contudo, como nos diz Lefebvre (2008), o espaço deve ser analisado também nas suas temporalidades. O processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro projetou sobre esse espaço camadas e camadas de

modos de vida e interação social, sedimentando sobre ele séculos de luta e resistência em prol da moradia popular, assim como a violência com a qual a classe trabalhadora foi sendo expulsa, por meio de inúmeras intervenções estatais, a fim de atender às necessidades da sociedade burguesa em expansão.

Espaço, portanto, acumulado, simultâneo, flagrante das expressões de dominação nos diferentes tempos históricos. A experiência da moradia configura-se como um registro histórico da produção social do espaço. O que as sucessivas intervenções no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro nos mostram é que, mesmo na produção capitalista do espaço, vamos encontrar uma transformação da sua tipologia, da sua forma/conteúdo, que se transforma e renova também na sua condição de valor, seguindo o fluxo das necessidades do capital. Assim, a produção do espaço vai agregando representações sociais que tornam o ato de habitar a cidade carregado de uma simbologia e de uma expressão material renovada.

Referências

ABREU, M. de A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1997.

CHESNAIS, F. *Mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

CUNHA, N. V. da. O “modelo Barcelona” em questão: megaeventos e marketing urbano na construção da cidade-olímpica. *O Social em Questão*, ano XVI, n. 29, 2013.

FALHAUBER, L.; AZEVEDO, L. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. *A Re-produção das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, R. M. de. *Entre o pensar e o viver: um estudo sobre a cidade como espaço estratégico da luta de classe*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2014.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, jul./set. 2012.

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Recebido em 17 de abril de 2017.

Aprovado para publicação em 24 de maio de 2017.

DOI 10.12957/rep.2017.30384



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Mãos que trabalham

Mônica Maria Torres de Alencar*

Em sala de aula, ao refletir com os alunos o texto de Engels *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, escrito em 1876, me vi fascinada com a discussão acerca do processo de especialização que as mãos sofreram no processo de desenvolvimento do homem. Durante milhares de anos, no período de transição do macaco ao homem, as mãos tornaram-se livres e adquiriram uma maior habilidade e flexibilidade. Os homens passaram, cada vez mais, a ter uma maior destreza para a realização das mais diferentes atividades e com isso podiam atender as suas necessidades. Para Engels, “a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele” (p.13). O fato é que, a mão do homem modificou-se ou afinou-se, tornando-se capaz de realizar novas funções, com um grande grau de complexidade. Com o desenvolvimento da linguagem e, sobretudo, do cérebro, o homem foi capaz de executar operações mais complexas e, por consequência, passaram a se propor e alcançar objetivos elevados.

Foi a partir do registro desta reflexão que comecei a me interessar pelas mãos humanas, observando-as em ação, nas mais diferentes atividades e movimentos. O passo seguinte foi dedicar-me a produzir imagens fotográficas de mãos, primeiro com um sentido mais aberto, ao considerar as várias possibilidades de uso das mãos, dentre as quais se insere a própria

* Doutora em Serviço Social. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do Laboratório de Imagem – LI/FSS/UERJ. *Correspondência*: Rua São Francisco Xavier, 524/sl.8031, bloco D – Maracanã – Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20550-900. *Email*: <monicatalencar@hotmail.com>.

arte em geral, o ato fotográfico, por exemplo, ou mesmo o seu uso cotidiano nos afazeres domésticos e outros tantos atos que não podem prescindir das mãos. As mãos acariciam, em outro momento podem agitar-se e compor uma figura humana em animação e ímpetos profundos, como no calor de uma discussão por exemplo. Podem ser ferozes, habilidosas, sôfregas, pacatas e gentis. Podem oferecer ajuda e conforto para quem delas precisam, se juntarem em oração ou mesmo cometerem atos vis, numa dança de possibilidades de cadências e ritmos.

Todavia, aqui apresento um conjunto de imagens fotográficas que tomam o uso direto das mãos em atividades relacionadas ao trabalho, no qual, homens e mulheres trabalhadoras fazem de suas mãos instrumentos para a realização da atividade. No geral, são atividades laborativas simples em que vemos pouco ou nenhum instrumento a mediar a relação com a atividade em movimento. E estes, quando existem, são instrumentos simples de acordo com as características e necessidades da atividade realizada.

No mais, algumas imagens implicam o uso das mãos como instrumentos em ação e realizam diretamente a atividade sem mediação como é o caso do trabalhador que seleciona e carrega diretamente pedras em um parque da cidade. Nesse caso, observa-se que suas mãos são calejadas e agarram com grande esforço, pedras de tamanhos e pesos variados. Outra imagem, igualmente forte, é a do pescador que, com as próprias mãos, constrói uma âncora para seu barco, a partir de uma moldagem em ferro e cimento. Nesta situação, assistimos por vários minutos, o esforço feito pelo pescador, improvisadamente, para dobrar a ferragem, de forma a dar-lhe envergadura para finalmente obter uma peça em formato de gancho. Da mesma forma, fui surpreendida com a realização de serviço de conserto de porta em plena rua, no qual o trabalhador, apesar de usar um martelo, utilizava suas mãos diretamente para tentar resolver o defeito da porta; e, ao ser por mim interpelado para uma foto, fez questão de posar sobre a porta ao chão, com um misto de orgulho, suas mãos completamente lambuzadas e sujas de graxa preta.

Outro grupo de imagens são de pescadores que, após todo o trabalho que envolve a pesca em alto mar, vendem os peixes na praia. Para isso montam uma estrutura para limpar os peixes na qual envolve o uso de um facão e as próprias mãos no processo de trato da pesca. As mãos estavam poeticamente molhadas e reluzentes sob o sol e à beira mar, oferecendo belas imagens, nas quais observei a destreza e habilidade na limpeza do peixe. Outras imagens de trabalhadores de ocupações variadas as chamo de mãos protegidas, pois os trabalhadores usam luvas para a realização da atividade, certamente cumprindo exigências de proteção e de higiene, no caso daqueles que manipulam lixo ou varrem as ruas da cidade; e, também, aqueles que em um supermercado ocupavam-se com o corte de carne.

Temos algumas imagens fotográficas de mãos em descanso ou em pausa, entre uma atividade e outra: as mãos fortes de um pescador que

descansam no seu colo enquanto se perde e devaneia numa conversa entre amigos e companheiros de trabalho, ao pôr do sol, no final de mais uma jornada de trabalho; as mãos em espera de uma empregada doméstica já idosa e que pacientemente aguarda o vendedor de legumes descascá-los para providenciar “o almoço dos patrões”, como ela me informa; as mãos da profissional de limpeza da rua numa pausa para beber água e olhar ao redor, observando o ir e vir de carros e pessoas que passam indiferentes a sua presença.

Enfim, mãos, mãos e mãos. Diferentes mãos, cores, texturas e formatos distintos, que compõem magicamente a expressão humana no universo cotidiano da vida e do trabalho.



Trabalhador seleciona e carrega diretamente pedras em um parque da cidade.



Trabalhador leva pedra selecionada para seu carrinho de mão.



Pescador constrói âncora para seu barco usando somente as próprias mãos.



Pescador limpando peixe para vender na praia.



Pescador limpando peixe na praia para vender.



Pescador limpando peixe na praia para vender.



Pescador descansando e conversando com os amigos.



Trabalhador posa orgulhoso com as mãos sujas de graxa sobre a porta.



Trabalhador posa mostrando as luvas sujas devido ao contato com o lixo.



Trabalhadora varrendo a rua.



Trabalhadora que varria a rua faz uma pausa para beber água e olhar ao redor.



Trabalhador descansando enquanto segura sua ferramenta de trabalho.



Trabalhadora posa com as mãos sobre a panela.



Ambulante que trabalha em uma praça abrindo a panela para servir um cliente.



Vendedor de legumes descascando uma batata.



Ambulante pegando mais ingredientes para colocar na panela.



Funcionário de supermercado cortando e limpando carne.



Trabalhadora segurando os balões que vende na rua.



Trabalhador em pausa.



Trabalhadora doméstica idosa aguardando o vendedor de legumes descascar as batatas.

Referências

ANTUNES, Ricardo (orgs). *A Dialética do Trabalho*. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DOI 10.12957/rep.2017.30389



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

ENTREVISTA

**Por uma
“(r)existência em tempos sombrios”:
entrevista com o Professor Dr.
Marco José de Oliveira Duarte**

Carla Cristina Lima de Almeida*

Professor adjunto IV, pesquisador e extensionista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Marco José de Oliveira Duarte é docente dos Cursos de Graduação em Serviço Social, Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização em Serviço Social e Saúde e Especialização Integrada em Saúde Mental na Modalidade Residência Integrada e Multiprofissional em Saúde Mental) e Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado/Doutorado em Serviço Social do PPGSS/UERJ. É Doutor em Serviço Social pela UERJ e Pós-doutor em Políticas Sociais e Cidadania na Universidade Católica de Salvador.

O professor Marco José Duarte tem uma vasta experiência na área de Serviço Social, Saúde Mental e Saúde Coletiva, com ênfase, respectivamente, em Serviço Social na Saúde, Saúde Mental, Drogas e Atenção Psicossocial, Processo de Trabalho em Saúde e Ciências Sociais e Humanas em Saúde, atuando principalmente nos temas do serviço social, saúde coletiva, saúde mental, drogas, atenção psicossocial, família, subjetividade, religiosidade, diversidade sexual e de gênero e direitos humanos. Coordena o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da UERJ – NEPS e é líder do grupo no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Tutor do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde/Saúde Mental, Álcool, Crack e outras Drogas – PET-Saúde – Saúde Mental da UERJ/Ministério da Saúde, no período de 2011-2012, foi Coordenador do PET-Saúde – Redes de Atenção à Saúde (Rede de Atenção Psicossocial – RAPS) da UERJ, no período de 2013-2015, e desde 2016 é coordenador do grupo do Serviço Social no PET-Saúde – GraduaSUS da UERJ até o ano de 2018.

* Doutora em Ciências Sociais. Membro do Comitê Editorial da Revista Em Pauta e professora associada da Faculdade de Serviço Social/UERJ. *Correspondência:* Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Serviço Social. Rua São Francisco Xavier, 524/ sl. 8017, bloco D – Maracanã - Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20550-900. *Email:* <carlacristina.almeida@yahoo.com.br>.

Esteve à frente da criação do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS UERJ –, onde desenvolveu atividades de supervisão acadêmica e clínico-institucional.

É também coordenador Adjunto do Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos (PROAFRO-CCS/UERJ) e líder do grupo de pesquisa PROAFRO no Diretório do CNPq. Foi membro do Conselho Estadual de Direitos da População LGBT do Rio de Janeiro (2012-2014) e do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Intolerância e Discriminação Religiosa para Promoção dos Direitos Humanos da SEASDH-RJ (2012-2014). Integrou a fundação da Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos do Rio de Janeiro e integra o Núcleo Estadual do Movimento da Luta Antimanicomial do Rio de Janeiro (NEMLA-RJ/MNLA).

Possui diversos livros e artigos publicados que revelam sua rica experiência na produção de conhecimento, formação profissional e militância política em torno do campo da diversidade sexual e de gênero, saúde mental e drogas, religiosidade e direitos humanos. A entrevista com o professor Marco José Duarte expressa a tenacidade das lutas e resistências que marcam nossa história recente na defesa dos direitos humanos e políticas públicas no Brasil.

EP – Como você avalia a “onda conservadora” que tomou conta do Brasil e de outros países no cenário mundial? Que expectativas podemos ter para um horizonte futuro?

É interessante o significativo “onda” e ainda mais associado ao conservadorismo. Mostra *per se* um processo, uma mudança, um trânsito que estamos experimentando no presente. Como se estivéssemos num barco em uma direção e fomos, meio que surpreendentemente, pegos. O que não é e nem foi assim. Para mim, que sou morador de periferia, a convivência territorial e com diversos sujeitos, visões de mundo, biografias e narrativas, mostra que esse nicho conservador, na minha leitura, só se ampliou, tomou a esfera pública. O que quero dizer com isso? É como se houvesse uma publicização. As pessoas se revelaram pelo seu discurso e pelas suas ações práticas, e com isso agenciaram fluxos, redes, coletivos, sendo formais ou não. O campo das ideias, sob o signo da multiplicidade e da diferença, em tempos democráticos, permitiu que esse conservadorismo, latente, se potencializasse. Lembro agora de um livro da Hannah Arendt, *Homens em tempos sombrios*, que reúne ensaios biográficos de pessoas que viveram os ‘tempos sombrios’ da primeira metade do século XX, marcados pela emergência do totalitarismo na forma do nazismo e do stalinismo. Mergulhando em mundos internos tão díspares como os de Hermann Broch e João XXIII, Rosa Luxemburg.

burgo e Jaspers, Isak Dinesen e Bertold Brecht, Heidegger e Walter Benjamin, Hannah Arendt submete a uma reflexão os erros e acertos dessas personalidades, suas culpas e vitórias, responsabilidades e irresponsabilidades perante a realidade que enfrentaram. A beleza desses relatos reside na sólida crença de Arendt na solidariedade e dignidade humanas, valores morais capazes de impedir o triunfo do niilismo e do totalitarismo numa época de experiências catastróficas. Arendt traça perfis biográficos de intelectuais que a fascinaram, e resistiram com capacidade crítica aos “tempos sombrios” do século XX. Nessa dialética entre luz e sombra, é possível afirmar que vivemos, historicamente, nos tempos sombrios de hoje. Se por um lado, a sociedade brasileira se vê a cada dia sobressaltada por variados golpes contra as instituições republicanas, contra as políticas públicas que visam garantir melhores condições de vida para nossa população, por um moralismo exacerbado e um tipo de nacionalismo pulsante; por outro lado, assumindo uma perspectiva internacional, isso não se dá de forma isolada, local. Há esse novo ciclo na esfera do capital, que vem se consolidando no mundo, mas nada é de forma tão tranquila, sem disputas, sem resistência, sem lutas. Há ambivalências nessa nova hegemonia, junto com os podres poderes, as vidas importam – consigna levada a cabo por vários movimentos sociais emancipatórios, e é nisso que reside os nossos enfrentamentos e resistências, apesar das descrenças, indiferenças e de retiradas de direitos conquistados por parte dos setores conservadores no exercício de gestão do aparelho de Estado.

EP – Os ataques conservadores se expressam nos mais distintos campos dos direitos básicos, como saúde, educação, assistência social e trabalho num quadro de muitos regressos nas conquistas construídas nas últimas décadas. Nos fale um pouco sobre esse cenário nas áreas da saúde mental e das drogas.

Penso que no campo da saúde mental e drogas, os avanços jurídicos, legislativos e políticos vieram, e é preciso marcar essa história no processo de democratização do país, no final dos anos de 1970 e começo de 1980. Um processo de baixo pra cima, já que tanto a Reforma Sanitária quanto a Psiquiátrica se caracterizaram enquanto movimentos sociais de oposição à Ditadura Civil-Militar, articulando trabalhadores/as e usuários/as por um novo projeto societário, de cunho sindical, popular e democrático. Lembro da consigna da época, “Saúde é Democracia”, no campo mais geral, como no campo da luta antimanicomial, “Por uma sociedade sem manicômios”, e nisso residia um projeto emancipatório. Mas tudo que se conquistou nesse setor não foi sem embate, sem disputa, sem luta. Ao contrário, construir as políticas públicas de saúde, saúde mental e drogas, nesse processo, era ao mesmo tempo reconstruir a democracia a partir da resistência, das orga-

nizações, da luta, e com ela, confrontos ocorreram com os setores privatistas, conservadores, religiosos e mesmo interno, no mesmo campo, entre nós trabalhadores/as. Portanto, em decorrência desse processo, digamos, de luta por hegemonia, em guerras de posição e de movimento, na correlação de forças, alianças, pactos ocuparam-se espaços públicos pela via da gestão tanto da política, como dos serviços, bem como no exercício do controle social, nos conselhos e conferências, além da formação e implantação/implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Instituímos! E com isso, o processo até então instituinte foi se institucionalizando, e com ele novas questões e problemas, novas disputas, fissuras e cooptações. As conjunturas econômicas, políticas e sociais influenciaram e determinaram o desenho assistencial e estrutural dessas políticas públicas nesses anos. A questão que fica é: fizemos avançar o SUS? Sim, avançamos, nos seus princípios e diretrizes, nas normativas, no campo legislativo e jurídico que emolduram a política de saúde. Mas, com as contradições e ambiguidades de um sistema, seja pelo financiamento, pela gestão, e mesmo pela produção do cuidado e da atenção, incluindo aí também a formação pelo trabalho para a saúde num mundo do trabalho em constantes mudanças tecnológicas, reestruturações produtivas, etc. Mas, a bem da verdade no campo da saúde mental, conseguimos diminuir os leitos psiquiátricos de lógica manicomial, implementou-se uma rede de atenção psicossocial (RAPS), ampliando-se os novos dispositivos técnico-assistenciais, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) para adultos com transtorno mental, para infanto-juvenil (CAPSi), para o campo de álcool e outras drogas (CAPSad), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), as Unidades de Acolhimento (UA) para adultos e infanto-juvenil, as estratégias de reabilitação psicossocial e de desinstitucionalização, a relação com a Atenção Básica pela via das Estratégias de Saúde da Família e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, como também com a rede de emergência e urgência, etc. Podemos criticar várias coisas desse processo nos últimos anos, em particular, a parceria público-privada, com as Organizações Sociais e Fundações; a garantia de cobertura e acessibilidade, com reflexo também na precarização do trabalho de alguns dispositivos. Mas agora, nesse momento, a ameaça, no contexto do golpe e dos retrocessos, é com a volta dos manicômios, seja pela via das internações como única resposta à crise, o que fere a Lei Federal n. 10.216/01, como o mais preocupante, com as internações compulsórias forçadas para os casos de uso prejudicial de álcool e outras drogas, como em particular a população em situação de rua, em parceria com as Comunidades Terapêuticas que em sua maioria são dirigidas pelos setores religiosos, conservadores e moralistas, com denúncias de violação de direitos e violências. Cabe destacar que se antes mesmo da institucionalização do golpe esses setores entraram sobremaneira na RAPS, a partir da Portaria GM/MS n. 3088/11, por acordos e pactos na gestão executiva nacional, também foram e ainda são financiados pelo poder público e tem crescido assustadoramente. Nesse momento, a luta se dá contra a

redução dos equipamentos assistenciais instituídos pela Reforma Psiquiátrica, como os CAPS em suas diferentes modalidades, com a consigna “nenhum serviço a menos”, apesar dessa privatização do setor que se estende também às unidades da Saúde da Família. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, mas isso está ampliado em várias partes do país, as unidades de saúde e saúde mental e drogas são gerenciadas por OSs, com tudo que isso significa no mundo do trabalho e da saúde em particular. Veja onde, contraditoriamente, encontra-se atualmente esse setor e seus/suas trabalhadores/as. Tempos sombrios, no dizer de Arendt, no campo da saúde mental e drogas. Ver e resistir, de forma coletiva, contramaré, aos ditames conservadores que são impostos pelas gestões nacional, estaduais e municipais da saúde, no que tange ao trato aos usuários e seus familiares, mas também aos seus trabalhadores, restringindo direitos e retrocedendo políticas.

EP – Recentemente o governo do município do Rio de Janeiro promoveu iniciativas que limitam e ou impedem a livre manifestação de grupos religiosos de matriz africana. Também observamos atitudes da sociedade em geral de extrema intolerância a grupos LGBT, aumento do número de feminicídios num contexto de violência e erradicação das “classes perigosas”. Como você avalia que essas situações podem produzir (des)entendimentos sobre o outro e nossas diferenças?

Estamos vivendo um momento de radicalidade da alteridade. Como disse anteriormente, tomando a Arendt, as pessoas vêm se revelando pelo seu discurso e pelas suas ações práticas. E digo isso de forma muito tranquila, por pertencer a todos esses setores que vem sofrendo no corpo, ou no termo que gosto muito do Agamben (em suas reflexões em *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*, na vida nua (e cruel). Sou sacerdote do candomblé, sou “bixa-ativista”, sou da periferia, sou filiado ao partido socialismo e liberdade, sou militante da luta antimanicomial, antiproibicionista e abolicionista. Ou seja, nesses diversos setores da vida (humana) e das lutas sociais, produzir entendimento é um projeto em construção sempre, civilizatório, portanto. Inclusive até mesmo entre nós, do mesmo campo de esquerda, do mesmo setor, que parece que estamos em mesma linguagem e narrativas, mas que não é bem assim. Até nisso, residem diferenças, oposições e antagonismos. Novamente volto à Agamben, e ao que ele denomina de vida nua, “aquela que qualquer um pode tirar sem cometer homicídio ou aquela que qualquer um pode levar à morte, em que pese seja insacrificável”. Ou mesmo reatualizando Foucault, no que chamou de “os anormais”. Ou ainda conforme Butler, sobre “corpos que ainda importam”, quando afirma que nós presumimos que quando nós defendemos certos direitos, ou que nos opomos a certos tipos de violências, que todas as pessoas compreendem “quem” são as pessoas que são afetadas, potencial ou efetivamente por esses direitos e

essas violências que a vida expõe à morte, seja física, ou simbólica. Mas quem somos nós? Diria Butler! É necessário rever muitos discursos, muitos ditos e feitos. Contudo, estamos todos objetos dessa biopolítica, uns mais, outros menos, o império nos regula, nos mata, visivelmente ou silenciosamente. Expressões dos genocídios, indígenas e negros, dos feminicídios, dos assassinatos de LGBT, da periferia, das favelas, etc. é a radicalidade de que vidas não importam. Quando tive um familiar assassinado, com 14 anos de idade, por três assassinos, em São Gonçalo, comecei um processo de luta por justiça junto aos meus familiares, mas é uma luta solitária, apesar de vários apoios e solidariedades, e essa trajetória mostrou que o próprio processo civilizatório que vivenciamos está em questão. Está em questão a ética, apesar, como disse, dos apoios e solidariedades; estão em questão as instituições públicas democráticas que criamos e legitimamos, pois os seus ocupantes, uns eleitos por nós, e outros não tanto, decretam, legislam e julgam em cima de premissas que contestamos enquanto um projeto de sociedade, de princípios éticos de sociabilidade e de convivência civilizatória. Por uma vida não fascista, diria Foucault.

EP – Que estratégias de resistência você considera que podem ser mobilizadas diante desses acontecimentos?

Penso que estamos em diversas frentes de resistência, múltiplos campos de luta, diria que estamos em uma guerra literalmente, seja na micro ou na macropolítica, e que o "inimigo" tem usado de todas as armas. Mas tenho observado que somos os mesmos e poucos em tantos lugares e frentes. Não sei se minha impressão é verdadeira, mas é isso que tenho constatado. Por estar em diversos espaços de militância, em diversos setores das lutas sociais, tenho visto uma mistura de resistência e esperança, tenho visto potências em pequenas expressões, mas sem querer ser pessimista, mas ainda na garra do otimismo da prática, seja essa qual for, profissional, cidadã, religiosa etc, tenho visto e tenho me inserido nessas pequenas expressões. Lembro que no tempo da Ditadura Civil-Militar, nosso foco era o trabalho por base, pelas bases, de baixo pra cima. Percebo que estamos nesse movimento, até porque temos visto ruir premissas generalistas, históricas, que também acreditávamos. É preciso, hoje, reinventar. Não a roda, esta está aí. Mas as formas de luta, de agenciar coletivos, diferenças, sujeitos. O ataque é frontal, às vezes particular, por segmentos, e tenho sentido ausência de um aglutinador de forças, orgânico, plural, mas percebo que é por isso que as articulações têm se dado de outra forma, mais afetivas, entre muitos na multidão, mas agenciando enunciações coletivas, não necessariamente harmônicas e rigorosas, burocráticas por certo modo. Mas respeitando formas de diferenças, acolhendo alteridades, uma frente, diria. Vejo setores antes que não se organizavam e que não estavam presentes em partidos e hoje estão presentes na

esfera pública na luta por democracia com suas bandeiras e pluralidades de (r)existência. Isso é novo, são outras estratégias, algumas se dão de forma articulada, outras não, mas o embate é esse, e criar as formas potentes de resistir é múltiplo, é cansativo, às vezes vemos a história se repetir, mas como cantava Milton (na letra de Chico e Pablo Milanês, em "Cancion Por La Unidad de Latino América") "a história é um carro alegre, cheio de um povo contente, que atropela indiferente todo aquele que a negue. É um trem riscando trilhos, abrindo novos espaços, acenando muitos braços, balançando nossos filhos". Vamos (r)existir com ternura!

EP – Conte-nos um pouco sobre sua vasta experiência no campo da formação de profissionais e quais efeitos pode produzir na criação de novos espaços de resistências?

Está aí uma coisa que acredito e muito, a formação. Mas não uma formação deslocada do mundo do trabalho, restrita ao mundo das ideias, das elaborações deslocadas da realidade social. É bem ao contrário disso. Desde que exerço a docência, no ensino, na pesquisa e na extensão, e isso já tem 30 anos, sempre trabalhei na perspectiva dessa indissociabilidade, como na pesquisa-intervenção, formação-pesquisa e na formação pelo trabalho para e na saúde mental e drogas. Meu envolvimento não se dá somente com os alunos de graduação, residência e pós-graduação em sala de aula, mas nos cenários do trabalho profissional, nos serviços de saúde, com os profissionais, ora denominados de supervisores, ora de preceptores. São diversos os agentes do processo de educação, o professor, os alunos, estagiários, pesquisadores, residentes, e os técnicos. É nisso que acredito, numa formação pelo quadrilátero – ensino (ensino-pesquisa-extensão), gestão, atenção (trabalho em saúde) e controle social, nos dizeres de Ceccim e Feuerwerker, "a partir de uma prática em experimentação como política de educação para o Sistema Único de Saúde, formular uma teoria-caixa de ferramentas que permita a análise crítica da educação que temos feito no setor da saúde e a construção de caminhos desafiadores". A imagem do quadrilátero da formação serve à construção e organização de uma gestão da educação na saúde integrante da gestão do sistema de saúde, redimensionando a imagem dos serviços como gestão e atenção em saúde e valorizando o controle social. E por certo, integrando ensino-serviço-comunidade, ou de outra forma, mais contemporânea, que temos investido, formação-rede-território. Esse tem sido um espaço rico, múltiplo, plural e potente de fazer resistência, criar metodologias, produzir sobre as realidades experimentadas e vivenciais no trabalho em saúde, feito entre muitos, com outros saberes, produzindo novos conhecimentos, arriscando pensar e agir, como de outras formas de militância política, profissional e acadêmica. O campo da saúde mental e drogas favorece essa lógica que persistimos em

trilhar, pelo aspecto interdisciplinar, pela politização, pela singularidade dos seus usuários, pela potência dos dispositivos territoriais, pela circulação na cidade, pela garra na criatividade, pela força que nos une na defesa da vida, por uma sociedade sem manicômios, sem aprisionamentos, sem isolamentos, sem hierarquias de opressões, pois somos e estamos todos, em um processo de ensino-aprendizagem permanente e em movimento constante de fazer o trabalho cotidiano do cuidar de si e do outro em tempos sombrios como esse que estamos (r)existindo.

DOI 10.12957/rep.2017.30411



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil

DEMIER, F.; HOVELER, R. (orgs.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

José Manoel Montanha da Silveira Soares*

Nos tempos atuais, tem sido difícil caminhar em meio à multidão e não sentir o peso de uma sombra que ausculta os pensamentos livres. Desde 2013, quando alguns movimentos se colocaram nas ruas, inicialmente pedindo Tarifa Zero e um congresso menos ignóbil, muita coisa aconteceu. Estes mesmos movimentos que correram o Brasil em pouco tempo esfumaram-se e foram engolidos pelos movimentos da “nova direita” brasileira, que não perderemos tempo em matizar.

Desde então, temos assistido uma série de ações combinadas e orquestradas pela classe média branca elitista brasileira. Retratar este cenário não é uma tarefa fácil, até porque a asfixia que sofrem repórteres independentes, o próprio jornalismo de esquerda e a mídia alternativa são dignos de estupefação. Mais do que nunca ser *canhoto* num país cristão fundamentalista que vive mergulhado na idade média inquisidora é perigoso! Obviamente neste cenário de franco e real ataque aos direitos humanos e a qualquer humano que ouse defender a homossexualidade ou a liberdade de ideias libertárias é digno de um olho roxo, socos e pontapés.

O livro em questão: *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil* é uma tomografia da mente conservadora e per-

* Bolsista Pós-Doutorado Júnior (PDJ) do CNPq pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em fase de conclusão do estágio. Coordenador Geral de políticas para Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Correspondência*: Rua 24 Norte – Lote 03 – Apt. 1304^a – Águas Claras- DF- Brasília. CEP: 71916-750. *Email*:< zemontanha@outlook.com>

versa de nossa elite, uma endoscopia dos padrões “alimentares” da intelectualidade abjeta de nossa direita. Sim, o livro faz um esforço monumental ao captar com tamanha velocidade e intensidade questões sociais que aconteceram anteontem. O que os organizadores e os sujeitos deste texto fizeram foi dar quilate a acontecimentos históricos atuais.

A profundidade deste trabalho mostra em suas linhas o tamanho e o compromisso dos que se colocaram de pé e com a espinha firme diante das barbáries que estamos assistindo em nossas “salas de jantar”.

Não é fácil penetrar nas entranhas desta gigante onda conservadora que inunda nossa sociedade – mesmo que a sociedade brasileira jamais tenha sido um berço dos direitos humanos – pois o que temos assistido são conspirações de jornalões, revistas semanais e emissoras locupletadas por conchavos e acertos de toda a ordem com bancos, empresários, industriais, latifundiários e corruptos. A onda conservadora é um prenúncio dos massacres aos direitos sociais e humanos que estão em franca destruição no Brasil.

O livro apresenta inicialmente o movimento de julho de 2013 e seus desdobramentos, que ainda em nada “respingava” diretamente na presidente Dilma Rousseff, pois o foco era legítimo: atacava o Congresso Nacional e sua corrupção hereditária. O embrião foram os movimentos nas capitais, como foi o caso de São Paulo, onde os manifestantes intencionavam barrar o aumento da passagem de ônibus. O movimento cresce e abarca a ganância com os grandes eventos esportivos internacionais, a péssima qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política em geral.

Apenas para fazer lembrar, o grito entoado nas ruas de São Paulo incorporava, na verdade, um esgotamento da população, pois muito se ouvia que não eram apenas os “20 centavos” do aumento da tarifa de ônibus, mas o cansaço histórico dos excluídos de sempre em nosso país que se juntou às manifestações que levaram milhões às ruas das capitais do Brasil. Não menos emblemático foi a tomada da rampa e das cúpulas do Congresso Nacional pelos jovens na noite de 17 de julho de 2013.

Após o julho de 2013, o que se assistiu foi como uma refilmagem da história recente, do passado sombrio e grotesco do país. Felipe Demier, um dos organizadores do trabalho, apresenta uma paráfrase emblemática de Schwars quando anuncia: “nesta metade da década de 2010, o Brasil está irreconhecivelmente estúpido”.

Para se ter uma ideia concreta ao que estamos nos referindo, o texto lembra que nos dias atuais parece

não haver uma semana sequer em que não assistimos estupefatos a algum vultuoso corte de verbas nas áreas sociais; a alguma barbaridade cometida pelas degeneradas polícias militares; a alguma esdrúxula proposta antimínorias apresentada na Câmara dos Deputados; a alguma incitação ao ódio por parte de histriônicos líderes político-religiosos; a algum crime motivado por machismo, racismo, homofobia, transfobia e mesmo xeno-

fobia contra haitianos; a algum linchamento de assaltante realizado por turbas animadas pelo vespertinos programas policiais (...) (DEMIER, 2016, p.11).

Obviamente os acontecimentos se unem há algo que Demier (2016) define como “cheiro do povo” que gerou o “ódio ao povo”, ódio esse tradicional enquanto um ódio histórico de classe, ódio aos miseráveis que ascenderam à pobreza e ódio aos pobres que ascenderam a uma condição mínima de dignidade humana, definições semânticas que se perdem em uma desumanidade impossível de ser falada em qualquer língua.

Ainda segundo o historiador, esse ódio foi e é cultivado pelos estratos superiores brasileiros e, neste sentido, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva ou a própria figura de Dilma Rousseff são fontes que fazem verter toda essa cólera.

Após estes acontecimentos, o que se pôde presenciar foi um avanço conservador poucas vezes visto na história da sociedade brasileira, não que esta em algum momento tenha deixado de ser reacionária, anacrônica, xenofóbica e *senzalista*, pois sabe-se de longa data que o que houve no centro do lulismo se limitou a avanços acanhados de políticas sociais, em grande medida focalizadas e incipientes. A preocupação com o acesso ao consumo daqueles que nunca tiveram acesso a nada, herança da Era FHC e anteriores, teve um revés emblemático, pois consumo não garante humanidade, não garante valores éticos, não garante formação cidadã. Esse é talvez o maior revés da Era Lula: o mesmo povo que o amou agora o odeia porque não pode mais consumir.

A partir dos atos organizados pela direita, em março de 2015, o cenário político sofre mudanças drásticas, afetando diretamente a correlação de forças com o movimento das ruas. O modelo petista de governar naufraga nos limites impostos pelo capitalismo periférico sulamericano, que teve êxito por exatos dez anos, e pela própria corrupção intrapartidária do PT.

A disputa pelo bolo do fundo público é o que tece esta opereta entre a pseudo-esquerda petista e a declaradamente direita profacista brasileira. Com o andar da carruagem, as coisas vão tomando um tom cada vez mais crítico: a direita se sente representada nas ruas pelos *turistas vitálícios de Miami* ou ainda os não menos histriônicos que enaltecem o *american way of life* (Reinaldo Azevedo, Mainardi, Constantino, Lobão, Roger e companhia...), e passam a se organizar por meio das redes sociais. Nada mais previsível e asséptico vindo de uma fração da sociedade que sempre se pôs de joelho diante do consumo e de seus próprios privilégios.

Esta denominada “nova direita” cujas palavras de ordem são o combate ao “comunismo”, ao “bolivarianismo” e claro, à corrupção, representa o que há de mais conservador em pleno século XXI. Como pano de fundo, esta é a insígnia adotada como mote para golpear governos eleitos democraticamente. Antevendo de forma “profética” os acontecimentos, a

maioria dos *movimentos* já anunciavam o *impeachment* como certo, prevendo até mesmo um golpe militar se assim fosse necessário.

É neste sentido que estes vinte corajosos ensaios representam a lucidez de compreender os acontecimentos atuais à luz de uma série de eventos perfeitamente encadeados, orquestrados e maquinados por uma elite que até tolerou o lulismo, tendo em vista que este foi um bom pai para o capital financeirizado, cumpriu à risca os ajustes fiscais, privatizou e nunca deixou na “mão” o cumprimento do *superavit* primário.

Diante da realidade política multifacetada e os sucessivos escândalos nos noticiários jornalísticos, o terreno para a ofensiva da direita contra a presidente Dilma Rousseff estava preparado, mas não só objetivamente ao mandato de Dilma (com intuito de derrubá-la). O que temos assistido é uma série de ataques às conquistas sociais que merecem atenção para muito além de uma análise política-econômica aligeirada. Temos que compreender que a ofensiva da direita capilarizou-se e materializou-se a partir de diversos eventos e ações do Estado, como: o massacre dos professores no Paraná pelo prefeito Beto Richa do PSDB; a aprovação das Medidas Provisórias 664 e 665 contra os direitos previdenciários do trabalhadores, como o seguro-desemprego e a pensão por morte; o Projeto de Lei 4.330 que rebaixa o custo da força de trabalho brasileira atacando diretamente os direitos trabalhistas; a PEC 171 que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos que, inicialmente, foi derrotada, mas que por manobra regimental de Eduardo Cunha, foi votada novamente e aprovada com algumas alterações; o aparecimento de camisetas estampadas com o *slogan* “Mais Mises, menos Marx”, uma alusão ao economista fascista austríaco Ludwig Von Mises, um dos pais do neoliberalismo; o crescimento espetacular dos setores privados na educação, um exemplo é a fusão da Kroton e Anhanguera, que produziu a maior instituição de ensino privado do mundo; o desmonte histórico do SUS; à violência contra a mulher, negros e homossexuais; o golpismo declarado tanto da parte do judiciário brasileiro como o da grande imprensa, como é o caso da revista *Veja*; o renascimento das *cinzas* da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

A virtude do livro está justamente naquilo que acreditamos ser a sua intransigência política, uma virtude em vias de extinção nos tempos atuais. Os capítulos são na verdade uma constatação crua da realidade, dolorosa, mas necessária como ferramenta de denúncia das atrocidades que se anunciam. Afirmamos, com isso, que os ensaios mergulham fundo nas conjunturas, no governismo e na oposição da direita, demonstrando o enraizamento do pensamento e das práticas reacionárias nos poderes de Estado e na sociedade brasileira em dimensões multifacetadas. Como afirma a professora Elaine Behring na quarta capa: “trata-se de uma crítica radical, no seu sentido mais profundo: ir à raiz das questões postas, na perspectiva de fornecer argumentos para a luta social que pretende recompor um projeto de esquerda no Brasil”.

Ao leitor que procura sair da *zona de conforto* da análise da realidade e quer arriscar um salto aprofundado na conjuntura política atual, vai encontrar neste livro excelentes elementos dos acontecimentos contemporâneos. O livro busca uma análise comprometida de problemas e dimensões da realidade brasileira, que ao nosso ver, estavam apenas em hibernação. O trabalho em questão inaugura de forma consistente uma crítica ao modelo político-social de desenvolvimento, defende e se posiciona claramente a favor dos interesses da massa dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros historicamente vilipendiados pelo capital.

DOI 10.12957/rep.2017.30390



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESENHA



Movimentar-se em tempos de desesperança

ZIBECHI, R. *Territórios em Resistência* – Cartografia política das periferias urbanas da América Latina. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

Caroline Rodrigues da Silva*

Após treze anos do Partido dos Trabalhadores no governo brasileiro (2003-2015) o país vive um golpe democrático desde 31 de agosto de 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff foi impedida de continuar o mandato para qual foi eleita. Durante todos esses anos, fez-se uma política de conciliação entre os interesses populares e os interesses das elites que causou um dano irreparável aos movimentos sociais: esses foram perdendo sua autonomia política e material, deixando suas referências ideológicas e desarticulando sua forma de ação. Diante do desastre político atual, a análise que apresentamos busca contribuir para reflexão crítica sobre os novos rumos dos movimentos sociais brasileiros daqui em diante.

Raúl Zibechi é um intelectual uruguaio, jornalista por formação e um profundo conhecedor das lutas dos países da América Latina. Parte dos movimentos sociais e dos grupos sociais em movimento para entender as transformações sociais, demonstra grande preocupação com a articulação

* Mestre em Serviço Social pelo PPGSS/UERJ. Membro do *Programa Política, Trabalho e Território* da FSS/UERJ. Atualmente trabalha como assistente social e educadora popular na FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. *Correspondência*: Rua Enes de Souza, 45/ap. 401 - Tijuca - Rio de Janeiro - RJ. CEP 20521-210. *Email*: <cora_rs@hotmail.com>.

entre os processos de resistência, por isso, faz ao longo da sua trajetória uma leitura conjunta das resistências na América Latina.

O livro *Territórios em Resistência – Cartografia política das periferias urbanas da América Latina* foi escrito em 2007, quando o progressismo estava no topo, contudo só foi publicado no Brasil em 2015. Chama atenção por combinar a reflexão sobre a experiência dos governos autoproclamados progressistas e de esquerda na América Latina com a análise do processo de resistência das periferias urbanas durante esses governos. Parte do pressuposto que as cidades se tornaram funcionais ao processo de acumulação do capital e, no caso das periferias urbanas, aponta que são o novo cenário geopolítico decisivo, por serem potências emancipatórias e não problemas sociais (DAVIS, 2007). Logo, tanto a esquerda quanto a direita latino-americana buscam manter o controle sobre elas, seja por meio de planos militares (Rio de Janeiro e Porto Príncipe no Haiti, por exemplo) ou por meio de programas sociais (Brasil/ Fome Zero/ Bolsa Família).

De acordo com o autor, estes governos resultam dos processos de luta dos movimentos sociais da América Latina que tanto acumularam experiências institucionais – nos casos do Brasil com Lula e Dilma; Argentina com Néstor e Cristina Kirchner; do Uruguai com Tabaré Vasques; do Chile com Michele Bachelet – quanto enfrentaram irrupções de crises políticas profundas, como é o caso do Equador com Rafael Córrea, da Bolívia com Evo Morales e do Paraguai com Fernando Lugo. Independente do processo de cada país, em todos se estabeleceram pontos de intersecção entre Estados e movimentos sociais que criaram novas governabilidades. Denominada pelo autor como “*a arte de governar os movimentos*”, essa nova governabilidade se apoiou num conjunto de medidas que vão desde modos disciplinares tradicionais até a adoção de políticas focadas na pobreza, estimuladas por organismos internacionais de cooperação para o desenvolvimento. A grande dificuldade encontrada pela “*arte de governar*” foi escolher as ferramentas para enfrentar os movimentos sociais que estão em constante movimento, se levantando regularmente de diferentes lugares, se manifestando a partir de diferentes territórios. A tática utilizada pelos governos não foi, portanto, apenas impedir as ações diretamente, mas domesticá-los, colocando em jogo outros elementos que fizeram com que os próprios movimentos se anulassem.

No caso brasileiro, o progressismo se desenvolveu sem tocar na desigualdade social e sem romper com o modelo neoliberal. Em entrevista concedida à Revista Poli, em janeiro de 2016, Raúl Zibechi analisa a experiência:

Eu concordo que uma parte da atitude dos governos progressistas de melhorar a vida dos mais pobres é importante. Eles puderam, pelos altos preços das commodities, melhorar a situação dos pobres sem tocar na desigualdade. Provavelmente agora, com a crise, a desigualdade no Brasil volte a crescer. A segunda questão é a forma como eles praticaram as

políticas sociais, sem mobilização. É o “lulismo” de que fala André Singer. A despolitização, a desmobilização do povo tem consequências. A forma como foram implementadas as políticas sociais, pela inclusão financeira, é a nova face do neoliberalismo. Vivemos um crescimento radical do consumismo, que despolitiza, desorganiza. Isso é resultado dos governos progressistas do PT. No caso do Brasil, Argentina e Uruguai, dá-se um crescimento do consumo e um aprofundamento do capitalismo. A novidade de Lula e do PT é mais capitalismo, não menos. Esse, para mim, é o problema de fundo dos governos progressistas. (ZIBECHI, 2016)

Diante deste quadro, Zibechi aponta cinco desafios para autonomia política dos movimentos que nos parecem importantes destacar: 1) *Compreender que “as novas governabilidades” são tanto resultado das nossas lutas, como também uma intenção de nos destruir.* Prova disso é que houve um ataque profundo aos espaços de autonomia conquistados, a priori, pelos movimentos e uma expropriação feita pelo Estado das capacidades que os movimentos haviam recuperado com muito sacrifício: capacidade de nos rebelarmos, mobilizar, organizar e propor; 2) *Garantir a proteção dos espaços e territórios* que são invadidos pelo Estado não por forças militares, mas por técnicos apoiadores e instituições financeiras que miram no potencial de consumo que nos territórios possuem. Aqui destaca o fortalecimento de “organizações populares” pelo Estado como forma de domínio da população. 3) *Não ratificar a agenda do poder, criando ou mantendo a nossa própria agenda.* Aqui Zibechi chama a atenção para que os movimentos sociais reconheçam a diferença entre uma mobilização dos de cima, no âmbito da política da elite e do Estado, mesmo que aparentemente esses incluam as demandas dos de baixo e uma mobilização dos de baixo de fato, que são fruto de insurgências populares. 4) *É imprescindível delimitar os campos.* Ou seja, construir ações e pautas de luta independente da agenda da esquerda institucional, da agenda do próprio capital. Zibechi parece ser crítico ao fato de que grandes encontros internacionais, fóruns, cúpulas pautem os movimentos para que eles se organizem em encontros paralelos, contraencontros, pois a autonomia política dos de baixo não se constrói a partir dos de cima. 5) *Potencializar a política plebeia* que não é centralizadora e unitária, mas que promove transformação social a partir de feitos insurrecionais, de formas de se rebelar, de ações que põe em comum as horizontalidades e que não costumam ter visibilidade. Defende que hoje, uma das tarefas mais importantes é seguir fortalecendo as diversas formas de fazer política dos de baixo, seus espaços, seus tempos, seus modos de fazer que lhes garantem não serem cooptados pelos de cima.

Importante destacar que o conceito de movimento social utilizado pelo autor é central para compreender a realidade das periferias urbanas. Enfrenta o debate sobre as teorias sobre os movimentos sociais como parte da árdua tarefa de descolonização do pensamento crítico e vê as periferias como lócus de resistência e emancipação social onde se criam novas terri-

torialidade e formas de organização coletiva anticapitalistas. Logo, defende que movimento social é rigorosamente, mudança de lugar social. (PORTO-GONÇALVES, 2001). Não são lugares de chegada, mas fluxos e movimento.

Todo movimento social se configura a partir daqueles que rompem a inércia e se movem, ou seja, mudam de lugar, recusam o lugar ao qual historicamente estavam inscritos dentro de uma determinada organização social e procuram ampliar os espaços de expressão que, como já alertou Michael Foucault, tem fortes implicações na ordem política. (PORTO-GONÇALVES, 2001)

Acredita que os movimentos sociais tradicionais, com seus sistemas estruturados de tomada de decisão, suas formas de mobilização preestabelecidas e sua identidade cultural definida possuem grandes dificuldades para dialogar com os territórios periféricos onde se desenvolvem relações sociais diferentes das capitalistas hegemônicas, onde se pratica modos de vida diferenciados. O território para Zibechi é, portanto, não apenas um modo de produção, mas uma criação político-cultural onde relações sociais contra-hegemônicas se reproduzem.

Henri Lefebvre denomina essa forma de produção do espaço de “espaço diferencial” (LEFEBVRE, 2006). Francisco de Oliveira, ao estudar as particularidades da sociedade brasileira no que se refere a sua formação sócio-histórica no capitalismo, aponta que esta é uma sociedade em que o “velho” nem sempre é eliminado, mas tende a produzir uma síntese contraditória com a adição do “novo”, combinando os conteúdos pré-existentes aos implantados recentemente. (OLIVEIRA, 2003)

Ao entender movimento social como mover-se, fluir, circular, deslocar em um território, Zibechi nos ajuda a enfrentar o momento atual onde há uma enorme descrença nos sujeitos tradicionais como partidos, sindicatos, movimentos sociais e organizações que, por possuírem uma estrutura hierarquizada, centralizadora e por vezes corrupta, não parecem ser mais capazes de produzir transformações ou uma narrativa que de conta da heterogeneidade das lutas sociais. Além disso, entendemos que essa forma de compreender os movimentos sociais fortalece a construção de ações conjuntas ou uma agenda com pontos comuns no campo democrático popular, pois não coloca em xeque a perda das identidades programáticas ou o abandono das causas mobilizadoras dos movimentos, mas evidencia a potência que cada uma das lutas possui: a construção de relações sociais contra-hegemônicas, que tem seu tempo e espaço de ação, que possuem certa autonomia em relação ao capital, que criam a relação entre as pessoas.

Em relação à tendência de fragmentação e dispersão dos movimentos sociais, defende a criação-recriação do laço social como chave para a questão. Acredita que os movimentos sociais não necessitam nem de articulação-centralização, nem de unificação pois essa forma de ação é Estado-cêntrica, pressupõe a unidade homogênea da sociedade e impõe de

antemão o que os sujeitos devem fazer, como devem agir. Geralmente quem defende essa visão está de fora do movimento, geralmente de cima. Zibechi analisa duas formas principais de articulação dos movimentos: a articulação externa, aquela que nasce das necessidades externas ao movimento e está relacionada à forma centralizadora com que os partidos e academia veem os movimentos sociais, sempre no intento de rotular e categorizá-los; e a articulação interna, que são as formas de autoarticulação dos movimentos acionadas no cotidiano para cumprir determinados objetivos, quase sempre pontuais e não hierárquicos, e pouco estudados. A partir da análise dessas duas formas de articulação, Zibechi critica a tendência predominante entre partidos de esquerda e acadêmicos estudiosos dos movimentos sociais de continuar defendendo uma suporta centralidade política dos movimentos em detrimento da valorização dos “espaços-tempo interiores” e das “artes da fofoca” dos movimentos, que para ele são as potências para mudar o mundo.

Rumo à construção de uma sociedade mais humana e antipitalista o livro dá algumas pistas de como alcançarmos a mudança dos vínculos sociais e a tão sonhada emancipação do homem. Parte do pressuposto que essa construção não depende do lugar que se ocupa na sociedade, mas do tipo de prática e de laços sociais que se criam; mesmo que essas determinações não sejam exclusivas.

Pondera que é preciso fazer autocrítica, isto é, é preciso reconhecer que os movimentos sociais reproduzem em seu interior as relações capitalistas (organização, relação de poder, vida cotidiana). Por isso, a mudança social implica nos repensarmos como movimento que se move. Mas como fazer isso? Zibechi dá algumas pistas:

i) O que mantém o território é a permanente atividade e reatividade das pessoas, são elas que criam as novas territorialidades, onde a organização é coletiva e a autonomia política é inquestionável.

ii) Nas áreas urbanas, aponta que houve uma virada importante: as famílias já não sobrevivem apenas dos restos ou dos desperdícios da sociedade do consumo, mas começam a produzir seus alimentos ou produtos que vendem, trocam e criam formas não capitalistas de consumo. Zibechi considera uma das maiores conquistas os movimentos das últimas décadas terem se tornado produtores de suas demandas.

iii) Os grupos sociais possuem formas organizacionais a partir da família, ou melhor, unidades familiares não nucleares, que são extensas, complexas e de novo tipo. Onde a mulher tem papel fundamental, aonde a dominação do patriarcado vai sendo desconstruída pela criação de um espaço doméstico que não é público nem privado, mas que engloba ambos, onde ocorre a produção e a reprodução da vida, onde a informalidade alimenta relações produtivas formais. Defende por fim, que houve uma feminização

dos movimentos da América Latina, e que esse processo vai criando novas formas de fazer política.

Conforme depoimento do próprio autor no debate *Territórios entre Dominação e Resistência*¹, quando veio ao Brasil lançar o livro, as periferias urbanas podem colaborar com o processo de emancipação, pois

elas são territórios onde se constroem iniciativas coletivas inspiradas em relações não hegemônicas, onde há solidariedade, complementaridade, relações de amizade que podem ser a base de construções mais sólidas dos movimentos. Nas favelas se criam coisas e se estabelecem relações completamente diferentes das hegemônicas e é essa criação diferenciada é que permite termos outras ressonâncias, que colocam em xeque o mundo do consumo. Não importa se o que fazemos é muito ou pouco, grande ou pequeno, importa se fazemos coisas diferentes, pois é a diferença que faz com que as pessoas se comovam e passem a participar da luta.

Assim, as periferias vêm construindo uma espécie de mundo próprio, a partir da expansão de uma lógica familiar-comunitária, centrada no papel da mulher-mãe, um mundo feminino, de valores de uso, comunitário, autogerido, inclusivo, cuja força motriz são os afetos, ou seja, um mundo de relações radicalmente distinta das hegemônicas, que são patriarcais, baseadas em valores de troca, hierárquicas, heterônomo, excludente e individualista. Reconhece que os dominados vão criando seu projeto histórico na medida em que o vão vivenciando, de tal modo que para compreender o projeto dos dominados nas cidades latino-americanas pressupõe reconstituir, antes de tudo, a sua experiência.

¹ O Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF, por meio do Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização (NUREG/UFF) realizou no dia 18/12/2016 o debate *Territórios entre Dominação e Resistência*, do qual participaram Raúl Zibechi e grupos de resistência de favelas do Rio de Janeiro. Para mais informações consulte o blog: <https://territoriosresistencia.wordpress.com/>

Referências

DAVIS, M. *Planeta favela*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

LEFVBRE, H. *A produção do Espaço*. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, 2006.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Geo-grafias. Movimentos sociais, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. Mexico: Siglo XXI, 2001.

ZIBEACHI, R. Entrevista “O Estado é uma força que atrapalha as sinergias de mudança”. In *Revista Poli*, jan/fevereiro.2016, EPSJV/Fiocruz. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/o-estado-e-uma-forca-que-atrapalha-sinergias-de-mudanca>>.

DOI 10.12957/rep.2017.30391



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



EM PAUTA:
ISSN:

TEORIA SOCIAL E REALIDADE CONTEMPORÂNEA
2238-3786 (versão eletrônica)

Publicação científica, de periodicidade semestral, arbitrada por pares e produzida pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ)/Brasil

NORMAS EDITORIAIS

1) A estrutura da Revista é aberta e composta fundamentalmente de artigos resultantes de monografias, dissertações, teses e pesquisas, bem como de ensaios, resenhas, entrevistas, resumos de palestra, relatórios adaptados de pesquisa científicas e registros significativos. Através das contribuições enviadas, das sugestões recebidas ou de análise de assuntos que assumam relevância na conjuntura profissional e social, a Equipe Editorial poderá organizar dossiês que enfatizem determinadas temáticas. Artigo oriundo de monografia de final de curso de graduação deverá ser submetido em coautoria com o professor/orientador responsável;

2) Será assegurado o anonimato para os autores no processo de avaliação e aos pareceristas sob sua avaliação (sistema duplo cego), em qualquer circunstância. Os artigos aprovados serão submetidos a apreciação da Equipe Editorial da revista para a composição final das edições de cada volume/ano, tendo em vista os critérios e normas dos indexadores e da política editorial da revista. Os artigos aprovados e não publicados poderão permanecer pelo prazo máximo de 18 (dezoito) meses no banco de artigos da revista para posterior publicação, ressalvados os casos de recusa formalizada pelo(a/s) autor(a/es);

3) A publicação de mais de um artigo, com a participação do mesmo autor, deverá obedecer o intervalo mínimo de 1 (um) ano, exceto quando convidado pela Equipe Editorial para elaborar conteúdos editoriais específicos;

4) É permitida a submissão de somente 1 (um) artigo por volume/ano;

5) Os artigos devem ser encaminhados à Equipe Editorial, por email e/ou pelo portal de publicações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na url <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>>, não sendo necessário enviar cópia impressa pelo Correio. Os artigos devem, necessariamente, conter entre 10 a 15 laudas, fonte Times Roman, tamanho 12, em espaço interlinear de 1,5 cm, todas as margens com 2,5 cm, em papel tamanho A4 e parágrafo a 1,25 cm da margem esquerda. Estas dimensões incluem as referências completas e possíveis ilustrações. As resenhas devem conter, precisamente, entre 3 (três) a 5 (cinco) laudas;

6) Os artigos não deverão conter dados de identificação dos(as) autores(as), mas devem ser acompanhados por outro arquivo, ou por folha separada do corpo do artigo, designado(a) como folha de rosto, e nesta deve conter o nome completo do(s) autor(es), sua formação profissional, titulação acadêmica com a respectiva instituição que conferiu o título, cargo principal ocupado atualmente, nome e endereço completos de correspondência, que pode ser pessoal ou da instituição a qual estão vinculados(as) e e-mail, dados estes que serão publicados, quando o artigo e/ou resenhas forem aceitos, atendendo a indicação de indexadores;

7) A primeira página do texto deverá conter:
– somente o título do artigo – sem (s) nome(s) do(s) autor(es) – constando, no máximo, 12 palavras.

– o Resumo, que deve ter até, no máximo, 150 palavras e ser redigido em fonte 10 e espaço simples;
– deve ter entre 3 a 5 palavras-chave, escolhidas entre aquelas que possam classificar com precisão o trabalho em pesquisa bibliográfica, para efeito de indexação;
– o título em inglês, *abstract* e *keywords*; isto é, a versão, em inglês do título, do resumo e das palavras-chave.

8) Serão aceitas contribuições em português, espanhol ou inglês. Em relação à língua dos Títulos, Resumos e palavras-chave, a orientação é a seguinte:

– quando o artigo for em português ou em inglês, o título, o resumo e as palavras-chave só deverão ser em português e inglês.
– quando o artigo for em espanhol, o título, o resumo e palavras-chave deverão ser em espanhol, português e inglês;

9) As notas de rodapé devem ser evitadas; quando indispensáveis, não deverão exceder quatro linhas. As ilustrações (figuras, tabelas, fotos e quadros) devem ser evitadas, mas quando indispensáveis ao conteúdo, devem ser indicadas e anexadas no corpo do texto, incluindo título e fonte de referência. Devem também ser enviadas em arquivos separados, atendendo aos seguintes requisitos: tabelas e gráficos em Excel, formatados, quadros e demais ilustrações devem estar em alta resolução (com pelo menos 300 dpi) em formato *JPG, *JPEG ou *TIF. Em todas as situações, será avaliada a qualidade e pertinência do material encaminhado, cabendo à Equipe Editorial a decisão sobre sua inclusão ou não, comunicando o fato ao(a/s) autor(es/as);

10) Para o envio do trabalho é necessário:

- 1) Declaração de Responsabilidade (assinada);
- 2) Transferência de Direitos Autorais (assinada);
- 3) Ficha de registro preenchida (assinada);
- 4) Arquivo com o trabalho.

Os documentos referidos acima deverão ser assinados, digitalizados e enviados para o correio eletrônico da revista (revistaempauta.uerj@gmail.com) ou anexados como documento suplementar, quando submetidos via plataforma SEER.

Ao enviar o trabalho para a Revista *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, os autores atestam: sua participação na concepção, elaboração e desenvolvimento (parcial ou integral) do artigo, assumindo publicamente seu conteúdo e reconhecendo sua autoria e ineditismo. Os autores atestam, também, o não envio simultâneo a outro(s) periódico(s), seja no formato eletrônico ou impresso, se comprometendo a não enviar o material para outra forma de publicação enquanto perdurar o processo de submissão e análise da Revista Em Pauta. Os autores reconhecem também a necessária menção de órgãos de fomento, financiamentos e/ou acordos com organizações diversas relacionadas e/ou interessadas pela publicação, se responsabilizando pelos créditos ou agradecimentos devidos, quando couber. A Revista Em Pauta reserva-se o direito de exclusividade na publicação de artigos e similares, cabendo à Equipe Editorial avaliar as exceções.

11) Uma vez submetido o artigo em coautoria, não será permitida a retificação de autoria do mesmo.

12) Todas as colaborações não encomendadas são encaminhadas à Equipe Editorial – que as submeterá ao processo de avaliação, no sistema duplo cego, a partir do parecer de dois membros do Conselho Editorial Científico, podendo ser realizado convite também a pareceristas *ad hoc*, a quem cabe recomendar a publicação, mantendo sigilo sobre o parecer emitido. Quando da não coincidência das avaliações, o artigo será enviado para um terceiro parecerista. A Equipe Editorial da Revista, de posse dos pareceres do Conselho Editorial Científico e/ou de parecerista *ad hoc*, reserva-se o direito de sugerir aos autores modificações, a fim de adequar os artigos e similares aos padrões da Revista Em Pauta.

13) Os originais enviados à Revista Em Pauta serão considerados definitivos; os não aprovados, a Equipe Editorial compromete-se a inutilizar o material, e se responsabiliza, ainda, em enviar sempre uma resposta, positiva ou negativa, por e-mail e/ou diretamente ao(s) autor(es).

14) Quando ocorrer aprovação de artigos e similares, um documento de autorização da publicação será encaminhado por e-mail aos autores que deverão remetê-lo, junto com os demais procedimentos cabíveis de revisão e versão final do material a ser publicado, devidamente preenchida, assinada e escaneada.

15) Réplicas e comentários sobre os artigos publicados são do interesse da Revista e, se aceitos para publicação, serão enviados aos autores para conhecimento prévio às publicações e para direito a réplicas, preferencialmente no mesmo número.

16) Ao enviar o material à Revista Em Pauta, os autores transferem todos os direitos autorais para a Revista Em Pauta, sendo vedada sua reprodução, parcial ou na íntegra, e em quaisquer meios de divulgação, seja no formato eletrônico ou impresso sem solicitação prévia. Para possível divulgação posterior à publicação na Revista Em Pauta, quando de sua autorização, os autores se comprometem a fazer constar os devidos créditos à primeira publicação na Revista “Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea”. O *copyright* dos artigos publicados pertence a seus autores e os direitos autorais de cada edição pertencem à *Faculdade de Serviço Social da UERJ*, não envolvendo quaisquer pagamentos a autores.

17) Não serão publicados artigos que atentem contra a ética profissional, que emitam preceitos de qualquer natureza ou pontos de vista incompatíveis com a Linha Editorial da Revista. Os artigos deverão também observar as resoluções nacionais da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conselho Nacional de Saúde, notadamente a Resolução 510 de 7 de abril de 2016 que normatiza a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Os artigos submetidos com conteúdo oriundo de pesquisas normatizadas pela Resolução 510 de abril de 2016 deverão explicitar metodologicamente, no corpo do texto, a observância aos referidos parâmetros normativos.

18) Os artigos e similares devem obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), aqui adaptadas, e devem ser entregues à Revista, revisados segundo as regras gramaticais vigentes, sendo os exemplos de citações e referências mais usuais apresentados a seguir.

19) A partir da edição do n.30, v.10 vem sendo publicada nominata com Pareceristas *ad hoc* que contribuíram com a revista no último ano, considerando-se o mês de emissão do parecer e tomando-se o mês de outubro de 2011 como o corte inicial.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

(Segundo NBR 6022, NBR 6023 e NBR 10520 da ABNT – aqui adaptadas)

As citações e referências constantes nos textos entregues pelos autores à Revista para publicação são de responsabilidade dos seus respectivos autores.

Citações:

- as citações devem seguir a orientação autor-data;
- citação de até 3 linhas: dentro do corpo do texto, entre aspas, fonte igual à do texto.
- citação de mais de 3 linhas: fora do corpo do texto, fonte 10, recuada para a linha do parágrafo, a 4cm da margem esquerda, sem aspas, ou qualquer outro destaque, espaçamento interlinear simples, margem direita igual à do texto. As aspas no interior de uma citação são simples.

– Nome do autor:

a) no corpo do texto: grafia normal para nomes próprios; ano e página entre parênteses. Exemplo: Segundo Costa (2002, p. 39), “A sociedade civil [...]”

b) ao final do texto e nos dois casos acima: todos os elementos da referência entre parênteses e em caixa alta. Exemplo: “A sociedade civil [...]” (COSTA, 2002, p. 39).

– Quando se trata de citação indireta (quando não se utiliza as mesmas palavras do texto citado – paráfrase), devem ser referenciados o sobrenome do autor e o ano, sem necessidade das aspas e de página e tal como nos exemplos anteriores.

Referências

As referências bibliográficas e de demais fontes são obrigatórias e só devem ser feitas da bibliografia efetivamente citada no artigo ou similar.

Exemplos de Referências:

Livros (obra completa)

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

Capítulo de Livro

CHAUI, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-51.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

Periódicos – Revistas

FALEIROS, V. P. Reconceitualização do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

Dissertações/Teses

CARVALHO, L. *O uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2006, mimeo.

Jornais

DAMOUS, D. E quem vai nos defender? *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fev., 2007. Tema em debate, Caderno 1, seção Opinião, p. 7.

Meio Eletrônico

São necessárias as informações sobre o endereço eletrônico, entre < >, e a data de acesso (dia / mês / ano), sendo precedidos, respectivamente, das expressões “Disponível em:” e “Acesso em:”. Deve ser apresentado o link (URL) completo do documento consultado.

Exemplo: MOTA, Ana Elizabete. Os desafios da formação profissional na gestão 2005-2006. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.59-66, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2145>>. Acesso em: 07 mai. 2012.

Obs.: Além dos documentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) mencionados, esclarecimentos adicionais sobre referências e citações podem ser obtidos, por exemplo, no seguinte documento: DIB, S.F.; SILVA, N.C. (Org.) *Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2012. Disponível em: <http://www.bddt.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf?PHPSESSID=9pgdhs6qe51dd8e68htfni5kn3>. Acesso em: 16 maio 2013.



EM PAUTA: TEORIA SOCIAL E REALIDADE CONTEMPORÂNEA

ISSN: 2238-3786 (electronic version)

Scientific publication, published biannually, arbitrated by peers and produced by the Faculdade de Serviço Social at the Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ)

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social**

EDITORIAL STANDARDS

1) The Magazine structure is opened and composed primarily of articles resulting from monographs, dissertations, theses and research, as well as essays, reviews, interviews, lecture summaries, adapted reports from scientific research and significant records. Through the received contributions, the suggestions sent or the analysis of matters whatsoever relevant in professional and social situation, the Editorial Staff can organize files that emphasize certain thematic. Article from an end-of-course monograph should be submitted in co-authoring with the responsible teacher / advisor;

2) Anonymity will be ensured for the authors in the evaluation process and for the reviewers under their evaluation (double blind system) under all circumstances. The approved articles will be submitted to the Editorial Staff of the journal for the final composition of the editions of each volume / year, in view of the criteria and norms of the journal's indexing and editorial policy. The approved and unpublished articles may remain for a maximum period of 18 (eighteen) months in the bank of articles of the journal for later publication, except in cases of refusal formalized by the author (s);

3) The publication of more than one article, with the participation of the same author, must obey the minimum interval of 1 (one) year, except when invited by the Editorial Team to elaborate specific editorial content;

4) Only one (1) article per volume / year is allowed;

5) Articles should be sent to the Editorial Staff, via email and/or by the (UERJ) Universidade do Estado do Rio de Janeiro publishing site, <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaem-pauta>, being not necessary to send a print copy by mail. Articles must necessarily contain between 10 to 15 pages, with 25 lines of 70 ringtones each, Times Roman font, size 12, interlinear space of 1.5 cm, with 2.5 cm margins all in A4-size paper and paragraph 1.25 cm from the left margin. These dimensions include complete references and possible illustrations. The reviews must contain precisely from 3 (three) to 5 (five) pages.

6) The articles shall not have the author(s) identification, but must be accompanied by another file, or sheet separated from the body of the article, designated (a) to cover with the full name of the author (s), their training, academic degree, with the institution that conferred the title, main position occupied currently, full name and mailing address, which may be personal or of the institution to which they are related, phone and email; these data will be published when the article and / or reviews are accepted, given the indication crawlers;

7) The first page of the text should contain:

- Only the title of the article - without name (s) of author (s) - with a maximum of 12 words.
- The abstract should have up to 150 words maximum and be written in font size 10 and single spacing
- Must have between 3 to 5 keywords, chosen among those that can accurately sort the work in bibliographical research, for indexing.

– The English title, abstract and keywords, ie the version in English of the title, abstract and keywords.

8) Contributions in Portuguese, Spanish or English will be accepted. As for the language of the Titles, abstracts and keywords, the guidance is as follows:

– When the article is in Portuguese or English, the title, the abstract and keywords should only be in Portuguese and English.

– When the article is in Spanish, the title, the abstract and keywords must be in Spanish, Portuguese and English.

9) Footnotes should be avoided; when indispensable, should not exceed four lines. The illustrations (figures, tables, photos and pictures) should be avoided, but when indispensable to the content, they must be indicated and attached in the body of the text, including title and reference source. They should also be sent in separate files, complying with the following requirements: Excel tables, graphs, formatted, tables and other illustrations must be in high resolution (with at least 300 dpi). In all situations, the quality and pertinence of the submitted material will be evaluated, being the responsibility of Editorial Staff the decision on its inclusion or not, communicating the fact to the author (s);

10) To send the work you must:

1) Declaration of Responsibility (signed);

2) Transfer of Copyrights (signed);

3) Registration form completed (signed);

4) File with work.

The documents mentioned above must be signed, scanned and sent to the magazine's electronic mail (revistaempauta.uerj@gmail.com) or attached as a supplementary document, when submitted via the SEER platform.

When mailing the work to the magazine "Em Pauta: Social theory and contemporary reality", the authors attest: their participation in the design, preparation and development (full or partial) of the article, assuming its contents publicly and acknowledging its authorship and originality. The authors also attest not submit simultaneous to other journal(s), whether in electronic or printed format, making a commitment not to send the material to another form of publication while continue the submission process and review of the Revista em Pauta. The authors also acknowledge the necessary mention of funding agencies, funding and/or agreements with several organizations related and/or interested by the publication, accepting full responsibility for credits or acknowledgements due, when applicable. The Revista em Pauta reserves the right of exclusivity in the publication of articles and alike, being the Editorial Staff responsible for evaluate the exceptions.

11) Once submitted the article in coautoria, will not be allowed the rectification of authorship of the same.

12) All non-commissioned collaborations are forwarded to the Editorial team – which shall submit to the evaluation process, in double-blind system, based on the opinion of two members of the Scientific Editorial Board; also can be invited ad hoc reviewers, who recommend the publication, maintaining secrecy about the opinion. When the non-coincidence of the evaluations, the article will be sent to a third reviewer. The Editorial Staff of the magazine, in possession of the opinions of the scientific Editorial Board and/or ad hoc reviewers, reserves the right to suggest to the authors modifications in order to adapt articles and similar to the magazine standards.

13) The originals sent to the Em Pauta Magazine will be considered definitive; the Editorial Staff undertakes to make the material unusable, and is also responsible for always sending a positive or negative response, by e-mail and / or directly to the author (s).

14) When approving articles and similar, a document authorizing the publication will be sent by email to the authors who will forward it, along with other applicable procedures for review and definitive version of the material to be published, duly completed, signed and scanned.

15) Replicas and comments on the articles published are of interest to the magazine and, if accepted for publication will be sent to authors for knowledge prior to publications and the right to rejoinders, preferably on the same number.

16) Sending the material to the Revista Em Pauta by mail, authors transfer all copyrights to the Revista Em Pauta, being prohibited its reproduction, partial or in full, and in any means of divulgation, whether in electronic or printed format without prior request. For possible disclosure after the publication in the magazine, when authorized, the authors undertake to set forth the proper credit to the first publication in the "Revista Em Pauta: Social Theory and Contemporary Reality". The copyright of published articles belongs to their authors and the copyright of each issue belongs to the Faculdade de Serviço Social from UERJ, not involving any payments to authors.

17) Will not be published articles that violate the professional ethics, emitting prejudices of any nature or incompatible views with the Editorial Policy of the magazine. The articles should also observe the national resolutions of the National Commission for Research Ethics / National Health Council, namely Resolution 510 of April 7, 2016, which regulates research in Human and Social Sciences.

Articles submitted with content derived from research normalized by Resolution 510 of April 2016 should explain methodologically, in the body of the text, compliance with said normative parameters.

18) Articles and alike shall conform to the standards of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), adopted here. The material will be delivered to the magazine, reviewed in accordance with the grammatical rules in force, the more usual examples of citations and references presented below.

19) From the issue 30, v. 10 has been published data with ad hoc Reviewers who have contributed to the magazine over the past year, considering the month of issuance of opinion and taking the month of October 2011 as the initial cut.

CITATIONS AND REFERENCES (According to ABNTs NBR 6023, NBR 6022 and NBR 10520-here adopted).

The citations and references contained in the texts delivered by the authors to the journal for publication are the responsibility of their respective authors.

Quoting:

- The citations should follow the author-date guidance;
- Quote from up to 3 lines: within the body of the text, enclosed in quotation marks, font equal to that of the source text.
- Quote from more than 3 lines: outside the body of the text, font 10, indented to the line of the paragraph, 4 cm from the left margin, no quotes, or any other featured, simple, interlinear spacing, right margin equal to that of the text. The quotation marks inside a quotation are simple.
- Author name
 - a) In the body of the text: normal for spelling proper names; year and page in parentheses. Example: "the civil society [...]" (COSTA, 2002, p. 39),
 - b) At the end of the text and in the two cases above: all the elements of the reference in parentheses and in uppercase. Example: "civil society [...]" (COSTA, 2002, p. 39).
- When it comes to indirect quote (when do not use the same words of the quoted text - paraphrase), refer the surname of the author and the year, no need of quotes and page, as in the previous examples.

References

The bibliographic references and other sources are mandatory and should be made of the bibliography cited in article effectively or similar.

Examples of references:

Books (complete works)

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

Chapter of Book

CHAUÍ, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-51.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

Periodicals – Magazines

FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

Dissertations/Theses

CARVALHO, L. *O uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2006, mimeo.

Newspapers

DAMOUS, D. E quem vai nos defender? *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fev., 2007. Tema em debate, Caderno 1, seção Opinião, p. 7.

Electronic means

Information about e-mail address among <>, and access date (day / month / year), being preceded, respectively, of the expressions “available at:” and “accessed at:”. Link of the document consulted must be submitted (address/URL).

Example: MOTA, A.E. The challenges of vocational training in management 2005-2006. *Temporalis*, Brasília (DF), year 11, no. 22, p. 59-66, July/dez. 2011. Available in: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2145>=">. Accessed: 07 mai. 2012.

Note: in addition to the mentioned documents of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), further information on references and citations can be obtained. Example, in the following document: DIB, S.F.; SILVA, N.C. (Org.) *Script for submission of theses and dissertations of the Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rev. current and ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Sirius Network, 2012. Available in: <http://www.btdt.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf?PHPSESSID=9pgdhs6qe51dd8e68htfni5kn3>. Accessed: May 16, 2013

CLÁUDIA MARIA COSTA GOMES
GONZALO ADRIÁN ROJAS
SERGIO QUINTERO LONDOÑO
PAULO ROBERTO FELIX DOS SANTOS
MARCELO MARTINS DA SILVA
IVANA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA
ANDREA DE SOUSA GAMA
LIA DE MATEOS ROCHA
KAROLYNE ROMERO DE ALCANTARA
ALINE OLIVEIRA SILVA
MARIA DAS DÔRES SARAIVA DE LORETO
SIMONE CALDAS TAVARES MAFRA
SIMONE ELIZA DO CARMO LESSA
JANAÍNA LOPES DO NASCIMENTO DUARTE
TATIANA MEYRE DA SILVA GOMES
ANA CAROLINA BRANÃO VAZQUEZ
MÔNICA MARIA TORRES ALENCAR
CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA
JOSÉ MANOEL MONTANHA DA SILVEIRA SOARES
CAROLINE RODRIGUES DA SILVA



Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea
Faculdade de Serviço Social da UERJ
Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001.
Bairro Maracanã – 20.550-013 – Rio de Janeiro/RJ – Brasil
URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>
Email: revistaempauta.uerj@gmail.com
Telefones: (21) 2334-0299 ramal 221

Revista da Faculdade de Serviço Social
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – 1º. Semestre de 2017 – n. 39, v. 15
ISSN 2238-3786 (Versão online)